

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Patricia Ferreira Neves Ribeiro

O ETHOS NO COLUNISMO POLÍTICO
Entre Razão e Emoção

Rio de Janeiro
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DEFESA DE TESE

RIBEIRO, Patricia Ferreira Neves. *O ethos no colunismo político: entre razão e emoção*. Rio de Janeiro, 2007. 193 fl. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa – UFRJ, Faculdade de Letras.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Professora Doutora Maria Aparecida Lino Pauliukonis – UFRJ

Professora Doutora Rosane Santos Mauro Monnerat – UFF

Professor Doutor José Carlos de Azeredo – UERJ

Professora Doutora Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva – UFRJ

Professora Doutora Lúcia Helena Martins Gouvêa – UFRJ

Professor Doutor Helênio Fonseca de Oliveira – UERJ

Professora Doutora Violeta Virgínia Rodrigues – UFRJ

Defendida a tese:

Em: / / 2007.

Patricia Ferreira Neves Ribeiro

O ETHOS NO COLUNISMO POLÍTICO
Entre Razão e Emoção

Tese de Doutorado em Língua Portuguesa
apresentada à Coordenação dos Cursos de Pós-
Graduação em Letras da Universidade Federal
do Rio de Janeiro.

Orientadora: Professora Doutora Maria
Aparecida Lino Pauliukonis

Rio de Janeiro
2007

Na noite dos tempos, Desculpar-me-á se o contradigo, mas eu não empregaria a frase, Calculo que por ser lugar-comum, Naja por isso, os lugares-comuns, as frases feitas, os bordões, os narizes-de-cera, as sentenças de almanaque, os rifões e **provérbios**, tudo pode aparecer como novidade, a questão está só em saber manejar adequadamente as palavras que estejam antes e depois, Então por que não diria você noite dos tempos, Porque os tempos deixam de ser noite de si mesmos quando as pessoas começam a escrever, ou a emendar, torno a dizer, que é obra doutro requinte e outra transfiguração.

José Saramago

A gente é cria de frases.

Manoel de Barros

Esperança é como girassol que à toa se vira em direção ao sol. Mas não é à toa: virar-se para o sol é um ato de realização de fé.

Clarice Lispector

A Luísa, presente abençoado e iluminado, a dar vida a esse projeto.

A Flávio, amor meu por toda a vida, cumplicidade a toda prova.

A meus pais, Fabrício e Thais, firmeza e ternura a embalar sonhos e saberes, a embalar minha princesa, incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

À querida Professora Maria Aparecida Lino Pauliukonis, pelo incentivo à pesquisa, pela orientação sempre delicada e segura, pela aprendizagem, pela amizade construída ao longo dos últimos 10 anos e, principalmente, pelo exemplo de conduta pessoal e profissional.

Às Professoras Maria Aparecida Pinilla, Maria Thereza Indiani e Maria Helena Marques, por terem acreditado em mim e me conduzido ao universo da pesquisa acadêmica.

Ao Professor José Carlos de Azeredo, que me animou a prosseguir estudando a palavra de Villas-Bôas Corrêa, ao sugerir valiosos caminhos por ocasião da Defesa da Dissertação.

Às Professoras Rosane Monnerat e Vera Paredes, pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação.

À Professora Lúcia Helena Gouvêa, pela valiosa interlocução na última etapa do trabalho.

À Vovó Violeta, pela entusiasmada torcida, e à Vovó Maria José, pelos sábios ditados.

A meus irmãos, Fabrício e Fábio, e minhas cunhadas, Cláudia e Daniela, pelo interesse carinhoso e pelo incentivo de sempre.

À Ana Flávia, amiga-irmã há mais de vinte anos, pela fidelidade, pela escuta e pelo apoio constante. Ao Zé, por ter se tornado meu amigo-irmão também e me apoiado nessa empreitada.

A meu sogro José Fernando e à querida Margareth, pela presença acolhedora durante todo o percurso.

Aos queridos Daniel e Renata, pela amizade e pelo apoio.

À amiga Bia, pelo interesse e pelo incentivo.

Aos amigos Patrícia Vargas e Sérgio Vasco, pela amizade, pela cumplicidade e pela alegria no convívio acadêmico.

Às amigas Ana Crélia, Luciana Paiva e Maria Spanó, pela solidariedade, pela amizade e pelo aprendizado nessa travessia conjunta.

Aos queridos Renata e Carlito, pela generosidade na assessoria técnica.

Aos meus afilhados Giovanna, Filipe e Bruna, pela emoção de estarem por perto.

Às minhas sobrinhas Clara, Mariana e Giovana, por darem maior encanto à vida.

À Graça, pela palavra.

A todos os meus professores, que contribuíram para o meu crescimento profissional.

À fé, que move a vida.

SINOPSE

Análise de provérbios recriados pelo repórter político Villas-Bôas Corrêa. Focalização do *ethos* projetado pelo sujeito discursivo por meio da re-enunciação proverbial. Estudo qualitativo sob a perspectiva da Análise do Discurso de orientação semiolinguística e das Teorias da Enunciação. O *ethos* de parcialidade constituído por apelo à paródia. O *ethos* de imparcialidade tática configurado pela estratégia da paráfrase. O programa argumentativo de Villas-Bôas Corrêa fundado sob os eixos da razão e da emoção face ao duplo *ethos* constituído.

RESUMO

RIBEIRO, Patricia Ferreira Neves. *O ethos no colonismo político: entre razão e emoção*. Rio de Janeiro, 2007. 193 fl. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa – UFRJ, Faculdade de Letras.

Esta tese apresenta uma análise de provérbios recriados pelo repórter político Villas-Bôas Corrêa, em 30 artigos de opinião publicados no Jornal do Brasil, entre 1998 e 2007. Examinamos os referidos fragmentos textuais, focalizando a imagem (*ethos*) que o enunciador projeta de si mesmo por meio do discurso re-enunciado. Em vista do objeto de estudo selecionado, adotamos uma orientação teórica em que são conjugados pressupostos relativos ao discurso e à enunciação. Para apontar os princípios relacionados ao uso discursivo dos provérbios, nos ancoramos no arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso de orientação semiolinguística de Patrick Charaudeau e, a fim de explicitá-los como signos da subjetividade linguística, recorremos a estudos enunciativos que incidem, especialmente, sobre as teorias advindas de Bakhtin e Benveniste. Procedemos à investigação dos provérbios recriados, pressupondo que estabeleçam para o sujeito discursivo a instauração de uma imagem de parcialidade – por apelo ao recurso da paródia – imagem essa que fica encoberta, entretanto, por uma máscara de imparcialidade, configurada pela estratégia da paráfrase. A partir de uma análise qualitativa, feita sob uma Linguística da Enunciação “ampliada” e “restrita”, descrevemos as relações entre os provérbios re-enunciados, os protagonistas do discurso e as situações comunicativas; observamos o funcionamento da re-enunciação proverbial como categoria argumentativa no âmbito da macroestrutura discursiva; e examinamos os procedimentos linguísticos típicos das recriações dos provérbios com os quais o enunciador reconstrói o objeto discursivo e promove novos efeitos de sentido. Nossa análise evidenciou a instauração de um duplo *ethos* para o enunciador Villas-Bôas Corrêa: o parcial e o neutro (estratégico) e, ao mesmo tempo, provou que a parcialidade está configurada argumentativamente. Em face ao *ethos* constituído, atestamos que a eficácia do discurso estudado ancora-se num programa argumentativo que se estabelece sobre dois eixos complementares: o da razão e o da emoção, em consonância com as imposições de credibilidade e de dramatização do contrato de informação midiático.

Palavras-chave: provérbio, re-enunciação, discurso, argumentação, razão, emoção, *ethos*.

ABSTRACT

RIBEIRO, Patricia Ferreira Neves. *O ethos no colunismo político: entre razão e emoção*. Rio de Janeiro, 2007. 193 fl. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa – UFRJ, Faculdade de Letras.

This thesis introduces an analysis of proverbs recreated by the politics journalist Villas-Bôas Corrêa, selected from 30 articles published in Jornal do Brasil, between 1998 and 2007. The referred text fragments were studied, focusing the image (ethos) that the enunciator projects of himself by means of a re-enunciated discourse. Based on the selected object of study, we have adopted a theoretical orientation in which the presuppositions related to discourse and enunciation are put together and in order to show the principles related to the discursive use of the proverbs, we used the theoretical and methodological base of the Discourse Analysis of Semi-linguistic Orientation by Patrick Charadeau. And to explicitate them as linguistic subjectivity signs we used the studies related to the theories by Bakhtin and Benveniste. We have investigated the recreated proverbs, supposing that they settle - by means of the parody - an image of partiality relative to the enunciator of the discourse whose image is however covered by a mask of impartiality that occurs by means of the paraphrase. Using a qualitative analysis that applies an "amplified" and "restricted" Linguistic of Enunciation, we describe the relationship between the re-enunciation proverbs, the protagonist of the discourse and the communicative situations; we observe the functioning of the proverbial re-enunciation as an argumentation category in the discursive macrostructure and we examine the atypical linguistic procedures of proverbs recreation with which the enunciator reconstructs his discursive object and promotes new meaning effects. Our analysis indicates the instauration of a double ethos to Villas Bôas Corrêas: the partial and the neutral (strategic) and, at the same time, proved that partiality is argumentally configured. As to the ethos showed, we verified that the efficiency of the discourse studied is settled in an argumentative program that has two complementary axes: reason and emotion in accordance with credibility and dramatization of the contract of mediatic information.

Key-words: proverbs, re-enunciation, discourse, argumentation, reason, emotion, ethos

RÉSUMÉ

RIBEIRO, Patricia Ferreira Neves. *O ethos no colonismo político: entre razão e emoção*. Rio de Janeiro, 2007. 193 fl. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa – UFRJ, Faculdade de Letras.

Cette thèse présente une analyse de proverbes recréés par le journaliste politique Villas-Bôas Corrêa, en 30 articles d'opinion publiés dans le *Jornal do Brasil*, entre 1998 et 2007. Nous avons examiné ces fragments textuels, en se focalisant sur l'image (*ethos*) que l'énonciateur projette de lui-même au moyen du discours ré-énoncié. Au vu de l'objet d'étude choisi, nous avons adopté une orientation théorique dans laquelle sont conjugués des présupposés relatifs au discours et à l'énonciation. Pour mettre en évidence les principes liés à l'usage discursif des proverbes, nous nous sommes basés sur la structure théorico-méthodologique de l'Analyse du Discours d'orientation semiolinguistique de Patrick Charaudeau et, afin de les expliciter en tant que signes de la subjectivité linguistique, nous avons eu recours aux études énonciatives qui découlent, particulièrement, des théories provenant de Bakhtin et Benveniste. Nous avons procédé à l'investigation des proverbes recréés, présupposant qu'ils établissent pour le sujet discursif l'instauration d'une image de partialité – par le recours à la parodie – image qui est recouverte, cependant, par un masque d'impartialité, configuré par la stratégie de la paraphrase. A partir d'une analyse qualitative, faite sous une Linguistique de l'Énonciation « élargie » et « restreinte », nous avons décrit les relations entre les proverbes ré-énonciés, les protagonistes du discours et les situations communicatives; nous avons observé le fonctionnement de la ré-énonciation proverbiale comme catégorie argumentative au niveau de la macrostructure discursive; et nous avons examiné les procédés linguistiques typiques des créations des proverbes avec lesquels l'énonciateur reconstruit l'objet discursif et installe de nouveaux effets de sens. Notre analyse a mis en évidence l'instauration d'un double *ethos* pour l'énonciateur Villas-Bôas Corrêa : le partial et le neutre (stratégique) et, en même temps, a prouvé que la partialité est configurée argumentativement. Face à l'*ethos* constitué, nous avons démontré que l'efficacité du discours étudié se base sur un programme argumentatif qui s'établit à partir de deux axes complémentaires : celui de la raison et celui de l'émotion, en consonance avec les obligations de crédibilité et de dramatisation du contrat d'information médiatique.

Mots-clés : proverbe, ré-énonciation, discours, argumentation, raison, émotion, *ethos*.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. METODOLOGIA	19
2.1. OBJETIVO/ <i>CORPUS</i>	19
2.2. TRATAMENTO DOS DADOS.....	22
2.3. HIPÓTESES	26
3. A ANÁLISE DO DISCURSO	27
3.1. ESBOÇO HISTÓRICO	Erro! Indicador não definido.
3.2. A ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DO DISCURSO.....	30
4. AS BASES DA SUBJETIVIDADE	34
4.1. ENUNCIÇÃO.....	34
4.2. <i>ETHOS</i>	43
5. O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICO	48
5.1. A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO MUDIÁTICO.....	48
5.2. A FINALIDADE DO CONTRATO	51
5.3. AS INSTÂNCIAS DE INFORMAÇÃO.....	52
6. O DIZER PROVERBIAL	55
6.1. AS FÓRMULAS FIXAS: MÁXIMAS, FRASES FEITAS E PROVÉRBIOS.....	55
6.2. A RE-ENUNCIÇÃO PROVERBIAL	62
6.3. O PROVÉRBIO RECRIADO COMO MARCA DISCURSIVO-ENUNCIATIVA	66
7. O FUNCIONAMENTO DA RE-ENUNCIÇÃO PROVERBIAL EM VILLAS-BÔAS CORRÊA	70
7.1. VILLAS-BÔAS CORRÊA: entre o <i>logos</i> e o <i>ethos</i>	71
7.2. A PARÓDIA PROVERBIAL EM VILLAS-BÔAS CORRÊA	74
7.2.1. A paródia proverbial: um veículo da parcialidade.....	75
7.2.2. A paródia proverbial como componente argumentativo: a parcialidade estruturadora.....	86
7.3. O DUPLO <i>ETHOS</i> DE VILLAS-BÔAS CORRÊA E OS PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO	110
7.3.1. A instabilidade constitutiva e a parcialidade	110
7.3.2. O efeito de estabilidade e a imparcialidade estratégica	123
7.4. A RE-ENUNCIÇÃO POLIFÔNICA EM VILLAS-BÔAS CORRÊA	128
7.5. O <i>ETHOS</i> CONSTITUÍDO E SUA FUNCIONALIDADE ARGUMENTATIVA NO ESCOPO DO CONTRATO DE COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICO.....	133
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	147

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153
ANEXOS.....	160

1. INTRODUÇÃO

Desde a teoria filosófica de Kant (1724-1804) e, nos últimos tempos, as de Husserl (1859-1938) e Merleau-Ponty (1908-1961), assim como, no âmbito dos estudos lingüísticos – a partir do pensamento de Mikhail Bakhtin¹ (1895-1975) – já é evidente não ser possível um conhecimento puramente objetivo do mundo. Esse fato, decorrente da subjetividade própria à captura de qualquer objeto de estudo, parece, entretanto, não ter sido totalmente aceito. No meio jornalístico, o mito da imparcialidade ainda não foi plenamente ultrapassado², fazendo com que esse **tema** constitua ainda um campo em aberto.

Prova da prevalência dessa espécie de dogma esteve estampada em debate protagonizado por dois jornalistas de renome do Jornal do Brasil no final de 2002. O pressuposto da imparcialidade assumida conduziu a desavença entre Villas-Bôas Corrêa e Milton Temer. O primeiro, defendendo-se de acusação pronunciada pelo segundo, argumentara que:

na minha seara é nítida a linha que separa o militante do jornalista. A minha geração, a de Castellinho, e de Heráclio Salles, conquistou o seu espaço nos jornais abrindo a vereda da imparcialidade, com o reconhecimento dos diretores e editores da diferença entre **a linha opinativa dos editoriais** e o noticiário objetivo dos fatos e **a sua análise isenta, imparcial**. E não posso, não devo, não quero mudar. (*Jornal do Brasil*, 13 nov. 2002, Villas-Bôas Corrêa, “Não é nada disso, Temer.”).

Villas-Bôas Corrêa, acreditando na função essencialmente informativa do jornalismo e comprometendo-se com a “verdade dos fatos”, pauta sua argumentação na defesa da neutralidade para se divulgar ou, mesmo, para se discutir uma notícia. Respalda-se no que salienta, por exemplo, o *Novo Manual de Redação da Folha de São Paulo* (1992) de que mesmo o jornalismo crítico independe da opinião de quem escreve, revelando-se mais categórica a documentação ou comparação dos dados, as informações e depoimentos alheios do que os apresentados pelo próprio articulista. Jornalistas, em geral, defendem o pressuposto da isenção, entendendo que o leitor não deva ficar à mercê de caprichos da subjetividade da instância enunciativa.

¹ “Nos diferentes campos da comunicação discursiva, o elemento expressivo tem significado vário e grau vário de força, mas ele existe em toda parte: um enunciado absolutamente neutro é impossível”. (1992: 289)

² MORETZSOHN. 2002, p.77.

Na visão de Milton Temer, entretanto, a crítica à objetividade jornalística não está sendo elaborada como proposta de instauração da subjetividade total, o que acarretaria a própria supressão do objeto noticiado. Na verdade, o que se sustenta é a idéia de que a inerente subjetividade na apreensão da notícia não estabelece prova contrária à existência da matéria factual nem pode justificar qualquer manipulação dos fatos pelo jornalista de acordo com a sua vontade³.

Em decorrência das questões suscitadas em torno do caminho da objetividade e da trilha da subjetividade, no domínio da imprensa escrita, surge uma conclusão de interesse para este trabalho. Constatamos que Villas-Bôas Corrêa, em oposição a Milton Temer e ao lado de Carlos Castello Branco e Heráclio Salles – ícones do colunismo político – deseja *representar* a figura da imparcialidade, conforme atestam a passagem subscrita e o próprio título de um dos artigos instauradores da já referida polêmica: “**Compromisso com a isenção**”.

De fato, essa geração do jornalismo político *representa* a imparcialidade como autora real, isto é, como sujeito empírico situado fora da linguagem, conforme as próprias palavras de Villas-Bôas Corrêa em entrevista concedida ao programa *Roda Viva*, da TVE, de 28 de julho de 2003: “Conservo **absoluta imparcialidade na minha cobertura** até o ponto que é possível da natureza humana. Realmente, não digo em quem voto nem em casa”.

Embora reconheça a inexistência da objetividade plena no jornalismo (“até o ponto que é possível da natureza humana”) – e, por que não, em outras formas discursivas – Villas-Bôas Corrêa parece obrigar-se a manter uma atitude de distanciamento crítico relativamente aos assuntos tratados e às personagens comentadas, reconhecendo, portanto, a possibilidade de instaurar, em seus artigos de análise⁴, uma objetividade factível.

Em trabalho anterior (Neves, 2000), tivemos a oportunidade de constatar, por meio da focalização do *logos*⁵ ou do modo argumentativo de organização do discurso de Villas-Bôas Corrêa, o uso de estratégias argumentativas que consolidavam um discurso dotado de neutralidade e identificavam o articulista à imparcialidade.

³ MORETZSOHN. 2002, p.78.

⁴ A título explicativo, salientamos que, mesmo reconhecendo, previamente, serem os artigos, em foco, exemplos de textos opinativos e, portanto, considerados uma forma de julgamento reflexivo (Charaudeau, 2006b), estamos partindo, nesta pesquisa, de dois pontos. O primeiro é o já referido pressuposto da imparcialidade defendida pelo repórter político Villas-Bôas Corrêa, que afirma e reafirma sua isenção frente aos assuntos que comenta. O segundo diz respeito à distinção estabelecida por Charaudeau (op.cit.) entre opinião e apreciação. A opinião centra-se sobre a notícia, como avaliação intelectual, e a apreciação se dá a partir da notícia, como reação afetiva. Desse modo, o fato de um texto estar integrado à seção *Opinião* não seria, por si só, uma pré-condição para atestarmos o alto grau de engajamento do analista, comprometido que está, a princípio, com uma análise racional dos acontecimentos.

⁵ O *logos* integra, ao lado do *ethos* e do *pathos*, a trilogia aristotélica dos meios de prova.

Nesta nova pesquisa, a despeito de Villas-Bôas Corrêa desejar *representar* a voz da objetividade, na busca por garantir à imprensa um lugar digno de crédito, para fins de investigação científica, uma **questão** se coloca: será que, como autor criado pelo discurso, o jornalista de opinião *apresenta-se*, de fato, como imparcial?

Mediado pela Análise do Discurso, em seus componentes enunciativo, lingüístico e situacional e, antes, pela Retórica Clássica, a partir da definição aristotélica de *ethos*, o **problema** vai ser discutido neste trabalho.

A respeito do *ethos*, Aristóteles salienta que não são os traços reais do caráter do orador que importam, mas o que eles deixam emergir pelo discurso.

O orador não precisa dizer, mas fazer acontecer: isto é, a persuasão não está no que o orador pode dizer de si mesmo, mas pelo que ele mostra de si, trata-se do que ele *apresenta* e não do que ele *representa*. Persuade-se quando há confiança no que se transmite. As pessoas honestas nos inspiram maior confiança, mas é preciso que essa seja um efeito do discurso e não uma prevenção sobre o caráter do orador (Aristóteles, s/d)

Os *ethé* são, dessa forma, as propriedades que os oradores se conferem implicitamente, através de sua maneira de dizer: não o que dizem a propósito deles mesmos, mas *o que revelam pelo próprio modo de se expressarem*⁶. Em outros termos, o *ethos* é uma imagem que o locutor projeta de si mesmo através do discurso.

No âmbito do columnismo político de Villas-Bôas Corrêa, **objetivamos**, nesta tese, focalizar a construção do *ethos* que o enunciador fabrica para si. A fim de apurar o grau de isenção que, discursivamente, o sujeito estabelece em seus artigos de análise, precisamos examinar, em âmbito restrito, as marcas lingüísticas de sua enunciação. Para investigar esse sujeito construído pelo discurso, que deixa indícios lingüísticos como forma de identificação de um *ethos* constituído, propomos, nesta pesquisa, um recorte bastante particular do **objeto** de estudo.

Dentre os mais variados procedimentos lingüísticos por meio dos quais o sujeito enunciador pode imprimir suas marcas no enunciado, elegemos um instigante e recorrente **fenômeno** do discurso de Villas-Bôas Corrêa, no âmbito dos relatos de fala: a re-enunciação proverbial.

De acordo com Lage (1985), os relatos de fala e as declarações textuais, sendo proposições facilmente verificáveis pelo leitor, destacam-se como uma estratégia importante

⁶ MAINGUENEAU. 1997, p.45.

na garantia da objetividade jornalística. Ambos promovem vivacidade aos fatos comentados, bem como credibilidade à informação.

Segundo Bakhtin (1992), contudo, esse efeito de objetividade conferido pela imprensa ao relato do discurso alheio mostra-se utópico, já que, quando as palavras do outro são introduzidas pelo locutor, elas se revestem, necessariamente, da compreensão e do julgamento do sujeito discursivo. Sendo assim, o relato de fala revela-se, na verdade, como recurso que envolve basicamente subjetividade.

Frente às considerações propostas, uma das **hipóteses** norteadoras da tese é a de que a imagem de neutralidade projetada por Villas-Bôas Corrêa é, estrategicamente, construída. Assim, pressupomos que sua identidade corresponda a um *ethos* de parcialidade – daquele que julga com paixão.

Nesse sentido, nossa **tese** é a demonstração de que o enunciador encena um *ethos* de parcialidade, fundado em um discurso da emoção, embora tente identificar-se a uma máscara de imparcialidade, fundada sobre o discurso da razão.

Desse modo, estamos supondo que a representação da objetividade nada mais seja do que um ritual estratégico adotado pelo jornalista para afirmar sua identidade como profissional da “verdade”, em oposição ao viés mais sensacionalista e comercial do jornalismo moderno.

Na linguagem, a tentativa de se implementar o ritual estratégico da neutralidade ampara-se em efeitos de sentido gerados por um apagamento das marcas da enunciação. Nessa direção, embora a objetividade lingüística não exista, por meio de certos procedimentos alcança-se esse efeito de sentido.⁷

O **corpus** sobre o qual se estrutura este trabalho compreende trinta artigos de análise⁸ assinados pelo repórter político Villas-Bôas Corrêa. É constituído por textos publicados pelo Jornal do Brasil, entre 1998 e 2007, que incorporam enunciados do tipo provérbios recriados.

Em outros trabalhos, o enunciado proverbial já fora abordado ora em sua formulação estritamente estrutural, ora em sua base histórico-social⁹. Em pesquisa mais recente, Lysardo-Dias (2001) agrega às tradicionais reflexões sobre os provérbios parâmetros situacionais, interativos e cognitivos, articulando a enunciação proverbial a uma situação de ocorrência específica, a saber: o universo da notícia. Seu trabalho apresenta uma análise do provérbio com vistas a caracterizá-lo como gênero discursivo, “cujos efeitos de sentido resultam da

⁷ FIORIN.2001, p. 119.

⁸ Neste trabalho, empregamos a expressão artigo de análise como sinônimo para artigo de opinião, artigo de análise assinado, comentário jornalístico e comentário argumentado.

⁹ ANSCOMBRE. 2000.

articulação entre seus mecanismos de re-enunciação e seu contexto sócio-cognitivo”. (Lysardo-Dias, 2001: VIII). Da análise empreendida, Lysardo-Dias evidencia tanto a “vocalização sedutora do provérbio” como sua “dimensão interacional”, tendo em vista estabelecer ligações entre os interlocutores e antecipar formas de relacionamento.

Visando examinar especificamente a re-enunciação proverbial em artigos jornalísticos assinados por Villas-Bôas Côrrea, nossa pesquisa pretende se unir a esses estudos, pautando-se em parâmetros discursivos e enunciativos de análise, voltados para a dimensão intersubjetiva da linguagem. Essa perspectiva impõe que nosso **objeto** de investigação seja visto como resultado de uma atividade enunciativa por meio da qual o sujeito constrói seu *ethos* no interior de dada situação comunicativa.

Dado o próprio **objeto** de estudo selecionado, este trabalho adota uma orientação teórica em que são conjugados pressupostos relativos ao discurso e à enunciação. Para apontar os princípios relacionados ao uso discursivo dos provérbios, nos baseamos no arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso de orientação semiolinguística de Charaudeau e, a fim de explicitá-los como signos da subjetividade linguística, recorreremos a estudos enunciativos que incidem, especialmente, sobre as teorias advindas de Benveniste e Bakhtin.

Estruturado em oito capítulos, o trabalho desenvolve os seguintes assuntos.

Para iniciar esta tese, iremos expor a proposta que a fundamenta, para, em seguida, discutirmos sobre a metodologia adotada, incluindo objetivos e hipóteses norteadoras da pesquisa.

Apresentaremos, em capítulo posterior, uma exposição teórica sobre as vertentes de estudo que se centram sobre o discurso, em especial a Análise Semiolinguística do Discurso. Para esta etapa serão utilizados, sobretudo, os trabalhos de Charaudeau (1992) e de Maingueneau (1996 e 1997).

Sendo fundamental, neste trabalho, a questão que envolve o estudo da subjetividade, iremos abordá-la em dupla dimensão: a da enunciação e a do *ethos*, sendo consultados, dentre outros, os textos de Benveniste (1988 e 1989), Bakhtin (1981 e 1992), Anscombre e Ducrot (1983), Ducrot (1989), Kerbrat-Orecchioni (1980), Authier-Revuz (1982), Charaudeau (2001 e 2006a), Maingueneau (2002) e Amossy (2005).

A opção por um *corpus* formado de artigos de análise da imprensa escrita justifica reservar uma seção ao contrato de comunicação jornalístico, o qual resulta de características atreladas à identidade das instâncias de informação, à finalidade midiática, às circunstâncias da encenação e à natureza da informação transmitida. Para esta seção, usaremos, principalmente, textos de Charaudeau (1992 e 2006b).

Em momento posterior, trataremos da questão que envolve a natureza dos provérbios e sua re-enunciação. Após discutirmos a definição de provérbio e estendermos essa denominação às demais fórmulas fixas, indicaremos ser a recriação proverbial investigada com atenção aos movimentos intertextuais da paródia e da paráfrase. Depois pensaremos as marcas discursivo-enunciativas da re-enunciação paródica e parafrástica como procedimentos que contribuem para a fabricação do *ethos*. Em vista disso, serão abordados, fundamentalmente, os textos de Anscombre (2000), Schapira (2000), Munõz (2000), Maingueneau (2002), Gréssilon e Maingueneau (1984), Possenti (1996) e Koch (1998).

Na seqüência serão realizadas as análises dos provérbios re-enunciados no interior dos artigos de opinião assinados por Villas-Bôas Corrêa, visando surpreender o *ethos* constituído. Examinaremos as re-enunciações proverbiais e sua relação com os jogos intertextuais da paródia e da paráfrase, como também o potencial argumentativo dos provérbios recriados. Avaliaremos também o peculiar uso polifônico de substantivos no interior de provérbios re-inventados pelo enunciador. Além disso, introduziremos, nesta parte, algumas reflexões tomadas de empréstimo à teoria da referenciação¹⁰ (Mondada e Dubois, 2003). Com isso visamos atestar como um objeto de discurso é construído e reconstruído, ou estabilizado, no interior das re-enunciações proverbiais para instaurar uma determinada finalidade argumentativa dentro de contexto determinado e, em conseqüência, certa imagem do eu-enunciador.

Para fechar a análise, sintetizaremos o *ethos* então encenado, articulando-o à funcionalidade do discurso argumentativo de Villas-Bôas Corrêa, focalizado nos limites do contrato de informação midiático.

Para o desfecho, serão arroladas considerações, relativamente conclusivas, sobre as observações resultantes da análise discursiva elaborada e perspectivas de continuação do trabalho.

Enfim, arrematamos esta introdução fazendo o convite à leitura das desconstruções proverbiais “desenhadas” pelo sujeito enunciador Villas-Bôas Corrêa; construções que, “redesenhadas”, nos levam a decifrá-lo.

¹⁰ Sob a ótica da teoria da referenciação, Mondada e Dubois (2003) assumem a posição de postular a referenciação como uma atividade discursiva, o que pressupõe um olhar não-referencial da língua e da linguagem, o qual refere o mundo com apoio em categorias que comportam uma instabilidade constitutiva, sendo, então, as práticas lingüísticas da referenciação imputáveis a um sujeito discursivo nas intersubjetividades das negociações.

2. METODOLOGIA

Neste trabalho, abordamos a re-enunciação proverbial em termos discursivos. Isso implica dizer que investigamos o funcionamento desse fenômeno lingüístico dentro de uma cena enunciativa de interação verbal, apreciando os sujeitos inseridos nessa troca comunicativa e, sobretudo, avaliando a imagem fabricada pelo sujeito enunciador. Diante desse prisma, conduzimos esta pesquisa em torno de certos objetivos e de um determinado *corpus*, que, neste capítulo, definimos. Após esta definição, indicamos os procedimentos de análise adotados e as hipóteses orientadoras da nossa reflexão sobre a recriação proverbial e a natureza de sua enunciação.

2.1. OBJETIVO/ *CORPUS*

Esta pesquisa, centrada no modo de organização enunciativo do discurso, estabelece como proposta analisar provérbios recriados pelo repórter político Villas-Bôas Corrêa em artigos de análise publicados no Jornal do Brasil, considerando a focalização da “imagem de si” (*ethos*) que o enunciador projeta por meio do discurso re-enunciado.

Dois aspectos devem ser referenciados, a fim de que a escolha do tema possa ser elucidada. São eles: a “imagem de si” constituída (*ethos*) e os provérbios re-enunciados.

Elegemos examinar o *ethos* do sujeito enunciador Villas-Bôas Corrêa, em virtude de o tema da imparcialidade, no discurso jornalístico opinativo, ser ainda um campo em aberto como comprova a discussão travada entre Villas-Bôas Corrêa, guardião da imparcialidade, e Milton Temer, defensor da parcialidade. Decidimos decifrar, analisando o *ethos* do primeiro jornalista, a constituição da tal imagem imparcial defendida por ele. Como já havíamos estudado seus textos pela ótica do *logos* e comprovado sua “factível neutralidade”, fomos levados, por desconfiança e curiosidade, a questionar esse ritual da imparcialidade sob a perspectiva do *ethos*.

Além disso, decidimos focalizar, no bojo do contrato de comunicação midiática, a “imagem” que Villas-Bôas Corrêa fabrica para si, relacionando-a à funcionalidade argumentativa de seu discurso.

Debruçamo-nos, além do mais, sobre os provérbios re-enunciados movidos pelo prazer de estudar esses tipos de enunciados e pela vontade de descobrir como o jornalista em tela

utiliza esse processo para construir a sua imagem em textos de teor mais sério, como são os artigos que versam sobre a política brasileira. Além de perceber alta ocorrência do citado fenômeno no *corpus*, outro fator motivador para a escolha foi o fato de ser conferido ao discurso relatado, no âmbito dos manuais de jornalismo, traços de imparcialidade, o que nos causou, à luz de Bakhtin (1992), certa desconfiança.

A partir dessa proposta, selecionamos, então, um *corpus* que compreende trinta artigos de análise assinados pelo repórter político Villas-Bôas Corrêa e publicados pelo Jornal do Brasil, entre 1998 e 2007. Esses artigos incorporam enunciados do tipo expressões proverbiais recriadas, que perfazem um total de trinta e seis ocorrências.

Procurando dar uma unidade temática ao *corpus*, a pesquisa examina artigos de um só articulista, circunscritos ao tema PT, e localizados entre os tempos de campanha do referido partido para a presidência até a gestão do atual governo. A escolha por esse objeto de análise justifica-se pela crença de que trabalhar com um só autor e com apenas uma temática possibilita o aprofundamento de questões relativas ao discurso enunciativo em tela. Paralelamente, acreditamos que as análises efetuadas acerca dos artigos de análise de Villas-Bôas Corrêa possam servir como elemento de comparação com outros estudos da mesma natureza, que se sirvam desse ou de outros gêneros textuais no interior da própria imprensa escrita.

Os trinta textos que compõem o *corpus* da pesquisa são dispostos no quadro a seguir:

Título do artigo	Data de publicação
"Aliado na contramão"	05.08.98
"Branco da discórdia"	21.08.98
"Disparate da contradição"	26.02.02
"Provocação da insanidade"	24.03.02
"Lula identifica o inimigo"	26.03.02
"Consenso veta o debate"	11.09.02
"Tanto faz Lula lá ou cá"	21.10.02
"Enterro das CPIs em cova rasa"	19.03.04
"Lula conhece o Brasil de vista"	05.08.05
"Lula olha e não vê"	11.11.05

Título do artigo	Data de publicação
"A emenda no soneto de Lula"	22.02.06
"O pito do STF em Lula e no Congresso"	01.03.06
"Fuzuê na tribo do cacique Lula"	24.03.06
"Solitário e trapalhão"	05.04.06
"A apoteose da impunidade parlamentar"	05.05.06
"O beco"	17.05.06
"Um partido para qualquer serviço"	02.06.06
"Há erros que vêm para bem"	04.08.06
"Lula cidadão do mundo"	13.09.06
"A festa continua"	01.11.06
"O ziguezague das reformas"	03.11.06
"Uma proposta de trégua da imprensa"	15.11.06
"O ano terminou antes de acabar"	06.12.06
"Congresso refêem da insanidade"	20.12.06
"O novo governo com cara de velho"	14.02.07
"O ano que não se pode perder"	23.02.07
"Encrencas da herança bendita"	21.03.07
"Uma no cravo e duas na ferradura"	23.03.07
"Um jeito de fim de governo"	06.06.07
"Vaia e coçar é só começar"	18.07.07

É relevante destacar que todos os artigos são organizados de acordo com a data da publicação e anexados ao final do trabalho para consulta. Em anexo, encontram-se também um quadro referente à evocação dos provérbios originais relativamente aos trinta e seis derivados e uma tabela concernente à descrição dessas mesmas trinta e seis re-enunciações proverbiais como componentes argumentativos.

2.2. TRATAMENTO DOS DADOS

O presente trabalho submete os artigos do *corpus* a um estudo detalhado consoante os princípios e procedimentos de análise lingüística da Análise do Discurso.

Sobretudo, o estudo vale-se da Análise Semiolingüística do Discurso de Patrick Charaudeau (1992 e 2006b), com ênfase no contrato de informação midiático, e das Teorias da Enunciação de Benveniste (1988 e 1989), Bakhtin (1981 e 1992), Authier-Revuz (1982), Anscombre e Ducrot (1983) e Ducrot (1989). Também serve-se da teoria do *ethos* em Aristóteles (s/d), Amossy (2005), Maingueneau (2002) e Charaudeau (2006a). Além disso, para tratar dos provérbios e da re-enunciação proverbial como marca discursivo-enunciativa, aproximando as teorias anteriormente mencionadas ao foco de interesse desse estudo, lança mão de Anscombre (2000), Schapira (1997 e 2000), Muñoz (2000), Gréssilon e Maingueneau (1984), Possenti (1996) e Koch (1998).

De Charaudeau, apropriamo-nos da noção de contrato comunicativo e da teoria dos modos de organização do discurso. À luz da primeira noção, pudemos ver que é paradoxal o contrato de informação midiática em que se constitui o artigo de análise, voltado que está para a dupla finalidade de informação (credibilidade) e de captação (dramatização). Quanto à teoria dos modos de organização do discurso, vale dizer que foi utilizada para, em dimensão macroestrutural, reconhecermos as etapas de organização dos artigos argumentativos de Villas-Bôas Corrêa e constatar, no que diz respeito ao modo enunciativo, que o repórter político Villas-Bôas Corrêa, ao construir seus textos, assume a posição de sujeito enunciador, isto é, do “ser de papel” que deixa marcas no tecido discursivo. Essas marcas produzem significações que dependem não só do componente lingüístico, mas também do situacional.

Não poderíamos prescindir dos teóricos da enunciação em um trabalho que versa sobre a subjetividade na linguagem. De Benveniste, extraímos o importante passo de acessar o sujeito pela perseguição aos vestígios lingüísticos que deixa no enunciado. De Bakhtin, os importantes conceitos de dialogia e de polifonia que fazem ver a enunciação como puro produto da interação social. De Ducrot e Anscombre, a partir de um olhar lingüístico sobre a polifonia, vislumbramos a possibilidade de aplicar tal conceito à análise de um único enunciado e não, necessariamente, na relação entre enunciados, com vistas à captura dos diferentes enunciadores – postos em cena pelo locutor – e seus diferentes “pontos de vista”. De Authier-Revuz, a inserção dos conceitos de heterogeneidade constitutiva e de

heterogeneidade mostrada para relacioná-los, respectivamente, aos conceitos de dialogia/ interdiscurividade e polifonia/ intertextualidade.

A opção por Possenti está relacionada ao fato de, apesar de ele reconhecer a presença do outro no discurso, conforme atestam os fundamentos acima apresentados, defende que a intervenção desse outro não pode impossibilitar o necessário trabalho de investigação acerca do sujeito enunciador. Possenti argumenta que o enunciador é um aliado do outro na constituição do sentido, não sendo anulado, pois, por sua presença.

Gréssilon e Maingueneau bem como Koch vão aplicar os conceitos dados pelos teóricos da enunciação e pelos estudiosos do provérbio à re-enunciação proverbial.

Relativamente à conceituação proposta para o provérbio, Schapira e Munõz vão nos encaminhar a reconhecer máximas e frases feitas como expressões proverbiais, ao lado dos provérbios propriamente ditos, segundo o mecanismo da proverbialização ou da idéia de que tais fórmulas são tidas como provérbios em curso. Anscombe nos fornece elementos para a caracterização do provérbio e, dentre os traços apresentados, ressaltamos, auxiliados por Maingueneau e Charaudeau (2004), o da estereotipia.

Com relação à análise dos provérbios re-enunciados, Koch vai mostrar que o conceito de polifonia abarca o de intertextualidade e que, no movimento intertextual, a voz derivada imita deliberadamente a voz matriz para captá-la ou subvertê-la. Gréssilon e Maingueneau atestam que esses dois processos – o de captação e o de subversão – são um *détournement* do tipo militante, sendo o primeiro introduzido com vistas a que se siga a orientação argumentativa da versão original, numa espécie de intertextualidade das semelhanças (por paráfrase), e o segundo como reorientação da versão original, numa espécie de intertextualidade das diferenças (por paródia).

Aristóteles é outro nome imprescindível a um trabalho dedicado ao estudo do *ethos*. Da tradição retórica, depreendemos este conceito como um dos aspectos do discurso, o qual constitui os atributos do orador, ou seja, os traços do caráter que o orador mostra ao auditório através do que ele deixa emergir pelo discurso. Pelos moldes da Lingüística moderna, por meio dos textos de Amossy, Charaudeau e Maingueneau, retornamos à retórica clássica, para enxergar o *ethos* como a construção de uma imagem de si, correspondente à finalidade do discurso e à cena enunciativa.

Todos esses pressupostos teóricos estão delineados nos capítulos de 3 a 6. À etapa subsequente – capítulo 7 – cabe a "radiografia" do *corpus*, feita, em nível qualitativo, sob uma

Linguística da Enunciação em duplo recorte: o da “enunciação ampliada” e o da “enunciação restrita¹¹”.

No âmbito da enunciação ampliada, descrevemos as relações entre os provérbios, os protagonistas do discurso e as situações comunicativas (circunstâncias espaciotemporais e condições gerais de produção/ recepção da mensagem). Essa etapa que é, para o presente trabalho, mais geral, contempla também a explanação da macroestrutura do discurso: exposição ampla da proposta, da tese, de alguns argumentos e da conclusão, relacionando esses componentes argumentativos aos provérbios re-enunciados.

No quadro da enunciação restrita, buscamos os procedimentos lingüísticos, discursivo-enunciativos, típicos das recriações dos ditos populares com os quais o locutor reconstrói o objeto discursivo e promove novos efeitos de sentido. Nesse escopo, então, fazemos a descrição e a avaliação das opções sintático-semânticas e lexicais de reconstrução dos provérbios, a fim de examinar os jogos intertextuais que, a partir daí, se manifestam e que são marcadores da imagem do sujeito discursivo.

Além disso, à luz de algumas reflexões depreendidas da teoria da referenciação (Mondada e Dubois, 2003), relacionadas ao processo da instabilidade constitutiva e ao da estabilidade, avaliamos os procedimentos lingüísticos empregados para as re-enunciações proverbiais, entendendo que tais processos de referenciação dependem dos propósitos enunciativos do sujeito e contribuem, portanto, para a depreensão de sua imagem.

Consolidadas as análises, atingimos o *ethos* constituído para o enunciador Villas-Bôas Corrêa, avaliando-o no âmbito do contrato de comunicação midiática e conjugando-o à funcionalidade do programa argumentativo instaurado pelo discurso estudado.

As descrições e as apreciações qualitativas dos artigos componentes do *corpus* suscitam comentários acerca de aspectos enunciativos ocorrentes nos trinta artigos que compõem o *corpus* de reflexão. Esses comentários reúnem e exploram os seguintes itens:

¹¹ Em razão da problemática captura da enunciação, Kerbrat-Orecchioni (1980) trata de identificar e de descrever os indícios do ato na trama enunciativa. Para tanto, estipula inventariar a subjetividade lingüística sob dupla perspectiva, a da enunciação ampliada e a da enunciação restrita.

Aspectos abordados:	Objetivos de análise:
1. O <i>ethos</i> constituído pela re-enunciação proverbial.	Verificar se os provérbios reelaborados manifestam não só uma imagem de parcialidade do eu-enunciador, mas também se essa imagem é encoberta por uma “máscara” de imparcialidade.
2. O suposto <i>ethos</i> da parcialidade instituído pela re-enunciação dos provérbios.	Observar se a re-enunciação proverbial em questão é veículo de uma parcialidade estruturadora do discurso argumentativo estudado.
3. A orientação paródica dos provérbios re-enunciados e a instabilidade constitutiva.	Detectar se a estratégia da paródia aplicada à re-enunciação em tela relaciona-se ao processo da instabilidade constitutiva e, em consequência, à afirmação de um discurso jornalístico de parcialidade.
4. A orientação parafrástica dos provérbios re-enunciados e a estabilidade estratégica.	Avaliar se a estratégia da paráfrase aplicada à re-enunciação em tela apóia-se no processo da estabilidade e, conseqüentemente, na confirmação de um discurso jornalístico de imparcialidade.
5. A funcionalidade argumentativa do discurso de Villas-Bôas Corrêa e o <i>ethos</i> constituído sob o contrato de comunicação midiático.	Examinar se a funcionalidade da argumentação estudada pauta-se na indissociabilidade entre o discurso da razão e o da emoção sob os quais se fundam, respectivamente, o <i>ethos</i> da imparcialidade estratégica e o <i>ethos</i> da parcialidade, em consonância com a dupla finalidade do contrato de comunicação midiático (credibilidade e dramatização).

2.3. HIPÓTESES

A partir dos itens apontados no quadro supracitado, vislumbram-se certas hipóteses que este trabalho pretende averiguar. Vale ressaltar que as suposições a seguir aventadas foram feitas de acordo com a tentativa de considerarmos, nesta tese, as re-enunciações proverbiais sob uma perspectiva discursiva. Nossa análise passa não só por questões relativas à subjetividade, mas também pelo modo como esse aspecto se torna constitutivo e funcional da argumentação estudada.

Listam-se, a seguir, algumas das suposições vislumbradas:

- a. os provérbios re-enunciados por Villas-Bôas Corrêa revelam a instauração de um duplo *ethos* para o enunciador: o da parcialidade e o da imparcialidade estratégica;
- b. a parcialidade veiculada pelos provérbios re-enunciados é categoria estruturadora dos artigos de análise assinados por Villas-Bôas Corrêa;
- c. o *ethos* da parcialidade é assegurado pela paródia às expressões proverbiais e está ancorado no processo da instabilidade constitutiva;
- d. o *ethos* da imparcialidade é assegurado pela paráfrase às expressões proverbiais e está ancorado no processo da estabilidade;
- e. sendo o *ethos* constituído para Villas-Bôas Corrêa o da imbricação entre a parcialidade e a imparcialidade estratégica, então seu programa argumentativo, à luz do contrato de comunicação midiático, estabelece-se sobre dois eixos indissociáveis: o da razão, da imparcialidade, credibilidade e o da emoção, parcialidade, dramatização, que garantem a funcionalidade de sua argumentação.

3. A ANÁLISE DO DISCURSO

Este capítulo destina-se a explicitar os pressupostos teóricos pertinentes à pesquisa, que focaliza a voz constituída por trás dos artigos de análise assinados pelo repórter-político Villas-Bôas Corrêa. De início, revisamos o corpo de princípios teóricos e procedimentos de análise lingüística da Análise do Discurso. Ressaltamos, em seguida, o estágio atual da AD em sua “evolução dispersiva” (Mari [et al.] (org.),1999:18). Por fim, destacamos, sobretudo, a Análise Semiolingüística do Discurso, que considera os indícios lingüísticos da subjetividade produzidos em condições situacionais particulares de comunicação.

3.1. ESBOÇO HISTÓRICO

Reconhecida como uma das correntes da Lingüística Textual, a Análise do Discurso constitui-se como disciplina na década de 60. Entretanto, ainda nos anos 50, alguns trabalhos, como o de Harris (1952), por um lado, – revelador da possibilidade de extrapolar as análises restritas meramente à frase, ao expandir procedimentos da lingüística distribucional americana aos enunciados (denominados discursos) – e os de Roman Jakobson (1963) e Èmile Benveniste (1966) que versavam sobre a enunciação, por outro, já contribuía para elevar a Análise do Discurso à categoria de uma disciplina. Isso por sua preocupação em definir os seus próprios instrumentos de análise, seus próprios quadros teóricos e metodológicos.

Embora ainda considerados embriões da Análise do Discurso, os trabalhos citados já apontavam duas tendências que se consolidariam nesse campo de investigação lingüística: a americana e a européia. A primeira focaliza a teoria do discurso como uma extensão da Lingüística *stricto sensu*, ou seja, uma análise do texto preocupada em descrever os elementos em uso e as condições de interação no discurso. A outra considera a teoria do discurso como uma ruptura da Lingüística, principalmente no campo da Semântica.

A perspectiva européia da Análise do Discurso ressalta a importância das condições de produção (situação) do dizer. Objetiva explicar a dicotomia forma/ sentido em termos também de exterioridade e a construção do sentido como um processo de interação social. Seu objeto de estudo é o discurso escrito, analisado a partir de propósitos textuais: preocupação com o aspecto formal e com a elaboração do discurso.

A escola européia de Análise do Discurso, em especial a francesa, receberia, ao final dos anos 60, fortes influências dos estudos de Michel Pêcheux. Para ele, a interação locutor - ouvinte é fundamental para a significação. Tal relação deve ser avaliada dentro de certas condições de produção as quais pressupõem o que, para o teórico, é inerente ao discurso: a ideologia. Pêcheux (1988) concede prioridade às observações referentes às formações ideológicas no estudo dos documentos, ou seja, para ele é inconcebível a existência de enunciados destituídos de qualquer ideologia. Sendo a ideologia determinada pelas condições sócio-históricas de uma sociedade, busca-se, nessa direção, legitimar socialmente o sujeito.

Pêcheux (*op.cit.*) mostra que o ideológico também está inscrito na linguagem dos sujeitos, principalmente porque a necessária representação do mundo por signos vincula-se sempre à formação ideológica que se tem do outro. Sendo assim, indica que há uma ideologia subjacente à linguagem mesma, ideologia esta limitada por convenções sociais bem definidas.

A preocupação com as formações ideológicas e/ ou discursivas¹² e com suas particularidades constitui-se como a essência da primeira geração da Análise do Discurso, período que compreende o final dos anos 60 e o início da década de 70¹³. Nessa fase, o sujeito é considerado em sua individualidade, ou seja, o sujeito é um ser assujeitado a uma determinada formação discursiva que o condiciona em seu dizer.

Reformulando e reavaliando as questões da primeira geração e acrescentando outros pontos de vista àqueles pressupostos, os teóricos da Análise do Discurso Francesa de segunda geração vão surgir dispersando-se em várias correntes. Quase todas, entretanto, ligadas à teoria da enunciação, agora sob novo enfoque: o sujeito não é mais visto como oriundo de uma determinada formação discursiva, mas enquanto sujeito de uma determinada comunidade social. Essa comunidade social ou discursiva, segundo Maingueneau, caracteriza-se como “o grupo ou organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva” (1997:56). A linguagem de uma comunidade, seus termos e seus significados somente são entendidos pelo conhecimento que o falante tem dos costumes, das formas de pensamento, das tradições e das circunstâncias – os lugares-comuns ou os *topoi* (pressupostos culturais) – que forjam o contexto em que se insere esta comunidade social.

Ao gerar os seus textos, o sujeito constrói, intencionalmente, sentidos, segundo as condições histórico-enunciativas em que o texto se forma. Por isso, o analista do discurso não

¹²Essa expressão, criada por Michel Foucault (1971), representa um conjunto de enunciados que determinam aquilo que pode e o que deve ser dito em certa situação.

¹³MAINGUENEAU. 1997.

está propriamente preocupado em desvelar o sentido do texto, mas em revelar as estratégias utilizadas na construção textual.

Em uma tendência ainda mais recente da Análise do Discurso, ao componente enunciativo, liga-se o pragmático para criar a perspectiva pragmático-enunciativa. Essa perspectiva considera a língua “como o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes” (Maingueneau, 1997: 20).

De maneira ampla, a língua passa a ser vista como uma atividade, ou melhor, como uma forma de ação entre os interlocutores. A linguagem passa a ser definida como uma ação intencional sobre outrem que visa a “modificar, a transformar, de certo modo, as condições de comportamento social, tanto do falante como do ouvinte, ou melhor dizendo, dos interlocutores de um diálogo” (Vogt, 1980:95). O diálogo, nessa perspectiva, torna-se fonte primordial do sentido, haja vista que as intenções de significado são produzidas pelo encontro das subjetividades – intersubjetividade. O eu condiciona suas palavras relativamente ao tu, o que faz delas signos adaptáveis e cambiantes. É nesta intenção que a alteridade do signo, fenômeno já apontado por Bakhtin (1981), se mostra completamente.

A propósito, é importante ressaltar o papel fundamental de Bakhtin na antecipação de algumas das principais orientações da lingüística moderna, especialmente no que concerne aos estudos da enunciação. Os referidos estudos concebem o enunciado como tecido lingüístico e como contexto enunciativo, isto é, como objeto de significação e, ao mesmo tempo, de comunicação.

Dessa concepção decorrem dois aspectos fundamentais para o estudo lingüístico dos textos: o dialogismo e a polifonia. No próximo capítulo abordaremos esses essenciais conceitos da reflexão de Bakhtin no escopo da teoria da enunciação.

Considerando-se ainda os textos em seu contexto pragmático, inaugura-se a teoria dos atos de fala, que focaliza a linguagem em ação. Austin (1962) acata a “idéia de que o sentido de um enunciado coincide com o estado de mundo que ele representa, independentemente de sua enunciação” (Maingueneau, 1996: 6). Assim, especifica três tipos de ação que, emitidas de forma simultânea em um ato de fala, são complementares da enunciação e determinam de que modo a elocução de uma sentença corresponde a uma ação:

- (a) ato locucionário: a elocução com determinado sentido e referência;
- (b) ato ilocucionário: a produção de um enunciado ao qual se liga, convencionalmente, uma força (como afirmação, oferta, promessa etc.);
- (c) ato perlocucionário: a intenção de provocar determinado efeito de sentido no ouvinte (saí do contexto propriamente lingüístico).

Ao ato ilocucionário, Austin atribui maior importância, vendo nele, inclusive, uma relação direta com a expressão ato de fala. Um ato de fala, portanto, equivale a uma instituição que o ato pressupõe pelo fato de ser realizado.

As propostas do filósofo de Oxford são refinadas por Searle (1969), que reflete sobre os atos de linguagem indiretos, e por Grice (1979), que dá luz à capacidade de inferência em seu modelo teórico da cooperação conversacional. Os três teóricos, contudo, apresentam o inconveniente de se limitarem ao estudo de exemplos fabricados de atos de fala isolados.

Todo esse componente pragmático-textual acrescenta ao enunciativo outro dado importante em relação à linguagem: seu valor de troca. Restrita ao componente enunciativo, a linguagem caracteriza-se apenas por seu valor de uso. À luz da Pragmática, o texto é investigado, contudo, como um processo, sendo a linguagem determinada pelos que a utilizam e pelo contexto. O componente pragmático torna-se vital à teoria da Análise do Discurso já que esclarece que toda encenação não é algo mais que se coloca posteriormente a uma estrutura lingüística, mas antes algo que lhe é inerente, isto é, que “condiciona radicalmente a organização da língua” (Maingueneau, 1997:2).

A perspectiva pragmático-enunciativa é uma das bases da Análise do Discurso pós-Pêcheux e, conseqüentemente, da Análise Semiolingüística do Discurso, importante corrente da Análise do Discurso Francesa, criada por Patrick Charaudeau em 1983.

3.2. A ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DO DISCURSO

Em sentido amplo, a Análise Semiolingüística do Discurso é, para Patrick Charaudeau (1996: 3), uma tomada de concepção diferente acerca da linguagem e tem por objetivos:

analisar a linguagem em ação, os efeitos produzidos por meio do seu uso, o sentido social construído e que testemunha a maneira pela qual os grupos sociais instauram seus intercâmbios no interior de sua própria comunidade e com outras comunidades estranhas. Assim, ela contribui para mostrar como se estrutura discursivamente o social, como o discurso é, ao mesmo tempo, portador de normas que sobredeterminam o indivíduo vivendo em coletividade e as possíveis estratégias que lhe permitem singularizar-se.

O caráter semiolingüístico da análise proposta por Charaudeau advém da síntese que procura fazer entre a Semiótica, a Lingüística e a Pragmática. A semiolingüística é Semiótica

uma vez que, em primeiro lugar, enxerga o sentido como construído pela sua relação com a forma. Em segundo lugar, porque se interessa por um objeto feito com base em relações intertextuais, dependentes dos sujeitos de intencionalidade que as produzem. Finalmente, porque essa análise se preocupa em extrair os implícitos do texto assim constituído com base nos signos lingüísticos.

É uma análise de base Lingüística pelo fato de lançar mão de toda a conceituação estrutural dos fatos da linguagem – em nível sintagmático e paradigmático – como instrumental para a investigação do ato lingüístico.

E, por fim, a análise semiolingüística do discurso é Pragmática na medida em que vê a linguagem como um ato de dinamicidade – ponto de encontro de vários sujeitos que interagem como se estivessem participando de uma grande encenação, com seus projetos de influência social.

A abordagem semiolingüística do discurso descreve a significação discursiva como uma resultante, no sentido matemático do termo (força), de dois componentes: o lingüístico (língua) e o situacional (contexto e seres – atores sociais e sujeitos do dizer).

Em termos lingüísticos, a análise semiolingüística, situada em uma problemática dita cognitiva (Charaudeau, 1999), explica o sentido de um enunciado (discurso) através do material verbal de que é composto, investigando, na verdade, *de que fala* a linguagem. Sob um enfoque situacional, apoiada sobre uma problemática dita representacional (*op.cit.*), a análise revela o sentido através do material psicossocial que define a cena e os interlocutores, chegando ao *como fala* a linguagem.

Vale ressaltar que uma das principais características da teoria semiolingüística é que ela confere aos seus dois componentes (o interno e o externo) a mesma importância para a construção do sentido do ato lingüístico. É a união desses dois espaços – entre a dimensão lingüístico-discursiva e a dimensão situacional – que leva à construção do sentido.

Partindo dessa premissa, Charaudeau (*op.cit.*) estimula seus leitores a pensarem que o texto não se processa como algo isolado, destituído de suas relações complexas. Ao contrário, propõe analisá-lo como uma “encenação”, no sentido teatral do termo. Essa “encenação” constitui-se pela presença de interlocutores, que dela participam em situações concretas de comunicação; pela própria situação comunicativa (fator externo do discurso); pelas marcas lingüísticas utilizadas no ato (fator interno do discurso); e pelo modo de organização discursivo do qual a encenação depende.

Em especial, no que concerne à presença dos interlocutores na “encenação” comunicativa, vale dizer que eles estabelecem um relacionamento que é constitutivo da

enunciação. Isso se dá na medida em que esta se realiza na busca de mecanismos próprios para a persuasão do alocutário.

Esse modelo enunciativo se baseia numa concepção de ato de linguagem cujo intuito é ultrapassar a idéia de que o processo enunciativo, entre emissor e receptor, se caracterizaria como simétrico. Ao receptor estaria destinada a função neutra de decodificar as mensagens e intenções produzidas pelo emissor.

Para Charaudeau (1999), o modelo proposto pela teoria da comunicação sobre a simetria entre emissor e receptor é um equívoco, já que o seu modelo de compreensão do processo enunciativo apresenta o ato de comunicar como sendo uma *mise en scène* discursiva. Dessa “encenação”, participam quatro sujeitos em interação e não apenas um eu-emissor e um tu-receptor isoladamente. No processo interlocutivo proposto por Charaudeau, ocorre um desdobramento dos lugares enunciativos.

Entre os quatro sujeitos firma-se um contrato de comunicação que sobredetermina os sujeitos, regulando suas práticas sócio-lingueiras, e que se responsabiliza pela organização do texto. Segundo Charaudeau,

a noção de *contrato* pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais sejam capazes de entrar em acordo a propósito das representações de linguagem destas práticas. Conseqüentemente, o sujeito que se comunica sempre poderá, com certa razão, atribuir ao outro (o não-EU) uma competência de linguagem análoga à sua que o habilite ao *reconhecimento*. O ato de fala transforma-se então em uma *contrapartida de convivência* (1983:50).

Essa idéia de contrato de comunicação significa que há um princípio básico regendo o ato comunicativo: o direito à fala. Este princípio compreende as condições do **saber**, do **poder** e do **saber fazer**.

Para que o contrato efetivamente se realize, um dos interlocutores deve entrever a capacidade de **saber** (legitimidade) do outro, isto é, deve esperar que o parceiro domine um universo de crenças, um saber que possa ser partilhado na prática discursiva. Além disso, deve reconhecer a condição de **poder** (legitimidade) desse outro, condição que é dada pelo grau de adequação estabelecido entre a identidade psicossocial do sujeito e seu comportamento linguageiro. Por fim, deve também reconhecer nele o **saber fazer** ou competência comunicativa em diferentes circunstâncias, levando-se em conta seu projeto de fala.

De acordo com Charaudeau,

(...) o *projeto de fala* é o resultado de um “ato conjunto”, que se faz num movimento vai-e-vem constante entre o espaço externo e interno da cena comunicativa. É na aptidão em *saber ligar esses dois espaços e seus componentes* que pode ser julgado o *saber fazer* do sujeito e que pode ser reconhecida sua competência enquanto sujeito tendo um projeto de fala. É o que lhe dará credibilidade, sem a qual, não obstante toda legitimidade que possua pelo Saber ou Poder, ele não será entendido, e não lhe será reconhecido, de fato, o *direito à palavra* (1996: 29-30).

O projeto de fala do sujeito encerra uma condição essencial ao ato comunicativo: o modo de organização do discurso. Charaudeau defende que, dependendo da finalidade comunicativa, o sujeito organizará a matéria languageira numa estrutura determinada, com vistas à enunciação, à narração, à descrição, ou à argumentação. Assim, o linguísta aponta quatro modos de organização das mecânicas discursivas, que correspondem aos seguintes princípios: o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo.

Para nosso estudo, interessa-nos, especialmente, o primeiro deles. O modo enunciativo de organização do discurso trata das instâncias de enunciação do ato de linguagem, mais precisamente do modo como o enunciador (eu) projeta-se no enunciado, através de suas marcas, em relação ao interlocutor (tu). Se existe um *ato de dizer*, então há um Eu e um correspondente Tu, unidos pelo processo interativo. Assim, em toda enunciação existe um Eu, pressuposto pelo enunciado, que se refere a um Tu, também pressuposto e projetado pela enunciação.

Essa organização enunciativa do discurso consiste, na verdade, na encenação de imagens dos seguintes protagonistas: eu-enunciador/eu-comunicante e tu-destinatário/tu-interpretante, uns em relação aos outros. Sob a perspectiva semiolinguística, a encenação discursiva conta, portanto, com quatro sujeitos.

O eu-comunicante e o tu-interpretante são definidos como seres psicossociais, dotados de intencionalidade e constituídos por uma competência adquirida por um **saber-fazer**. São definidos como autor e leitor reais, respectivamente. Como não são seres da fala, contudo, a eles se ligam o eu-enunciador e o tu-destinatário. Sendo seres do dizer, esses dois sujeitos constituem-se pela legitimidade que lhes é conferida por um **saber** e por um **poder**. Diferentemente dos outros dois, esses são “seres de papel”, criados pelo discurso, em cujo tecido imprimem marcas.

E são essas marcas discursivo-enunciativas, as quais projetam imagens do enunciador, com o propósito de o fazerem aceito pelo sujeito interpretante, que nos interessam desvendar no *corpus* selecionado.

4. AS BASES DA SUBJETIVIDADE

A fim de desvendarmos as marcas discursivo-enunciativas do sujeito, consideramos vozes teóricas variadas, harmonizando-as. Retornando à Retórica Clássica, pelos moldes da Lingüística Moderna, focalizamos a noção de *ethos* (a maneira de dizer). Também relacionada à noção de subjetividade e fortemente ligada a essa construção de uma imagem de si, estudamos a Teoria da Enunciação, proposta por Benveniste (1988). Em paralelo, enfocamos o que se denomina por alteridade na linguagem, aspecto relacionado a conceitos como dialogismo e polifonia, e proposto por Mikhail Bakhtin (1981) sendo, tempos depois, trabalhado em várias vertentes, dentre elas, a de Ducrot (1989) e a de Jacqueline Authier-Revuz (1982).

4.1. ENUNCIÇÃO

No âmbito das ciências humanas, contempla-se o texto como um objeto por trás do qual há sempre uma voz, a expressão de alguém; enfim, há sempre um sujeito, com uma visão de mundo e um universo de valores. E é com esse sujeito que se estabelece a interação verbal.

Pôr esse sujeito da linguagem no centro das teorias lingüísticas é, entretanto, uma preocupação recente e ainda não generalizada. Até o surgimento da Teoria da Enunciação, a língua, sob a égide da orientação estruturalista, era vista, predominantemente, como um objeto abstrato, sendo necessário apenas descrever os seus sistemas internos. Ademais, no âmbito do Estruturalismo, a noção de sujeito era referenciada tão somente como uma realidade gramatical. E embora para a retórica clássica a atividade da linguagem tenha sido tomada como arte da persuasão, esse enunciador não estava presente, enquanto objeto de estudo, como ser da enunciação.¹⁴

Tanto as correntes estruturalistas orientadas para uma atividade da comunicação reduzida e simplificada, quanto a teoria gerativa de Chomsky viam o ato de linguagem como um processo simétrico entre pólos neutros de predicação e de recepção. Num modelo de competência aparentemente exemplar, não há espaço, dessa forma, para a teoria dos sujeitos.

¹⁴ CHARAUDEAU. 2001, p.27.

Com a Teoria da Enunciação, a presença dos sujeitos da linguagem, suas identidades, seus estatutos e papéis são alçados, plenamente, a um lugar de destaque.

É com Benveniste (1988) que se inaugura um importante passo em direção aos estudos da enunciação. Ao dizer que a subjetividade é a capacidade de o locutor se colocar como sujeito, o lingüista mostra que o sujeito é ordenador da organização da linguagem. Com isso, prioriza a enunciação sobre o enunciado e lança luzes sobre a oposição eu/ tu.

No quadro benvenistiano, o que transforma a língua em discurso é o ato de enunciação – ato por meio do qual o enunciador se apropria do aparelho formal da língua. Nesse processo de apropriação, o enunciador ancora-se como sujeito pela designação dêitica eu e constitui-se como centro da problemática da enunciação em oposição a um tu, ao qual cabe apenas o papel de eco, já que não é igual nem simétrico ao eu.

Sendo fundamental, nessa teoria, o próprio ato de produzir o discurso – a enunciação – a atenção se volta para o texto não como produto, mas como ação discursiva de um sujeito que se projeta no enunciado através de marcas lingüísticas específicas. O acesso a esse sujeito, portanto, se faz perseguindo esses vestígios lingüísticos que constituem o aparelho formal da enunciação.

A partir dos trabalhos de Benveniste (1966), Kerbrat-Orecchioni (1980) vai se preocupar com o exame da enunciação pelo enunciado que a manifesta, isto é, tratará de identificar e de descrever os procedimentos lingüísticos pelos quais o locutor imprime suas marcas no enunciado, inscreve-se na mensagem e se situa em relação a ele. Para inventariar a onipresente subjetividade (nos termos de Brandão, 2001) disseminada em todo discurso, Orecchioni (1980) elenca unidades que funcionam como índices da inscrição do sujeito da enunciação no enunciado, não se limitando aos dêiticos, mas incluindo também os termos afetivos, termos avaliativos (axiológicos) e não axiológicos da classe dos substantivos, adjetivos, verbos e modalizadores.

Consoante Brandão (2001), Orecchioni permanece fiel ao projeto de Benveniste, privilegiando, deliberadamente, o parâmetro do locutor, isto é, os índices do locutor no discurso, apesar de visar à interdependência dos parceiros na enunciação.

Dessa concepção idealista sobre a subjetividade resultam duas conseqüências teóricas: a referenciação lingüística só advém da enunciação e o locutor traduz-se como fonte, supostamente autônoma, de sentido.¹⁵

¹⁵ PAULIUKONIS. 2003, p.39.

Discordando dessa centralização no sujeito enunciador, que assume o comando de todo o mecanismo da enunciação, e somando-se a isso o conceito bakhtiniano de polifonia, diversos teóricos passaram a discutir mais amplamente a homogeneidade e a unicidade do sujeito.

Contrastando as noções bakhtinianas com as formulações desenvolvidas pela Teoria da Enunciação, Indursky (2000) nos faz ver que, embora tanto Benveniste quanto Bakhtin tivessem olhado criticamente para as conseqüências do corte epistemológico praticado por Saussure¹⁶, em Bakhtin houve a busca pela dialogia e, em Benveniste, a procura pelas marcas da subjetividade na língua. Disso decorre que o primeiro acabou postulando uma Metalingüística; o segundo, formulando os fundamentos da Lingüística da Enunciação. Em outros termos, apesar de Bakhtin aceitar a Lingüística postulada por Saussure, julgava-a incapaz de dar conta do discurso. Por sua vez, Benveniste procurou evidenciar a possibilidade de se postular uma Lingüística da Enunciação.

No âmbito da Lingüística da Enunciação, a noção de sujeito recobre um eu que se constrói na medida em que interage com um tu; no campo das abordagens bakhtinianas, há em todo texto uma dialogização interna, isto é, uma heterogeneidade de sujeitos.

Para Bakhtin, a voz individual só é percebida ao integrar-se ao conjunto de outras vozes presentes. É dentro desse contraste de vozes (tanto a do interlocutor quanto a de outros discursos que constituem qualquer discurso) que se estabelece a dialogia. Sob esse enfoque, resultam várias conseqüências para a constituição do sentido do enunciado.

Assim, se, em Bakhtin, “o enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado” e se “o enunciado dever ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores: refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles” (1992: 316), podemos inferir que determinada afirmativa elucida uma contestação à voz de alguém que diz o contrário. Ao mesmo tempo, poderá produzir uma multiplicidade de sentidos em decorrência da multiplicidade de enunciações a que possa estar submetida. Em suma, Bakhtin propõe que a enunciação é “puro produto da interação social”. (Brait, 2001: 63).

Dando continuidade à reflexão bakhtiniana sobre a dialogia, destacamos, dentre os pesquisadores contemporâneos, o trabalho de Anscombre e Ducrot (1983) a partir do qual se depreende uma série de princípios e noções para um olhar lingüístico sobre a polifonia.

¹⁶ Ambos estavam interessados pela ação do homem na língua.

Para os teóricos, o sujeito é concebido como uma figura fragmentária – em locutor e em enunciador – diferentemente da concepção centrada de sujeito dada por Benveniste. O locutor produz o enunciado no instante da enunciação e se responsabiliza por ele; trata-se do autor das palavras, sujeito do dizer que se opõe a um alocutário. Por outro lado, o enunciador se define como o agente dos atos ilocucionários a quem é atribuída a responsabilidade do que é dito no enunciado; a ele associa-se um destinatário.

Quando há um desdobramento da figura do locutor em outras figuras enunciativas, permitindo-se assim tornar reconhecidas outras vozes através da sua, estabelece-se a polifonia. Cunha (1991: 14), ilustrando a teoria polifônica de Anscombre e Ducrot, aponta o seguinte exemplo: “O homem teria chegado no Brasil há 45.800 anos.”¹⁷. Em sua análise mostra que o emprego do futuro do pretérito revela que os enunciados não são automaticamente assimilados pelos locutores. A um locutor jornalista (do dizer) associa-se um enunciador arqueólogo (no caso, identificado à arqueóloga N. Guidon), detentor do conhecimento. Portanto, há polifonia neste caso e em outros sempre que o locutor e o enunciador não forem instâncias enunciativas idênticas.

Ducrot (1989), aperfeiçoando sua concepção enunciativa da linguagem, fragmenta ainda mais a figura do locutor em [L] – responsável pelo enunciado e em [I] – locutor enquanto ser do mundo, como também reformula sua noção sobre enunciador. Agora, as vozes veiculam, através da enunciação, diversos pontos de vista que o locutor organiza para com eles identificar-se ou para se lhes opor.¹⁸

Essa percepção polifônica da enunciação em Ducrot (*op.cit.*) representa uma evolução no entendimento da interlocução, visto que com a identificação de diversos interlocutores vislumbra-se a possibilidade de centralizarmos a análise no interior de um único enunciado, o que para Bakhtin só seria possível na relação entre enunciados. Em outras palavras, Ducrot apropria-se do conceito bakhtiniano de polifonia – considerando tal questão à luz da Lingüística – e aplica o princípio dialógico no nível do enunciado, defendendo a alteridade como mecanismo constitutivo da atividade languageira.

A formulação polifônica da enunciação em Ducrot o afasta ainda mais da concepção de sujeito proposta por Benveniste. Para este, a dialogia se afigura como um intercâmbio constante entre um eu e um tu, instaurando a intersubjetividade. Já para aquele, a dialogia estabelece-se pela possibilidade de o sujeito dispersar-se entre locutor e enunciador e comunicar tanto a própria voz quanto a voz alheia na construção do enunciado.

¹⁷ Trata-se da tradução de título de um artigo publicado no jornal *La Dépeche du Midi* em 2/7/89.

¹⁸ DUCROT. 1989.

Como é possível perceber, tais abordagens instauram uma concepção de subjetividade como instância enunciativa. Em síntese, podemos dizer, dentro de uma concepção heterogênea de sujeito, que a figura do outro passou a ser incorporada como constitutiva de sua significação.

Apoiando-se também na fundamentação de que o outro, visualizado como interlocutor e como discurso, é constitutivo do sujeito, isto é, ancorando-se na concepção dialógica da linguagem formulada por Bakhtin, está a lingüista Jaqueline Authier-Revuz. A fim de elucidar o conceito que estabelece acerca do outro, ela diz:

... um outro que não é nem um duplo (dublê) de um face a face, nem o “diferente”, mas um “outro” que atravessa constitutivamente o um (...) o “outro” de Bakhtin, aquele dos “outros” discursos, o “outro” interlocutor, pertence ao campo do discurso, do discurso construído (...) com as palavras “carregadas de história”(...) O “outro” do dialogismo de Bakhtin não é nem o objeto exterior do discurso (falar do discurso do “outro”), nem o duplo (o dublê), exterior do locutor: ele é condição do discurso, e é uma fronteira interior que marca no discurso a relação constitutiva com o “outro” (...) Ele se junta à posição que se manifesta na renovação atual das perspectivas da análise do discurso, pelo questionamento teórico de toda concepção homogeneizante da discursividade (...) Não se pode desconhecer a força e a atualidade do ponto de vista bakhtiniano e, em particular, nessa articulação mantida entre “os “outros” discursos” e “o discurso de “outro” interlocutor” (Authier-Revuz, 1982: 103, 119, 121, 122, 123).

Nesse sentido, concordando que toda enunciação é um ato entre locutores, a análise da instância enunciativa transpõe-se de uma centralização no eu para recobrir o par enunciador/co-enunciador, cujas imagens são surpreendidas na materialidade lingüística centrada no fio do enunciado.

Baseada nessas concepções, Authier-Revuz (*op.cit.*), aplicando um recorte lingüístico à heterogeneidade enunciativa, destaca-a em dupla dimensão: a da heterogeneidade mostrada/marcada e a da heterogeneidade constitutiva.

Em seu trabalho de análise das marcas lingüísticas, Authier-Revuz (*op.cit.*) chama de heterogeneidade marcada aquela que se constitui no próprio fio discursivo, pondo em contraste a identidade/ alteridade do sujeito, e que pode ser exemplificada por marcas lingüísticas tais como aspas, citações, discurso direto etc. Articulada a essas marcas da heterogeneidade mostrada está a heterogeneidade constitutiva da linguagem, não aparente na superfície discursiva, mas possível de ser reconhecida pela relação que qualquer discurso estabelece com outros discursos. Sua apreensão, conforme Santos (2004: 255), se dá pela “amplitude da memória discursiva dos sujeitos a partir de sua inserção em uma dada formação social”.

Neste momento, convém ressaltar que o princípio da heterogeneidade mostrada tanto quanto o da heterogeneidade constitutiva vinculam-se, respectivamente, a dois relevantes e distintos conceitos: o da intertextualidade e o da interdiscursividade. A esse respeito, Barros (2003) chama a atenção sobre a necessária distinção entre dialogismo e polifonia. Mostra que o primeiro, correspondendo à interdiscursividade, liga-se, logo, à heterogeneidade constitutiva e que o segundo, relacionando-se à intertextualidade, trata-se de fenômeno, portanto, da heterogeneidade mostrada.

Fazendo uma distinção mais precisa entre a noção de discurso e a noção de texto, podemos dizer que o processo intertextual (polifônico) supõe o da interdiscursividade (dialógico) apesar de o contrário não ser verdadeiro. Isso porque, embora seja próprio da interdiscursividade o diálogo interno de vozes sociais, não se supõe, neste caso, o encontro deliberado do eu com o outro.

Na esteira de Bakhtin, Barros (*op.cit.*) emprega o termo polifonia como um aspecto de textos nos quais se deixam entrever muitas vozes, em oposição aos textos monofônicos, que ocultam seus diálogos constitutivos. Ao termo dialogismo, por sua vez, assegura-se o princípio constitutivo da linguagem e de todo discurso.

Assim, sendo por definição todos os textos dialógicos, visto resultarem do embate de muitas vozes sociais, podem, entretanto, “produzir efeitos de polifonia, quando essas vozes ou algumas delas deixam-se escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir” (Barros, *op.cit.*:6). Neste caso, somente por uma intertextualidade externa, poderá ser retomado o diálogo internamente omitido.

Embora a polifonia esteja relacionada, de fato, à intertextualidade, Koch (1998) salienta que, em sentido restrito, este é um conceito mais amplo que o de intertextualidade. Na perspectiva elaborada por Ducrot (1989), a noção de polifonia obriga apenas que sejam encenados, em determinado texto, pontos de vista de enunciados distintos, enquanto que a noção de intertextualidade exige a presença do intertexto.

Para exemplificar como a teoria da polifonia não se restringe ao conceito de intertextualidade, Ducrot (*op.cit.*) apresenta o funcionamento de determinados conectivos argumentativos, dentre eles o Mas PA¹⁹. Trata-se de um operador argumentativo que possibilita sempre uma descrição polifônica ao operar sobre enunciados anteriores, conforme

¹⁹ O mas, derivado do latim, *magis*, tem duas distintas funções: uma comparada ao espanhol *sino*, simbolizada pelo Mas SN e equivalente à expressão “ao contrário”, indicadora de retificação; a outra correspondente ao espanhol *pero*, representada pelo Mas PA e equivalente a um operador de contrajunção, argumentativo. Esse Mas PA encerra uma relação de oposição (não estrita) entre orientações argumentativas subentendidas a partir de duas asserções diferentes.

o exemplo retirado de Cunha (1991: 18) pode ilustrar: “Se minha morte pudesse reforçar nossa luta, valeria a pena morrer. Mas a experiência nos ensina o contrário” (Chico Mendes – *Le Monde*, 30/12/88).

Neste caso, há inicialmente um E1 (assimilado a uma voz virtual) que se responsabiliza pela asserção “a morte de Chico Mendes pode reforçar nossa luta” e que encaminha para a conclusão “vale a pena morrer por isso”. Essa afirmação última é imputada a um outro enunciador E2 que o locutor L, correspondente a Chico Mendes, estaria pronto a assumir caso a asserção “a morte de Chico Mendes pode reforçar nossa luta” fosse verdadeira.

Depois, aquele mesmo enunciado extraído do periódico *Le Monde* (*apud* Cunha, 1991: 18) põe em cena um outro enunciador (E3), identificado a L, que assume a seguinte fala: “a experiência nos ensina o contrário”. Esta fala nega a asserção “a morte de Chico Mendes pode reforçar nossa luta”, impondo uma conclusão contrária à anteriormente citada.

A partir desse exemplo, o Mas PA estabelecerá um movimento argumentativo resumido da seguinte forma: “alguns poderiam pensar que minha morte reforçaria nossa luta. Se isso fosse verdade, valeria a pena morrer. Ora, a experiência nos ensina que a morte de um líder não reforça a luta que ele conduz. Logo, morrer (para este líder) não vale a pena.”

Esse exemplo reitera a idéia de que é possível apreender um movimento polifônico, independente de um intertextual, conforme atesta o funcionamento do conector argumentativo supracitado.

Contudo, a despeito desta constatação, a intertextualidade pode, de qualquer modo, aliar-se ao conceito de polifonia como uma das mais importantes de suas manifestações.

No âmbito do estruturalismo francês dos anos 60, foi Julia Kristeva quem pôs em evidência o conceito de intertextualidades. De acordo com Kristeva (1969), a idéia de intertextualidade implica o falar de duas vozes coexistindo num texto, ou seja, num mesmo texto, nos termos da autora, pode haver movimentos de atração e de rejeição, de resgate e de repelência a outros textos. Para ela, todo texto é absorção e transformação de outro texto.

Em acordo com Jenny (1979), a intertextualidade constitui-se, em essência, como um processo de incorporação de um texto em outro, com vistas a assimilar o sentido incorporado e a transformá-lo. Nesse escopo, o teórico contraria o sentido de intertextualidade proposto por Julia Kristeva, qual seja o de que o movimento intertextual designaria uma soma confusa e misteriosa de influências. Na defesa de Jenny (*op.cit.*), a intertextualidade é um “trabalho de transformação e de assimilação de vários textos, operado por um texto centralizador, que detém o comando do sentido” (*op.cit.*: 14). E, o olhar intertextual é um olhar crítico deste comandante do sentido e é isso que o define.

Em linhas gerais, a intertextualidade nasce da deliberada intenção de amostragem (implícita ou explícita) do outro e se assenta sobre um entrecruzamento de vozes mostradas: a voz matriz e a voz derivada.

A intertextualidade supõe um novo modo de leitura que altera a linearidade do texto já que cada referência intertextual é, na perspectiva do analista, o espaço de uma alternativa entre ver o fragmento intertextual como parte sintagmática do texto ou como elemento paradigmático “deslocado” e originário de uma sintagmática esquecida. Já na ótica do leitor comum, esses dois processos operam simultaneamente na leitura da palavra intertextual, “semeando o texto de bifurcações que lhe abrem, aos poucos, o espaço semântico” (Jenny, 1979:21). Na instauração dessas bifurcações ocorre que a voz derivada (eu) assimila e transforma deliberadamente a voz matriz (outro) quer para captá-la quer para subvertê-la.

Nesse momento faz-se necessário traçar um paralelo entre o movimento intertextual da captação e o da subversão e dois elementos (determinados intertextualmente) úteis ao propósito desta pesquisa, a saber: a paráfrase e a paródia.

A paráfrase é concebida como a intertextualidade das semelhanças, enquanto a paródia é vista como a intertextualidade das diferenças (Sant’ana, 2000: 28). Resultante de um efeito de fusão, a paráfrase opera o apagamento do “eu”, ou seja, “na paráfrase alguém está abrindo mão de sua voz para deixar falar a voz do outro. Na verdade, essas duas vozes, por identificação (captação), situam-se na área do mesmo” (*op.cit.*).

Sendo um efeito de deslocamento, a paródia, por sua vez, persegue a voz social ou individual recalcada do outro. E esse outro é necessário arrancar, por subversão, para que venha à tona o outro lado da verdade, ou a verdade do sujeito discursivo.

Em síntese, a paráfrase é quase uma não-autoria; trata-se de um discurso sem voz, pois aquele que está dizendo, diz (ou parece dizer) o que o outro já disse. Por seu turno, a paródia é uma interferência no já-dito a descortinar o sujeito que a produz.

Ao contrário do que ocorre no movimento parafrástico, na paródia, segundo Fávero (2003: 55), a fusão de vozes é impossível, já que elas são provenientes de mundos distintos, os quais se fazem ouvir numa leitura polifônica. Assim, a linguagem paródica afirma-se como uma escrita que reestrutura o texto primitivo, sem, contudo, destruí-lo, como seria possível supor.

No dizer de Machado, a paródia tem “uma função ‘renovadora’, ou seja, ela vem substituir formas ‘desgastadas’ ou quase esquecidas por novas formas criadas, a partir das antigas, por mais paradoxal que tal atitude possa parecer” (1999: 329). Neste caso, o sujeito-

parodista se biparte; ao mesmo tempo em que se afasta do sujeito parodiado, permanece-lhe, entretanto, fiel, assumindo uma posição, de certa forma, ambígua.

Por seu turno, a paráfrase requer uma continuidade semântica²⁰ entre os elementos que são por ela aproximados. Trata-se de uma relação de equivalência de sentido²¹ entre dois enunciados, sendo um deles ou não a reformulação do outro. A paráfrase funciona de modo a transferir para o discurso derivado a autoridade relativa ao texto fonte.

Em outra seção do trabalho, voltaremos a abordar os conceitos de intertextualidade e polifonia sob as duas supracitadas formas de realização: os enunciados paródicos e os parafrásticos, resultantes, no caso desta pesquisa, do processo de re-enunciação proverbial.

Retornando à idéia de que o sujeito está impossibilitado de escapar à presença constitutiva da alteridade (à heterogeneidade constitutiva), ele, na ilusão de sua unidade e largo poder, negocia com ela, tornando explícitas as marcas da heterogeneidade mostrada. Dessa forma, impulsionado pela idéia ilusória de ser fonte de discurso, o sujeito, por um “processo de denegação”, reconhece o outro e impõe limites a seu espaço a fim de estabelecer seu próprio domínio. Assim, o sentido se abre às subjetividades, torna-se heterogêneo pela presença de um sujeito que tem que dividir seu lugar discursivo com um outro.

Em síntese, esta concepção heterogênea de língua, em que sujeito e discurso estão multifacetados, passa a ocupar o lugar de uma visão homogeneizadora e unicista de discurso e de sujeito. Seguindo os passos de Brandão (2001), importa ressaltar que tal multifacetação não implica diluição, silenciamento desse sujeito, mas uma visão da alteridade como parâmetro e como complemento constitutivo da própria identidade.

Neste ponto, é necessário trazer à cena também as reflexões de Sírio Possenti sobre o papel dos sujeitos na interação verbal:

(...) não acredito em sujeitos livres nem em sujeitos assujeitados. Sujeitos livres decidiriam a seu bel-prazer o que dizer numa situação de interação. Sujeitos assujeitados seriam apenas um ponto pelo qual passariam discursos prévios. Acredito em sujeitos ativos, e que sua ação se dá no interior de semi-sistemas em processo. (1996: 27)

Sob esse enquadre, nossa proposta de trabalho localiza, portanto, o sujeito como ator, não completamente autônomo em relação ao convencionalmente partilhado, mas ativo e criativo dentro da encenação comunicativa em suas múltiplas faces.

²⁰ CHARAUDEAU & MAINGUENEAU. 2004, p.366

²¹ ILARI & GERALDI. 1994, p.90.

Toda essa reflexão teórica sobre a instância de enunciação e a necessidade de descrevê-la por meio de marcas enunciativo-discursivas convidam-nos a agregar a este recorte teórico outro conceito essencial à noção de subjetividade: trata-se de um fundamento já mencionado, o *ethos* do discurso, importante aspecto proposto por Aristóteles e definido como a construção de uma imagem de si, correspondente à finalidade do discurso. Sobre ele vamos discorrer na seção seguinte.

4.2. *ETHOS*

Correntes diferentes da Análise do Discurso, dedicando-se à análise do enunciado em situação de uso e ao poder da palavra, atualizam a Retórica, definida como a arte de persuadir. Nessa atualização, ora a resgatam, ora a abandonam, o que é visível nas reformulações e debates propostos acerca da noção contemporânea de *ethos*.

Dentro da tradição retórica, Aristóteles (s/d), ao tratar do discurso e seus meios de prova, focaliza três aspectos: o *logos*, o *pathos* e o *ethos*. O *logos* concerne à argumentação, ou melhor, ao conteúdo em si dos argumentos. Sob o domínio da razão, tem compromisso com o ato de “convencer”. O *pathos* diz respeito aos atributos do público-alvo, isto é, às emoções vividas pelo auditório. O *ethos* constitui os atributos do orador, ou seja, os traços do caráter que o orador mostra ao auditório. Sob o domínio da emoção, essas duas categorias tornam possível “emocionar”.²²

No escopo desta pesquisa, interessa-nos analisar a imagem e a presença do sujeito enunciador no discurso. Por isso, vamos nos ater à noção de *ethos*. Sob uma concepção discursiva, examinamos essa categoria como inscrita no ato de enunciação, ou seja, “no próprio dizer do sujeito que fala” (Charaudeau, 2006a: 114).

Ainda no âmbito da Retórica Antiga, o *ethos*, enquanto *tekhnê*, reúne três ares, cujo conjunto forma a autoridade pessoal do orador, fazendo-o parecer “digno de fé”, a saber: a *phrónesis* – o *ethos* da ponderação; o *areté* – o *ethos* do destemido, do homem simples e sincero; a *eúnoia* – o *ethos* do populista, daquele que deseja apresentar uma imagem agradável de si.²³

²² CHARAUDEAU, 2006a: 113.

²³ ARISTÓTELES. s/d.

Essas faces do *ethos*, isto é, essas três qualidades requeridas para um orador, fundam-se em noções comuns, isto é, em *topoi*²⁴ específicos. Na passagem abaixo, Maingueneau (*apud* Eggs, 2005: 32) as delinea do seguinte modo:

Os oradores inspiram confiança por três razões que são, de fato, as que além das demonstrações (*apódeixis*), determinam nossa convicção: (a) prudência/ sabedoria prática (*phrónesis*), (b) virtude (*areté*) e (c) benevolência (*eúnoia*). Os oradores enganam [...] por todas essas razões ou por uma delas: sem prudência, se sua opinião não é correta ou, se pensando corretamente, não dizem – por causa de sua maldade – o que pensam; ou, prudentes e honestos (*epieikés*), não são benevolentes; razão pela qual se pode, conhecendo-se a melhor solução, não a aconselhar. Não há outros casos.

Sob um outro sentido, o *ethos* comporta ainda, dentro da tradição aristotélica, uma dimensão social. Nesse caso, o orador convence ao usar uma expressão adequada a seu caráter e tipo social²⁵. Nesses dois casos, a perspectiva aristotélica salienta que não são os traços reais do caráter do orador que importam, mas o que eles deixam emergir pelo discurso.

O orador, ao emitir uma informação, simultaneamente diz: “eu me defino assim”, “eu me defino de modo contrário”. Sua eficácia está garantida no fato de que ele está envolvido na enunciação sem estar explícito no enunciado.

Não se trata das afirmações elogiosas que o orador pode fazer sobre sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que, contrariamente, podem chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe conferem o ritmo, a entonação, calorosa ou severa, **a escolha das palavras**, dos argumentos... [...] É na qualidade de fonte da enunciação que ele se vê revestido de determinadas características que, por ação reflexa, tornam essa enunciação aceitável ou não (Ducrot, 1989: 201).

Debruçando-se sobre a centralidade da enunciação na elaboração de uma imagem de si, Ducrot insere a noção aristotélica de *ethos* no quadro da teoria da polifonia. Associa a “imagem de si” ao locutor, aquele que é o responsável pela enunciação e que é capaz de colocar, em cena, enunciadores com diferentes pontos de vista. Opõe assim a noção de *ethos* ao sujeito empírico situado fora da linguagem.

Sob essa ótica, o *ethos* não se constrói naquilo que o orador transmite, mas na imagem que o locutor constrói de si, isto é, no modo como se mostra ao outro. E é essa maneira de dizer, não totalmente voluntária e tampouco necessariamente coincidente com o que o

²⁴ O *topos* é o princípio comum, isto é, a crença da coletividade

²⁵ EGGS, 2005, p.30.

destinatário percebe²⁶, que produz certos efeitos de sentido no enunciado. Precisamente, o *ethos* tem uma materialidade lingüística, já que se concretiza em marcas da enunciação. Para identificá-lo, portanto, cumpre analisarmos essas marcas na teia discursiva.

Ressalta Charaudeau que, no âmbito de uma Análise do Discurso de cunho semiolingüístico, para a qual o sentido é fruto da relação entre forma e situação sociolinguageira, ainda há um grande trabalho a ser feito relativamente ao estudo do *ethos*, sob a pena de as pesquisas ficarem circunscritas a certo psicologismo ou a um sociologismo mais voltados para o conteúdo do que para as marcas lingüísticas (enunciativo-discursivas), estruturadoras dessa “imagem de si”.

Interessa notar que nem Benveniste (1966) nem Kerbrat-Orecchioni (1980) utilizaram-se do termo *ethos*. Mas essa noção é recoberta, de qualquer maneira, pelas já elaboradas por esses teóricos, no âmbito da lingüística da enunciação e dos trabalhos relativos à subjetividade na linguagem, respectivamente. De qualquer modo, foi mesmo Ducrot (1989) quem, por meio da referida teoria polifônica da enunciação, integrou o termo às ciências da linguagem.

Ao colocar em xeque a unicidade do sujeito, não do ser empírico localizado fora da linguagem, mas de uma instância subjetiva interna ao discurso, Ducrot (*op.cit.*) analisa o locutor [L] – ficção discursiva – não pelo que ele diz, mas pelo que lhe mostram as marcas de sua fala. Recorre, portanto, à noção de *ethos*, embora não tenha desenvolvido plenamente sua reflexão sobre ele: “o *ethos* está ligado a L, o locutor como tal: é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável” (Ducrot, 1989: 201). No interior de sua teoria polifônica da enunciação, Ducrot (*op.cit.*) insere a noção de *ethos* no estudo da interlocução que considera os participantes, o cenário e o objetivo da troca verbal.

Dominique Maingueneau (2002) dedica-se a essa perspectiva quando mostra que o *ethos* está submetido à cena de enunciação, e, mais precisamente, à distribuição dos papéis em cada domínio discursivo e à cenografia. Se há uma gama variada de papéis para cada tipo de discurso, o locutor está habilitado a se investir mais ou menos livremente de sua cenografia. Assim, por exemplo, no discurso religioso, o padre pode falar a sua assembléia como homem do povo pecador, como representante legítimo de Deus, como burocrata da Igreja etc. Sua escolha estará, sem dúvida, submetida à imagem que ele faz de seu auditório, isto é, “das representações do orador confiável e competente que ele crê ser as do público” (Amossy, 2005: 124).

²⁶ CHARAUDEAU. 2006, p.116.

Por sua vez, no discurso das mídias da informação, o enunciador, também condicionado por um público que tem a expectativa de que o acontecimento reportado/comentado seja autêntico, necessita ser digno de crédito, pois esse é o desafio proposto pela situação midiática, conforme veremos, de maneira mais detalhada, no próximo capítulo.

Nesse enquadre, Maingueneau (2002) – sob uma concepção mais encarnada do que aquela proposta por Aristóteles – desdobra o *ethos* em três elementos que o constituem, mesmo quando o texto escrito os denega: um tom, um corpo e um caráter. Em outros termos, o autor deflagra o *ethos* do enunciador (não do sujeito efetivo) capturando sua voz, suas características físicas e psicológicas. É necessário salientar que essa capacidade, assentada sobre marcas da enunciação de cada texto, é passível de ser capturada independentemente do gênero textual.

Charaudeau mostra, também, que o *ethos*, resultando dessa “alquimia complexa” entre traços pessoais, corporalidade e tom, relaciona-se ao que os interlocutores de maneira vaga esperam, de acordo com seus imaginários.

Toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre si, o outro e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal de referência: o *si* procura endossar essa imagem ideal; o outro se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência. (2006a:137)

Então é, com efeito, a imagem do enunciador que remete o interlocutor à qualidade do *ethos*. A “fala” do enunciador confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá formar em seu enunciado. E, paradoxalmente, é através de seu próprio enunciado que o enunciador deve legitimar sua maneira de dizer.

O reconhecimento desse papel do *ethos* faz com que o analista se distancie de uma concepção de discurso segundo a qual “os ‘conteúdos’ dos enunciados seriam independentes da cena de enunciação que os sustenta. Na verdade, não podemos dissociar a organização dos conteúdos e a legitimação da cena de fala”. (Maingueneau, 2002: 99). Sob esse foco, “a imagem discursiva de si é, assim, ancorada em estereótipos, um arsenal de representações coletivas que determinam, parcialmente, a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura.” (Charaudeau & Maingueneau, 2004: 221).

Se é verdade, por um lado, que o *ethos* não se restringe ao enunciado, já que é na totalidade da cena enunciativa que se constitui, por outro, como a enunciação deixa marcas no

enunciado, esse *ethos* pode ser depreendido a partir da sua materialidade lingüística, isto é, das marcas lingüísticas que projeta no enunciado e que mostra a partir dele:

O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não diz que é simples ou honesto, mostra-o por sua maneira de se exprimir. O *ethos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real”, (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório: é portanto o sujeito da enunciação uma vez que enuncia que está em jogo aqui. (Maingueneau *apud* Amossy, 2005: 31).

Nesta visão, o espaço que engendra o *ethos* é o discursivo, isto é, o *logos* do orador. Esse lugar se constitui apenas por meio das escolhas feitas por ele, ou seja, pelo *ethos*, sua maneira de expressão. Mostra Charaudeau (2006a: 167) que o *ethos* é fabricado pelo emprego de determinados meios ou procedimentos discursivos, os quais resultam de “uma intenção e de um cálculo voluntários da parte do sujeito que fala. Ele os emprega de maneira mais ou menos consciente e são mais ou menos percebidos e reconstruídos pelo interlocutor e pelo público”.

O teórico do discurso põe em evidência alguns procedimentos enunciativos que contribuem para a criação do *ethos*. Cita três: os de enunciação “elocutiva”, “alocutiva” e “delocutiva”. Usando meios de enunciação elocutiva, o sujeito discursivo revela-se no interior da cena comunicativa, mostrando seu ponto de vista pessoal. Pelos procedimentos alocutivos, o enunciador põe em cena o interlocutor. A enunciação delocutiva é expressa por meio de procedimentos que sugerem um apagamento dos interlocutores no ato de linguagem.

Em termos de enunciação ampliada e restrita, cabe a esta pesquisa inventariar, pela investigação aos modos de expressão supracitados, as escolhas lingüísticas efetuadas pelo enunciador relativamente à re-enunciação proverbial. Nosso intuito é verificar se a imagem (*ethos*) de parcialidade do sujeito está inscrita na linguagem, até mesmo na jornalística que tende à imparcialidade, segundo os principais manuais de jornalismo publicados no país. Em outros termos, queremos verificar se o *status* institucional do escritor Villas-Bôas Corrêa, como ser do mundo, e a construção verbal do enunciador Villas-Bôas Corrêa, como ser do discurso (*ethos*), se recobrem ou se distanciam.

Queremos ainda explorar essas duas grandes categorias de *ethos* atrelando-as, respectivamente, a duas específicas ramificações, propostas por Patrick Charaudeau (*op.cit.*) em referência ao discurso político, a saber: os *ethé* da credibilidade, fundados em um discurso da razão, e os *ethé* da identificação, fundados em um discurso do afeto.

5. O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICO

Com a finalidade de alcançarmos a construção do sentido discursivo, faz-se imperativo correlacionar as realizações intradiscursivas (a maneira como se fala) às condições extradiscursivas (identidade dos interlocutores, a co-intencionalidade e as condições físicas de troca) das quais tal significação é resultante. Por sua vez, para entendermos plenamente essa imbricação devemos abordá-la relativamente ao que se chama contrato de comunicação, conceito ao qual já nos referimos na seção 3.2 e que agora retomamos, neste capítulo, para especificá-lo dentro do quadro do discurso midiático.

Proposto por Charaudeau (2006b), a partir do pressuposto de que o ato de linguagem é uma *mise en scène*, o contrato comunicativo diz respeito às condições de realização dos textos ou à situação comunicativa em que os textos se inserem e às características discursivas daí decorrentes. No escopo da comunicação midiática, nos interessa, nesta pesquisa, abordar o contrato comunicativo que sobredetermina, de modo amplo, o dispositivo da imprensa escrita e, em especial, o do gênero textual artigo de análise assinado.

5.1. A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO MIDIÁTICO

A imprensa define-se como um meio de oferecer ao público uma informação supostamente desconhecida e geradora de interesse. Essa informação, no bojo de uma análise discursiva, é avaliada como proveniente de um processo duplo de semiotização: transformação e transação.

Transformar “o mundo a significar” em “um mundo significado”, eis de que se constitui o primeiro processo. Nesse caso, o sujeito percebe o mundo e o estrutura segundo categorias que nomeiam, qualificam, narram, argumentam, modalizam. Por sua vez, o segundo processo consiste em o sujeito enunciador definir para o seu ato de linguagem – que instaura esse “mundo significado” – um objetivo, levando em conta a interação estabelecida entre ele e o interpretante.

Inscrito nesse duplo processo de transformação e de transação, o ato de informar deve partir de um sujeito que descreve, conta e explica fatos, em princípio, desconhecidos a um outro que deve receber, compreender, interpretar a informação “transmitida”, modificando seu

próprio nível de conhecimento. No escopo do discurso informativo, o “mundo a significar”, considerado “um mundo a descrever e comentar”, transformado em “um mundo significado”, tido como um “mundo descrito e comentado”, só pode ser construído considerando-se os dados específicos da troca linguageira.

A informação construída pela instância midiática resulta de como ela imagina a instância receptora, a qual, por seu turno, reinterpreta a notícia à sua maneira. E o sujeito informador da instância midiática só pode, pois, ser capturado nas malhas desse processo de transação. Sua tendência à transparência ou à obscuridade só poderá ser apreendida nesse quadro da intersubjetividade.

Ainda que haja uma disposição, por parte do jornal, de realizar um projeto de comunicação que mostre o acontecimento em estado bruto, neutro, objetivo, essa passagem do “mundo a descrever e comentar” para o “mundo descrito e comentado” prescinde, para a sua significação, do olhar que se estende sobre esse mundo, “olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível” (Charaudeau, 2006b: 95). É esse acontecimento filtrado pelo olhar jornalístico, de acordo com o contrato que determina as condições de encenação da informação, que se propõe como notícia a ser transmitida por um sujeito-jornalista a um sujeito-leitor.

Sob essa ótica, é inevitável descartarmos a neutralidade e a objetividade como características da informação jornalística e como traços do sujeito informador. Isso só se justificaria pela antiga idéia de que o relato/comentário do acontecimento reproduz com fidelidade os fatos do “mundo real” e que competiria ao jornalista ser o porta-voz dessa verdade. Considerando, todavia, a informação como uma versão dos fatos, a autenticidade, a neutralidade e a objetividade que, porventura, lhe sejam atribuídas somente o serão como efeito de uma dada configuração discursiva. Do mesmo modo, capturando o sujeito informante como um sujeito discursivo/enunciador, os traços de autenticidade, de neutralidade e de objetividade que, porventura, lhe sejam atribuídos só o serão como efeito de uma dada estratégia enunciativa.

Sendo, portanto, a informação, resultado de um trabalho qualitativo de re-estruturação do real por parte de um sujeito que quer se colocar em relação ao outro, o acontecimento divulgado pela imprensa escrita elabora-se de acordo com três tipos de critério: atualidade, expectativa e socialidade.

O critério da atualidade indica que a informação deve ser apresentada numa “temporalidade co-extensiva” a dos sujeitos interlocutores. E, muitas vezes, é a maneira de apresentar o acontecimento que lhe garante esse traço.

O da expectativa, regido pelo princípio de saliência, propõe que a informação deva seduzir o sujeito alvo, mexendo com suas expectativas, previsões e imprevistos. Pela apresentação do insólito ou do particularmente notável, cria instabilidades na estável ordem social. Esse processo de sedução pode ser estabelecido tanto a partir de um fato que, por ser inusitado, torna-se notícia, quanto de um fato banal que, por ser recategorizado, ganha certo grau de ineditismo.

Além disso, há o critério da socialidade que, ancorado no princípio de pregnância, estipula que a informação deva ser tratada de modo que o compartilhamento e a visibilidade – que garantem a fácil apreensão das notícias pelo leitor – estejam assegurados. Separar as informações sob as rubricas política, economia, esportes, cultura etc. revela a maneira racionalizada e visível de os jornais organizarem o espaço público. Também se considera que tal racionalização confira ao jornal “a marca de um organismo de informação que se dirige a um público esclarecido e culto” (Charaudeau, 2006b: 146), o que deve ser pensado em termos de representação, isto é, de normas de referência advindas de um sistema de valores adotado em cada sociedade.

Somam-se ainda a essas exigências impostas à imprensa escrita, a da legibilidade – que determina a clareza, sobretudo, na exposição dos acontecimentos relatados – e a da inteligibilidade – ligada principalmente ao comentário do acontecimento. Ambas estão relacionadas à garantia do entendimento.

O modo de escritura dos textos jornalísticos tem de estar condicionado pela legibilidade, já que, por contrato, o jornal deve tornar de fácil apreensão para o leitor a informação dada. Seu compromisso, por consequência, é o de angariar o maior número possível de leitores e para tal, no quadro de previsão do público-alvo, deve facilitar o entendimento, sobretudo, pela evocação a um saber comum e à atividade de explicação. Assim, ligada à legibilidade, a inteligibilidade, fundamentada na razão, diz respeito ao “porquê” e ao “como das notícias”, aparecendo, portanto, pelas formas textuais que instauram comentários.

O comentário jornalístico é um dos modos discursivos do acontecimento midiático por meio do qual se apresenta uma forma de ver o mundo de ordem explicativa. Mais do que fazer o leitor saber de uma informação, o comentário “procura revelar o que não se vê, o que é latente e constitui o motor (causas, motivos, intenções) do processo evenemencial²⁷ do mundo.” (Charaudeau, *op.cit.*:176). Ao comentador cabe problematizar os acontecimentos,

²⁷ Processo de construção do acontecimento.

elaborar hipóteses, desenvolver teses, elucidar provas, avaliá-las e atingir conclusões; ao leitor interpelado, cabe avaliar, analisar, julgar o comentário com vistas a aderir ou não ao ponto de vista apresentado.

5.2. A FINALIDADE DO CONTRATO

No escopo do contrato de comunicação midiática, o comentário, como um dos modos do discurso da imprensa, sustenta-se sob uma dupla finalidade: a visada de informação e a visada de captação. A partir dessas finalidades, ao jornal impõem-se dois desafios, respectivamente: o da credibilidade e o da dramatização.

Dentro de uma lógica cívica, ao jornal cabe dar ao leitor uma informação sobre o que aconteceu ou está acontecendo no mundo da vida social, por meio da reportagem de fatos do mundo e da explicação acerca das causas e conseqüências sobre o surgimento desses fatos. Nessa visada de informação, a imprensa se vê desafiada a angariar credibilidades, porque baseia sua legitimidade não na verdade em si, mas “no fazer crer que o que é dito é verdadeiro” (Charaudeau, 2006b: 90). Assim, faz prevalecer um saber calcado na exatidão de provas que comprovam a veracidade dos fatos.

Por sua vez, quando inserido em uma lógica comercial, o jornal se vê intimidado a captar o maior número possível de consumidor das notícias face à concorrência. Assim, diante dessa visada de captação, a imprensa se vê obrigada a despertar o interesse do público-leitor pela informação que lhe é transmitida, lançando para tanto efeitos de dramatização sobre ela. Desse modo, faz predominar um saber que mobiliza afetividades justamente por incorporar um ideal de novidade, instaurador do diferente e/ou inusitado.

O contrato de informação midiática oscila entre esses dois pólos e, subjacente ao comentário jornalístico, o faz também pender ora para a restrição da credibilidade, ora para a da captação. Nesse sentido, o artigo de análise “retira sua legitimidade (...) entre, de um lado, um discurso de engajamento moral, de outro, um discurso de distanciamento” (Charaudeau, *op.cit.*: 187).

Mostra Charaudeau (*op.cit.*) que uma informação torna-se passível ou não de credibilidade, entre outros aspectos, em função do grau de engajamento do informador. Discursivamente, o informador pode ou não explicitar seu engajamento. No caso de não manifestá-lo, a informação é apresentada como evidente, ou seja, timbrada por marcas

“delocutivas” “de apagamento dos traços discursivos de personalização” (Charaudeau, 1992: 619) e dada por um sujeito de saber onisciente. Desse apagamento e dessa aparente neutralidade decorrem efeitos de objetivação e autenticação. “O sujeito que fala traz uma informação como se a verdade não pertencesse a ele e só dependesse de si mesma.” (Charaudeau, 2006b:54).

Por outro lado, o informador pode explicitar seu engajamento sob o modo da convicção, através de marcas “elocutivas”, de amostragem da subjetividade. Nesse caso, o informador alia-se firmemente ao valor de verdade de sua informação que, nesse caso, é dependente das apostas desse eu em particular, “esse sujeito de saber subjetivo” (*op.cit.*).

Ainda sobre a dupla restrição imposta ao comentário argumentado, vale dizer que, reproduzindo a tensão inerente ao contrato de comunicação, o comentário legitima-se por apresentar, de um lado, argumentos baseados em crenças, de outro, argumentos baseados em conhecimentos.

A fim de garantir crédito ao seu comentário, o argumentador fundamenta sua análise sobre os conhecimentos (saber reservado) os quais, “beneficiando-se de um preconceito favorável de ‘objetividade’ e de ‘realismo’” (Charaudeau, 2006b:44), garantem à argumentação a estabilidade própria da visão estruturada do mundo, mesmo que filtrada pela experiência social. Por outro lado, com vistas a cativar o interlocutor, buscando sua cumplicidade e, ao mesmo tempo sua reação frente à avaliação proposta, o sujeito fornece os saberes de crença, estruturados segundo o olhar subjetivo que o homem lança sobre o mundo.

Para Charaudeau (*op.cit.*), é difícil delimitar a fronteira entre os dois saberes (o de conhecimento e o de crença), já que, construídos dentro de um processo de representação – que produz normas e revela sistemas de valores – dependem da relação entre percepção e construção do real, por parte do enunciador, para serem definidos.

5.3. AS INSTÂNCIAS DE INFORMAÇÃO

Sob o domínio da escrita, a imprensa caracteriza-se ainda por estabelecer uma situação de troca entre parceiros que se põem a distância e que, portanto, encenam seu dizer a partir de uma imagem que projetam acerca dos sujeitos interlocutores. E é essa imagem projetada em relação a esses sujeitos que condiciona a ação e as expectativas que cada um terá, relativamente ao outro dentro do circuito da comunicação.

Nesse circuito, duas instâncias localizam os sujeitos interlocutores: a de produção e a de recepção. No escopo da comunicação midiática e, sob um viés simplista, à instância de produção, caberia o papel de dar ao outro conhecer a informação e, ao mesmo tempo, de atraí-lo para consumi-la; à instância de recepção, seria reservada a imagem da consumidora interessada pela notícia fornecida.

Problematizando, todavia, o funcionamento desse circuito midiático, diríamos que a instância de produção não só seria a responsável pela enunciação efetiva da informação, mas também se responsabilizaria pela organização do sistema de produção da notícia. Como uma figura que preside todo o processo de fabricação da notícia, a instância de produção reúne tanto os profissionais do âmbito administrativo, quanto os envolvidos com a captação, seleção e redação das matérias jornalísticas. Dessa obra coletiva, resultam textos cuja fonte enunciativa é o próprio jornal, ou um sujeito-jornalista, no caso dos textos assinados. Entretanto, segundo Charaudeau (2006b:74), mesmo nesses casos dos *artigos de análise* assinados, “nunca se sabe realmente quem pode responder por uma informação (...) de tanto que os efeitos da instância midiática de produção transformam as instâncias de enunciação discursiva tomada isoladamente”.

No que tange, por sua vez, à produção efetiva da notícia, há um sujeito-jornalista que deve desempenhar dois papéis: o de pesquisador-fornecedor e o de descritor-comentador. Estando ambos sobredeterminados pelos termos do contrato de comunicação midiática, esse desempenho passa necessariamente pela credibilidade do enunciador e pela sedução ao interlocutor. Desse modo, a pesquisa e o fornecimento da informação passam pelas exigências de seriedade e de captação do contrato, bem como a descrição e o comentário das notícias ficam condicionados pelo ideal de coerência, rigor e persuasão, estipulado pelo acordo midiático.

Dessa forma, diríamos que, embora, inevitavelmente, nesses papéis, o sujeito-jornalista, responsável pela escritura dos textos, articule às informações apreendidas, por meio de diferentes fontes, seus próprios conhecimentos de mundo, estes estão moldados pelas orientações dos sujeitos que representam os interesses do jornal. E tais interesses estão traduzidos, genericamente, pela contradição inerente ao contrato de comunicação: informar com seriedade, mas emocionando, para garantir audiência.

Quanto à instância de recepção, há também um desdobramento que nos obriga a enxergá-la tanto como a instância-alvo, o destinatário idealizado, quanto como instância-público, o consumidor-leitor propriamente dito da notícia. Por sua vez, os sujeitos-

destinatários dividem-se em alvo intelectual e alvo afetivo, ainda que no processo de construção da instância-alvo estejam misturados e em interação.

O primeiro é aquele que, pautado sob avaliações racionais e considerado apto para pensar sobre a informação, exige da instância midiática que ela seja dotada de credibilidade e permita acessibilidade. O segundo é aquele que se considera apreender as informações de modo inconsciente por meio das emoções, da afetividade representada, por exemplo, por categorias, como: o inesperado, o repetitivo, o insólito etc., correspondentes a estratégias discursivas de dramatização.

Os sujeitos-leitores caracterizam-se, por seu turno, como aqueles que, recobrando ou não o sujeito-alvo, consomem, de verdade, a informação transmitida. Marcados pela heterogeneidade e pela instabilidade, definem-se como aquele amplo público do jornal a construir sentido para a notícia pela mobilização de elementos de ordem contextual e de ordem da percepção.

Ainda que esteja ciente de que seu público é heterogêneo e instável, a instância midiática de produção não deixa, entretanto, de apostar nas previsões que faz acerca do destinatário-alvo, para a elaboração de seus textos. Dessa forma, o que daí resulta são textos produzidos portadores de “efeitos de sentido possíveis” (Charaudeau, 2006b). Esses efeitos advêm daqueles visados pela instância de enunciação e dos produzidos pela instância de recepção, num jogo entre os sentidos provenientes da estruturação dos textos e dos discursos de representação.

Conforme avalia Charaudeau (*op.cit.*:28),

No que tange à comunicação midiática, isso significa que qualquer artigo de jornal (...) está carregado de efeitos possíveis, dos quais apenas uma parte – e nem sempre a mesma – corresponderá às intenções mais ou menos conscientes dos atores do organismo de informação, e uma outra – não necessariamente a mesma – corresponderá ao sentido construído por tal ou qual receptor.

Todos esses dados levantados a respeito do contrato de informação da imprensa, como as referências às instâncias midiáticas, às finalidades do contrato, à natureza da informação e ao comentário como estratégia de encenação da informação são relevantes para a fundamentação das análises elaboradas nas próximas etapas da pesquisa.

6. O DIZER PROVERBIAL

Neste capítulo, de início, focalizamos os ditos populares, em geral, como expressões proverbiais e ressaltamos a estereotipia como um importante aspecto para a sua caracterização. Em seguida, observamos os provérbios sob o suposto efeito do jogo intertextual da paródia (emersão do eu) e/ou da paráfrase (apagamento do eu). Depois, discutimos a re-enunciação de provérbios, intencionando demarcá-la como indício discursivo-enunciativo sobre o qual a imagem (*ethos*) do sujeito ativo do discurso pode se fundar.

6.1. AS FÓRMULAS FIXAS: MÁXIMAS, FRASES FEITAS E PROVÉRBIOS.

As fórmulas fixas são expressões pré-fabricadas, isto é, são unidades lingüísticas sintática, semântica e pragmaticamente convencionalizadas²⁸.

No nível sintático, a convencionalidade dessas fórmulas ocorre em termos de configuração formal, isto é, diz respeito à consagração em termos de combinação e de ordem. Para ilustrar diríamos que a associação “Ter a faca e o queijo na mão”, já tendo sido consagrada pelo uso, acaba por não admitir a substituição de um dos termos da construção por um vocábulo de significado semelhante, como, por exemplo: “Ter o talher e o queijo na mão”. Por sua vez, a ordem também resulta de convenção quando parece estranho dizer: “Ter o queijo e a faca na mão”.

Semanticamente, as fórmulas fixas são atravessadas pelo fator convencionalização, tendo em vista serem expressões cujo significado não pode ser extraído da soma da significação de suas partes. Parece claro que não há uma relação motivada entre, por exemplo, a já citada expressão “Ter a faca e o queijo na mão” e seu significado “dominar a situação”. Também, pode ser fruto de convenção o significado suscitado a partir de imagem instaurada por uma fórmula fixa. Esse é o caso de “pôr água na fervura”, cuja imagem denomina “apaziguar os ânimos”.

Em nível pragmático, tais expressões são enunciadas para instaurarem comentários circunscritos a determinada situação. Mesmo fora de contexto, os enunciados cristalizados recriam a situação em que estão inseridos. Por exemplo, a frase “Roupa suja lava-se em casa”

²⁸ TAGNIN. 1989.

denominaria para o interlocutor que há uma pessoa alertando a outra sobre a qualidade da “discrição”.

De modo geral, máximas, frases feitas e provérbios exemplificam, exatamente, o que estamos descrevendo como unidades lingüísticas convencionais ou fórmulas fixas. Esses fragmentos textuais têm sido objeto de variados estudos os quais discutem as definições que melhor especificam cada um dos tipos supracitados.

Para efeito da presente pesquisa, embora reconheçamos as diferenças entre frase feita, máxima e provérbio, não abordaremos os detalhes da discussão proposta. Nosso intuito é o de considerar essas expressões concisas como formas proverbiais²⁹. Seu fundo comum é justamente o aspecto de convencionalidade que as integra e que abarca, no caso da máxima e da frase feita, a possibilidade de serem *proverbializadas*³⁰, isto é, de adquirirem o valor de um provérbio.

A *proverbialização* é o meio pelo qual um enunciado passa a ser reconhecido como um provérbio e assim permanece (Schapira, 2000: 84). Com efeito, a perenidade do dito tem peso fundamental para esse reconhecimento. Além disso, alguns fatores como a cristalização no seio de uma comunidade sociolingüística que determina certa invariabilidade da configuração formal e da imagem subjacente, o status de fato notório a expressar crença consensualmente admitida e a perda de referência individual são traços próprios ao enunciado proverbializado.

Estamos assim nos alinhando à opção teórica feita por Schapira (1997) e por Palma (2000), para as quais o nome “provérbio” é utilizado para designar, de modo geral, os variados tipos de formas sintéticas, a respeito de serem identificados pelos traços supracitados e a despeito da dificuldade que é mesmo peculiar à sua definição.

Soma-se a essas explicações sobre a conceituação do que seja um provérbio a ponderação de Obelkevich (1997:44). O autor, além de admitir a complexidade própria à definição, destaca, em contrapartida, a facilidade para o seu reconhecimento, o que instaura certo paradoxo: “embora sejam fáceis de serem reconhecidos, os provérbios, curiosamente, apresentam dificuldades para a sua própria definição”.

O interlocutor identifica com facilidade o enunciado proverbial ao se apoiar em certas propriedades lingüísticas, arroladas por Anscombe (2000), que lhe são constitutivas. Em

²⁹ ANSCOMBRE. 1994.

³⁰ No sentido proposto por Schapira (2000).

geral, os provérbios são breves³¹ (“Depois da tempestade, vem a bonança”), bímembres (“Quem tem um amigo como esse, não precisa de inimigo”), rimados (“Tudo com dantes, no quartel D’Abrantes”) e paralelos, quanto às partes estruturais, em termos de números de sílabas e de aspectos sintáticos e semânticos (“Comer e coçar é só começar”).

No que concerne à fonte enunciativa, o provérbio é enunciado pela *vox populi* (ON)³², isto é, por uma fonte que representa a opinião pública. Daí seu caráter genérico que o libera de se filiar a uma situação enunciativa em particular, a um determinado indivíduo ou a evento único. Por isso mesmo é que os provérbios são enunciados que aceitam combinar-se com expressões metalingüísticas do tipo: “como diz o provérbio”; “segundo a sabedoria popular”; “como se diz”.

Quanto à complexidade instaurada a respeito da definição do termo provérbio, vale dizer que tal dificuldade se instala em virtude de variadas dimensões terem não só de estar necessariamente entrelaçadas, a fim de que alcancemos uma definição mais exata para o termo em questão, como também terem de ser acionadas, a propósito da instauração do processo da *proverbialização*. Diríamos, à luz de Lysardo-Dias (2001), que quatro pontos de vista (o formal, o do significado, o histórico-cultural e o pragmático³³) precisam estar imbricados para chegarmos à conceituação do termo. No dizer da autora, teríamos que:

...o provérbio é uma frase “autônoma” cuja estrutura é relativamente fixa. Ele se caracteriza ainda por elementos prosódicos específicos e recorrentes (...) como uma verdade genérica e/ou universal, marcada pelo tom moralizante ou didático (...) um saber enraizado numa tradição remota, partilhada coletivamente enquanto norma de comportamento dos membros de uma sociedade (...) ele tem a credibilidade de uma fala antiga e tradicional e o poder persuasivo proveniente da autoridade de um discurso genérico e supostamente consensual. (*op.cit.*:21)

Embora optemos, nesta pesquisa, por reconhecer as fórmulas fixas como formas proverbiais, é necessário, a título de esclarecimento, vermos os itens que nos permitem distinguir uma forma da outra. Além disso, será importante discorrer sobre como o termo “provérbio” ou a construção “expressões proverbiais” pode, efetivamente, recobrir cada uma delas. Para tanto, partamos dos seguintes exemplos:

³¹ Whiting (*apud* Schapira, 2000: 84) ressalta que o provérbio é geralmente curto, mas não necessariamente. Sobre isso Schapira sublinha que, se o tamanho não é essencial, a simplicidade estrutural das formas proverbiais é fundamental.

³² BERRENDONNER *apud* KOCH, 2006.

³³ Sublinha a autora que, conforme Maingueneau (1996), pragmático é empregado, nesse caso, em seu valor genérico de “relativo ao uso” da linguagem em contexto.

- (a) “Há algo de podre no reino da Dinamarca³⁴.” (máxima)
- (b) “O cordão dos puxa-sacos cada vez aumenta mais.” (frase feita)
- (c) “Depois da tempestade, vem a bonança.” (provérbio)

A frase (a) é a tradução corrente de um famoso verso de Willian Shakespeare na tragédia “Hamlet, Prince of Denmark”, enunciado por Marcellus – oficial dinamarquês – quase ao terminar o IV quadro do I ato. Sendo sua autoria evidenciada, a despeito de já integrar o arquivo consensual do brasileiro, o enunciado em questão é caracterizado como uma máxima ou citação. Ao contrário, trata-se a frase (c) de uma enunciação anônima cuja fonte pressuposta é, portanto, a coletividade. Magalhães Jr. (1974) mostra que inclusive, nesse caso, o provérbio é que mereceu ser desdobrado poeticamente pela voz camoniana em Os Lusíadas: “Depois de procelosa tempestade, / Noturnas sombras, sibilante vento, / Traz a manhã serena claridade, / Esperança de porto e salvamento”.

Tradicionalmente, a máxima se diferencia do provérbio justamente por ter a paternidade reconhecida (Schapira, 2000:87). Desde a Antigüidade, os filósofos gregos já pautavam a diferença entre a *paroimia* (ou provérbio) e a máxima, no anonimato do primeiro e na assinatura dada ao segundo. Assim sendo, o provérbio, a respeito mesmo de seu valor etimológico, representa “uma forma de criação popular” e a máxima, uma reflexão atribuída a um sujeito específico, geralmente culto ou sábio. Em outros termos, fica evidente que, ao provérbio, reserva-se a impessoalidade da *vox populi* em contraposição ao ponto de vista culto enunciado pela máxima.

Logo, sob essa ótica, o enunciado (a) configura-se, mesmo, como uma máxima haja vista ter a assinatura do genial dramaturgo Willian Shakespeare. Em contrapartida, diríamos que, na atualidade, todavia, ela parece angariar para si o status de provérbio. Isso porque, hoje, o enunciado em questão, ao ser posto em uso, não é mais associado ao referido autor nem ao contexto e aos acontecimentos relativos à nação dinamarquesa. Ao contrário, o enunciado (a) presta-se a expressar generalizações, conforme reconhece Magalhães Jr.(1974:143): “frase aplicada sempre que **alguém** quer se referir a um escândalo ou estado de desagregação existente **num país ou instituição**, equiparando, assim, aquela nação escandinava”.

Portanto, instaurando, agora, generalizações que não se ancoram numa situação de enunciação particular e cuja fonte enunciativa é apagada, não podendo se referir a indivíduos

³⁴ No original, “Something is rotten in the state of Denmark”.

ou eventos únicos (Maingueneau, 2002: 170), concluímos que tal enunciado foi submetido ao processo da *proverbialização*, isto é, tornou-se um provérbio. Assim é, incontestavelmente, genérico também o enunciado (c) “Depois da tempestade, vem a bonança.” Seu traço de atemporalidade define que ele pode ser empregado como um conceito não apenas restrito ao contexto meteorológico, mas pertinente a diferentes situações comunicativas. E cada nova situação de comunicação é estabelecida como referente para o provérbio em questão.

Insistindo, ainda mais, na distinção entre máxima e provérbio, Schapira (1997) baseia-se em dois outros traços para demarcar as diferenças: um de cunho formal e o outro, relativo ao significado. Com relação ao primeiro aspecto distintivo, a autora mostra que a máxima, embora possa ter a mesma estrutura do provérbio, faz uso de variados recursos estilísticos. Por sua vez, o provérbio se constrói em torno de uma estrutura cristalizada e recorrente. Quanto ao segundo traço, Schapira (*op.cit.*) ressalta que, em geral, o provérbio tem um caráter metafórico e a máxima, um sentido literal.

Entretanto, frente à nova máxima, extraída agora da Bíblia, mais precisamente do Eclesiástico:

(d) “Quem atira uma pedra para o alto na cabeça lhe cairá”,

podemos atestar que tanto em termos de configuração formal, quanto de metaforicidade, ela pode, de fato, adquirir valor proverbial. Variados provérbios podem se somar ao exemplificado para ilustrar a recorrente estrutura cristalizada que aparece no interior de uma dada comunidade sociolingüística. São eles: “Quem cospe para cima na cara lhe cai”; “Quem ama o feio, bonito lhe parece”; “Quem dá depressa, dá duas vezes”; “Quem não deve, não teme”. Também, seu efeito metafórico pode ser facilmente apreendido segundo o sentido de “imprudência” que dele decorre. Vale ressaltar aqui que esse caráter de denominação dos provérbios, designado por Kleiber (1989 *apud* Tamba, 2000: 116) de “nom name”, decorre justamente de uma já memorizada interpretação não-composicional de seus itens lexicais.

A frase (b) “O cordão dos puxa-sacos cada vez aumenta mais” é tomada, inicialmente, não como um provérbio, mas como uma locução proverbial, considerada como sinônimo de frase proverbial ou frase feita. Nesse enquadre, podemos dizer, conforme Muñoz (2000), que em conseqüência, embora não sejam provérbios propriamente ditos, enunciados do tipo (b) inserem-se no mundo proverbial.

Por um lado, a frase feita é um enunciado popular de sentido idiomático, isto é, instaurador de uma leitura não-composicional, e de temática genérica. Por outro lado, trata-se

de um “parémie” desprovido de elementos mnemônicos e de qualquer elaboração formal. Além disso, comporta às vezes fórmulas de ordem e de interdição, como, por exemplo, o que verificamos em: “Não se deve meter a toga em casa de advogado” e “As desgraças nunca vêm sozinhas”.³⁵

Tentando distinguir a frase feita do provérbio, Muñoz (*op.cit.*), todavia, reconhece o limite tênue existente entre o que se considera cada uma dessas fórmulas fixas, sobretudo tendo em conta a opinião dos membros da comunidade sociolingüística que já incorporaram tais locuções ao seu discurso. Ressalta, sobretudo, que aquelas frases feitas, estando localizadas no limite do universo proverbial, teriam, na verdade, características típicas dos provérbios, tais como: idiomaticidade, tom sentencioso, brevidade e integração ao fio discursivo e à memória coletiva. Essa integração seria resultante da disposição dos membros da comunidade sociolingüística de reconhecer um dado enunciado como provérbio. A essa capacidade, Arnaud (1991 *apud* Lysardo-Dias, 2001:19) dá o nome de competência proverbial.

Nesse sentido, conclui Muñoz (2000) que uma frase proverbial é elemento de um provérbio em curso, ou, nos termos de Schapira (2000), um enunciado focalizado sob o processo de proverbialização.

Portanto, podemos dizer que tanto máximas quanto frases feitas admitem ser alvo da proverbialização. Elas são, assim, *proverbializadas* por se tornarem enunciados cristalizados no interior de uma comunidade lingüística, dotados de metaforicidade e atribuídos à voz coletiva. Enfim, tais enunciados são submetidos à *proverbialização*, efetivamente, porque os saberes invocados por eles são transferidos, sob um rigor formal e um sentido metafórico, do plano individual para o coletivo, sendo aplicados, de modo freqüente, às mais diversas situações. Vale acrescentar ainda, como aspectos caracterizadores das expressões proverbiais, o suposto pronto reconhecimento da comunidade relativamente a tais enunciados – constituintes que são de uma herança coletiva – e os diferentes conceitos, referentes às experiências humanas, os quais designam.

Em resumo, o provérbio é uma frase genérica e metafórica, fixada no seio de uma comunidade sociolingüística. Trata-se de enunciado genérico que, mesmo transportado para situações específicas de enunciação (lugar para sua aplicação), define-se por promover uma relação convencional entre a estrutura sintática e o conceito nomeado acerca de valores de um grupo social. Não admite, portanto, recorrência ao significado composicional.

³⁵ MUÑOZ. 2000, p.103.

De acordo com Kleiber (1994), expressões “como diz o provérbio”, “como se diz”, denominadas por ele de expressões metalingüísticas introdutórias, seriam indício desse valor convencional inerente aos provérbios. Além disso, considera que essas expressões ratificariam o valor de verdade atribuído ao saber proverbial, ao explicitarem-no como mecanismo para a difusão de sentidos consensualmente instituídos.

Essa última consideração remete-nos a outro aspecto importante para o estudo do provérbio: a estereotipia.

No sentido dado pela análise do discurso, Charaudeau e Maingueneau mostram que o estereótipo “constitui, com o *topoi* ou lugares-comuns, uma das formas adotadas pela *doxa*, ou conjunto de crenças e opiniões partilhadas que fundamentam a comunicação e autorizam a interação verbal” (2004:215). O estereótipo é o alicerce sobre o qual os interlocutores se apóiam para estabelecer comunicação, ação entre si. Isso se explica porque, conforme evidenciado por Bakhtin, a palavra alheia, inscrita nos enunciados, é sempre retomada e respondida na interação verbal. Todo enunciado constrói-se, portanto, sobre estereótipos, isto é, “sobre o já-dito e o já-pensado que ele modula e, eventualmente, transforma” (Charaudeau & Maingueneau, *op.cit.*: 216).

Pensando no provérbio como um fenômeno de estereotipia, podemos defini-lo, portanto, como uma representação coletiva cristalizada. Sendo essa representação estereotipada, o provérbio circula pelas trocas verbais não só indicando a intrínseca necessidade de se estabelecerem normas de conduta aos homens de certa comunidade, mas também revelando os ajustes por que passam os valores instrutivos que divulgam. Portanto, a cristalização, sob a qual o provérbio se estrutura, está longe de esgotar seu valor discursivo, porque, como veremos, na prática, o provérbio está aberto a muitas re-significações. Parece resultar do binômio, estrutura fixa e valor social, sua sobrevivência.

A essa constatação só podemos chegar, haja vista estarmos examinando o provérbio como um fenômeno linguageiro. Em outros termos, estamos tomando o provérbio como um mecanismo lingüístico-discursivo que instaura uma ação entre interlocutores. De posse do enunciado cristalizado, sob determinadas condições histórico-culturais, o enunciador mostra-se disposto a construir um saber inédito. Não perde, contudo, a adesão de seu interlocutor que começa a ser gerada, justamente, em função da naturalidade e da credibilidade inerente ao já-sabido, já-dito proverbial.

Dentro do escopo da pesquisa, buscamos ainda ir além do exame à formulação proverbial. Analisando-a como fenômeno linguageiro, visamos investigar esse lugar discursivo ao qual o sujeito enunciador se integra e no qual se institui. Assim, atravessado não

só pela versão pública do mundo, mas também pelo olhar singular de um sujeito, o enunciado proverbial é ambiente ótimo para flagrarmos a instauração de parcialidades. Quando re-enunciado então parece lugar ainda mais evidente para atestarmos a singularidade do enunciador.

Sublinhamos, nesse momento, a reconhecida existência de uma espécie de “continuum” a fundamentar a prática linguageira proverbial. É inegável que o uso de provérbios se alimenta, simultaneamente, do que foi pré-fixado pelo consenso e do que foi modulado pela singularidade. Sendo assim, não haveria nem ruptura nem supremacia do olhar coletivo relativamente ao individual por conta da enunciação do universo estereotipado. Mostra Lysardo-Dias (2001:48), em síntese, que “nem o que é culturalmente estabelecido ‘molda’ e pré-determina totalmente o sujeito, nem o sujeito é completamente autônomo em relação ao que é dado socialmente”.

No próximo capítulo, iremos investigar as modulações de um sujeito por obra de suas re-enunciações proverbiais, entendendo tanto a estereotipia quanto a subjetividade como bases de qualquer atividade verbal, em que pese a natureza do fenômeno linguageiro.

6.2. A RE-ENUNCIÇÃO PROVERBIAL

A fim de abordarmos, no plano teórico, o fenômeno da re-enunciação proverbial é importante que recuperemos o pressuposto de que os ditos populares são enunciações essencialmente polifônicas. Ao serem proferidos, são remetidos à outra voz, a da sabedoria popular, cujo *ethos* sentencioso serve para distanciar o enunciador do asseverador, responsável pela asserção³⁶.

Ressalta, todavia, Maingueneau (2002), que, de certa maneira, o locutor do provérbio tem também responsabilidade sobre a assertiva, uma vez que cada enunciador liga-se, indiretamente, à instância genérica (*vox populi*). Essa ligação, contudo, só pode mesmo ser indireta haja vista o conhecimento consensualmente difundido ultrapassar os locutores reais, proveniente que é de experiência imemorial. Daí o caráter atemporal dos provérbios, o que, segundo Obelkevich (1997:44), seria vantajoso uma vez que o provérbio é capaz de nos dar aquilo que foi dito por muitas pessoas em inúmeras ocasiões da vida. Além disso, dada a sua autonomia é passível de ser atualizado a cada novo emprego.

³⁶ MAINGUENEAU. 2000, p.170.

Pois bem, com apoio no caráter imemorial dos provérbios e em propriedades lingüísticas particulares, o locutor que os enuncia mantém-se fiel, por um lado, ao consenso, e, por outro, o reelabora por submeter-se a uma nova situação comunicativa. Há que se ressaltar, desse modo, que o provérbio é resultado de sua forma de re-enunciação particular: “o referente do provérbio é o enunciador e o re-enunciador na sua relação com aquela situação de enunciação. Dessa forma cada enunciação constrói um referente próprio” (Lysardo-Dias, 2001:18).

Esse aspecto, aplicado ao emprego das palavras em geral, encontra origem no pensamento de Bakhtin (1992: 294):

...contudo o emprego das palavras na comunicação discursiva sempre é de índole individual-contextual. Por isso pode-se dizer que qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheias de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão. (...) essa expressão nasce no ponto do contato da palavra com a realidade concreta e nas condições de uma situação real, contato esse que é realizado pelo enunciado individual.

A reelaboração inerente à enunciação proverbial é potencializada quando, na nova enunciação, o sujeito opera nos ditos tradicionais uma transformação lingüística que acaba por reorientá-los. E, apesar de, nessa reorientação, os provérbios, sob nova roupagem, adquirirem retoques lingüísticos que lhes garantam certo ineditismo, são preservadas, em graus variados, propriedades típicas da tradição, como sua aura de atemporalidade e de verdade imutável dos aspectos estáticos da natureza humana.

Mesmo re-enunciados, os provérbios continuam compactos e funcionando como veículo do conhecimento moral e prático: “as pessoas usam o provérbio (ainda que reelaborado) para dizer a outras o que fazer ou que atitude tomar em relação a uma determinada situação” (Obelkevich, 1997:45).

Apesar de resguardar traços típicos dos “velhos ditos”, a nova versão, entretanto, afirma-se como um enunciado ainda mais polifônico do que a versão original. Nas palavras de Bakhtin, “essas palavras dos outros trazem consigo sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos” (1992:295).

A recriação proverbial configura-se como um fenômeno amplo de polifonia uma vez que se configuram, explicitamente para suas construções, diversas vozes enunciativas que remetem mais propriamente à mobilidade (subversão) do que à fixidez (captação) do dito.

Sabendo que essa polifonia é atestada, neste caso, pela presença de um intertexto, aceitamos que na recriação proverbial ocorre uma das mais importantes manifestações polifônicas, verdadeira aliada da polifonia: a intertextualidade.

A intertextualidade *stricto sensu* é a superposição de um texto a outro, ou seja, é a inserção de um texto anteriormente produzido – integrante da memória ou do campo de referências de uma comunidade – em outro que toma aquele como ponto de partida.

Nesse processo de apreensão de um texto sobre outro, ocorre uma espécie de atualização do texto citado, a qual se manifesta ora explícita ora implicitamente. A intertextualidade será explícita se no texto atualizado houver citação à fonte do intertexto, caso comum às resenhas, referências, menções etc. Em contrapartida, a intertextualidade implícita ocorre quando o intertexto é inserido no texto mais recente sem que se faça qualquer referência à fonte, conforme exemplificam enunciados irônicos, apropriações, concessões etc.

Nesse jogo de apreensão da voz alheia para fazê-la interagir com a do enunciador, a intertextualidade serve-se de duas estratégias opostas: a captação e a subversão (Gréssilon e Maingueneau, 1984). Visando tomar a mesma direção argumentativa do texto fonte, o derivado constitui-se pelo processo da captação, verificado em paráfrases, aproximadas do texto original. A fim de ridicularizar ou argumentar em sentido oposto ou **diferente** ao do texto matriz, adota-se a estratégia da subversão na elaboração do texto derivado, reconhecida nos enunciados parodísticos.

Um exemplo desse emprego de reacentuação³⁷ recai justamente sobre o alvo desta pesquisa: os provérbios re-enunciados (reacentuados) transferidos para o domínio jornalístico.

Incluídas como formas de intertextualidade, a paródia proverbial bem como a paráfrase de um provérbio identificam-se com um conceito proposto por Gréssilon e Maingueneau (1984), o *desvio*. Consoante esses autores (*op.cit.*:114), o “*détournement* consiste em produzir um enunciado que possui marcas lingüísticas de uma enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque de provérbios reconhecidos”.

Segundo Schapira (2000), o *desvio* seria um mecanismo ilustrativo daquilo que ela denominou por *déproverbialisation*. Tal mecanismo não se define pela oposição ao termo *proverbialisation*, mas se constitui como um meio de restituição do provérbio ao discurso livre, ou seja, de *descristalização* discursiva. Acrescenta ainda que, paradoxalmente, a desproverbialização implica e reforça a proverbialização: o *détournement*, na verdade, consolida tanto o provérbio padrão, pois o manipulado lhe faz referência, quanto o

³⁷ BAKHTIN.1992, p.284.

explicitamente empregado (Schapira, *op.cit.*: 93). Instaure-se assim um debate quanto à validade do estereótipo que o “novo provérbio” veicula (*op.cit.*: 97).

Por sua vez, Kleiber (1999) considera que a simples introdução de um verbo de opinião diante de um enunciado proverbial já caracterizaria a desproverbialização, já que, nesse caso, o provérbio estaria desprovido de seu “status” de denominação.

Sob a ótica de Schapira (2000), o *détournement* como um caso ilustrativo de desproverbialização demonstra a existência de um movimento de manipulação de formas proverbiais, com vistas a empregá-las ou sob um tom lúdico ou de banalização. A autora propõe essa divisão face aos dois tipos de *détournement* já pontuados por Gréssilon e Maingueneau (1984).

Os autores atestam a existência de dois tipos de “desvio”: o lúdico – em que se apela apenas para um jogo de sonoridades entre o novo enunciado e o evocado, sem que se estabeleça relação de sentido entre eles, havendo, nesse caso, o plano limitado da alusão; e o militante – que consiste na produção de um enunciado que esteja a serviço de uma estratégia política ou ideológica. Koch (1998) observa que aqui o objetivo é, pois, levar o enunciador da recriação proverbial a ativar o provérbio original com vistas a argumentar a partir dele, adquirindo um valor a que Gréssilon e Maingueneau (1984) denominam captação; ou então “ironizá-lo, ridicularizá-lo, contraditá-lo, **adaptá-lo a novas situações ou orientá-lo para outro sentido diferente do original**” (Koch, 1998: 116), estratégia denominada subversão. Assim, conforme salienta Maingueneau, “o discurso da imitação estrutura sua própria identidade” (2002:193), isto é, seu próprio *ethos*.

Nesse enquadre, portanto, a paráfrase e a paródia proverbiais podem ser concebidas como um *détournement* do tipo militante, que compreende casos de “captação” e de “subversão”, respectivamente. Em outros termos, as expressões proverbiais parafraseadas são introduzidas com vistas a que se siga a orientação argumentativa da versão original e as parodiadas configuram-se como um procedimento de reorientação da versão original, isto é, como “uma descaracterização de um dizer convencional e, sobretudo, uma reformulação de um enunciado já estabilizado socialmente” (Lysardo-Dias, 2001:198).

A linha de raciocínio empreendida até aqui revela que assumimos, a princípio e por suposição, a recriação dos provérbios em Villas-Bôas Corrêa, tanto como uma elaboração paródica quanto como uma construção estrategicamente parafrástica. Além disso, concebemos, em especial, a paródia não como um procedimento exclusivamente devastador, mas, sobretudo, recriador, renovador, no sentido de que põe em diálogo o “dito velho” e o “dito novo”. Afastamo-nos, assim, de definições que tomam a paródia como mecanismo

puramente de depreciação para a assumirmos, tal qual Machado, como um fenômeno da heterogeneidade constitutiva, isto é, visto “em sua forma implícita, enquanto ato transformador/revelador de uma certa visão de mundo, com suas implicações ideológicas e culturais” (1999:327).

Essas são as bases sobre as quais encaramos a recriação proverbial nesta pesquisa. Em síntese, trata-se de um fenômeno polifônico, isto é, de uma forma de intertextualidade com provável valor de subversão (enunciado paródico), que, ao se configurar como um tipo de alteração do texto fonte, visa, a partir dele, à produção de novos sentidos. Entretanto, estrategicamente, as expressões proverbiais podem ser re-enunciadas por captação da orientação argumentativa da versão original, instaurando, nesse caso, um enunciado parafrástico. Capturá-los, por meio da investigação das marcas lingüísticas que instauram o novo dito, será trabalho necessário para alcançar o *ethos*, por suposição, parcial (casos de subversão) e estrategicamente imparcial (casos de captação), que o enuncia no interior do discurso jornalístico de Villas-Bôas Corrêa.

6.3. O PROVÉRBIO RECRIADO COMO MARCA DISCURSIVO-ENUNCIATIVA

Conforme expusemos na seção anterior, fica evidente que concebemos a heterogeneidade como fenômeno integrante da recriação proverbial. Com relação à noção de dialogia (Bakhtin), reconhecemos que, no percurso da re-enunciação, o novo enunciado carrega a memória de outros discursos com a qual dialoga e negocia, instituindo-se aquilo que Authier-Revuz (1982) denominou heterogeneidade constitutiva. Relativamente ao estatuto polifônico da linguagem, em dimensão intertextual, indicamos as transformações lingüísticas pelas quais os ditos populares originais passam até alcançar seu novo formato e atestamos que deixam marcas da presença do outro no discurso, configurando-se assim aquilo que Revuz (*op.cit.*) denominou heterogeneidade mostrada.

Apesar de estarmos de acordo com tais concepções propostas pela Análise do Discurso francesa, defendemos, em concordância com Possenti (1996), que a intervenção do outro não pode impossibilitar o necessário trabalho de investigação acerca do sujeito enunciador. Possenti (*op.cit.*) argumenta que o enunciador é um aliado do outro na constituição do sentido, não sendo anulado, pois, por sua presença.

Desse modo, Possenti, lançando luzes sobre o trabalho de Authier-Revuz (1982) e, em especial, sobre a noção de heterogeneidade mostrada, coloca-se, de certa forma, favorável à

noção discursiva do sujeito proposta por Maingueneau (1997), qual seja a relevância de se vislumbrar para o sujeito certa noção de competência discursiva. Isso não significa dizer que para Possenti (1996) o sujeito seja fonte do discurso, mas sim que o sujeito pode interferir neste discurso, manifestando posições que não se restringem àquilo que lhe é imposto pelo interdiscurso constitutivo.

Essa interferência do sujeito se faz notar pela presença de marcas que, explicitamente, atestam sua imagem em determinado discurso. Em outros termos, a fim de não se ver subjugado a outros discursos, o sujeito atua sobre eles jogando com a materialidade lingüística. Nesse jogo, o eu-enunciador objetiva inscrever-se em discursos de poder a fim de subvertê-los.

No que concerne, especificamente, aos provérbios, esse ato de subversão praticado pelo sujeito é sintomático da expulsão dos provérbios da cultura letrada. Com o decorrer do tempo, os provérbios, expressão da cultura do povo, entraram em decadência e, atualmente, sua respeitabilidade entre as pessoas cultas está aquém da que angariava em qualquer momento desde o século XVII. Obelkevich (1997) elenca alguns importantes fatores ao interpretar esse marco da história social e lingüística.

Primeiramente, os cultos, não mais participando das diversões do povo, não queriam também falar com os sotaques locais; em segundo lugar, novos modelos estilísticos da prosa literária do final do século XVII surgiram e a retórica foi substituída pela gramática; também a sabedoria, como orientação para a cultura letrada, deu lugar ao conhecimento e os provérbios foram abandonados; por fim, a necessidade de uma linguagem mais original decretou a deficiência dos mesmos. Nesse sentido,

um homem cujo espírito havia sido engrandecido por meio da educação, e que possuía domínio absoluto das riquezas de sua língua nativa, expressa suas idéias apenas em suas palavras; e quando se refere a qualquer coisa que esteja além do assunto que estiver analisando, vislumbra um princípio abstrato. Desnecessário dizer, “essas riquezas” não mais incluíam os provérbios, adequados apenas para o previsível “homem vulgar” (Obelkevich, *op.cit.*: 63).

O escape ao caráter anônimo e impessoal do provérbio comprova a real interferência do sujeito no discurso e o culto à individualidade criativa. Anônimos e impessoais, os provérbios possuem existência própria e tiram sua força da comunidade. Recriados derivam sua autoridade, sobretudo, do autor que os enuncia.

Tamba (2000: 113) afirma que, nos tempos modernos, instaura-se um novo modelo de verdade que priva, definitivamente, os provérbios de seu prestígio. Mas, por outro lado,

aponta que a publicidade, por exemplo, tem mostrado que os provérbios ainda têm força a partir da sua reciclagem. Na atualidade, somente quando reinventados, os velhos ditados parecem ser aceitos pela camada escolarizada porque “deixam de expressar a sabedoria da comunidade e tornam-se matéria-prima para a sagacidade e originalidade do falante individual” (Obelkevich, 1997: 71).

Nesse sentido, a re-enunciação dos ditados populares oferece, sem dúvida, campo para a apreensão de traços lingüísticos que atestam uma sabedoria mais personalizada. Se os provérbios, analisados por seu *ethos*, reconstróem concepções gerais sobre a sociedade³⁸, quando re-enunciados trazem marcas de uma personalidade, recobrando um *ethos* particular.

De acordo com Obelkevich (*op.cit.*), a vontade de esvaziar o provérbio tradicional e de re-enunciá-lo não se trata, exatamente, de uma novidade. Ocorre que, na atualidade, essa tendência à subversão proverbial parece estar mais freqüente do que nunca. O sujeito mostra-se cada vez mais desejoso de estar ativo ainda que, inevitavelmente, sua ação se dê no interior de semi-sistemas em processo³⁹. Em busca de sua realização pessoal, o homem quer conjugá-la, na contemporaneidade, a uma auto-expressão singular e inovadora.

Por conseguinte, da re-enunciação proverbial, apreendemos traços discursivo-enunciativos que mapeiam as imagens criativas e ativas dos enunciadores e que se alinham a um *ethos* específico. Tais traços podem ser apreendidos de alterações ou “operações de retextualização” (Marcuschi, 2004).

O termo “retextualização” é entendido como uma espécie de “tradução”, como uma forma de “reescrita”, que produz mudanças de um texto para o outro; ambos pertencentes, entretanto, à mesma língua. Essa atividade de transformação textual pode ocorrer por apelo a processos de substituição [1], de acréscimo [2], de supressão [3] e de fusão [4] e pode envolver mudanças na forma dos provérbios em metáforas, ritmo e construção. Tais processos podem ser ilustrados pelos seguintes exemplos, retirados do estudo de Frasson (1991) e do próprio *corpus* do trabalho:

³⁸ “Um estudo dos provérbios franceses do século XVI mostra que eles ainda preservam alguma coisa de desconfiança medieval a respeito dos ricos e a crença na idéia de que a pobreza poderia ser virtuosa” (Obelkevich, 1997: 55).

³⁹ POSSENTI. 1996.

[1]

Construção-fonte	Quem vê cara, não vê coração.
Construção-derivada	Quem vê cara não vê AIDS (<i>Veja</i> , 17 fev. 1988, propaganda do Ministério da Saúde).

[2]

Construção-fonte	Devagar se vai ao longe.
Construção-derivada	Devagar se vai ao longe, mas leva muito tempo.

[3]

Construção-fonte	Para bom entendedor, meia palavra basta.
Construção-derivada	Para bom entendedor, meia palavra bas (Luis Fernando Veríssimo, “Mínimas”).

[4]

Construção-fonte	A mão que afaga é a mesma que apedreja. Quem tem telhado de vidro não atira pedra no do vizinho.
Construção-derivada	A mão que afaga é a mesma que atira pedras no telhado de vidro de aliados e adversários (<i>Jornal do Brasil</i> , 14 fev. 2007, Villas-Bôas Corrêa, “O novo governo com cara de velho”).

Da investigação dessas operações, veremos se é possível depreender o *ethos* alinhavado pelo sujeito discursivo Villas-Bôas Corrêa na tessitura de seu texto. Verificaremos se a atuação de tais operações sobre as formas convencionais tende para a renovação e/ou para a conservação da imagem do eu.

Queremos examinar se os provérbios re-enunciados por Villas-Bôas Corrêa apontam ou para a ascensão de sua “liberdade”, atestando a escritura de um discurso parcial (caso de subversão paródica), ou para a “intimidação” de sua voz, limitando-a ao pronunciamento de um discurso imparcial (caso de captação parafrástica), ou ainda para a coexistência, em forma e conteúdo, dos movimentos paródicos e parafrásticos, estabelecendo-se, simultaneamente, o *ethos* da parcialidade e o da imparcialidade.

7. O FUNCIONAMENTO DA RE-ENUNCIÇÃO PROVERBIAL EM VILLAS-BÔAS CORRÊA

No presente capítulo, subdividido em cinco distintas seções, aplicaremos ao *corpus* sob estudo os fundamentos anteriormente revisados.

A primeira seção, intitulada “Villas-Bôas Corrêa: entre o *logos* e o *ethos*”, introduz a discussão em torno da primeira hipótese do trabalho, a saber: o enunciativo, implícito/ auxílio no/ do argumentativo, revela, pelas marcas da re-enunciação proverbial, a construção de um *ethos* de parcialidade e, ao mesmo tempo, de imparcialidade estratégica.

Sob o título “A paródia proverbial em Villas-Bôas Corrêa”, a segunda seção visa demonstrar que a construção da parcialidade é um processo discursivo, passível de ser observado através do mecanismo (argumentativo e não ornamental) da re-enunciação paródica das expressões proverbiais. Nesse mecanismo estão em jogo aspectos da enunciação ampliada e da enunciação restrita, em especial, as operações de retextualização⁴⁰. Além disso, tenta provar a validade da hipótese de que a parcialidade é traço de linguagem e, como tal, categoria estruturadora do conjunto de textos argumentativos de Villas-Bôas Corrêa.

Na seção intitulada “O duplo *ethos* de Villas-Bôas Corrêa e os processos de referenciação”, propomos que a parcialidade veiculada pela paródia proverbial está ancorada no processo da instabilidade constitutiva, produzido por meio das práticas de um sujeito. E, no caso desta pesquisa, por práticas relativas às re-enunciações proverbiais dadas por Villas-Bôas Corrêa por meio dos diferentes processos de adulteração ou retextualização já mencionados. Além disso, vislumbramos que há um *ethos* de imparcialidade, estrategicamente construído, quando se põem a coexistir a instabilidade constitutiva e certo efeito de estabilidade. Nesse caso, quando se instala um jogo intercambiável entre a paródia (emersão do eu) e a paráfrase (apagamento do eu) proverbial.

Na penúltima seção – “A re-enunciação polifônica em Villas-Bôas Corrêa” – investigamos ainda o jogo de transparência e de ocultamento do eu, pela análise ao uso polifônico e metonímico do substantivo no interior da peculiar re-enunciação proverbial estudada.

Enfim, à última seção reservamos, em diálogo com a última hipótese do trabalho, a síntese da definição do *ethos* então constituído e sua provável relevância para a funcionalidade da argumentação estudada, no escopo do contrato de comunicação midiático.

⁴⁰ Nomeadas assim por Marcuschi (2004), tais operações promovem alterações no texto-fonte por pelo menos quatro distintos processos, a saber: substituição, acréscimo, supressão e fusão.

7.1. VILLAS-BÔAS CORRÊA: entre o *logos* e o *ethos*

Em trabalho anterior (Neves, 2000), já havíamos estudado o modo argumentativo de organização do discurso do jornalista Villas-Bôas Corrêa em artigos publicados pelo Jornal do Brasil, no ano de 1998. Naquele estudo, concentramo-nos na investigação e na análise da macroestrutura textual visando revelar como as categorias argumentativas⁴¹ – proposta (asserção polêmica sobre o mundo); proposição (tese); persuasão (quadro dos argumentos) – cumpriam os objetivos de convencimento/ persuasão/ sedução do público-leitor.

Para estudar essas categorias argumentativas, o *corpus* foi analisado consoante os pressupostos teóricos da Análise Semiollingüística do Discurso (Charaudeau, 1983). Essa perspectiva teórica direcionou, metodologicamente, o estudo empreendido. Partindo de uma análise qualitativa do *corpus*, que foi subsidiada por um tratamento quantitativo e comparativo dos dados, buscamos observar o que ressaltava do comportamento de cada um dos patamares argumentativos, como também das combinações entre eles estabelecidas.

Naquela oportunidade, a partir do exame da macroestrutura argumentativa, ficou estabelecida a eficiência do discurso de Villas-Bôas Corrêa. Confirmamos a hipótese de que ele se apoiava nas atividades de informar, convencer, persuadir e seduzir, necessárias, segundo Charaudeau (1994), à garantia de uma competência comunicativa. Ao mesmo tempo em que o jornalista demonstrava “fazer saber” por meio da tese (com 100% de freqüência) e dos argumentos, ele convencia e persuadia o leitor e o “fazia crer” ao enunciar argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que fundamentam a estrutura do real⁴², como também seduzia o leitor e “produzia prazer” pelo uso de técnicas de sedução, principalmente pelo emprego das metáforas.

Além disso, desses artigos que versavam sobre as eleições de 1998, averiguamos a hipótese de que havia a predominância da operação argumentativa da justificação nos artigos que corroboravam a opinião do eleitorado e do processo da refutação nos textos em que as propostas favoreciam a situação e a oposição. Isso nos levou a confirmar que o jornalista aderiu ao ponto de vista do incrédulo “e-leitor”, ao mesmo tempo em que rejeitava as idéias da situação e da frente oposicionista. Tal fato se confirmou também pela verificação de outra

⁴¹ Apropriamo-nos dos componentes argumentativos propostos por Patrick Charaudeau dentro de sua análise semiollingüística para o discurso (1992).

⁴² Servimo-nos da tipologia proposta por Chaïm Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) para a classificação dos diferentes tipos de argumento.

hipótese, a de que o articulista usava o raciocínio da concessão-restritiva para mostrar que não tecia apoio irrestrito nem à situação nem à oposição, já que ao mesmo tempo em que lhes fazia concessões, criticava-as em período eleitoral.

Todas essas verificações, resultantes de uma análise em nível macroestrutural, nos levaram a constatar o compromisso do articulista com a isenção perante o “e-leitor”. Suas teses e argumentos, pautados, sobretudo, nos fatos e nas verdades, não nos levaram a descortinar, por exemplo, o candidato de sua preferência; convenceram-nos apenas do quadro eleitoral caótico que se instalara naquele momento. Mesmo as metáforas, calcadas em crenças e valores, foram localizadas no estudo apenas como estratégias de sedução sobre o público-leitor e não como fator de acusação de uma possível parcialidade jornalística.

Retomando Aristóteles, podemos afirmar que na focalização do *logos* – concernente à argumentação (em recorte macroestrutural) ou ao discurso em si mesmo – depreendemos um *eu* (sujeito discursivo) aparentemente neutro e imparcial, identificado ao sujeito real Villas-Bôas Corrêa. Ele de tal forma se assume em um de seus inúmeros artigos: “Sem trair a imparcialidade do código de ética do repórter político...” (*Jornal do Brasil*, 15 mar. 2006, Villas-Bôas Corrêa, “Lula x Alckmin: briga violenta”). Por meio da análise empreendida, concluímos que o tecido argumentativo investiu-se de uma “objetividade possível”.

Parece haver nessa constatação, contudo, uma lacuna a ser preenchida. Ao tratarmos da macroestrutura argumentativa dos artigos de Villas-Bôas Corrêa, deixamos de lado uma das faces referentes ao estudo do discurso: o *ethos*. Embora tivéssemos estudado também as estratégias de persuasão e de sedução, dependentes do eu-enunciador, porque construídas através do apelo a valores, crenças e lugares-comuns, naquele trabalho, voltamos a nossa atenção, primordialmente, para a sua importância como mecanismo argumentativo, e não como elemento fundamental na constituição do sujeito discursivo. E, agora, é exatamente sobre esse novo dado que elaboramos a nossa suposição.

Partimos da hipótese de que, se, por um lado, a macroestrutura argumentativa em Villas-Bôas Corrêa constrói um discurso imparcial, pautado no que o articulista *representa*, a partir do que ele diz (*logos*/ demonstração lógica), por outro lado, as marcas do sujeito, instauradoras do modo de organização enunciativo, constroem um discurso supostamente intercambiável entre a parcialidade e a imparcialidade estratégica. Esse discurso estaria pautado no que o articulista *apresenta*, a partir do modo como ele diz (*ethos*/ demonstração psicológica⁴³).

⁴³ Segundo Barthes (*apud* Charaudeau, 2006a: 113), “essas demonstrações psicológicas não correspondem ao estado psicológico real do orador, mas ‘ao que o público crê que os outros têm me mente’.”

Em relação a esse *apresentar-se*, é imprescindível reconhecer que a imagem do enunciador Villas-Bôas Corrêa, provavelmente, estará “contaminada” pelos efeitos da instância midiática de produção. Esses efeitos correspondem às determinações do contrato de informação, quais sejam as exigências da “austeridade racionalizante” e da “imaginação dramatizante”⁴⁴. Sendo assim, o *ethos* que buscamos alcançar possivelmente estará atravessado pelas vozes diversas que compõem a instância de produção jornalística, ainda que apostemos na competência discursiva de Villas-Bôas Corrêa para interferir no interdiscurso constitutivo.

A partir desse dado é que, sob o domínio discursivo do *ethos*, queremos verificar se, se trava, no interior do discurso de Villas-Bôas Corrêa, por meio do fio da re-enunciação proverbial, uma luta ou uma coexistência entre as seguintes enunciações: aquela (parafrástica) predisposta à objetividade, à transparência e à neutralidade, como condição estratégica da instância midiática, e outra (paródica) inserida com vistas à subversão do límpido e à instauração do opaco e do subjetivo, a qual também não deixa de estar inscrita no contrato de informação.

Ressaltamos, nesse momento, que, sendo o nosso interesse o de capturar a “imagem de si” fabricada pelo mecanismo da re-enunciação proverbial, não podemos ignorar a presença de outra instância de enunciação a recobrir o *ethos* sob estudo, diferente da relacionada à informação midiática. Estamos nos referindo à *vox populi*, a quem se atribui à enunciação proverbial. O *ethos* de Villas-Bôas Corrêa, apreciado pela investigação aos provérbios recriados, pressupõe a instauração de outra duplicidade enunciativa: o sujeito individual e o sujeito coletivo. O primeiro, responsável pela enunciação, e o segundo, representado pelo grupo social que enuncia o dito popular.

Que fique claro, portanto, que o *ethos* proposto para o sujeito discursivo Villas-Bôas Corrêa é apreendido no quadro da teoria polifônica. Não esperamos alcançar uma “imagem de si” correspondente a um sujeito individualizado, mas sim perpassada pelas diversas vozes que lhe são constitutivas e que, em face de uma heterogeneidade mostrada, podem ser apreendidas na superfície textual.

Retomando o jogo ao qual o enunciador se lança entre o *logos* e o *ethos*, diríamos, em suma, que constituído, predominantemente, na base de fatos e verdades – naquilo que se diz – o discurso lógico-argumentativo de Villas-Bôas Corrêa é conduzido pelo *logos*. Calcado nos indícios extraídos de sua re-enunciação proverbial – no como se diz – o discurso retórico-

⁴⁴ CHARAUDEAU. 2006b.

argumentativo de Villas-Bôas Corrêa espelha, em particular, um *ethos*, quiçá ambivalente entre a parcialidade e a imparcialidade.

É fato demonstrado que o sujeito Villas-Bôas Corrêa estrutura sua eficiente argumentação, sustentando um discurso lógico que forja suas próprias evidências. Em outros termos, ele torna indispensável a presença de fatos e de verdades para convencer o público-leitor. Será fato a demonstrar que esse mesmo sujeito vai resvalar por um bem sucedido programa argumentativo com retórica, ao lançar-se a enunciações sistemáticas de provérbios reinventados em dimensão paródica e, estrategicamente, parafrástica, de acordo com o que buscamos constatar a seguir. Enfim, pela brecha da re-enuniação proverbial pretendemos revisitar os artigos de Villas-Bôas Corrêa, agora resgatando a sua identidade como indício forjado pelo discurso.

7.2. A PARÓDIA PROVERBIAL EM VILLAS-BÔAS CORRÊA

Se está sob foco evidente de análise a presença do eu-enunciador, passível de ser depreendida pela investigação às expressões proverbiais re-enunciadas, parece estar claro também que reconhecemos a **enuniação** como componente essencial do objeto de estudo. Em outros termos, o sujeito a ser identificado não é anterior à enuniação, “mas a enuniação é constitutiva do sujeito, o sujeito advém da enuniação” (Compagnon *apud* Brait, 1996: 81).

Desse modo, enfocando a **re-enuniação** proverbial, podemos capturar aspectos subjetivos (voz do eu) encobertos pelo puro dizer cristalizado convencional (voz da coletividade), em deliberada relação intertextual. Os novos efeitos de sentido produzidos pelas novas “formulações” desencadeiam um jogo entre o que o enunciado diz e o que a enuniação faz dizer.

Sendo o processo de **enuniação** aspecto central do estudo, vale dizer que, de uma perspectiva discursiva, ele pode ser capturado pela presença de marcas da recriação proverbial. Marcas essas detectadas a partir de um discurso jornalístico específico, o de Villas-Bôas Corrêa. E, se essa **re-enuniação** nos faz alcançar a postura desse escritor, esse é um ponto que, na ótica da Análise do Discurso, só vem a ser verificado, analisado e interpretado por meio dos textos assinados por esse autor. Constatadas como aspectos essenciais do discurso de Villas-Bôas Corrêa, as expressões proverbiais, se parodiadas, nos

autorizam a definir o articulista como parcial. Em direção oposta, caso os provérbios estejam apenas submetidos a paráfrases, os dado nos obrigarão a vê-lo como imparcial.

Almejando detectar a hipotética parcialidade estruturadora do discurso de Villas-Bôas Corrêa, investigamos, nesta seção, os ditos re-enunciados sob dois prismas: o da **parodização** e o da **argumentação**.

O provérbio **parodiado**, ao se configurar como um caso de heterogeneidade enunciativa, na junção do dito velho e do dito novo, seria supostamente meio para detectarmos **um** dizer que corre paralelo ao da tradição. Dizer este até certo ponto, todavia, diferente dela, e que para nós é **o** dizer do eu-enunciador a encerrar a parcialidade sob estudo.

Por sua vez, dentro do quadro da **argumentação**, acreditamos, por suposição, que há uma força persuasiva advinda desse encontro entre o velho e o novo dizer. Força esta que, hipoteticamente, seria resultado do papel que o provérbio parodiado exerce no bojo da macroestrutura argumentativa, qual seja o de catalisador das teses defendidas pelo enunciador. Sendo mesmo categoria argumentativa (tese, argumento pró-tese, conclusão) e não recurso panfletário do discurso analisado, buscamos, também, à luz desse aspecto, entrever a parcialidade estrutural que perseguimos.

7.2.1. A paródia proverbial: um veículo da parcialidade

O sujeito discursivo Villas-Bôas Corrêa pode, por evocação a pelo menos quatro distintas estratégias de re-enunciação, ser capturado estruturando novos sentidos. Nesse caso, provaremos que ele está parodiando versões convencionais dos ditos populares, isto é, reelaborando, por subversão, o dizer tradicional. Sendo assim, cria seu próprio dizer e deixa brechas para ser reconhecido sob o *ethos* da parcialidade, daquele que julga com emoção.

Considerando a seguinte re-enunciação proverbial em paralelo à versão original,

[1]

Construção-fonte	Tudo como dantes no Quartel D'Abrantes.
Construção-derivada	Estabelecida a rotina, tudo como dantes no Planalto .

verificamos que se trata de versão inédita do provérbio “*Tudo como dantes no Quartel D'Abrantes*”. Essa versão resulta da **substituição** do sintagma “*no Quartel D'Abrantes*” pela

expressão “*no Planalto*”. Apesar de promover o ineditismo, tal **substituição** conserva a fórmula do dito original, ou seja, o adjunto adverbial “*no Quartel D’Abrantes*” é substituído por termo de mesma função sintática, “*no Planalto*”.

Em termos semânticos, mantém-se também o paralelismo entre as duas construções. Para a construção-derivada, o enunciador seleciona, em substituição ao locativo “*Quartel D’Abrantes*”, outro termo a designar lugar: “*Planalto*”.

É esse paralelismo sintático-semântico que nos leva a encontrar no novo dito de Villas-Bôas Corrêa duas vozes, duas orientações interpretativas. E assim é o discurso paródico: espelho cuja face apresenta uma imagem invertida, alterada, a capturar o leitor, ao mesmo tempo em que o direciona para fora.

Decerto, o leitor se faz presa fácil, tendo em vista a familiaridade que já tem com o dito resgatado, sobretudo porque tal substituição ocorre apenas no final do segmento. Assim, o interlocutor que já conhece o provérbio e seu significado é envolvido pelo texto. Ao mesmo tempo, contudo, como há uma alteração na versão original, ele surpreende-se. Esse efeito surpresa o encaminha para fora do universo absoluto do provérbio para inseri-lo no campo específico da notícia debatida, motivando-o à leitura integral do artigo.

Esse movimento de “atração” e de “repulsa” ocorre em virtude da impossibilidade de haver uma fusão entre a imagem real e a imagem projetada. Embora similares, provêm de mundos diferentes e encerram assim diferentes visões de mundo.

O provérbio em tela surge quando da invasão napoleônica em Portugal, no início do século XIX. A falta de resistência do governo português e a tranquilidade do mencionado General Duque de Abrantes à frente de seu quartel-general, diante de tal situação emergencial, geraram o dito⁴⁵.

De verdade circunstancial, a frase passa a verdade absoluta pela resposta do povo a perguntas do tipo: “Como vão as coisas?”. Desse modo, instaura-se o processo da *proverbialização*.

Em sentido oposto, da verdade absoluta à circunstancial, instala-se o processo da parodização. E é o que acontece com a construção derivada proposta pelo eu-enunciador Villas-Bôas Corrêa no seio de seu artigo opinativo “O ziguezague das reformas” de 03 de novembro de 2006.

A fim de corroborar a tese de que, ao final do primeiro mandato do vitorioso presidente Lula, a impassibilidade impera, o articulista resgata o provérbio “*Tudo como*

⁴⁵ MAGALHÃES JR. 1974.

dantes no quartel D’Abrantes”, atualizando-o. Em clara referência ao “zigzague” das propostas de governo, à burocracia própria da gestão e ao jeito de ser de toda uma vida do presidente, Villas-Bôas Corrêa situa o Planalto como lugar preferencial para demonstrar a fleuma criticada no provérbio resgatado.

Em suma, no ajuste da voz proverbial à voz do enunciador, há um deslocamento da visão instaurada pelo senso comum. Na visão própria do enunciador, o provérbio, ora parodiado, orienta-se para um contexto específico: o da notícia discutida.

A estratégia da **substituição** pode também ser apreciada no artigo “Lula cidadão do mundo”, de 13 de setembro de 2006, conforme registramos abaixo:

[2]

Construção-fonte	O cordão dos puxa-sacos cada vez aumenta mais.
Construção-derivada	O coro do oba-oba – tal como o célebre cordão dos puxa-sacos – cada vez aumenta mais.

Neste texto, o articulista trata das posturas dos dois principais candidatos ao cargo presidencial durante a campanha política de 2006. Defende ele que, com a proximidade das eleições, ambos os lados mostram desatinos e excessos em seus movimentos para alcançar o poder. Com a finalidade de fundamentar essa tese, pontua, em especial, os exageros da frente petista comandada por Lula. Refere-se, primordialmente, à celebração antecipada da vitória ainda no primeiro turno.

A fim de simbolizar tal exagero enuncia o dito “*O cordão dos puxa-sacos cada vez aumenta mais*” reformulado-o para “*O coro do oba-oba – tal o célebre cordão dos puxa-sacos – cada vez aumenta mais.*”

Mais uma vez, fica evidente o paralelismo sintático-semântico que o recurso à **substituição** promove no interior do dito re-enunciado em comparação à versão original. Os dois sujeitos – “*o cordão dos puxa-sacos*” e “*o coro do oba-oba*” – figuram a veicular a idéia de grupo que, por aconchego do poder, amplia-se cada vez mais.

Embora não nos deixe perder de vista a voz matriz, o paralelismo indicado sucumbe, contudo, à natureza mesma da parodização, qual seja a de deslocar a visão consensual para olhar inédito sobre o fato relatado.

No contexto do assunto discutido, compõem o infundável “*coro do oba-oba*” o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, a apressar sua mudança para a mansão oficial à beira do lago, evidenciando assim sua confirmação na pasta poderosa, e o também Ministro Tarso Genro, a declarar não ser imprudente dizer que Lula ganhará a eleição no primeiro turno.

Integra ainda o referido “*coro*” o próprio candidato-presidente, que imposta o tom e declara: “Agora, eu conheço o mundo e o mundo me conhece”.

Contrastando a versão fonte à derivada, podemos notar que é legítima a substituição de “*cordão*” por “*coro*” no sentido de a imagem “*coro do oba-oba*” fazer uma crítica específica às falas gaiatas dos ministros da Fazenda e das Relações Institucionais. Vozes ecoadas por Lula, as quais engrossam a fila dos partidários certos da implacável vitória.

Portanto, a idéia sedimentada pela expressão proverbial de que há sempre uma infindável lista de pessoas adeptas de líderes, comportamentos, modas etc., por conveniência e/ou oportunismo, é transposta para a discussão do fato particular. Ao nomear o dado novo da realidade, no caso os partidários do presidente-candidato e ele mesmo, o enunciador postula sentido mais específico para o grupo citado. Tais integrantes da alta cúpula do governo seriam aqueles que, por aconchego da conveniência, engrossam, em tom desatinado, a fila para compartilhar do poder e dos benefícios próprios ao cargo presidencial. Isso a despeito, necessariamente, de um trabalho legítimo que justifique as honrarias e benesses.

Assim, desenha-se a clara intenção do sujeito discursivo de orientar o leitor para a seguinte significação: na uníssona certeza da vitória, cresce a infindável lista de gaiatos interesseiros pelas vantagens advindas do poder.

A alteração da fórmula proverbial aponta para uma re-configuração da realidade. Mas, nesse sentido, a visão do provérbio é apenas alterada; não apagada. E é no âmago dessa alteração, paralela sintática e semanticamente ao dito original, que a natureza polifônica do provérbio parodiado se revela, evocando a duplicidade enunciativa. Mais uma vez, o eu-enunciador localiza seu propósito comunicativo numa espécie de bifurcação entre o senso comum e seu deslocamento para o universo da notícia debatida.

Em suma, em ambos os exemplos supracitados, o recurso à **substituição** reflete escolhas lexicais que acusam a existência de olhar próprio sobre os fatos relatados.

Analisando agora o fragmento abaixo,

[3]

Construção-fonte	A carne é fraca.
Construção-derivada	Lula condena a reeleição. Mas, que diabo, a carne é fraca e a ambição esperta e sabida.

observamos que o enunciado derivado conserva o dito-base, mas efetua uma “reformulação” por apelo ao **acréscimo** de itens lexicais. Tal versão é resultado da inserção do segmento

“*Mas, que diabo*” e da oração “*e a ambição (é) esperta e sabida*” no enunciado-fonte. Essa **expansão** objetiva incorporar ao dito original elementos pertinentes à notícia comentada.

A propósito, o artigo em tela, intitulado “Lula olha e não vê”, de 11 de novembro de 2005, assenta sua temática sobre a reeleição presidencial. Traz como pano de fundo a “indecisa” posição de Lula diante da possibilidade de se candidatar a um segundo mandato para Presidente da República.

É justamente sobre essa “indecisão” do presidente Lula que recai a re-enunciação citada. O sentido da expressão-base, qual seja o de que o corpo deve ser o culpado pelas fraquezas humanas, amplia-se na versão derivada para a idéia de que a responsabilidade moral dos atos da vida deve ficar por conta do espírito imortal. Assim, em dois tempos, o enunciador utiliza o recurso da parodização para firmar seu olhar sobre a postura do provável candidato ao cargo presidencial. No primeiro momento, salienta, em movimento de atração da voz consensual, que Lula estaria desculpado se, mesmo condenando a reeleição, aceitasse disputar novo mandato. Afinal, “*a carne é fraca*”, isto é, a fragilidade advém de uma inconsciência coletiva nesse caso. Num segundo estágio, contudo, afirma, recusando a verdade imemorial, que, se Lula sucumbir à reeleição, fará isso movido pela ambição, isto é, por uma esperteza advinda de decisão consciente.

Ao ampliar a fórmula da tradição, o enunciador não apenas a desloca para o universo da notícia debatida, como também a emenda de acordo com o seu ponto de vista sobre o fato discutido. Isso se dá em virtude de a verdade imemorial da expressão ser, de certo modo, questionada e, por isso mesmo, reinventada. A costura paródica que resulta na conclusão “*Lula condena a reeleição. Mas, que diabo, a carne é fraca e a ambição esperta e sabida*” estabelece uma oposição entre o mandamento bíblico – “*Vigiai e orai, para que não entreis em tentação; o espírito, na verdade, está pronto, mas a carne é fraca*”. (Mt. 26:41) – alinhavado pela expressão-fonte, e sua feição contemporânea, recriada pelo sujeito discursivo. Nesse caso, estipula-se que a carne é fraca e o espírito também. Apesar de haver essa oposição entre o modelo bíblico, já *proverbializado*, e o contemporâneo, ambos estão ligados, visto que um está pautado no outro.

Na verdade, o eu-enunciador admite a fragilidade da carne diante das tentações, ou melhor, aceita que Lula assuma sua candidatura à Presidência diante do mais ambicionado mandato do Poder Executivo, de suas mordomias e dos tapetes estendidos para a exibição de sua vaidade. A maneira como o sujeito retoma o dito popular, diante da afirmação de que Lula condena a reeleição, é sintomática desse aceite: “*Mas, que diabo...*”. Em outros termos,

pontua que Lula, pelo menos, deveria livrar-se da mentira clássica de que não é candidato à reeleição com apoio na verdade abonada pela coletividade.

Adiante, porém, ironicamente, pela introdução dos novos itens lexicais – “*e a ambição esperta e sabida*” – rompe com a interpretação automatizada do dito cristalizado, banalizando-o. Ao fim e ao cabo, o articulista, de alguma forma, interroga a autoridade e a legitimidade da construção-fonte, mostrando acreditar que é mesmo a ambição – mal do espírito; não, da carne – que motivará Lula a se empenhar a favor da reeleição.

Esse caráter subversivo proposto pela re-enunciação confere à construção-derivada o status de discurso paródico e, portanto, parcial.

Passemos à análise de outra construção baseada também no **acréscimo** de novos itens lexicais:

[4]

Construção-fonte	Em boca fechada não entra mosca.
Construção-derivada	Ora, em boca fechada não entra mosca e nem sai o sopro que aviva a brasa da frivolidade alheia.

A versão derivada é obtida por meio da junção do termo “*ora*” e do período “*e nem sai o sopro que aviva a brasa da frivolidade alheia*” ao enunciado fonte. Essa soma, se não mantém, plenamente, a estrutura do provérbio convencional, se fixa no campo semântico original, o do silêncio necessário, aprofundando-o. Assim, o sentido promovido pela voz consensual de que, em certas situações, é melhor ficar calado do que se pronunciar é intensificado na “reformulação” proposta pela voz inovadora.

Por um lado, sem a eliminação dos termos do provérbio-fonte, favorece-se o seu reconhecimento e reforça-se, no provérbio-derivado, a idéia já consensualmente difundida de que em certas circunstâncias exige-se o silêncio próprio à confissão sacramental. Aliás, esse reforço passa também pelo destaque dado ao termo “*ora*”. Sendo um operador de monitoramento do leitor, equivalente a expressões do tipo “Agora, cá entre nós” ou “Vem comigo”, seu uso pede a cumplicidade do leitor. Em especial, solicita a atenção do mais “famoso” dessa categoria, o presidente reeleito Lula.

Por outro lado, ao acrescentar o período “*e nem sai o sopro que aviva a brasa da frivolidade alheia*”, o enunciador promove uma atualização do já conhecido provérbio à luz da notícia comentada.

Neste artigo de primeiro de novembro de 2006, intitulado “A festa continua”, o enunciador comenta sobre a festança da reeleição, os picos de euforia dos candidatos

vencedores e a tentativa do presidente-reeleito para conter o estouro dos afoitos, assumindo a necessária organização do seu próximo mandato. Indica-se neste texto, contudo, que o próprio Lula resvala pela euforia da vitória em resposta dura a observações feitas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O provérbio re-enunciado repousa justamente sobre essa menção à resposta destemperada de Lula ao seu antecessor. Sugere que o presidente não só deveria ter-se calado para não falar besteiras – “*Ora, em boca fechada não entra mosca*” – como também calado deveria ficar a fim de não promover a besteira alheia – “*e nem sai o sopro que aviva a brasa da frivolidade alheia*”. Mesmo vencedor nas urnas, Lula deveria silenciar sua resposta ao ex-presidente, uma vez que a “frívola” vaidade de FHC somente seria estancada pelo silêncio sepulcral do candidato reeleito.

Na atualização do provérbio original, dentro do contexto da vitoriosa eleição de Lula, o calar-se tem, dado o interlocutor dessa história, uma dupla função: o silêncio serve tanto para preservar o presidente quanto para ignorar seu oponente.

Em suma, o conceito atemporal e genérico encerrado pelo provérbio é orientado, através da “reformulação”, para uma discussão atual e local. E essa re-orientação do conceito proverbial para um contexto particular é mecanismo característico da “formulação” paródica.

Vale dizer que com a estratégia do **acréscimo** há, portanto, a instauração de um “quer dizer”, de um “não só... mas também”, retificações ao dito convencional, que espelham a presença de um inédito enunciador à luz de um contexto específico.

Associado, na seqüência, à estratégia da **substituição** e do **acréscimo**, encontramos, na re-enunciação abaixo, extraída do artigo “Congresso refém da insanidade” (20/12/06), um caso que compreende o recurso da **supressão**:

[5]

Construção-fonte	Quem tem telhado de vidro não atira pedra no do vizinho.
Construção-derivada	E o Palácio do Legislativo é de vidro.

Pela versão paródica “*E o Palácio do Legislativo é de vidro*”, podemos reconhecer o provérbio “*Quem tem telhado de vidro não atira pedra no do vizinho*”. O trabalho de reconstrução do velho dito se dá pela **supressão** do termo “*telhado*” e da segunda oração que o constitui “*não atira pedra no do vizinho*”. Também ocorre pela **substituição** do termo “*Quem*” por “*Palácio do Legislativo*” e do verbo ter (“*tem*”) por ser (“*é*”). Além disso, há ainda a inserção do conectivo “*E*” a introduzir a referida re-enunciação.

É fato que tais alterações não mantêm, plenamente, a estrutura do provérbio convencional. Entretanto, há pistas que possibilitam o resgate do dito tradicional, tais como o uso do termo “*vidro*”, em clara referência à expressão “*telhado de vidro*”, e a introdução do conectivo “*E*”, o qual convida o leitor a se fixar no campo semântico do termo de origem, o da dissimulação.

O que nos interessa aqui é justamente ver os efeitos de sentido advindos dessa nova recriação proverbial, com a finalidade de apreender o *ethos* do sujeito parodiador. Reconhecemos que as alterações por ele propostas estão em consonância com a imagem que constrói de si mesmo no discurso. Do embate entre a versão conservadora e a inédita, depreendemos a visão de mundo do enunciador. E esse jogo se materializa através justamente dos índices formais que ora analisamos.

Examinando então a re-enunciação “*E o Palácio do Legislativo é de vidro*”, pelas alterações que ela apresenta em relação ao dito original, anotamos dois aspectos principais. Esses dados fazem da reelaboração em tela um caso típico de paródia proverbial. São eles: a inserção do termo “*Legislativo*” com vistas à captura da idéia referenciada na notícia e a instauração de uma nova forma de compreensão do real a manifestar, em conseqüência, um *ethos* de parcialidade.

No que diz respeito à presença do termo “*Legislativo*”, vale destacar que ele instaura a transposição do provérbio para a história típica da “abjeta” legislatura brasileira atual. Chamando atenção sobre o reajuste “escabroso” de 90,7% dos subsídios dos 81 senadores e 513 deputados federais em paralelo a outras ações que desmoralizam o Poder Legislativo, tais como: “caixa 2”; “mensalão”; “compras de ambulâncias superfaturadas” etc., o enunciador insere o provérbio nas notícias comentadas, ajustando-o a esses fatos.

Considerando o ensinamento prescrito pelo provérbio original “*Quem tem telhado de vidro não atira pedra no do vizinho*”, de que os indivíduos de hábitos menos honestos não devem se investir de um moralismo, haja vista serem descobertos em naturais revides, evidenciamos que tal conceito se aplica aos fatos veiculados e analisados no artigo em questão. O enunciador nos faz ver que o corrupto Congresso, ao se autoconceder aumento salarial tão insano, fica encurralado. Ao não poder se arvorar em moralista e, conseqüentemente, negar as exigências advindas das diversas manifestações populares, como as das esposas de militares, dos sindicalistas, dos usuários “das rodovias da indignação” etc., o Legislativo fica sem saída. Disso resulta a sumária conclusão do enunciador acerca da imoralidade do Congresso.

Indicada pelo conectivo “E”: “E o Palácio do Legislativo é de vidro”, a “reformulação” convida o leitor à nova compreensão de um dado da atualidade política brasileira. Nessa re-enunciação acentua-se o caráter imoral das ações parlamentares pela troca do verbo “ter” pelo “ser”. No dito, indica-se a transitoriedade de algo que se possui, com o qual se está momentaneamente; na versão derivada, ressalta-se a característica já intrínseca e perene do Congresso. Por isso mesmo, o enunciador se vê compungido a ajustar o sentido de imoralidade, veiculado pelo provérbio fonte, para o de insanidade, anunciado no próprio título do texto: “Congresso refém da insanidade”. Imersos em imoralidade intrínseca, perene (“é”) e visível (“vidro”), os senadores e deputados, na visão irônica do enunciador, só podem-na estar elevando ao caráter do insano, de uma enfermidade mental.

Essa conclusão, conforme visto, resulta de supressões operadas sobre a versão conservadora do provérbio. Tal abreviação, longe de minimizar o conteúdo proposicional, alarga-o, na medida em que não só retoma o sentido original, como o adapta ao contexto particular discutido, levando o leitor a recuperar o senso comum e, ao mesmo tempo, a reorientá-lo. Sobre isso, aliás, vale dizer que, nesse caso, o enunciador parece ter confiado na capacidade inferencial dos sujeitos-interpretantes, imaginando que eles associarão versão tão sintética à sua formatação original. Isso é interessante porque indica a natureza eficiente e contraditória do discurso paródico abreviado: dar ao enunciador a possibilidade de dizer muito em poucas palavras; e ao leitor, de encontrar na versão derivada, tão condensada, a versão original.

Enfim, todas essas considerações, a propósito da análise acima elaborada, evidenciam que a paródia estabelece a constituição de um olhar inovador acerca do real, resultante de uma impressão particular dada pelo enunciador. A partir daí sobressai um *ethos* pautado na parcialidade.

Por sua vez, temos abaixo o caso raro, neste *corpus*, do uso da estratégia da **fusão**, que, no exemplo seguinte, extraído do artigo “Disparate da contradição”, de 26 de fevereiro de 2002, vem aliada à da **substituição** e à da **supressão**:

[6]

Construção-fonte	Quem tem telhado de vidro, não deve atirar pedra no do vizinho. Vão-se os anéis, ficam os dedos.
Construção-derivada	Os que atiram pedras nas vidraças do barbudo , para atingir a imagem do realista, que barganha alguns anéis para salvar as munhecas , têm que entender que Lula não está escolhendo aliados, mas catando as sobras do tacho.

No contexto da notícia debatida, não só o enunciador promove a recriação isolada das construções-fonte “*Vão-se os anéis, ficam os dedos*” e “*Quem tem telhado de vidro, não deve atirar pedra no do vizinho*” por meio da estratégia da **substituição** e da **supressão**, como também estabelece uma relação entre elas, usando para isso o recurso da **fusão**.

Por apelo à **substituição**, o sujeito discursivo quer situar o dito popular no seio de um assunto polêmico: a confusa trama de alianças promovida pela esquerda nas eleições de 2002. Sobre isso defende a equação de que tanto Lula tem receio de perder com a esquerda, quanto a esquerda tem medo de perder com Lula e, por isso, se dispersa.

Fundamentando a primeira linha dessa operação, o enunciador lança a seguinte recriação: “...*(Lula) barganha alguns anéis para salvar as munhecas...*”. Em paralelo à construção convencional, a derivada conserva o aspecto formal, mas promove uma **substituição** lexical associada ao assunto comentado. O verbo ir (“*vão-se*”) é substituído pelo verbo barganhar (“*barganha*”) no sentido de indicar, especialmente na política, a troca de favores (“*alguns anéis*”), quiçá pouco ética, entre o PT e os aliados que lhe restaram: a Igreja Universal e o PL. Desse modo, o enunciador minimiza o sentido do provérbio na medida em que o PT não sofre propriamente perdas a partir das “alianças” que faz.

Já a troca do segmento “*ficam os dedos*” por “*salvar as munhecas*” maximiza a carga semântica estabelecida pela construção-fonte. A fim de ressaltar que Lula tem uma última chance de sagrar-se líder nacional, o enunciador seleciona o verbo “*salvar*”, o qual, diferentemente de “*ficar*”, mostra ser determinante o papel do presidente Lula no amparo e na defesa de sua vitória. Também a **substituição** de “*os dedos*” por “*as munhecas*” assinala que, na versão derivada, o detalhe a ser preservado – “*os dedos*” – ganha dimensões mais amplas – “*as munhecas*” – a fim de ressaltar o grau de importância do ambicionado cargo presidencial.

Embasando a segunda linha da operação, qual seja “*a esquerda tem medo de perder com Lula*”, o enunciador propõe a seguinte construção: “*Os que atiram pedras nas vidraças do barbudo...*”. Verifica-se aqui que o trabalho de parodização compreende tanto a estratégia da **substituição**, quanto a da **supressão**, conforme descrição do seguinte percurso:

Provérbio: “*Quem tem telhado de vidro, não deve atirar pedra no do vizinho.*”

Re-enunciação pela **substituição**: “*Os que têm telhado de vidro, não devem atirar pedras nas vidraças do barbudo.*”

Re-enunciação pela **supressão**: “*Os que atiram pedras nas vidraças do barbudo...*”

Ainda que a re-enunciação em tela promova alterações na construção-fonte, é possível recuperá-la em função do parâmetro de forma e de significado já instituído pela tradição. Nessa recuperação o leitor aproxima-se da visão estabelecida pelo senso comum de que os indivíduos de vida irregular não devem se fazer de palmatória do mundo, pois podem ser desmascarados em naturais retaliações. Em seguida, o leitor experimenta afastar-se do consenso. Sendo assim, passa a apreciar o provérbio à luz da notícia comentada, na medida em que o enunciador particulariza o dito a partir da inserção de elementos de seu universo referencial.

A introdução do termo “*barbudo*”, na versão inédita, transpõe o provérbio para o caso particular das eleições presidenciais de 2002. O alvo dos moralistas não é mais um indivíduo qualquer, mas o candidato Lula, que, diga-se de passagem, está enredado por vidraças e não por um humilde telhado de vidro, o que potencializa suas fragilidades e as dos adversários. Do mesmo modo, tais moralistas não são quaisquer pessoas, mas estão representados pela esquerda que decidiu não apoiar o candidato petista.

Assim, fica evidente que a paródia proporciona, de fato, a emersão de uma visão de mundo inovadora dada pela percepção particular do enunciador. Além disso, no caso analisado, a versão paródica promove, como vimos em análise precedente, uma abreviação da forma original. Novamente, concluímos que a abreviação pode estender o sentido instaurado pela visão derivada uma vez que, além de retomar o senso comum, desloca-o.

As duas reformulações analisadas encontram-se ainda entrelaçadas. Por isso dizemos que, aliada aos processos da substituição e supressão, está a estratégia da **fusão**. No exemplo examinado observamos uma costura muito particular entre aqueles dois provérbios bastante conhecidos. O primeiro é desenhado como conseqüência do segundo. Assim, poderíamos reescrever o trecho original da seguinte maneira: como Lula barganha alguns anéis para salvar as munhecas, os adversários estão atirando pedras nas vidraças do barbudo.

A face camaleônica da construção paródica extrapola assim a simplicidade sintática da oração. Pelo sofisticado raciocínio da subordinação, passa a revestir o eu de uma inventividade dada por laços inimagináveis entre crenças já compartilhadas.

Todos os enunciados exemplificados acima dizem, de modo geral, sobre a política petista antes e depois de estabelecer-se no Planalto. As enunciações, alcançadas pela análise dos índices formais desse jogo enunciativo, “fazem dizer” algo que vai além desse fato; apontam também para a constituição de um sujeito enunciador único, criativo, crítico e íntimo do leitor. Isso porque, ao dessacralizar as formas fixas dos ditos populares, rompendo com a convencionalidade e com a mecanicidade que rege o funcionamento da linguagem, isto é,

promovendo a parodização do senso comum, o sujeito enunciador Villas-Bôas Corrêa assim se constitui.

O efeito de sentido da parcialidade, concebido como atividade de linguagem e produzido por estratégias de alusão indireta, isto é, pelas re-enunciações paródicas das expressões proverbiais, é foco de nosso interesse nesta pesquisa. A nosso ver, longe de confirmarem a neutralidade defendida pelo articulista, esses ditos re-enunciados comprovam a existência mesma de um enunciador específico.

Em outros termos, confirmamos uma das suposições aventadas em nosso trabalho, qual seja a de que os provérbios re-enunciados por Villas-Bôas Corrêa revelam, sob a forma da parodização, a instauração de um *ethos* de parcialidade para o sujeito enunciador.

Na próxima seção, procuraremos tornar ainda mais evidente o fio discursivo que tem conduzido a parcialidade enfocada.

7.2.2. A paródia proverbial como componente argumentativo: a parcialidade estruturadora

Da perspectiva adotada no presente estudo, estamos entendendo a parcialidade depreendida da re-enunciação proverbial em Villas-Bôas Corrêa como uma construção de linguagem. Tal parcialidade não é concebida como um traço inerente aos fatos e dados apresentados pelo eu-enunciador. É vista como construção dada por uma prática discursiva específica, a parodização proverbial.

Caso a parcialidade fosse mesmo inerente, por exemplo, a uma das **teses** defendidas pelo articulista, como a que afirma ter o MST dificultado o ingresso do presidente Lula ao Palácio, retirada do artigo “Lula identifica o inimigo” (26/03/02), poderíamos depreender, dessa afirmação, aspectos da parcialidade jornalística. Ocorre que veiculada assim a **tese** em questão é apenas uma verdade, um fato comprovado pelas inúmeras tentativas de o presidente ascender ao poder.

Quando apresentada sob a forma de um provérbio parodiado, essa **tese** parece revestir-se de parcialidades. A voz do enunciador em relação polifônica com a voz convencional denuncia as impressões do sujeito discursivo, dadas pelas escolhas lexicais indicadas no quadro abaixo.

[7]

Construção-fonte	Quem tem um amigo como esse, não precisa de inimigo.
Construção-derivada	Quem tem um aliado como o MST não necessita de adversário .

No âmbito da enunciação ampliada, no quadro do modo argumentativo do discurso, vale dizer que a re-enunciação proverbial em tela é a **proposição** defendida pelo sujeito discursivo no interior do artigo supracitado. Isso faz dessa paródia proverbial, entendida como veículo da parcialidade do sujeito enunciador, uma categoria estruturadora de sua argumentação.

Além disso, importa destacar que esse dito – categoria argumentativa fundamental – trata-se da primeira ocorrência da **tese** defendida pelo enunciador. Esse dado é importante porque revela que o eu-enunciador, ao conferir à re-enunciação proverbial o status de proposição principal, mostra-se acolhedor tanto da verdade proverbial abonada pela coletividade, quanto de sua releitura.

E esse acolhimento não deixa de ser uma estratégia para a sedução do público-alvo. Parece reconhecer o enunciador que o seu recorrente ponto de vista sobre o MST, exposto em inúmeros artigos ao longo das campanhas presidenciais de 1989 a 2002, só terá, de fato, aceitação definitiva na fusão polifônica da voz individual à coletiva.

Na seqüência, são apresentados três artigos dos quais depreendemos **teses** que resultam justamente desse jogo intertextual implícito. Isso porque tais **proposições** configuram-se também como paródias de velhos ditos populares. Flagrados como **teses** no interior dos artigos selecionados, esses enunciados polifônicos veiculam a voz do enunciador, que ecoa em paralelo à da tradição, e ao veicularem-na mostram-se predispostos à instauração do subjetivo, do parcial. E se a parcialidade é instaurada, nesse caso, a propósito da criação de **teses** que são paródias, então comprovamos que a parcialidade é mesmo categoria estruturadora do discurso entoado.

O primeiro procedimento de interseção entre a voz consensual e a do enunciador a ser comentado corresponde ao que atestamos por obra das seguintes construções derivadas, inseridas em artigo de 23 de março de 2007:

[8]

Construção-fonte	Uma no cravo, outra na ferradura.
Construção-derivada	Uma no cravo e duas na ferradura. ... um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura.

Sob o recorte da enunciação ampliada, verificamos que, nesse artigo, o articulista, posicionando-se acerca dos primeiros movimentos de Lula em sua segunda gestão, defende a **proposição** de que “o presidente Lula desta nebulosa fase de hesitações, perdido na remontagem do governo, às vezes surpreende para mais ou para menos”. A **tese**, assim enunciada, interessa-nos mais como veículo de uma declaração objetiva que o articulista deseja transmitir ao seu público-leitor. Tal conteúdo encerra uma verdade provada ao longo do texto por meio de argumentos que ilustram as ações acertadas e desacertadas do presidente. Assim delineada, a **proposição** parece predisposta à neutralidade.

A essa enunciação, contudo, soma-se outra que complementa a formulação da **tese**. Indicada no próprio título do texto: “*Uma no cravo e duas na ferradura*”, desdobra-se no primeiro parágrafo ao inserir-se no fio discursivo da seqüência textual supracitada e aqui retomada: “... o presidente Lula desta nebulosa fase de hesitações, perdido na remontagem do governo, às vezes surpreende para mais ou para menos com um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida na ferradura”.

Dessa forma enunciada, a **tese** interessa-nos, principalmente, pela maneira como está estruturada, pois, se pretendemos descortinar a constituição do sujeito Villas-Bôas Corrêa, temos de investigar seu modo de expressão, isto é, o *ethos* a partir daí constituído. Sob esse campo de visão, essas duas ocorrências que integram a **proposição** defendida por Villas-Bôas Corrêa são re-enunciações paródicas do velho dito popular “*Uma no cravo, outra na ferradura*”. São paródias, porque ativam o provérbio original para argumentar em sentido diferente ao por ele prescrito, conforme comprovaremos adiante.

Nesse enquadre, inserem-se no texto, subvertendo o discurso límpido e objetivo com o qual o articulista inicia a sua **tese**: “... o presidente Lula... às vezes surpreende para mais ou para menos”. Re-inventados em dimensão paródica, os ditos em foco costuram a **tese** sob a aura do subjetivo, sobretudo porque dessa re-invenção podemos destacar a voz do enunciador que se diferencia daquela consensualmente partilhada.

Interessa notar a necessidade que o sujeito discursivo tem de reescrever a **tese** sob a roupagem da paródia, não se limitando à exatidão da primeira parte de sua **proposição**. Se, em termos de conteúdo, a idéia de alternância de ações, recomendada pelo provérbio em tela, já estava expressa em “*surpreende para mais ou para menos*”, em termos formais, o sentido será alargado para a identificação do sujeito enunciador.

Enfim, assumindo o papel de **proposição** e, nesse caso, principal, por se localizarem no título e no primeiro parágrafo, as duas ocorrências “*Uma no cravo e duas na ferradura*” e

“... com um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura” configuram-se não só como mecanismo argumentativo fundamental, mas como meio para deprendermos a identidade discursiva do sujeito focalizado.

A partir do escopo da enunciação restrita, visualizamos as impressões deixadas pelo enunciador na *reescritura* do dito original.

Das formas de retextualização estudadas, a estratégia da substituição é aplicada sozinha à primeira construção derivada; conjugada ao acréscimo, aplica-se à segunda versão. Ambas são abaixo recuperadas:

Construção-fonte	Uma no cravo, outra na ferradura.
Construção-derivada	“Uma no cravo e duas na ferradura.” “... um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura ”.

A construção paródica cujo resultado é o título “*Uma no cravo e duas na ferradura*” baseia-se na apreensão da fórmula já consensualmente admitida. A partir daí, contudo, promove alterações por meio das quais a palavra “*uma*” adquire nova classificação gramatical e na qual é inserida a palavra “*duas*” – em troca do termo “*outra*”. Ressaltemos que ambas as substituições são feitas relativamente à temática debatida pelo sujeito-enunciador. Com essas inserções, o valor semântico de equilíbrio – ora tendendo ao benefício, ora à repressão – inculcado pelo provérbio-fonte, é alterado com vistas a se ajustar ao ponto de vista do enunciador sobre as ações do presidente Lula.

No artigo sob análise, o conceito de “isenção”, indicado pelo enunciado-fonte, é negado. Ao se inserir o numeral “*duas*”, no lugar do pronome indefinido “*outra*” e, a partir daí, ao se substituir o artigo definido “*uma*”, pelo numeral “*uma*”, fomenta-se a idéia do desequilíbrio. Ou seja, o rifão que defende a teoria de que “com ação alternada, beneficiando, ou reprimindo, ora uma, ora outra facção, busca-se o equilíbrio e a vontade de querer passar-se por imparcial” é substituído por “com ação alternada, beneficia-se ou reprime-se mais uma facção, atestando parcialidade”.

A fim de provar essa nova verdade instaurada, o enunciador lista um variado quadro de ações representativas dos arranhões do governo (“*duas na ferradura*”) em confronto com os poucos atos de lucidez do presidente (“*uma no cravo*”). Para uma ação acertada, como a de travar os gastos e desperdícios no Congresso e no Judiciário, pelo menos duas medidas desajustadas, tais como: aprovação de reajuste para o vencimento dos deputados, senadores,

ministros e o presidente e pressão para que a Câmara aprovasse, por 308 votos contra 141, o recurso do PT contra a instalação da CPI do Apagão Aéreo.

Com a substituição do pronome indefinido “*outra*” pelo numeral cardinal “*duas*”, opera-se a troca de uma referência comparativa genérica, não-particularizada e não-restrita por uma quantidade numericamente definida e particularizada.

Essa troca leva-nos a classificar o termo “*uma*”, agora da construção-derivada, como numeral. Na sua relação com o pronome indefinido “*outra*”, o termo “*uma*”, do enunciado-fonte, firma-se por sua indeterminação; trata-se de um artigo indefinido. Por sua vez, em paralelo ao numeral cardinal “*duas*”, passa a se firmar, sobretudo, pela singularidade, ou a qualidade de único. No que tange à quantidade, conforme salienta Neves (2000: 518), sendo um artigo indefinido, “*uma*” expressa o sentido de “pelo menos um”; como numeral, passa a expressar o de “exatamente um”.

Tais alterações são coerentes com o motivo mesmo da evocação paródica, qual seja o de enredar o provérbio em contexto que o atualize e, em conseqüência, o particularize. Na visão do enunciador, é tendencioso o leque de benefícios distribuídos pelo presidente Lula, em detrimento do povo, como ecoa a própria conclusão do artigo: “Para o povão, tudo continua na mesma”. E tais benefícios são, matematicamente, assinalados por uma determinação definida, traço característico dos numerais cardinais, diferentemente do que ocorre com os pronomes e artigos indefinidos.

Nessa mesma direção de análise, destacamos da *tese* desdobrada no primeiro parágrafo: “... *com um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura*” a explicitação do desequilíbrio das ações presidenciais. Isso se dá pela indicação dos antônimos “*acerto*” e “*falhas*”, modificados pelos respectivos numerais “*um*” e “*duas*”.

Além disso, para indicar a desproporção entre os “bons” e “maus” atos presidenciais, o articulista invoca ainda o nome “*repique*”. Em uma de suas acepções, “*repicar*” traduz-se pela produção de sons agudos e repetidos. Assim, na visão do enunciador, a imagem “*no repique da batida*” manifesta que são repetidos e escandalosos os favorecimentos concedidos aos Três Poderes pelo governo Lula, em contraposição às ações que os desfavorecem. Prova disso está na ausência da palavra “*batida*”, ou similar, em referência ao “*cravo*” (“*com um acerto no cravo*”).

A menção a termo semelhante aparece só no terceiro parágrafo, quando o articulista informa que “*a pancada*” fora anunciada, “*com o amortecedor das justificativas*”, pelo ministro do Planejamento Paulo Bernardo, poupando-se o presidente desse desconforto. Além disso, o destaque dado, no segundo parágrafo, à expressão “*na moita*” (“*Ainda agora a equipe*

econômica tentou travar, na moita, a gincana de gastos e desperdícios no Congresso”) referente ao anúncio da citada “pancada nas verbas orçamentárias dos dois poderes”, reforça a idéia de que, segundo o enunciador, o governo pende, sem dúvida, para o lado mais forte: o do Planalto e seus Poderes.

Pelas menções elaboradas acerca das substituições e dos acréscimos aplicados ao dito convencional, verificamos que o enunciador, ao distanciar-se da construção-fonte, quer demarcar sua forma particular de intervenção no tradicional discurso, uma maneira própria de olhar o mundo, e da qual extraímos a parcialidade que é constitutiva de seu *ethos*.

Em suma, as alterações propostas (veículos da parcialidade) reorientam, de fato, na *tese* (condutora da argumentação), produzida em dimensão paródica (a instaurar a parcialidade pela intertextualidade das diferenças), a mensagem original.

Alçado também à condição de *tese* e, portanto, de catalisador da imagem que o enunciador constrói de si mesmo, está o dito “*Aliança em que falta voto, todos berram e todos têm razão*”. Essa re-enunicação proverbial inscreve-se no interior do artigo “Branco da Discórdia” de 21 de agosto de 1998.

O propósito desse artigo é o de discutir as fragilidades do PT durante a campanha presidencial de 1998 e suas conseqüências para as eleições daquele ano. Dessa discussão, extrai-se a *tese* de que o PT está em desordem, isto é, de que a frente oposicionista mostra-se irracional nas suas atitudes para ascender à presidência. Ultrapassando a mera intuição, essa *tese* calca-se objetiva e diretamente no episódio “da troca do vermelho de 20 anos da tradição petista pelo branco da rendição”. Nessa direção, instaura-se o efeito de sentido da neutralidade, “típico” da linguagem jornalística, e um *ethos* imparcial nas considerações elaboradas acerca da postura do PT nesta campanha de 98.

Entretanto, no bojo da argumentação, o texto é perpassado por uma construção que, indiretamente, associa o PT à desordem anunciada.

[9]

Construção-fonte	Em casa onde não há pão, todo mundo grita sem razão.
Construção-derivada	Aliança em que falta voto, todos berram e todos têm razão.

A princípio, o leitor se surpreende, porque a enunicação desse dito parece nada ter a ver com a temática proposta. Contudo, ao associar a atmosfera de desordem propalada, em linhas gerais, pelos velhos ditos populares à específica desordem petista, o leitor insere-se nessa polissemia lúdica e busca na re-enunicação a solução para o enigma.

Essa recriação promove no texto o atravessamento de confluências interdiscursivas que não só são eficazes recursos de sedução sobre o público-leitor como também revelam o *ethos* sobre o qual esse discurso se estrutura.

Tomado como uma paródia do provérbio “*Em casa onde não há pão, todo mundo briga sem razão*”, essa *tese* seduz porque, embora preserve propriedades típicas da tradição proverbial, é um enunciado inédito, que leva o leitor a refletir sobre as idéias já partilhadas amplamente por ele.

No âmbito da enunciação restrita, o provérbio original submete-se a várias alterações lingüísticas. Nesse caso específico, ocorre a subversão por apelo à substituição dos itens lexicais. A nova versão é obtida por meio da troca do termo “*casa*” pelo termo “*aliança*”, “*pão*” por “*voto*”, “*grita*” por “*berram*” e “*sem*” (*ter*) por “*têm*”. São substituições de ordem lexical que mantém basicamente a estrutura do provérbio convencional, alterando, contudo, o campo semântico da construção original – do doméstico (negativo: “*ninguém tem razão*”) para o político (afirmativo: “*todos têm razão*”).

Nesse jogo polifônico, inerente à paródia proverbial, o ajuste da voz coletiva ao que o sujeito argumentador tem a dizer dá-se no momento em que o conceito de desentendimento oriundo da miséria, difundido pelo provérbio-fonte, é deslocado para o debate acerca de um fato político específico. Tal fato pode ser colocado nos seguintes termos: a desordem na casa do PT, geradora de uma linha de campanha incoerente com alianças espúrias, resulta em perdas de voto.

Os termos “*aliança*” e “*voto*”, ao substituírem “*casa*” e “*pão*”, instauram o dito em universo distante do doméstico, o da notícia debatida: a desordem no PT. Por outro lado, ao ocuparem justamente o espaço da “*casa*” e do “*pão*”, tais termos se revestem desses sentidos. Assim como o “*pão*” é vital à sobrevivência física e emocional da “*casa*”; o “*voto*” é imprescindível à vitória do (a) partido/ aliança político (a).

Além disso, o sujeito discursivo deixa marcas de sua autoria ativa e criativa ao propor uma curiosa inversão lexical no final do provérbio-derivado (“*todos têm razão*”). Essa oposição rompe com a idéia que o leitor tem na memória (“*sem razão*”), o que acaba surpreendendo-o. Esse efeito surpresa captura a atenção do leitor e o encaminha à leitura do texto. O “novo” sentido (oposto) introduz o leitor no universo da notícia debatida que, de certo modo, contesta a verdade absoluta do provérbio.

Se, no plano doméstico, proposto pela sabedoria universal, a discussão irracional está desautorizada pela voz proverbial, haja vista não reverter o quadro de miséria instalado em casa de família; no campo político a que se aplica este provérbio, autoriza-se a discussão em

prol de um acordo que organize a casa do PT, ou não, já que cada um tem também a sua razão, numa espécie de voluntarismo pretensioso.

Por meio da re-enunciação proverbial examinada estabelece-se, portanto, uma clara proposta de “re-configuração” da realidade. Nesse sentido, emerge a voz do enunciador identificada ao *ethos* de parcialidade.

A seguir, no quadro da macroestrutura argumentativa do artigo “Lula conhece o Brasil de vista” (05/08/05), destacamos outra **tese** confeccionada como paródia:

[10]

Construção-fonte	Há algo de podre no reino da Dinamarca.
Construção-derivada	Estamos perdidos e mal pagos no reino do absurdo, da mais absoluta irresponsabilidade.

A expressão no “*reino do absurdo, da mais absoluta responsabilidade*” deflagra o resgate a uma provável memória casual do leitor, não especificada com precisão, mas que nos encaminha ao provérbio citado “*Há algo de podre no reino da Dinamarca*”⁴⁶. Esse resgate nos faz ver que a re-enunciação, centrada na estratégia conjugada da substituição com a expansão, retoma a idéia original, incrementando-a.

Para fazer referência aos escândalos e ao estado de desagregação existente no governo brasileiro, o enunciador o associa àquela nação escandinava, denunciando o que há de podre nele: o absurdo das ações presidenciais, mergulhadas em absoluta irresponsabilidade.

Contextualizando, destacamos que o artigo em tela assenta sua temática sobre a liderança omissa de Lula. O presidente, a bordo, constantemente, do “estafado” Aerolula, deixa, à margem, escândalos como, por exemplo, o do caixa dois das campanhas eleitorais, do mensalão e do surto da febre aftosa. Sobre esses dados, o articulista defende a tese de que “Lula não sabe e não gosta de governar”.

Novamente, enunciada apenas desse modo, a proposição parece centrar-se na esperada objetividade que enreda o texto jornalístico e seu autor. Assim configurada é verdade demonstrada pelos fatos acima destacados.

Entretanto, ao ser escrita também com base na parodização, não disfarça aspectos da subjetividade jornalística que vêm à tona. Do encontro polifônico entre a versão original e a

⁴⁶ Este dito é a tradução de um verso de “Hamlet, Prince of Denmark”, de Willian Shakespeare: “Something is rotten in the state of Denmark”. Dado que, na atualidade, essa máxima desvinculou-se de seu culto autor, recaindo sobre a impessoalidade da voz coletiva, a estamos considerando como uma expressão proverbial.

derivada, destacamos a voz do sujeito discursivo, que advém das escolhas lexicais e das expansões de sentido.

No contexto da crítica apresentada, o enunciador parece costurar graus diferentes de “aceitação” frente às ações do governo Lula. Se, num primeiro momento, o enunciador escolhesse, simplesmente, equiparar o Brasil a um país real esfacelado (“*Dinamarca*”), seu grau de aceitação diante da gestão Lula passaria perto do tolerável, do contornável. Contudo, ao acentuar o traço de desordem do Brasil no sentido de descrevê-lo como um país imaginário (“*do absurdo*”), dado o caráter inverossímil das ações do presidente Lula, o enunciador firma sua avaliação sob o intolerável, no âmbito da ficção. E, finalmente, de volta à realidade, acentua sua intolerância ao fechar o círculo de análise, re-introduzindo a nação na esfera de uma crível irresponsabilidade (“*absoluta*”).

Transita assim o enunciador pelo espaço tripartido do real consensual (“*Dinamarca*”), da ficção (“*absurdo*”) e do novo real instaurado por ele (“*absoluto*”). Concilia o discurso do humor ao da seriedade; da insensata gaiatice do presidente Lula aos seus nada contraditórios irresponsáveis atos presidenciais. Tudo isso ora sob a égide, ora sob o escape da visão proverbial já consagrada, como é próprio à subversão paródica.

Dessa forma, o enunciador passa a imagem de que não se submete ao cânone, controlando, ao contrário, sua forma de inserção na notícia debatida. E é justamente a parcialidade que mobiliza tal procedimento no interior desse trajeto discursivo.

Sendo releituras de saberes coletivamente admitidos, as versões sob análise apresentam-se como uma adaptação de enunciados convencionais a contexto particular, o PT e a presidência. Re-enunciadas, as **teses** em questão comprovam a reflexão do sujeito do discurso sobre o dizer já cristalizado, esperando possível aprovação do culto leitor acerca do raciocínio empreendido.

Em termos quantitativos, verificamos que, das trinta e seis re-enunciações destacadas dos artigos componentes do *corpus* do trabalho, quatorze delas figuram como **tese** sob o formato da paródia proverbial.

Por esse enfoque, coligindo e interpretando os resultados alcançados, estamos surpreendendo as subversões proverbiais como veículos de parcialidade. Além disso, flagramos essa parcialidade como categoria argumentativa estruturadora e fundadora do conjunto de textos de Villas-Bôas Corrêa, cuja forma de construção revela um ponto de vista. Descartamos, portanto, a idéia de um discurso que se faz parcial simplesmente por estar ornamentado com frases de efeito a emocionar o leitor e a enredar-se num estilo panfletário. Evidenciamos, ao contrário, o processo da re-enunciação dos ditos populares como

mecanismo de força expressiva e persuasiva fundamental. Trata-se de meio discursivo produtor de efeitos de sentido considerados parciais, meio esse capaz de estruturar textos, e não apenas frases. Em dimensão discursiva, tal mecanismo é elemento articulador de textos e, portanto, está configurado enunciativamente.

Assim, assumimos que os provérbios re-enunciados, como veículos da parcialidade, são fio condutor das argumentações estudadas. Na maior parte dos artigos analisados, que criticam, ora a postura do candidato Lula, ora a política do atual presidente, a recriação perpassa tal mentalidade sinalizando o desconforto com as medidas adotadas pelo candidato no passado, pelo partido em campanha presidencial, e pelo presidente na atual gestão. Inúmeros ditos parodiados assinalam a visão mais pessoal do orador acerca da tese defendida. Configuram-se como base de sua estratégia argumentativa.

De modo isolado, os fragmentos re-enunciados podem sugerir apenas uma leitura literal. Justapostos aos outros elementos que integram os artigos sob análise, os ditos parodiados originam, no entanto, dupla enunciação: a que resgata a voz convencional e a que a desfaz em direção a uma seqüência isotópica determinada: a da política petista antes e depois de o presidente Lula debutar no Planalto. Esse jogo polifônico de dupla significação é fator estruturante do *ethos* parcial que, por sua vez, estrutura o discurso de Villas-Bôas Corrêa.

No âmbito ainda da macroestrutura argumentativa dos artigos analisados, encontramos, também, **argumentos** confeccionados como paródias de ditos consagrados, o que faz soar a voz parcial, estruturadora, do sujeito enunciativo em meio ao discurso da tradição. Podemos comprovar pelos três exemplos fornecidos a seguir a atuação paródica dos **argumentos** averiguados.

De um trecho extraído do artigo “A apoteose da impunidade parlamentar”, de 05 de maio de 2006, podemos depreender um exemplo de paródia proverbial localizada no patamar **argumento**: “... *em lance duplo das pedras no tabuleiro da desfaçatez, o plenário, reverente ao tácito acerto superpartidário de que **uma mão suja ajuda a emporcalhar a outra**, absolveu o deputado Josias Gomes, flor petista do buquê baiano, acusado pela CPI dos Correios de sacar R\$100 mil do valerioduto. No mesmo dia, o Conselho de Ética, virado pelo avesso, livrou o deputado Vadão Gomes (PP-SP), que mais ganancioso no bote à mesma fonte, embolsou R\$3,7 milhões.*”

No que concerne à configuração argumentativa, vale dizer que a re-enunciação em tela, inserida no quadro dos argumentos, constitui-se como prova de sustentação da seguinte

tese: “*A Câmara consagrou a impunidade parlamentar como mais uma das imunidades que adornam o mandato*”.

A fim de provar que a Câmara legitimou a impunidade parlamentar, o sujeito enunciador faz da “reformulação” sob análise um **argumento** de ilustração. Em outras palavras, a impunidade a que a tese se refere está ilustrada, metaforicamente, em “*uma mão suja*” e o empenho por lhe garantir legitimidade, pela expressão “*ajuda a emporcalhar a outra*”.

Sendo, portanto, um **argumento**, a re-enunciação “*uma mão suja ajuda a emporcalhar a outra*” é categoria flagrada como um elemento estruturador do artigo focalizado.

Interessa notar que a proposição referenciada seria perfeitamente fundamentada pela simples menção aos casos dos parlamentares Josias Gomes (PT) e Vadão Gomes (PP), que aparecem em seguida ao provérbio “reformulado”. Ao absolver o deputado do PT Josias Gomes e, no mesmo dia, livrar de acusações o deputado do PP Vadão Gomes, o plenário está, comprovadamente, legitimando a impunidade parlamentar. Por essa mera citação, estaria assegurada a autenticidade jornalística, alicerçada em fatos que testemunham a verdade da tese em questão.

Entretanto, o dito derivado abre uma fresta para descolarmos do fato, objetivamente constatado, a face subjetiva do enunciador. Não obstante o dito derivado já ser, no campo da enunciação ampliada, categoria argumentativa estruturadora do artigo em questão, apresentasse, no âmbito da enunciação restrita, também como bússola a mapear a imagem do enunciador.

Estabelecendo uma correspondência entre o dito original e sua versão derivada, podemos alcançar a parcialidade que essa nova versão instaura:

[11]

Construção-fonte	Uma mão lava a outra.
Construção-derivada	...uma mão suja ajuda a emporcalhar a outra...

A nova versão resulta da substituição dos termos “*uma mão*” e “*lava*” por “*uma mão suja*” e “*ajuda a emporcalhar*”, respectivamente. Essa alteração, pautada na estrutura já cristalizada, promove a inserção de termos que se relacionam à argumentação proposta.

Ajusta-se ao universo referencial da notícia comentada, a idéia prescrita pelo provérbio, de que muitas coisas não poderão ser efetuadas se não houver ajuda mútua, isto é, de que da união de esforços é que resultam benefícios para ambas as partes. Mostra o enunciador que tanto os partidários petistas ajudaram a absolver o deputado do PP, Vadão Gomes, quanto os do PP colaboraram na absolvição do baiano do PT, o parlamentar Josias Gomes; ambos envolvidos no escândalo do valerioduto.

Na comparação entre as duas versões, percebemos que a precisa caracterização do termo “*mão*” por meio do adjetivo “*suja*” e a substituição, por oposição, do verbo “*lava*” por “*emporcalha*” são feitas com vistas a se especificar a natureza do acordo tácito entre o PT e o PP. Embora o sentido de ajuda mútua, perpetuado pelo provérbio fonte, permaneça no dito derivado, ao reescrevê-lo, o enunciador pretende ressaltar a natureza “*podre*” da referida troca de favores.

Por meio desse procedimento, o provérbio “*Uma mão lava a outra*” é não somente recuperado para o universo da argumentação, como tem também especificada a sua carga referencial e argumentativa. À verdade geral e imemorial do provérbio, juntam-se elementos próprios de questões locais da atualidade, como a retratada pela argumentação em foco. Desse modo, a construção derivada “... *uma mão suja ajuda a emporcalhar a outra*” tanto aponta para o campo da tradição proverbial como para o universo contemporâneo da notícia debatida.

Sob esse ângulo, o enunciador não só se apropria do dito a partir de seu valor conotativo, consensual: “faz-me um favor que eu lhe faço outro”, como o reedita sob a aura da denotação, do pessoal: uma mão **não** limpa propriamente a outra; logo, ambas se emporcalham.

Toda essa análise comprova que o enunciador manifesta, de fato, impressões que não se limitam ao que lhe é imposto pelo interdiscurso constitutivo. E essas impressões, no fio da materialidade lingüística, estruturam seu discurso sob o *ethos* da parcialidade.

Retirado de outro artigo já sintetizado “Branco da Discórdia”, o segmento “*E pior a emenda do que o soneto de pé quebrado*” é também classificado como **argumento**. Trata-se de uma **prova** por ilustração para a tese já exposta, qual seja a de que “a campanha presidencial de Lula (de 1998) está em desordem”. Metaforicamente, o dito re-enunciado expõe os desajustes dos bastidores da referida campanha.

Em termos de enunciação ampliada, vale ressaltar, conforme propósito dessa seção, que, sendo o provérbio reformulado “*E pior a emenda do que o soneto de pé quebrado*” um componente argumentativo, ele é uma categoria funcional do discurso de Villas-Bôas Corrêa.

E sendo veículo de parcialidade pela subversão que instaura, atestamos que esse traço parcial é mesmo elemento estrutural do discurso sob estudo.

A seguir, examinamos, no escopo da enunciação restrita, os aspectos lingüísticos que enquadram tal reformulação no quadro paródico.

Comparada à construção-fonte, a re-enunciação “*E pior a emenda do que o soneto de pé quebrado*” proporciona a visualização de alguns artifícios lingüísticos usados na inovadora leitura acerca da política interna brasileira e na constituição da imagem parcial do enunciador:

[12]

Construção-fonte	Pior a emenda do que o soneto.
Construção-derivada	E pior a emenda do que o soneto de pé quebrado .

Nesse caso, a reelaboração se dá por expansão da construção-fonte, mais especificamente pela junção do sintagma preposicionado “*de pé quebrado*” ao núcleo nominal “*soneto*”. Nessa expansão, a estrutura do provérbio convencional é ampliada em termos de forma e de conteúdo: não se trata do “*soneto*” convencional já ruim, mas de um supostamente ainda mais desarticulado.

Nessa inédita versão proverbial, o ajuste ocorre quando a definição de que o conserto é pior do que o próprio erro, indicado pelo provérbio-fonte, é direcionado para um dado político particular: pior do que terem trocado o vermelho de 20 anos de tradição petista pelo branco da paz é a desordem petista anunciada pelas reações da cúpula, dos candidatos, das lideranças, que não sabiam da troca nem concordavam com ela.

No deslize da versão tradicional para a inovadora, o soneto, símbolo do erro, tem seu caráter negativo acentuado pela expressão “*de pé quebrado*”, que está mais próxima ao leitor e se faz concreta para ele. O episódio da troca do vermelho do PT pelo branco das ambulâncias, do uniforme dos médicos e das enfermeiras não é apenas um problema (“*soneto*”) a ser reparado; é um problema inconcebível e inexplicável (“*soneto de pé quebrado*”) a ser solucionado. Ocorre que, na solução, tantos são os remendos rubros, que o conserto acentua ainda mais o desacerto. O descontentamento dos dirigentes petistas com a troca das cores revela que o PT desarticulou-se tremendamente, empalideceu na disputa pelo voto.

Na seqüência, observamos outro caso de paródia proverbial alçado à condição de **argumento**. Da macroestrutura argumentativa do artigo intitulado “Provocação da insanidade”, de 24 de março de 2002, extraímos a seguinte re-enunciação proverbial:

[13]

Construção-fonte	Quem cospe para cima na cara lhe cai.
Construção-derivada	Mas o mais atingido é o próprio PT , que cuspiu para cima e não se desviou dos respingos da saliva.

Neste texto, envolto em clima de pré-campanha eleitoral para o Poder Executivo, o articulista mostra-se empenhado em defender a tese de que é inadmissível o ato de invasão dos sem-terra à fazenda dos filhos do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso.

Para tanto, lança **argumento** que permite ao leitor aceitar a proposição consoante suas conseqüências mais imediatas, como o forte abalo sofrido pelo PT durante a campanha de 2002 para a Presidência. Com efeito, tal conseqüência, evocada sob o formato de paródia proverbial – “Mas o mais atingido é o próprio PT, *que cuspiu para cima e não se desviou dos respingos da saliva*” – dá impacto à tese do autor.

Na ótica do articulista, se os atos dos integrantes do MST já seriam inadmissíveis pela tática terrorista empregada na invasão das terras da família do presidente, parecem, na verdade, insanos, ao prejudicarem, em conseqüência, aquele a quem consideram aliado, o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Essa é verdade demonstrada pela reação dos dirigentes do PT e do próprio candidato. E é verdade provável e possível pela composição paródica a que tal conseqüência se submete segundo o olhar do enunciador.

Em termos macroestruturais, atestamos que, no quadro da argumentação, o status de **prova**, atribuído ao dito reformulado, faz dele, de fato, mecanismo funcional do discurso enunciado por Villas-Bôas Corrêa. E se, na sua constituição, essa **comprovação** toma o caminho da parcialidade, pela paródia que instaura, confirmamos que o discurso estudado se estrutura mesmo segundo esse percurso.

Por sua vez, pelo viés da microestrutura textual, podemos evidenciar a construção dessa parcialidade instaurada pelo dito sob análise. Na comparação entre o dito original e sua derivação, verificamos a aplicação das estratégias da substituição e do acréscimo.

O pronome “*quem*”, da estrutura convencional, dá lugar à sigla “*PT*”, inserindo o dito na esfera do assunto comentado. Assim, o sentido veiculado pelo provérbio de que o pronunciamento de certas idéias ou o estímulo a certas ações poderá se voltar negativamente contra aquele que as arquitetou ecoa na atualidade da notícia comentada. O PT amarga as conseqüências de ter se aliado “outrora” ao movimento dos sem-terra e, por isso, ter seu nome vinculado ao embaraçoso episódio da invasão à fazenda dos filhos do presidente.

No que diz respeito à necessária retaliação alinhavada pelo segundo termo do provérbio, “*na cara lhe cai*”, vale dizer que a “reformulação” proposta tende a contestar tal fatalismo. Em um primeiro momento, parece o enunciador vislumbrar ver o PT isento das insanidades do MST, ou ainda, vê-lo como sujeito ativo em busca dessa isenção. O partido poderia ter se desviado, mas não o fez, contudo. Num segundo tempo, mostra que do cuspe, propriamente dito, o PT escapou, restando-lhe, entretanto, alguns respingos. Ou seja, se a oposição não pode atribuir ao PT a culpa pelo episódio em questão, pode, no entanto, associá-lo às desastrosas ações do movimento, sobretudo em momento de pré-campanha eleitoral para a presidência.

É notável assim que o enunciador, ao analisar a postura do Partido dos Trabalhadores no interior do episódio comentado, apresenta uma imagem daquele que vê o mundo sob a ótica da re-orientação proverbial. Esperava ele que o PT tivesse se desviado mesmo dos respingos referenciados (das conseqüências advindas da invasão), invertendo, o partido, a lógica do provérbio consagrado. Não o fez; não surpreendeu o eleitorado.

A partir dos três exemplos analisados verificamos que o articulista faz triunfar um discurso pautado no *ethos* da parcialidade, ou seja, o do repórter político sofisticado e irônico que consolida seu domínio de linguagem pelo jogo de metáforas lúdicas.

O eu que se manifesta na enunciação dos textos sob análise é um sujeito dotado de mobilidade que, embora reconheça as normas do contrato comunicativo da seriedade entre o jornalista de opinião e o culto público leitor, quer se mostrar irônico, empregando, aquilo que Amossy (2005: 85) designou por “registros verbais marginais”. Segundo a autora, essa mobilidade facilitaria a incorporação de um público heterogêneo.

As metáforas em questão (“*uma mão suja ajuda a emporcalhar a outra*”, “*de pé quebrado*” e “*cuspiu para cima e não se desviou dos respingos da saliva*”) relacionam-se ao nosso corpo, o que preenche o sentido de uma construção simbólica da realidade política que nos rodeia e incomoda. Explicitando um aspecto de nossa experiência de vida, a expressão metafórica aproxima o debate político da vida cotidiana do leitor.

É importante ressaltar que, em se tratando de um leitor culto, não bastaria a simples citação ao provérbio original, que, como expressão consensual, poderia revelar falta de originalidade do articulista. Recriado, ele reforça a solidariedade de um grupo de leitores que almeja a construção de uma sabedoria personalizada.

Enfim, no que tange à categoria **argumento**, constatamos, em termos quantitativos, que, nos artigos integrantes do *corpus* do trabalho, dentre as trinta e seis re-enunciações

analisadas, dezoito delas aparecem como **argumento** sob a forma de um dito popular parodiado.

Por seu turno, no que concerne ao patamar argumentativo **conclusão**, verificamos que a evocação à paródia proverbial foi encontrada, com importância macroestrutural, em apenas quatro artigos integrantes do *corpus*. Somente quatro recriações proverbiais foram identificadas, nos textos analisados, à **conclusão**.

Em termos quantitativos, portanto, o provérbio “reformulado” não é usado, preferencialmente, como estratégia para o fechamento das análises elaboradas por Villas-Bôas Corrêa. Seu emprego é mais expressivo como **proposição e prova** para os assuntos discutidos pelo articulista.

Sob um olhar qualitativo, parece válido, ainda assim, comentar os poucos casos de “reformulação” proverbial no papel de **conclusão**, encontrados no *corpus* da pesquisa. E isso se justifica pelo fato de almejarmos provar a funcionalidade argumentativa dos ditos populares parodiados, com a finalidade de comprovarmos que a parcialidade por eles veiculada é mesmo categoria estruturadora do discurso em estudo.

O exemplo a seguir foi retirado do texto “Um partido para qualquer serviço”, de 02 de junho de 2006.

[14]

Construção-fonte	Depois da tempestade, vem a bonança.
Construção-derivada	Depois da bonança, mais quatro anos de castigo .

Nesse artigo, o enunciador defende a idéia de que o candidato Lula, buscando sair novamente vitorioso das urnas, utiliza a prerrogativa da reeleição para garantir aliados. Beneficiando-se da máquina administrativa, enquanto apenas “suposto” candidato à presidência, promove alianças com o PMDB e agrada a alguns segmentos da sociedade, como os militares, os aposentados, os professores etc.

Em face disso, arremata o texto formulando a seguinte **conclusão**: “*Depois da bonança, mais quatro anos de castigo*”, que se trata de uma versão derivada do provérbio “*Depois da tempestade, vem a bonança.*”

O provérbio re-enunciado em questão tem mesmo um **efeito conclusivo** visto não só fazer uma referência sintética aos benefícios a que estão expostas as categorias supracitadas, pela citação ao termo “*bonança*”, como também extrapolar esse problema da concessão dos benefícios, projetando suas conseqüências – “*mais quatro anos de castigo*”. Além disso, a

paródia evocada cumpre mesmo o papel de finalizar a análise, haja vista estar apoiada no caráter prescritivo, peculiar aos provérbios. Essa característica demonstra que a construção-derivada “*Depois da bonança, mais quatro anos de castigo*” é meio pelo qual o enunciador resume sua análise e estabelece um balanço acerca dos fatos tratados, revelando um ponto de vista sobre o assunto enfocado.

E esse ponto de vista é depreendido não de um provérbio convencional. Isso revelaria a validação da verdade consensual dentro do universo da notícia comentada e um enunciador subjugado ao discurso da tradição, comprometido com a imparcialidade. Ocorre que o que se defende advém de um provérbio parodiado, o que significa dizer que o enunciador atua sobre esse discurso de poder, jogando com a materialidade lingüística. É no escopo dessa subversão que podemos atestar a imagem de parcialidade do sujeito enunciador.

Em dimensão restrita, pelo confronto entre a versão derivada e a construção fonte, evidenciamos, por apelo à substituição e ao acréscimo, a interferência do sujeito enunciador no discurso da tradição. A forma pela qual ele interfere nesse discurso é determinante na postulação de sua imagem frente ao leitor.

Do provérbio-base, o dito derivado conserva a estrutura original. Para sua atualização, contudo, supomos que o articulista tenha promovido, em termos de processo de constituição, uma re-elaboração que se delineia em três etapas.

Primeiro o enunciador efetua a seguinte inversão: o termo “bonança”, reservado no provérbio original ao segundo membro – “*Depois da tempestade, a bonança*” – passa a figurar no início do novo dito – “*Depois da bonança, mais quatro anos de castigo*”, substituindo, portanto, o termo de origem “*tempestade*”.

Em um segundo momento, o termo “*tempestade*”, reservado no provérbio original ao primeiro membro – “*Depois da tempestade, a bonança*” – passa a figurar no segundo membro – “*Depois da bonança, a tempestade*” – substituindo, agora, o termo “*bonança*”.

Finalmente, o termo “*tempestade*” dá lugar à expressão “*mais quatro anos de castigo*” na versão definida pelo enunciador: “*Depois da bonança, mais quatro anos de castigo*”.

Tanto a inversão primeira – “*Depois da bonança, a tempestade*” – quanto a substituição em segundo tempo – “*Depois da bonança, mais quatro anos de castigo*” – foram feitas com vistas a se reescrever o ditado pelo fio discursivo da notícia discutida. O termo “*bonança*” faz clara referência aos benefícios distribuídos por Lula em sua jornada para garantir votos na eleição de 2006 e “*mais quatro anos de castigo*” remete ao próximo mandato do presidente.

Além disso, em nome desse mesmo efeito referencial, o enunciador promove, na inédita versão, a troca da ordem estabelecida pelo dito cristalizado. Se, pelo consenso, estabelece-se que mesmo as dificuldades mais terríveis são efêmeras, pela voz do enunciador, no contexto da gestão Lula, diz-se que são as facilidades mais agradáveis que se tornam passageiras.

Além desse efeito referencial proposto pela “reformulação” do provérbio, o que já produziria a subversão – lembrando que esta se define por promover a adaptação de um provérbio a novas situações – vale elucidar que há um outro proveniente dessa ativação do dito original. A parodização impetrada é mecanismo de releitura para as idéias estereotipadas. Pelo cruzamento das duas versões, fica claro que, se, na construção-fonte, os tempos intranquilos não duram longo prazo, na construção-derivada, enuncia-se que, depois de uma fase de desafogo – essa sim ocasional – voltam os períodos de crise. Dessa forma, a nova leitura proposta quer ressaltar os agravos duradouros do governo Lula, que poderiam ser (pela simples citação ao dito original), mas não são (conforme registra a inédita versão), intermitentes.

Por essa nova leitura, o enunciador põe em diálogo o velho dito e o dito novo, fazendo-nos ver que a heterogeneidade enunciativa é constitutiva de seu discurso. Ao subverter o sentido original daquele saber amplamente difundido, ele não só se revela pessimista em relação ao futuro político do país, como também mostra que não é o seu pessimismo sentimento transitório, como o dito original faria entrever, mas sim seu frágil otimismo. Portanto, por essa re-enunciação proverbial, o articulista nega a verdade prescrita pelo senso comum.

Verificamos assim que a paródia proverbial é de fato meio para atestarmos a presença de um enunciador que costura o seu discurso sob o *ethos* da parcialidade.

Outro caso de subversão paródica figurando como **conclusão** é aplicado ao artigo “Fuzuê na tribo do cacique Lula” de 24/03/06, conforme descrevemos abaixo:

[15]

Construção-fonte	Vão-se os anéis, ficam os dedos.
Construção-derivada	Mas, pode e deve convocar a minoria do bom senso ao mutirão para, sem descuidar dos anéis, tratar de salvar os dedos , antes que a crise institucional acabe com a festa.

Nesse exemplo, a re-enunciação proposta para o provérbio “*Vão-se os anéis, ficam os dedos*” permitiu que ele fosse incorporado ao fio discursivo que tece a **conclusão** do texto

focalizado. A fim de acomodar o velho dito à seqüência textual proposta – “*Mas, pode e deve convocar a minoria do bom senso ao mutirão para...*” – o enunciador reformula-o em termos sintáticos e semânticos.

A oração adversativa “(mas) *ficam os dedos*”, do provérbio original, é alterada formalmente com o intuito de expressar uma finalidade: “*para... tratar de salvar o dedos...*”. Por sua vez, a oração assindética “*Vão-se os anéis*” é transformada, na nova versão, em uma construção concessiva reduzida: “*sem descuidar dos anéis*”.

Essas mudanças lingüísticas são feitas com vistas a se acomodar a verdade proverbial ao que se conclui acerca de fatos comentados no artigo em tela. Nessa acomodação, estabelece-se uma divergência entre o que apregoa a versão convencional e o que a nova instaura. E é justamente por essa brecha da divergência, marcada lingüisticamente, que mais uma vez capturamos as impressões do sujeito enunciador.

O ponto de chegada do texto ora analisado amarra os dois principais tópicos abordados pelo articulista, a saber: a campanha do “presidente-cacique-candidato” e a crise institucional do Planalto, envolvendo os três poderes. O Executivo fragiliza-se com o episódio do caseiro Francelino dos Santos Costa, que põe em xeque o então ministro Antonio Palocci; o Legislativo desmoraliza-se ainda mais com a “orgia das absolvições dos acusados pela CPI dos Bingos”; e o Judiciário expõe-se com a greve dos desembargadores mineiros.

Na **conclusão**, portanto, salienta o enunciador que antes que essa crise institucional, alastrada pelos três poderes, acabe com a festa da campanha eleitoral do PT – já provavelmente polarizada entre o presidente Lula e o governador Geraldo Alckmin e massificada pelo horário de propaganda eleitoral – faz-se necessário “convocar a minoria de bom senso ao mutirão”.

Tal convocação tem finalidade específica, dada pela re-enunciação em tela: “*para tratar de salvar os dedos*”. O articulista re-enuncia o dito consensualmente admitido para torná-lo compatível com os dados anunciados na **conclusão**. Sua visão sobre a campanha eleitoral do PT o leva a modificar o preceito indicado pelo provérbio.

A locução tradicional significa que não nos podem levar ao desespero as perdas materiais, no momento em que conseguimos salvar algo de um acidente com conseqüências que poderiam ter sido ainda mais graves. Absorvido pela **conclusão** do artigo ora analisado, o dito passa, entretanto, a sugerir ser imperativo (“*tratar de salvar*”) garantir, diante da crise do governo, a boa imagem do presidente-candidato, durante o período eleitoral, sem que haja a menor chance de qualquer acontecimento afetá-lo (“*sem descuidar dos anéis*”). Isto é, na visão do enunciador, para Lula alcançar o sonho de sair vencedor das urnas, não pode haver

problema de qualquer natureza a comprometer a face do então candidato. Qualquer deslize poderá ser fatal à reeleição. Essa restrição, portanto, é adversa à norma de consolação ditada pelo provérbio “*Vão-se os anéis, ficam os dedos*”. No caso postulado pelo artigo, nem uma segunda colocação nas urnas nem uma possível saída do governo nos braços do povo – em contexto que inocenta o presidente-candidato, a despeito das crises envolvendo sua gestão – ou seja, nenhum “prêmio de consolação” deveria substituir a tomada, em dose dupla, do ambicionado cargo presidencial.

Na retomada do dito popular, para integrá-lo ao patamar **conclusão**, o enunciador o atualiza segundo suas impressões sobre a campanha eleitoral do PT. Ao atualizar a voz proverbial e servir-se dela como mecanismo argumentativo, assume uma orientação que instaura o parcial como condição própria de seu discurso.

Pelas considerações feitas aos patamares argumentativos – **tese**, **argumento** e **conclusão** – averiguamos a segunda hipótese levantada em nosso trabalho. De fato, a parcialidade veiculada pelos provérbios re-enunciados é categoria estruturadora dos artigos de análise de Villas-Bôas Corrêa.

No escopo da macroestrutura argumentativa, as re-enunciações são alçadas à condição de catalisadores das teses – ora localizadas como a própria **tese**, ora como **argumento**, ora como **conclusão** – e, portanto, da imagem que o enunciador constrói de si mesmo.

Demonstramos, dessa maneira, não ser o dito “reformulado” recurso independente, relativamente ao quadro argumentativo estudado. Ao contrário, integra o texto funcionando como uma espécie de argumentação indireta, correspondente a um *ethos* definido, o da parcialidade.

Submetidas às re-enunciações, as evocações ao já-dito instauram-se como contraponto para a estruturação da parcialidade, para a construção bastante pessoal de uma versão pública do mundo. O eu-enunciador mescla, em tom casual, a memória de uma coletividade (clichê) a uma espécie de acerto ou complemento (inovação), deflagrando certa ambigüidade e multiplicação ou dualidade de vozes.

Dessa condição advém um discurso que define o *ethos* do articulista sob uma feição de intelectual que, ao suscitar a reflexão do auditório acerca dos fatos políticos, deseja demarcar seu espírito crítico e criativo acerca dos fatos expostos. Reorientados os provérbios refletem a sabedoria de seus criadores individuais⁴⁷.

⁴⁷ OBELKEVICH. 1997.

Quando reorientados com frequência, certos provérbios refletem, acentuadamente, a imagem que o enunciador projeta de si mesmo. Em distintos textos do articulista, descobrimos “reformulações” sistemáticas em torno de um mesmo dito popular. Seguem alguns exemplos:

Construção-fonte	Pior a emenda que o soneto.
Construção-derivada	[16] E pior a emenda do que o soneto de pé quebrado (21/08/98). [17] O soneto entorta de vez (19/03/04). [18] A emenda no soneto de Lula (22/02/06). [19] E arruinou o soneto com a emenda da lamentável ordem... (05/04/06). [20] A tapeação, com o toque de ingenuidade só piorou o soneto que já ia mal nos rabiscos dos primeiros versos com a equivocada condução das alianças partidárias (06/12/06).

Construção-fonte	Quem tem telhado de vidro, não deve atirar pedra no do vizinho.
Construção-derivada	[21] Os que atiram pedras nas vidraças do barbudo, para atingir a imagem do realista, que barganha alguns anéis para salvar as munhecas, têm que entender que Lula não está escolhendo aliados, mas catando as sobras do tacho (26/02/02). [22] E o Palácio do Legislativo é de vidro (20/12/06).

Construção-fonte	Roupa suja lava-se em casa.
Construção-derivada	[23] ...a lavagem da roupa suja entre os adversários... (11/09/02). [24] Roupa suja para ser lavada no discreto tanque no fundo do quintal (21/10/02). [25] Nem se justificaria invocar o conselho ético que recomenda a lavagem da roupa suja no tanque doméstico (15/11/06).

A estratégia de reinventar, de modo recorrente, um dito canônico expõe o saturamento da voz consensual. Ao mesmo tempo, sublinha o quanto é imperativo para o enunciador ler, de modo sempre inédito, o convencional. A insistente subversão à conformidade relativa ao discurso da tradição endossa a imagem daquele que, mesmo realizando um discurso que faz ecoar a voz alheia, quer demarcar sua tomada de consciência crítica.

No tocante ainda à argumentação em nível macro-textual, reconhecemos, nas re-enunciações que figuram no *corpus*, um caráter argumentativo pelo fato de elas não representarem uma enunciação direta: “o que não se enuncia diretamente confere ao discurso uma dimensão argumentativa” (Brait, 1996: 85). Evitando cair em discurso tautológico, completamos nosso raciocínio nos indagando por que tal caráter indireto faria da re-

enunciação recurso argumentativo. Isso se justifica porque na “ausência” do dito convencional, atestada pela recriação proverbial inaugurada por Villas-Bôas Corrêa, cabe ao interlocutor reconhecê-lo. Nesse sentido, a “reformulação” exerce papel de elemento provocativo e convida o leitor a, criticamente, descortinar mensagens e finalidades.

Ao se aproximar da finalidade discursiva do sujeito Villas-Bôas Corrêa, o leitor alcança o que o articulista, implicitamente, diz sobre ele mesmo. Isso porque “o estudo das marcas discursivas do locutor convida a uma análise do ethos definido como a construção de uma imagem de si correspondente à finalidade do discurso” (Amossy, 2005: 19).

A análise das marcas lingüísticas enunciadas pelo sujeito discursivo para a constituição do dito derivado tem demonstrado ser ele um desmistificador, desejoso, portanto, por desmistificar o tema central de seus artigos: a política interna brasileira. E essa desmistificação se dá não somente pelo conteúdo que as re-enunciações veiculam, mas, sobretudo, pela forma que elas assumem.

Provocando instabilidades na estável linguagem dos ditos populares, o pensamento sobre o tema política passa a se desenrolar de modo mais criativo. Distingue-se, assim, de reflexões marcadas por modelos pré-fixados de raciocínio. Esse recurso revela um enunciador mais crítico que, até, estrategicamente, podendo manter-se fiel ao padrão objetivo, peculiar ao discurso jornalístico, faz, ainda assim, uma leitura inédita e elucidativa da história política do Brasil.

Em linhas gerais, restringindo as questões da política interna à superficialidade de uma avaliação que as julgasse, por exemplo, como forma de enganação, o pensamento se aproximaria do senso comum, da automatização da informação, da paráfrase. Esse seria, inclusive, o caso próprio dos provérbios, enunciações que seguem caminhos já trilhados, “desenvolvendo-se de acordo com padrões pré-moldados de pensamento e de expressão” (Tagnin, 1989: 57).

Entretanto, o articulista demonstra que sua finalidade maior é a de distanciar-se do senso comum concernente à apreensão do tema. Para tanto modifica, por meio das sistemáticas re-enunciações proverbiais, pensamentos cristalizados a esse respeito, delimitando, com clareza, o que lhe é exterior.

Ocorre, contudo, que essa exterioridade parece ser, ao mesmo tempo, constitutiva de seu próprio discurso – dado que será aprofundado na seção seguinte – haja vista o articulista apoiar-se nesses mesmos pensamentos cristalizados para afirmar a sua originalidade, instaurando, assim, em seus artigos de análise, uma espécie de bifurcação.

Nesse ponto parece oportuno estabelecermos uma reflexão comparativa entre esse movimento de ramificação, instaurado pela re-enunciação proverbial, e o já flagrado (Koch, 2006), na construção textual, por intermédio de expressões nominais referenciais. Alguns dados teóricos aplicados à análise do funcionamento das expressões nominais definidas poderão nos auxiliar a perceber, mais claramente, esse lugar de sobreposição contraditória em que se coloca o enunciador ao se servir, para a construção de seu discurso argumentativo, de provérbios redirecionados.

Em termos gerais, sob as postulações de Apothéloz & Reichler-Béguelin (*apud* Koch, 2006), entendemos que todo discurso produz uma representação a partir de uma memória compartilhada. Em termos específicos, no que diz respeito às expressões referenciais, os seguidos momentos dessa representação são responsáveis, pelo menos em parte, pelas escolhas efetuadas pelos interlocutores.

Sob esse enquadramento, Koch (2006: 59) defende que a interpretação de um anafórico, nominal ou pronominal, não equivaleria à localização de um elemento lingüístico antecedente ou de um objeto específico no mundo, mas ao relacionamento com algum dado da memória discursiva.

Nessa direção, estudos têm observado que expressões nominais referenciais exercem várias funções cognitivo-discursivas na construção textual do sentido. Dentre tais funções, pelo menos duas delas suscitam, nesse momento da pesquisa, nosso interesse no que concerne ao referido movimento de bifurcação instaurado pelos provérbios re-enunciados. Nos termos de Koch (*op.cit.*), seriam elas: função de ativação/reativação na memória e de organização macroestrutural.

Sendo uma forma de remissão, ainda que não pontualizada, as re-enunciações proverbiais permitem tanto focalizar, na memória ativa do interlocutor, o sugerido dito convencional, quanto refocalizá-lo a partir de uma postura predicativa do enunciador. Assim, sob esse ângulo, as re-enunciações seriam formas híbridas – referenciadoras e predicativas – a transmitirem tanto informação dada (o dito convencional), quanto informação nova (o dito derivado), nos moldes do que ocorre com as nominalizações. As expressões nominais definidas – como meios de remissão a elementos antes apresentados no texto ou, indiretamente, indicados pelo co-texto – não só encapsulam e rotulam informações-suporte, como também desempenham a função predicativa.

Além disso, essas nominalizações remissivas possuem um importante papel organizacional, haja vista demarcarem as diferentes mudanças e desvios de tópico dentro de uma argumentação. Mesmo fazendo isso, asseguram, entretanto, a progressão tópica, “ao

alocarem a informação nova dentro do quadro da informação dada” (*op.cit.*:71). E é desse último aspecto que extraímos a semelhança entre as nominalizações e as re-enunciações estudadas.

Certo é que se trata de uma semelhança às avessas. Isso se dá uma vez que, sendo derivadas as construções explicitadas pelo enunciador, diríamos então que a continuidade tópica da argumentação fica preservada a propósito de a informação nova (construção-derivada) alocar a informação dada (construção-fonte). Apesar disso, contudo, apreciamos tanto as nominalizações quanto as re-enunciações como responsáveis por duas ações fundamentais à construção textual: a retroação e a progressão.

Assim é que Villas-Bôas Corrêa, ao mesmo tempo em que garante a progressão textual – delimitando com clareza sua originalidade, dentro do discurso que produz – retroage, por apelo a uma necessária memória discursiva, no sentido de capturar uma exterioridade que é também constitutiva de sua argumentação. Já-dito e re-dito instalam-se na materialidade discursiva do texto argumentativo de Villas-Bôas Corrêa confirmando a idéia de um discurso bifurcado e nos fazendo apreender um enunciador atravessado, em sua identidade, por outros sujeitos.

Ao fim e ao cabo, entretanto, esses outros sujeitos (sintetizados sob a designação *vox populi*) são invocados como vozes auxiliares, contribuindo para o reconhecimento e a autoridade do enunciador. Isso porque ao lançar mão desse mecanismo textual de retroação, pela busca do convencional, e, ao mesmo tempo, de progressão, ao apontar para o novo, o sujeito substitui mesmo a superficial análise política por um olhar que desbrava, embora a distância, os bastidores da política interna brasileira. Exibe assim sua complexidade e traça uma imagem bastante particular de si mesmo.

O emprego da re-enuniação proverbial, como uma marca de afirmação de um ponto de vista, só faz acentuar a insistente reformulação em torno do pensamento político. Na tática da limitada recorrência ao clichê, ao estereótipo, tanto sob a forma, quanto relativamente ao conteúdo, o sujeito enunciador está apenas submetido à banalização de um ponto de vista comum e conservador sobre a política interna brasileira. Na confluência dialógica entre a versão convencional dos ditos populares e sua inovação, ocorre o desmascarar do discurso institucionalizado. Em conseqüência, caem as máscaras do lugar-comum sobre o tema em foco para entrar em cena, através de inúmeros artifícios lingüísticos, a autêntica face do enunciador.

A presença dos estereótipos parodiados corrobora a dualidade de vozes na medida em que sendo tributáveis do passado são, principalmente, expostos à originalidade. Assim, o

enunciador subverte os cânones e reitera seu alcance significativo, o que diz sobre a sua presença e domínio, ainda que ilusório, sobre seu próprio discurso.

7.3. O DUPLO *ETHOS* DE VILLAS-BÔAS CORRÊA E OS PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO

Esticando um fio possível na tentativa de explorar ainda mais a construção do eu, em face da dualidade de vozes mencionada, e de sua versão pública do mundo político, algumas reflexões de Mondada e Dubois (2003) sobre a referenciação – como atividade discursiva – podem agregar elementos importantes a esta análise. Sob esse olhar, as autoras postulam uma instabilidade das relações entre as palavras e as coisas, entendendo que aquilo que é normalmente tido como “um ponto estável de referência para as categorias pode ser decategorizado” (Koch, 2006:56), evoluindo em virtude de uma alteração contextual ou de ponto de vista. Por outro lado, essas mesmas autoras enxergam, dentro da interação, práticas que promovem uma estabilização na teia do processo discursivo, efeito que pode ser exemplificado, em um nível lingüístico, pelo processo de estereotipia.

7.3.1. A instabilidade constitutiva e a parcialidade

Se flagramos nos textos de Villas-Bôas Corrêa uma parcialidade estruturadora, dada por diversas expressões proverbiais que são atravessadas por um caráter instável, variável e flexível, demonstramos estar fundamentando nossa abordagem também sobre “a concepção segundo a qual os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas não preexistentes do mundo” (Mondada e Dubois, 2003: 17). Nesse escopo, as categorias do discurso, mais particularmente, são atravessadas por uma “instabilidade constitutiva” reconhecida através de “operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação” (*op. cit.*).

De acordo com essa abordagem, tal instabilidade configura-se como uma dimensão do discurso e da cognição e, no nosso caso, pode ser imputável à recriação proverbial. Tal re-encunhação é construída através de recursos lingüísticos e discursivos que nos permitem definir os processos enunciativos subjacentes à prática simbólica da referenciação do sujeito

enunciador Villas-Bôas Corrêa no seio de sua interação individual com o mundo. Em suma, a categorização instável liga-se diretamente à voz do sujeito, que instaura uma versão própria do mundo.

Na prática, para alcançarmos a voz desse sujeito enunciador, não podemos mais nos limitar à avaliação da pertinência de uma “etiqueta” ou de um “rótulo” às coisas do mundo, porque esse ponto de vista estabelece que objetos ou entidades existam independentes do sujeito enunciador que lhes faz referência. Para resgatar a voz da parcialidade é preciso caracterizar detalhadamente os processos lingüístico-discursivos por meio dos quais os sujeitos se referem uns aos outros. E esses processos são marcados pela instabilidade que “caracteriza o modo normal e rotineiro de entender, descrever, compreender o mundo – e lançar, assim, a desconfiança sobre toda descrição única, universal e atemporal de mundo” (Mondada e Dubois, 2003: 28), descrição essa mais particularmente exemplificada, neste trabalho, pelos ditos populares convencionais.

Na intersubjetividade das relações, o discurso estruturado na base da re-enunciação paródica dos provérbios não se atém à representação das “coisas”. Constantemente, problematiza-se tal representação por meio de estratégias lingüísticas, das quais o enunciador lança mão na relação com a sua própria palavra, durante o percurso de categorização que o identifica.

No interior das atividades discursivas, desvendamos a instabilidade em todos os patamares do sistema lingüístico, das construções sintáticas às denominações de objetos de discurso. Nos textos sob análise, a “reformulação” proverbial opera mudanças sobre a construção sintático-semântica convencional e as escolhas lexicais da tradição.

Os fenômenos sintático-semânticos de acréscimo, de redução, de substituição e de fusão, exemplificados anteriormente, estabelecem planos de escolhas lexicais em nível paradigmático. Comparando as versões convencionais dos ditos populares às resultantes das operações de retextualização, evidenciamos vocábulos que se excluem, sendo um mais apropriado que o outro na produção do sentido desejado. Isso ocorre no artigo já apresentado “Lula identifica o inimigo”, de 26/03/02: “*Quem tem um aliado (não um amigo) como o MST (não esse) não precisa de adversário (não um inimigo).*”

Esse exemplo comprova o efeito de sentido de precisão na construção da referência. De fato, é como se o enunciador listasse possíveis palavras no desejo de garantir o sentido mais exato ao seu propósito comunicativo e admitisse um determinado candidato como o melhor ao assumi-lo em seu texto. Em consequência, atestamos que é mesmo o enunciador

que constrói, passo a passo, seu objeto discursivo. Esse não está, pois, definitivamente disponível e acabado para ser aplicado.

Vale ressaltar que, nesse caso, não ocorre absolutamente uma exclusão total de uma das opções, haja vista as denominações “*aliado/ amigo*” e “*adversário/ inimigo*” serem aproximadas e, portanto, dialogarem. Segundo a ótica de Mondada e Dubois (2003: 30), “a referenciação adequada pode ser vista como um processo de construção de um caminho ligando diferentes denominações aproximadas que não são excluídas pela última escolha”, mas que, ao contrário, potencializam o sentido dos vocábulos escolhidos.

No artigo sob análise, então, a construção proverbial “*Quem tem um amigo como esse, não precisa de inimigo*” dá origem a uma construção-derivada feita com base no processo da substituição, como podemos comprovar a seguir:

[26]

Construção-fonte	Quem tem um amigo como esse, não precisa de inimigo.
Construção-derivada	Quem tem um aliado como o MST não necessita de adversário .

Ao adaptar o provérbio original à nova situação comunicativa, o eu enunciador promove alterações de ordem lexical. Os nomes “*amigo*” e “*inimigo*” são substituídos, respectivamente, por “*aliado*” e “*adversário*”; e o pronome “*esse*”, por “*MST*”.

A evocação ao dito original é atestada a propósito do segmento que intitula o texto. O termo “*inimigo*”, trocado por “*adversário*” na exatidão do pronunciamento da tese (“*Quem tem um aliado como o MST não necessita de adversário*”), aparece, no título (“*Lula identifica o inimigo*”), como pista para o reconhecimento do provérbio original. No ajuste da versão primeira à criada pelo sujeito-enunciador, confere-se precisão ao termo “*inimigo*”, denominando-o “*adversário*”. Parece assim revelar o eu preocupação em tornar os fatos precisos, mascarando julgamento subjetivo acerca das ações do MST. “*Adversários*” são objetivamente rotulados por imposição de circunstâncias explícitas do tipo quebra de alianças, tratados, convenções; “*inimigos*” são subjetivamente declarados em função de causas relacionadas à esfera emocional.

Portanto, particulariza-se, na nova versão, o campo semântico da origem. *Aliados* e *adversários* no jogo político (construção-derivada) equivalem a *amigos* e *inimigos* em termos genéricos (construção-fonte). Aliás, “os provérbios não observam o que indivíduos podem sentir como algo único ou pessoal em uma determinada situação” (Obelkevich, 1996: 45), ao contrário da adaptação proposta pelo eu-enunciador.

Por um lado, o diálogo entre a versão derivada e a construção-fonte reforça a idéia já consideravelmente difundida, a de que certos amigos valem por verdadeiros inimigos. Por outro lado, com a substituição proposta, busca-se associar a verdade veiculada pela versão convencional aos fatos discutidos na argumentação. Ou melhor, deseja-se promover uma atualização do já conhecido provérbio à luz da notícia comentada: no jogo político, “*amigos*” equivalem a “*aliados*”; “*inimigos*” a “*adversários*”. “*Amigos*” e “*inimigos*” estabelecem e rejeitam, respectivamente, relações, em virtude de laços afetivos; “*aliados*” e “*adversários*”, nessa ordem, ligam-se e desligam-se em nome de interesses, pretensões e opiniões.

Em suma, a lição proposta pelo provérbio é orientada, através da re-enunciação, para um debate atual e local. Na atualidade da campanha presidencial do PT, as relações políticas entre petistas e aliados justificam-se pelo fato de, sendo cúmplices, defenderem a mesma causa, indicada no interior do artigo: “... *Partido dos Trabalhadores que reitera suas declarações de amor pela reforma agrária e os compromissos do candidato de realizá-la de forma pacífica*”. O PT une-se assim a aliado que tem nome e age. Esse aliado, codificado sob a sigla “*MST*”, espanta, entretanto, eleitores, tornando-se, contraditoriamente, desfavorável ao intento petista de ascender à presidência. Esse fato está incluído na indicação da adversidade proposta pelo articulista: “*mas dobra esquina para não se misturar com o MST*”.

No ajuste da construção-fonte à versão derivada do provérbio, apresenta-se, de maneira codificada, o nome do movimento (“*MST*”) em substituição ao pronome “*esse*”. No formato do provérbio, objetiva-se retomar “*amigo*” através do demonstrativo selecionado. Sabemos que um dos efeitos produzidos por esse pronome é o de resgatar a informação do contexto à esquerda, no caso o termo “*amigo*”. Isso faz dele um pronome anafórico. Além disso, tal pronome funciona como um gesto do locutor (dêixis textual). Por meio da anáfora “*esse*”, o enunciador não só fala acerca do termo anterior, como também o aponta. Assim, é válido dizer que a construção com o demonstrativo “*esse*” volta-se para o interlocutor, co-ocorrendo, em geral, com o advérbio pronominal “*aí*” (“*Quem tem um amigo como esse aí*”). Ligado a uma das pessoas do discurso, o dêitico “*esse*” adquire, portanto, uma dimensão discursiva.

Na versão convencional, o demonstrativo instrui o interlocutor a focalizar, à esquerda, seu referente, pondo-o em relação ao par eu/ tu constitutivo do discurso. Para cada interlocutor, “*esse*” refere-se a um SN “*amigo*” particular. Agindo de maneira indireta, o provérbio deixa que o ouvinte tire suas próprias conclusões acerca do referente “*esse*” particular.

Um dos gatilhos da recriação proverbial em tela é a sigla “*MST*”, substituta do pronome anafórico “*esse*”. Essa nominalização “*o MST*” refere-se, por paralelismo com o

provérbio original, ao sintagma nominal à esquerda, um *aliado*. Ocorre que se, sintaticamente, tal estratégia equipara “*esse*” a “*MST*”, do ponto de vista semântico-pragmático, a mudança caracteriza uma teia estrutural que revela forte influência do sujeito-enunciador. A seleção de “*MST*” é responsável pela nova orientação argumentativa do provérbio. Se, antes, o demonstrativo alçava “*o amigo*” a um ou vários referentes, dados pela relação discursiva eu/tu (valor dêitico), agora o termo substituto cristaliza novo referente para “*aliado*”, constituindo-se como mote específico para a argumentação subsequente. Trata-se aqui não de um amigo qualquer, mas de um aliado específico, o “*MST*”.

Outro dado de interesse para esta reflexão está na substituição do verbo “*precisa*” por “*necessita*”. Essa troca, embora não ancorada na referenciação, promove, ainda assim, um deslocamento do sentido já consolidado do provérbio para a expressão de um discurso exclusivo do enunciador.

Desse modo, em relação à construção-fonte, a idéia dada pelo verbo precisar, qual seja a de quem precisa “carece de alguma coisa que muito conviria” (Nascentes, 1981: 163) é reorientada na construção-derivada pela significação mais precisa dada pelo verbo necessitar, a saber: “quem necessita carece sentindo falta” (*op.cit.*). Para ilustrar, diríamos que “necessitamos de água para matar a sede e precisamos de 100.000 reais para fechar um negócio” (*op.cit.*). Por conseguinte, a versão paródica do provérbio produz, por apelo à substituição da forma “*precisa*” por “*necessita*”, novo efeito de sentido. “*Precisar*” atende à conveniência; já “*necessitar*” corresponde à sobrevivência. Assim, ao selecionar o verbo “*necessita*” em detrimento de “*precisa*”, o articulista expõe que um aliado como o MST decreta mais fortemente a morte do sonho petista de chegar ao governo.

Enfim, pelas considerações feitas à seleção vocabular dos nomes “*aliado*”, “*MST*” e “*adversário*” e até do verbo “*necessita*”, verificamos que há, neste artigo, a interferência de uma avaliação não isenta e, em conseqüência, a constituição de um *ethos* de parcialidade. Os novos termos redirecionam, em dimensão paródica (intertextualidade das diferenças), a mensagem original.

Novo exemplo de re-enunciação proverbial, agora resultante da aplicação simultânea da substituição e do acréscimo, presta-se também a que comprovemos mais uma vez a instabilidade das relações entre as palavras e as coisas e descartemos a visão referencial da língua e da linguagem em prol do pressuposto da referenciação como atividade discursiva.

A referenciação desenvolve-se pela diferença entre duas designações. Uma primeira canônica, consensual, que concorre com uma segunda surpreendente e crítica. Esta se mostra

mais adequada para identificar o referente no contexto específico em que se insere e também o enunciador, responsável por marcar esse deslize entre uma categorização e outra.

Pelo caso a seguir, mostramos que são instáveis as categorizações. Isso porque elas colocam-se para o ator social em questão como um problema de decisão⁴⁸, mobilizando suas impressões e seus saberes. E ao fazerem isso nos permitem entrever a imagem de sujeito que a partir daí se constitui.

Descrevemos abaixo os procedimentos lingüísticos por meio dos quais o sujeito enunciador Villas-Bôas Corrêa, ao se referir a um “*ele*”, na construção-fonte, decide categorizá-lo por pelos menos duas diferentes formas, ora como “*Lula*”, ora como “o *presidente*”.

Para melhor apreciação, segue a expressão proverbial – canônica – em contraste à re-enunciada – inovadora:

[27]

Construção-fonte	Ruim com ele, pior sem ele.
Construção-derivada	Melhor com Lula , pior sem ele e muito pior contra o presidente...

A fim de acomodar o dito “*Ruim com ele, pior sem ele*” à temática discutida no artigo “O ano que não se pode perder”, de 23 de fevereiro de 2007, o enunciador não só **substitui** o pronome “*ele*” pelo nome “*Lula*”, como também **acrescenta** ao rifão sob análise o segmento “*e muito pior contra o presidente*”. Categoriza “*Lula*”, agora, como “o *presidente*”.

Para contextualizar, é válido explicar que, no referido texto, o articulista conduz o leitor a uma reflexão sobre a morosidade do presidente Lula diante do necessário enfrentamento real de problemas nacionais de toda ordem: políticos, econômicos, sociais e ambientais. Na gestão 2002/2006, localiza a tática da lentidão impetrada por Lula; estende-a ao período inicial do segundo governo; e teme que o ano de 2007 escorra também pelas mãos de um presidente empacado. Esse temor justifica-se, objetivamente, pelo adiamento para depois das férias de reuniões e conversas necessárias à definição do futuro governo.

A despeito disso, Villas-Bôas Corrêa introduz o texto, contudo, evidenciando certa dose de condescendência em relação à segunda gestão Lula. Prova disso está na enunciação da nova “forma” do dito popular “*Ruim com ele, pior sem ele*”. O conceito de “resignação”, dado pela construção-fonte, é particularizado e reforçado na versão derivada. A substituição do pronome “*ele*” por “*Lula*” e o acréscimo do segmento “*muito pior contra o presidente*” –

⁴⁸ KOCH. 2006, p.54

cujo destaque repousa sobre a remissão ao SN “*o presidente*” – justificam tal constatação. Nos parágrafos subseqüentes, passamos a investigar essas operações de retextualização.

Por meio da substituição do pronome “*ele*” pelo nome “*Lula*”, a generalização e a atemporalidade, intrínsecas aos provérbios, são direcionadas para um fato particular, localizado no tempo e no espaço, de acordo com a informação jornalística debatida. Isso comprova o que demonstram, Mondada e Dubois, acerca dos objetos sociais. No discurso, o que é normalmente tomado como uma categoria referencial estável pode tornar-se instável, por conseqüência de uma mudança de contexto ou de ponto de vista. No “*aqui*” e no “*agora*” da crítica elaborada, o pronome “*ele*”, estabilizado na versão canônica, torna-se instável pela inserção do nome “*Lula*”.

Ao selecionar o substantivo próprio “*Lula*” para ocupar o lugar do pronome “*ele*”, o sujeito enunciador, a partir da natureza fórica dos pronomes pessoais, descarta a função que o referido pronome possui no interior do dito proverbial, qual seja a interacional. Funcionando de tal forma, remete à situação de fala para representar na sentença um dos papéis do discurso. Nesse caso, o enunciador genérico (designado ON por Berrendonner *apud* Koch, 2006) condiciona a referência dada pelo pronome “*ele*” a um SN particular de acordo com o contexto situacional em que se insere.

Desse modo, diríamos que, na construção canônica, o alcance do significado virtual é mais amplo do que o do significado local e atual. Já na versão derivada, o alcance do significado circunstancial é mais amplo do que o do virtual.

O que faz o enunciador Villas-Bôas Corrêa, no âmbito do mandato de 2007 do eleito presidente, é demarcar, portanto, a sua escolha pela seleção do nome Lula. Desse modo, indica que as supostas referências levantadas a respeito do pronome “*ele*”, inserido no dito original, vinculam-se a uma só pessoa.

Em conseqüência, a teia discursiva assim estabelecida determina, seguramente, para o pronome “*ele*” do segundo segmento – “*pior sem ele*” – o exercício pleno da função textual e não o da interacional. Isso se justifica pelo fato de o objeto “*Lula*”, encontrando-se ativado no modelo textual, poder ser reconstruído por intermédio de um recurso de ordem gramatical. Nesse caso, o pronome “*ele*” remete a “*Lula*”, elemento do primeiro segmento do próprio texto, e assegura a continuidade textual. Assim, em termos sintáticos, a operação de substituição iguala “*ele*” a “*Lula*”.

Por sua vez, no plano semântico-pragmático, a aplicação de tal estratégia denuncia a presença do enunciador. Bárbara (1996), em artigo intitulado “Um certo recurso malicioso da mídia no uso do substantivo”, cita a exploração de substantivos próprios, especialmente os de

pessoa, como meio para ativar a presença do eu-enunciador. Em sua análise, ele trata do substantivo não naquilo que ele tem de tendência neutra em si, mas como um elemento lexical provocante. Nesse sentido, salienta que os nomes não apenas nomeiam, mas despertam idéias relacionadas não só com as atitudes e o grau de importância das “personagens” designadas, como também com o *ethos* do designador.

Além disso, a citação ao nome próprio “Lula”, em primeira menção, no provérbio “reformulado” e no próprio artigo, ampara-se, de acordo com as idéias defendidas por Carneiro (1996), em duas observações. Em primeiro lugar, a maior proximidade afetiva com os governos democráticos justifica a identificação do presidente pelo prenome e variantes. Em segundo lugar, o amplo conhecimento da pessoa referida dispensa, mesmo no primeiro momento de designação, acréscimos esclarecedores, tais como: o presidente Lula; o político Lula etc.

Pois bem, nesse processo de referenciação do presidente Lula, a representação dada pela alcunha é sintomática tanto da relação de afetividade (traço característico de uma gestão democrática) que se estabelece entre o enunciador e a personagem em questão, quanto da forma pela qual ela é publicamente conhecida.

No que tange ao primeiro aspecto, vale observar que a forma pela qual o referente é construído, sob a designação “Lula”, não é aleatória; é coerente mesmo com o tom de *deferência* embutido na re-enunciação proposta. Confirma essa afirmação, a forma de remissão ao presidente, encontrada em artigo posterior, de junho de 2007.

Nesse novo texto, intitulado “Um jeito de fim de governo”, o articulista vai desfazer a idéia contida no artigo que está sendo analisado (“O ano que não se pode perder”). Faz isso ao enunciar que sua impressão de que o governo custou a começar inverteu-se completamente. Para ele, as atitudes de Lula indicam que o segundo mandato parece já estar no fim, paralisado em função do “painel dos sucessos”. Segundo o articulista, “*hoje e cada vez mais, (o governo, na pessoa do **presidente**) toma o jeito de que curte a vida e arruma as malas para passar a faixa para o sucessor que aspira eleger*”.

Agora, sendo coerente com o tom do irônico *desprezo* que imprime em seu texto relativamente à figura presidencial, o enunciador passa a evocá-la de modo diferente. Embora também em primeira menção, o referente é reconstruído pela forma completa de seu nome, conforme exibimos no trecho que segue: “*A impressão de que o governo da reeleição do **presidente Luiz Inácio Lula da Silva** custou a começar deu a cambalhota, virou pelo avesso...*”

Por sua vez, no tocante ao segundo aspecto, observa Carneiro (*op.cit.*) que, em alguns casos, há uma neutralização entre prenome e sobrenome. Isso ocorre pela evocação comercial, que se faz na mídia, de pessoas que necessitam ser conhecidas, tais como: Maluf, Sarney, Collor etc. Neutralização essa que, para o referido caso, se dá, primeiramente, entre prenome e alcunha; e depois, a partir da incorporação do apelido ao sobrenome, entre o prenome e o sobrenome em questão.

Essas constatações são sugestivas da idéia de que o referente “Lula” é reconstruído, na re-enunciação em tela, como o “*presidente*” (“*pior contra o presidente*”) não para assinalar um desconhecimento por parte do interlocutor. O atributo, nesse caso, tem o papel claro de destacar, pela referência ao cargo que a pessoa ocupa, uma característica que corrobora a atitude que se deve ter frente àquele que, segundo o artigo, tem prestígio e autoridade confirmados pelo apoio popular de 60 milhões de votos.

Em outros termos, Lula, nesse início de 2007, não é um político qualquer; é o presidente reeleito pelo voto direto. Sendo assim, postar-se agora contra “o *presidente*”, não mais contra “*ele/Lula*”, é posicionar-se contra a democracia, contra a sua integridade.

Ao deslocar-se o provérbio consolidado para o contexto da atual gestão do presidente Lula, ativa-se um desdobramento, por apelo especial ao acréscimo do segmento “*muito pior contra o presidente*”. Isso significa dizer que, apesar das contrariedades admitidas em relação à gestão Lula, ainda assim é preferível ter alguém exercendo, em regime democrático, o cargo presidencial. O enunciador mostra-se um convicto defensor da democracia.

O trabalho paródico que resultou na composição “*Melhor com Lula, pior sem ele e muito pior contra o presidente*” concretiza uma proposta de sentido que ultrapassa o que é retratado pelo dito convencional. Ao operar sobre esse material lingüístico disponível no quadro da tradição, o sujeito enunciador demonstra estar, de forma altamente argumentativa, fazendo escolhas significativas correspondentes ao seu querer-dizer. E essas escolhas, especialmente relativas a determinada descrição definida⁴⁹, dentro do quadro da referenciação, trazem informações fundamentais sobre a imagem do produtor do texto, conforme observação de Koch (2006:69-8): “O emprego de expressões nominais anafóricas opera, em geral, a recategorização dos objetos-de-dircurso, isto é, tais objetos vão ser reconstruídos de determinada forma, de acordo com o projeto de dizer do enunciador”.

Por esse viés, defendemos que as categorias lexicais “Lula” e “o *presidente*”, pelos contrastes estabelecidos, impõem um ponto de vista suscetível de construir uma figura parcial

⁴⁹ KOCH. 2006, p.69.

do enunciador. Evoluindo sob o efeito do ponto de vista do enunciador, o ponto estável de referência “*ele*” torna-se instável ao ser, em primeira instância, discursivamente transformado em “*Lula*” e, num segundo momento, em “*o presidente*”.

Em suma, mais uma vez atestamos a construção de um *ethos* de parcialidade ancorado na instabilidade constitutiva da referenciação, própria do discurso paródico.

Na seqüência, analisamos outra re-enunciação proverbial que resulta de uma construção parodística desencadeada pela aplicação da estratégia da substituição.

[28]

Construção-fonte	Há males que vêm para bem.
Construção-derivada	Há erros que vêm para bem.

A nova elaboração proverbial supracitada pauta-se na retomada de uma estrutura já cristalizada, na qual é inserido um termo relacionado à proposta argumentativa do articulista. A fim de ajustar o provérbio evocado à argumentação específica, Villas-Bôas Corrêa promove uma alteração em que o SN “*males*” dá lugar a outro, “*erros*”. Este traduz, por hiponímia, o sentido almejado pelo enunciador.

O deslizamento do objeto direto “*males*” para o também objeto “*erros*” confirma a suposição de que os “referentes” se constroem e reconstroem na tessitura do discurso. Isso porque sendo “*males*” um “objeto de discurso”, já localizado na memória discursiva, possui um caráter dinâmico. Esse traço faz dele alvo de constantes transformações, reconstruções e recategorizações ao longo da progressão textual, como a exemplificada no segmento ora analisado.

Ao re-enquadrar o contexto discursivo do provérbio convencional – no caso para o campo político – o enunciador age de acordo com a postulação de Mondada (1994: 64) “de que o objeto de discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-se com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores ou ignorando outros possíveis (...). O objeto se completa discursivamente.”

No exemplo em tela, o termo “*males*” é revisto e alterado de modo que se realiza, sob o domínio da metonímia⁵⁰, no substantivo “*erros*”: há uma relação de contigüidade entre o sentido de um termo e de outro. Uma das acepções para o substantivo mal, prevista por

⁵⁰ Mondada (2003), à luz de Goffman (1974), ressalta que “quando um contexto é reenquadrado as categorias podem ser reavaliadas e transformadas, juntando diferentes domínios, como nas metáforas, recategorizações ou metalepses (Apothéloz; Reichler-Béguelin, aqui mesmo)”.

Houaiss (2001:1816), aponta para o sentido daquilo “que há de errado (com algo ou com alguém)”.

Assim, a cena promovida pela construção-convencional – “*Há males que vêm para o bem*” – evolui, discursivamente, no âmbito do novo contexto argumentativo, pela focalização desse aspecto específico de *desacerto*, associado aos tais “males da vida”. Essa focalização concretiza-se a partir do recurso lingüístico da metonímia, que destaca a proeminência do traço específico do objeto discursivo “*males*” e que, conforme citação de Mondada e Dubois (2003: 25), serve para chamar a atenção do interlocutor para um aspecto particular. Esse traço diz respeito ao sentido de *consolo* que, suscitado pelo provérbio original a partir do termo “*males*”, passa a ser desencadeado, agora, pela ênfase dada ao termo “*erros*”.

A passagem da construção “*males*” para “*erros*”, por apelo ao recurso da metonímia, é ilustrativa ainda dos efeitos de precisão que, paulatinamente, procura-se aplicar à afirmação da referência. Tais efeitos, e mesmo o caminho entre o termo autorizado pela coletividade e o assumido pelo individual, relacionam-se ao que se tenta dizer sobre a situação, o referente e o enunciador no percurso do processo de referenciação.

E, afinal, o que a subversão em tela diz acerca da situação, do referente e do enunciador? Seria apenas uma operação para transformar um sentido mais genérico em um indicativo de um aspecto em particular?

Por meio da parodização o dito proverbial “*Há males que vêm para o bem*” é re-enunciado sob o título “*Há erros que vêm para o bem*”. À luz dessa reedição, o articulista aplica o conceito de *consolo/alívio*, difundido pelo provérbio-fonte, a um fato político particular. Nesse artigo, o assunto gira em torno da urgente reforma política, abordada, por acaso, pelo candidato-presidente em meio ao pacote de temas da sua campanha eleitoral.

A troca lexical “*males*” para “*erros*” encontra explicação nessa “inesperada inspiração do pretendente à reeleição”. Para moldar o sentido do provérbio original – que defende a idéia de que o bem pode estar assegurado por certas ações adversas – ao caso específico discutido nesse artigo de 04 de agosto de 2006, o enunciador promove a referida substituição. Visa especificar o tipo de mal – que vêm para o bem – cometido por Lula: o *erro* “abençoado”, de propor, no “impulso do improvisado”, a convocação de uma Assembléia Constituinte para a específica reforma política.

Embora, comprovadamente, seja inviável a instalação da citada Assembléia – um *erro* na visão de especialistas e líderes partidários – a proposta do presidente chama à cena da campanha eleitoral o tema *benéfico/acertado* da reforma política. Alça-o, dessa forma, ao topo da lista de assuntos no “precioso” momento de início dos debates na TV.

Assim é que o estável termo “*males*” evolui para “*erros*” sob efeito de mudança da situação. A construção-derivada promove uma alteração na construção-fonte objetivando uma adequação contextual dessa versão original. Em outros termos, ocorre uma reorientação da idéia genérica e atemporal estabelecida pelo consenso para um fato particular.

Sobre o referente, vale dizer que, sendo a denominação “*males*” substituída pela designação “*erros*”, isso quer dizer que essa se mostra mais adequada do que aquela ao propósito do enunciador. A categoria disponível e compartilhada para a comunicação passa do ponto central de seu domínio semântico – o de algo que é um desacerto a concorrer para o dano de algo ou de alguém – para um ponto periférico de sentido, nesse caso bastante re-categorizado, para “ato desacertado, praticado por ignorância.” (Nascentes, 1981:206).

Essa passagem do significado central ao periférico nos deixa entrever que o importante a destacar, acerca da proposta de instalação de uma miniconstituente formada por especialistas para a elaboração de um projeto de reforma política, é a visão do articulista sobre a imagem do presidente-candidato e não do “*erro*” em si. Na substituição de “*mal*” por “*erro*”, flagramos a imagem de Lula como a do político desastrado, que alcança um saber por ignorância feito.

A propósito, o enunciador reforça essa visão ao integrar ao seu texto outro provérbio parodiado, a saber: “*o presidente atirou na sombra e acertou no que não viu*”. Essa versão do dito popular consagrado “*Atirar no que viu e acertar o que não viu*” acentua a descrição do presidente como um franco atirador. Por meio do sentido apregoado pela construção-fonte de que se conquista um resultado tão feliz quanto inesperado, mediante ato que objetivava fim diverso, Lula é visto como o homem das ações desastradas.

A escolha lexical efetuada em prol da subversão proverbial analisada nos trouxe informações importantes sobre a opinião, a crença e a atitude do produtor do texto. No quadro da atividade discursiva da referenciação, pudemos mais uma vez comprovar a constituição de um enunciador parcial a tecer uma avaliação, portanto, não isenta dos fatos que apresenta em seus artigos.

Em suma, o processo da instabilidade constitutiva visualizado neste trabalho consolida-se no contraste entre a versão convencional e canônica do dito popular e sua versão inédita, surpreendente e crítica. Esta, em concorrência com aquela, mostra-se mais adequada à identificação do referente e do enunciador.

Mondada e Dubois descrevem esse percurso sob os seguintes termos:

Em termos de processos de categorização, pode-se dizer que uma categoria prototípica ou estereotípica é primeiro considerada como a base mais disponível e compartilhável para a comunidade; em seguida, são operadas modificações que fazem a entidade passar de um ponto central de seu domínio semântico para um ponto periférico, ou que provoca uma recategorização radical. (Mondada e Dubois, 2003: 32).

Para as autoras, contudo, não é exatamente a última denominação proposta que importa para a representação do ponto de vista do enunciador, mas sim o percurso de categorização que liga as diversas possibilidades lexicais propostas e que pode ser traduzida por restrições e potencialidades lingüísticas.

Ao recuperar expressões populares, o sujeito resgata formas particulares de expressão de certo momento histórico. Confirma assim a heterogeneidade peculiar à enunciação parcial que, simulando um percurso objetivo pela absorção de marcas estereotipadas, desmonta-o pela “reformulação” que lhes impõe.

Esse percurso da objetividade à parcialidade revela o apreço que o enunciador tem pela verdade histórica, ao mesmo tempo em que se rende aos signos de sua subjetividade. Tendo em vista que seus artigos não são monofônicos, ao contrário, apresentam-se polifônicos e heterogêneos, as citações aos já-ditos são, a todo momento, contornadas, atestando um enunciador comprometido com as suas próprias intervenções; intervenções essas, calcadas na “reformulação” por paródia.

Importa dizer nesse momento que os ajustes lexicais para a formulação das novas versões estão filiados diretamente aos novos contextos. Dão-se não anteriormente à enunciação, mas no momento de sua ocorrência. Assim, o ato de enunciação representa o contexto e as versões intersubjetivas de mundo adequadas a esse contexto.

Reconhecemos que a voz do sujeito enunciador Villas-Bôas Corrêa é orientada para um contexto, é dependente de um contexto variável que, em conseqüência, é tratado por meio de categorizações adaptativas. As “reformulações” proverbiais comprovam as adaptações a que se submetem os ditos convencionais. Tais adaptações não são caóticas, mas baseadas em procedimentos sistemáticos como as estratégias de acréscimo, substituição, redução e fusão, que organizam a co-construção dos objetos do discurso.

Mondada e Dubois, chamando atenção sobre as instabilidades categoriais, mostram que “elas repousam sobre processos complexos, que operam a um nível psicológico, discursivo, lingüístico, advindas de competências sociais, de pontos de vista, de atividades situadas e de práticas intersubjetivas e não de propriedades incertas do mundo” (2003: 40).

Todas essas instabilidades categoriais estabelecem-se sobre operações complexas em um nível lingüístico-discursivo, advindo de pontos de vista do enunciador e não de incertezas acerca do mundo. As opções lexicais e sintáticas são reconstruídas em conformidade com os propósitos enunciativos do sujeito discursivo na intersubjetividade das relações sociais e, nesta pesquisa, têm revelado a constituição de um *ethos* de parcialidade.

7.3.2. O efeito de estabilidade e a imparcialidade estratégica

Em paralelo a essa instabilidade, visível nos discursos de Villas-Bôas Corrêa através da “reformulação” paródica, há também em seu interior a produção de uma estabilidade executada por procedimentos lingüístico-discursivos que promovem efeitos de sentido de objetividade, sedimentados, sobretudo, na recorrência, ainda que ao avesso, dos estereótipos parafraseados.

Se está claro que as re-enunciações paródicas promovem uma instabilidade na estável linguagem estereotipada, é inegável também que o inevitável resgate ao provérbio, por inferência dos interlocutores, permite a estabilização das instabilidades. A estabilização pode ser marcada tanto em nível formal (aplicação da fórmula convencional) quanto de conteúdo (manutenção da orientação argumentativa) e revelar o quanto o articulista esforça-se para dar neutralidade à sua fala.

Em termos formais, ele se atém, por exemplo, a diversos modelos hospedeiros redutíveis a fórmulas sintéticas do tipo: Quem X, Y; Onde X, Y; X é Y:

[29]

Construção-fonte	Quem tem um amigo como esse, não precisa de inimigo.
Construção-derivada	Quem tem um aliado como o MST, não necessita de adversário (26/03/02).

[30]

Construção-fonte	Em casa onde não há pão, todo mundo grita sem razão.
Construção-derivada	Aliança em que falta voto, todos berram e todos têm razão (21/08/98).

[31]

Construção-fonte	A noite é boa conselheira.
Construção-derivada	A impaciência do interesse é péssima conselheira (01/03/06). A jactância não é boa conselheira (21/03/07).

[32]

Construção-fonte	Comer e coçar é só começar.
Construção-derivada	Vaiar e coçar é só começar (18/07/07).

Os exemplos supracitados assemelham-se, pois que são recriados pelo processo da substituição. Sendo construções binárias previstas pela língua, não há a necessidade de o sujeito enunciador repetir a construção convencional e ampliá-la na intenção de assegurar seu propósito argumentativo. Ao contrário, é suficiente chamar à cena o modelo formal padrão – já instaurado na memória discursiva do falante – fazendo dele hospedeiro da nova expressão posta em uso.

Além disso, vale salientar que tais modelos hospedeiros podem corresponder a frases do tipo definicional [31] e infinitiva [32], as quais seriam procedimentos para o apagamento das marcas dos interlocutores e para a apresentação do enunciador sob a aura da impessoalidade.⁵¹

O sujeito-enunciador capta a atenção dos sujeitos-leitores, que são surpreendidos por uma forma que lhes soa familiar embora inédita. Essa familiaridade é dada também por outro traço típico da formulação proverbial, a saber: a síntese. Enunciados sintéticos, como são as expressões proverbiais e como devem ser suas re-enunciações, permitem ao enunciador dizer muito em poucas palavras.

Constatamos, portanto, que as novas criações não anulam nem destroem as construções-fonte. Ao contrário, evocam-nas, pois os efeitos da re-enunciação dependem do reconhecimento do modelo padrão que lhe serviu de base e que é pela língua fornecido.

Pela captação à fórmula convencional, mecanismo típico da paráfrase (intertextualidade das semelhanças), o texto original parece deglutir o texto derivado. O enunciador, em conseqüência, instaura para si uma máscara que o identifica com a voz alheia atrás de si. Nesse sentido, o enunciador estabelece para ele mesmo um *ethos* de objetividade, uma vez que expõe o dito como se nenhum sujeito estivesse implicado.

⁵¹ CHARAUDEAU. 2006b, p.179.

Quanto ao conteúdo, por sua vez, o efeito de estabilidade aparece, por exemplo, na aproximação do campo semântico do dito original ao do reformulado. Isso se dá por uma manobra lexical que mantém a orientação argumentativa do provérbio convencional. Esses casos ocorrem, por exemplo, nas re-enunciações já comentadas “*Aliança (casa) em que falta voto (pão), todos berram e todos têm razão*” (“Branco da Discórdia” – 21/08/98), “*Estamos perdidos e mal pagos no reino do absurdo, da mais absoluta irresponsabilidade (da Dinamarca)*” (“Lula conhece o Brasil de vista” – 05/08/98) e “*Estabelecida a rotina, tudo como dantes no Planalto (no Quartel D’Abrantes)*” (“O ziguezague das reformas” – 03/11/06).

Examinando o espaço enunciativo instaurado por essas re-elaborações proverbiais quando incorporadas à argumentação, vemos que há uma aproximação da voz do sujeito parodiador à *vox populi*. Ao estabelecer, respectivamente, a ligação entre o campo político e o doméstico; o estado de desagregação do Brasil e o da nação escandinava; a impassibilidade do presidente Lula e a tranqüilidade do mencionado General Duque de Abrantes, o articulista mostra-se como um escritor que quer assegurar semelhanças temáticas.

Acrescentemos, além disso, a propriedade da prescrição como outro traço típico do dizer proverbial que é preservado nas re-enunciações examinadas. A prescrição confere às re-enunciações defendidas pelo enunciador “ares” de verdade soberana, imbuída de sabedoria e de credibilidade.

A análise elaborada na seção anterior para os artigos “Lula identifica o inimigo” (26/03/02), “Uma no cravo e duas na ferradura” (23/03/07), “Branco da Discórdia” (05/08/98) e “Lula conhece o Brasil de vista” (05/08/05) nos deixa entrever que o poder de convencimento generalizado, próprio da natureza prescritiva dos provérbios, é recurso usado pelo enunciador para fazer das respectivas teses enunciadas: “*Quem tem um aliado como o MST não necessita de adversário*”; “*Uma no cravo e duas na ferradura*” e “*... com um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura*”; “*Aliança em que falta voto, todos berram e todos têm razão*”. ; e “*Estamos perdidos e mal pagos no reino do absurdo, da mais absoluta irresponsabilidade*”, verdades “incontestáveis” a orientar o leitor no entendimento do texto.

Presas à tradição histórica de um grupo social, a verdade proverbial conquista graus plenos de adesão, independente da argumentação subsequente. Salienta Obelkevich (1996: 53) que experimentar “os provérbios em busca de coerência lógica, como se fossem proposições em um texto filosófico, está fora de questão (...). Os provérbios falam de maneira inequívoca, raras vezes apresentando contradição”.

Nessa direção, percebemos que o deslocamento da versão proverbial inédita, relativamente à original, passa a ser mínimo, o que caracteriza o discurso parafrástico.

Do mesmo modo, corrobora esse aspecto a apresentação de certas re-enunciações proverbiais por intermédio de expressões metalingüísticas introdutórias. Essas expressões permitem a categorização e/ou julgamento metaenunciativo de um ato de enunciação realizado. Vejamos as a seguir destacadas:

[33]

Construção-fonte	Em casa onde não há pão, todo mundo grita sem razão.
Construção-derivada	Lula deve tomar providências... acabando com a balbúrdia que enquadrou sua campanha na velha e sábia sentença : aliança em que falta voto, todos berram e todos têm razão (21/08/98).

[34]

Construção-fonte	O cordão dos puxa-sacos cada vez aumenta mais.
Construção-derivada	O coro do oba-oba – tal como o célebre cordão dos puxa-sacos – cada vez aumenta mais (13/09/06).

[35]

Construção-fonte	Palavras o vento as leva.
Construção-derivada	Todos sabem que promessa de campanha, a brisa leva (01/03/06).

Ao caracterizar a origem de sua enunciação, o articulista denota estar ciente de que evoca um saber partilhado pelo leitor. Além disso, assegura que ele identificará o provérbio original. O articulista quer deixar evidente a face coletiva da sua recriação proverbial. Além disso, reafirma a função de autoridade do provérbio dizendo que ele é usado para que as pessoas digam umas as outras “o que fazer ou que atitude tomar em relação a uma determinada situação. Assim os provérbios são ‘estratégias para situações’, mas estratégias com autoridade” (Obelkevich, 1997:45).

Ao mesmo tempo, aparenta querer apagar a sua própria voz, exaltando uma característica peculiar aos provérbios, a impessoalidade. Seria como se a re-enunciação proverbial recaísse sobre a coletividade e o argumentador fosse mero espectador das transformações impostas à tradição, distanciando-se da própria autoria da nova versão proverbial. Essa teria uma existência própria e independente do sujeito-enunciador.

Em algumas re-enunciações marcadas por fórmulas metalingüísticas introdutórias – “*velha e sábia sentença*” em [33], “*tal como o célebre cordão dos puxa-sacos*” em [34] e “*Todos sabem que*” em [35] – as palavras do enunciador parecem não ser as dele, mas as da comunidade ou do senso comum que falam por intermédio dele⁵². Esses comentários metalingüísticos preservam o fio discursivo que conjuga o velho dito à sua versão inédita e são, na verdade, um sinal do sentido consensual.

De cada expressão metalingüística introdutória, depreendemos indícios que fortalecem a idéia de que há outra voz, que não a do enunciador, a assumir os dizeres [33], [34] e [35]. O fundo coletivo aí inscrito aponta para uma autoria plural, que, não exclui, é verdade, o sujeito informador. Ao mesmo tempo, entretanto isenta o sujeito-enunciador, em particular, de responsabilidades sobre o dizer.

Da forma “*Todos sabem que*” [35], destacamos um pronome indefinido que, como núcleo do sintagma, significa “todas as pessoas”.⁵³ Esse significado de totalidade determinada reforça a designação do provérbio como uma sabedoria consensual e faz com que a re-enunciação pareça vinculada à voz coletiva.

Nas expressões “*velha e sábia sentença*” em [33] e “*tal como o célebre cordão dos puxa-sacos*” em [34], evidenciamos a presença de termos que qualificam o provérbio e sua re-enunciação, tais como: “*velha*”, “*sábia*” e “*célebre*”. A anteposição dos respectivos adjetivos aos substantivos “*sentença*” e “*cordão*” fortalece o caráter avaliativo da qualificação. Essa avaliação se dá relativamente à natureza do saber proverbial e ao valor por ele angariado.

O qualificador “*velha*” valida o provérbio e sua re-enunciação no quadro de uma sabedoria tradicional, identificando-o, pois, a um grupo social fixado em um tempo passado. Os adjetivos “*sábia*” e “*célebre*” reconhecem ter a re-enunciação proverbial e o próprio dito um poder persuasivo que assegura o cumprimento de normas e a concordância em torno de valores sociais. Essa força prescritiva do provérbio é oriunda, justamente, da autoridade de uma voz genérica e, por suposição, consensual.

Em suma, essas expressões metalingüísticas introdutórias servem para assinalar a natureza histórica e o valor de consenso do provérbio e de sua re-enunciação. Em conseqüência, deslocam a fonte enunciativa da singularidade para remetê-la a um anonimato coletivo.

Os traços descritos acima para a re-enunciação proverbial estudada, como o uso de fórmula convencional e seu caráter sintético, a aproximação de campos semânticos distintos, a

⁵²OBELKEVICH. 1997, p.45.

⁵³NEVES. 2000, p.134.

atuação prescritiva e a utilização de expressões metalingüísticas introdutórias, são indícios de que o desvio paródico surpreendido no discurso de Villas-Bôas Corrêa cai num desvio mínimo, isto é, na paráfrase, e pode afastar o sentido de autoria.

Disso resulta um discurso que define o *ethos* do articulista em dimensão impessoal. Tais marcas lingüísticas ativam uma imagem estereotipada, adaptada aos *habitus* do auditório, qual seja a do jornalista isento, que abre mão de sua autoria para deixar os fatos (o outro) falarem por si mesmos.

7.4. A RE-ENUNCIÇÃO POLIFÔNICA EM VILLAS-BÔAS CORRÊA

Ainda a respeito da imparcialidade, já havíamos mostrado (Neves, 2000) que a organização macroestrutural do discurso argumentativo de Villas-Bôas Corrêa, de natureza opinativa, isto é, pretensamente informativa – ainda que crítica – estava orientada mesmo sob a égide da objetividade. Em certa medida, dado o foco de análise anterior, constatamos que os fatos resistiram aos instáveis processos da apreciação subjetiva. Desse modo, num primeiro momento, comprovamos a idéia de que o jornalista transmitia mesmo com neutralidade os fatos cotidianos.

Na presente pesquisa, evidenciamos, entretanto, ao lado da dominante, estável e objetiva linguagem referencial – em que o enunciador recorre a diversos meios para apagar-se – o recurso altamente expressivo da paródia proverbial, sinalizador das direções subjetivas.

Pelos resultados alcançados, verificamos que a configuração discursiva da parcialidade localiza-se nos procedimentos de obscuridade do discurso. Esses, todavia, encenam certa transparência e objetividade pelo resgate ao já-dito (formas cristalizadas). Ao fim e ao cabo, entretanto, o sujeito enunciador, contando com a adesão do interlocutor para a instauração do re-dito (formas re-enunciadas), acaba subvertendo o ritual da neutralidade.

O exemplo a seguir, extraído do artigo “Aliado na contramão” (05/08/98), é caso ilustrativo desse jogo de obscuridade e transparência que o enunciador, freqüentemente, estabelece em seus textos:

[36]

Construção-fonte	Separando o joio do trigo.
Construção-derivada	...separando o joio do petismo moderado do trigo da turma radical .

Subjacente à re-enunciação acima destacada, há uma expressão proverbial bastante conhecida, principalmente se remetermos ao fundo religioso que a sustenta. O dito popular “*Separar o joio do trigo*” refere-se à conhecida parábola do semeador, que prega que o trigo está para o bem e o joio, para o mal.

A expressão reinventada, por sua vez, desloca-se (paródia) do eixo bíblico para o político, conservando (paráfrase), contudo, a mesma analogia. Defendendo a tese de que o representante do MST, Gilmar Mauro, sabe o que diz e por que fala, relativamente aos desmandos da campanha do PT de 1998, o enunciador acrescenta que o líder dos sem-terra está criticando “*o petismo moderado*” e salvando a face “*da turma radical*”.

Em função dos acréscimos efetuados ao dizer tradicional, os substantivos concretos “*joio*” e “*trigo*”, classificados pela tradição como elementos nomeadores, passam a qualificadores, subsistindo assim justamente em relação aos referentes aos quais se destinam: “*petismo moderado*” e “*turma radical*”.

O **substantivo** – tomando por base o conceito da tradição gramatical – é considerado um elemento lexical neutro, imparcial e limitado ao seu papel nomeador. Ocorre que explorando o substantivo não na sua exclusiva potencialidade, mas na possível relação com outros termos, ele poderá gerar significações que estão além do que está visualmente escrito.

Pensando sobre isso, Bárbara (1996) afirma que, em uso, o substantivo não se restringe ao papel funcional de nomeador de seres em geral. Ao contrário, mostra que toda palavra pode dar margem a conclusões de âmbito extra-textual e, portanto, discursivo.

Essa função mais ampla do substantivo, isto é, esse papel no texto e por trás dele é que é também considerado nesta pesquisa. Esse procedimento reforça a premissa de que, relativamente ao sujeito enunciador, as línguas não são meras representações dos objetos; ao contrário, prestam-se a acusar a presença do enunciador.

No artigo sob análise, combinam-se expressões de traço /humano/, como “*petismo moderado*” e “*turma radical*”, a substantivos, “*joio*” e “*trigo*”, pertencentes ao campo semântico do não-humano. Isso confere aos sintagmas “*petismo moderado*” e “*turma radical*” as qualidades próprias ao “*joio*” e ao “*trigo*”. No primeiro caso, o traço humano reveste-se de um caráter daninho, negativo; já o segundo caso associa-se ao caráter vital e positivo do cereal. Às expressões “*petismo moderado*” e “*turma radical*” associam-se os sentidos concretos do “*nocivo*” e do “*vantajoso*”, dados pelo “*joio*” e pelo “*trigo*”, respectivamente.

Caso semelhante ocorre no interior de outra re-enunciação proverbial, destacada do artigo “*Encrencas da herança bendita*” (21/03/07). Como veremos, a construção-derivada exposta a seguir exemplifica esse lugar entre o impessoal (ON) e o pessoal em que o

enunciador se situa. Para melhor apreciação, segue o contraste abaixo entre a versão canônica e a inovadora:

[37]

Construção-fonte	Colocar cascas de banana.
Construção-derivada	... e escorregue na casca de banana da fatuidade .

É inegável que a versão re-enunciada está calcada no que o uso convencional – “*colocar cascas de banana*” – legitimou. O articulista estrutura o inédito enunciado a partir da idéia sinalizada pela construção-fonte. “*Colocar cascas de banana*” no caminho dos outros é impor dificuldades ou embaraços capazes de acarretar prejuízos aos rivais.

A supracitada re-enunciação insere-se em artigo que discute os “erros grosseiros e a incompetência” do presidente Lula, no início de seu segundo mandato, frente a reformas “de mentirinha” – da ministerial à política. A despeito dessa constatação, contudo, o então presidente anuncia ultrapassar, nesse novo momento, os recordes obtidos em sua gestão inaugural, esquivando-se, inclusive, de fazer comparações entre o desempenho de seu governo e o de seu antecessor.

A re-enunciação em tela é criada exatamente a propósito desse anúncio. Entende o articulista que, ao não conseguir disfarçar sua modéstia, Lula acabe se prejudicando, embaraçado na teia de sua *vaidade*, ou seja, na “*casca de banana da fatuidade*”. Desse modo, o valor atemporal e geral, próprio do dito popular, dá lugar a um sentido que a atualidade e a particularidade do fato abordado exigem.

O acréscimo da expressão “*da fatuidade*” ao segmento tradicional “*casca de banana*” faz o substantivo concreto “*casca*”, modificado pela locução adjetiva “*de banana*”, passar de elemento nomeador a qualificador, relativamente ao referente ao qual se liga: “*fatuidade*”.

Também, da combinação entre “*casca de banana*” e “*fatuidade*”, dá-se a transferência do traço não-humano do primeiro para o segundo, dotado, inicialmente, de traço oposto. Assim é que “*fatuidade*” passa a adquirir aspectos peculiares do produto ao qual se soma. Ao termo “*fatuidade*” associa-se o sentido concreto de desequilíbrio provocado pela “*casca da banana*”.

Na seqüência, analisamos outra re-enunciação proverbial em que há, igualmente, uma construção lingüística ilustrativa da instauração desse viés simultâneo do objetivo, imparcial e do subjetivo, parcial. Extraímos o caso abaixo do artigo “O beco”, de 17/05/06:

[38]

Construção-fonte	Vão-se os anéis, ficam os dedos.
Construção-derivada	... os parlamentares entregam os dedos rapaces do pejo para garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público.

Nesse texto, a partir do episódio relativo à ocupação de São Paulo pelo crime organizado, o articulista comenta, de modo amplo, sobre “a falência múltipla dos três poderes”. De modo específico, para abordar “a crise moral, ética, de decência e dignidade” que atinge o Legislativo, o enunciador se serve do então provérbio “reformulado”. No intuito de confirmar que a maioria do Congresso trabalhou para esconder as denúncias expurgadas dos escândalos do mensalão, do caixa dois, das ambulâncias superfaturadas, o sujeito discursivo argumenta que os parlamentares entregaram “*os dedos rapaces do pejo para garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público*”.

Fica evidente que o objeto da citada re-enunciação paródica é o provérbio “*Vão-se os anéis, ficam os dedos*”. Usado com a acepção de que mais vale uma perda material, de algo supérfluo, do que um prejuízo que afete a integridade física e/ou moral, o rifão em tela tem seu sentido alterado por interferência do enunciador. A fim de atestar a “podrigueira” do Congresso, o articulista mostra que os parlamentares, à custa da decência ética — “*entregam os dedos rapaces do pejo*” – sucumbem às tentações materiais: “*para garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público*”.

Essa inversão de sentido operada no provérbio convencional é gatilho da parodização estabelecida no artigo, da qual emerge a parcialidade. Ao analisarmos, entretanto, a estratégia de retextualização empregada para a subversão do dito consensual, verificamos que ela, a exemplo do que ocorre nos casos precedentes, se presta a “implicitar” essa tal predisposição à subjetividade.

Por meio do mecanismo do acréscimo, há a junção das expressões “*das vantagens*”, “*mordomias*” e “*das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público*” ao termo convencional “*anéis*”. Assim, nesse caso também, o substantivo concreto “*anéis*”, de termo nomeador passa a qualificador dos segmentos que o acompanham: “*das vantagens*”, “*mordomias*” e “*das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público*”.

Novamente, os termos pospostos aos da tradição angariam traços que lhe são peculiares. Desse modo é que o sentido de coisa material supérflua transfere-se, fortemente,

para as referidas “*vantagens, mordomias etc*”, demarcando qual o propósito do enunciador com esse modo de re-enunciação proverbial.

Em relação a esses últimos artigos examinados, interessa-nos ressaltar que todas as constatações feitas acerca dos ditos re-enunciados não advêm de uma afirmação dada diretamente pelo enunciador. Ao contrário, não explicitando sua apreciação sobre “*o petismo moderado*” e “*a turma radical*”, como também sobre “*a fatuidade de Lula*” e “*as vantagens e mordomias parlamentares etc.*”, deixa tal opinião embutida na interpretação que o leitor faz acerca dos vocábulos empregados.

Nos trechos analisados, o enunciador marca, implicitamente, seu julgamento sobre “*o petismo moderado*”, “*a turma radical*”, “*a vaidade do presidente Lula*”, e “*as tais vantagens, mordomias etc.*”, ao associá-los, respectivamente, aos substantivos concretos “*joio*”, “*trigo*”, “*casca (de banana)*” e “*anéis*”. Não emprega, por exemplo, adjetivos para instaurar sua apreciação, mas símbolos cujas relações podem ser verificáveis na realidade. E essa, que é uma estratégia recorrente em seus textos, foi evidenciada no interior da re-enunciação proverbial.

Dessa forma, o enunciador acaba disfarçando a subjetividade não só por apelo ao uso polifônico do substantivo, mas também por uma qualificação dada por “*substantivização*”. Os termos sob análise – “*joio*”, “*trigo*”, “*casca (de banana)*” e “*anéis*” – permitem a retomada da voz consensual, por serem alçados à categoria de substantivos-símbolo. Como símbolos consistem em uma modalidade da metonímia que obriga o enunciatário a ler o abstrato pelo concreto. No fio da re-enunciação, essas imagens concretas “*joio*”, “*trigo*”, “*casca (de banana)*” e “*anéis*” passam a simbolizar os termos a que se ligam. Nesse processo, investem “*o petismo moderado*”, “*a turma radical*”, “*a fatuidade de Lula*” e “*as vantagens e mordomias parlamentares etc.*” das características que são próprias aos respectivos símbolos.

Portanto, o apelo novamente à voz consensual e também seu uso metonímico conferem ao tecido argumentativo uma aparência de objetividade e ao enunciador um *ethos*, aparente e propositalmente, imparcial. Por meio desses usos, o sujeito discursivo reafirma a posição de que a objetividade é valioso artifício para a manutenção da credibilidade, destacadamente em artigos de análise assinados, embora reconheçamos, entretanto, que esse mesmo sujeito não escape à construção de um discurso dotado de marcas de parcialidade.

7.5. O *ETHOS* CONSTITUÍDO E SUA FUNCIONALIDADE ARGUMENTATIVA NO ESCOPO DO CONTRATO DE COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICO

Ao assumirmos olhar para o discurso argumentativo de Villas-Bôas Corrêa sob a face do *ethos*, e, então, da possibilidade de apreendermos o sujeito em toda a sua heterogeneidade, nos propomos a ultrapassar, em definitivo, a idéia de que seu texto organiza-se, idealmente, somente segundo a razão, destituído de seus ingredientes passionais. De fato, a exemplo do que ocorre com o discurso político⁵⁴, não encontramos, no discurso estudado nesta pesquisa, caso de *logos* puro. Acrescente-se, ainda, que também não observamos a constituição de um *ethos* fabricado pelo fio exclusivo da imparcialidade.

A partir das análises efetuadas neste trabalho e conjugadas às realizadas em Neves (2000), constatamos a difícil separação entre a razão e a emoção; o discurso demonstrativo e o da sedução; entre a imagem do outro e a imagem de si; entre o *ethos* da imparcialidade estratégica e o da parcialidade. Na verdade, o jogo ao qual o enunciador se entrega na construção de seu discurso argumentativo vale-se tanto de mecanismos dotados da marca da razão, quanto de estratégias mais sedutoras timbradas pela emoção, dados esses que são verificados em Neves (*op.cit.*) e também nesta pesquisa

Em especial, por meio da investigação de provérbios re-enunciados, nos concentramos na apreensão do *ethos* do sujeito discursivo, observando como ele se instala no interior do discurso estudado. Utilizando re-enunciações de ditos populares, o enunciador ressalta, sem dúvida, a sua imagem diante da cena, instalando um jogo de máscaras entre, pelo menos, dois *ethé*, o da parcialidade e o da imparcialidade, que ora se substituem, ora existem em paralelo, ora se imbricam. E isso vem sendo provado ao longo das análises elaboradas no decorrer da pesquisa.

Segundo Charaudeau (2006a), a variabilidade das máscaras é possível em consonância com a mudança de situação de troca, a qual está submetida às restrições do contrato comunicativo. Ao trocarmos uma máscara pela outra, alteramos nossa imagem diante do outro. Isso porque “a máscara é o que constitui nossa identidade em relação ao outro” (Charaudeau, *op.cit.*:8). Naquilo que se diz, há sempre um dito e um não-dito que também se diz.

Ressalte-se, portanto, que a palavra pronunciada por Villas-Bôas Corrêa, tomada pelo dito e pelo não-dito, encerra, a partir do que depreendemos pela investigação aos

⁵⁴ CHARAUDEAU. 2006a, p.180.

procedimentos discursivos empregados de maneira mais ou menos consciente pelo articulista, um *ethos* em dupla face. Por trás da máscara da neutralidade (do dito), há a máscara da parcialidade (não-dito) que, entretanto, também se diz através de meios discursivos implícitos, tais quais os que fomos descortinando nas análises feitas ao longo do trabalho. Os outros meios explícitos estão na constituição da neutralidade, conforme atestamos nas duas últimas seções.

Esse jogo de mascaramento da parcialidade pela neutralidade corresponde exatamente ao que propõe o contrato midiático idealizado. Inscrito no domínio das representações sociais, esse contrato legitima-se por estar preso à “visada da informação” – que pressupõe mobilizar procedimentos para a instauração de um discurso de distanciamento – e não à “visada da captação” – que se ampara sob meios discursivos para a garantia de um discurso de engajamento moral⁵⁵.

Reafirmamos que são esses procedimentos/meios discursivos, resultantes de uma intenção e de um cálculo – nem sempre voluntários – da parte do sujeito enunciador, que ajudam a encenar o *ethos*. De acordo com Charaudeau (2006a:167), o sujeito falante emprega tais procedimentos “de maneira mais ou menos consciente e são mais ou menos percebidos e reconstruídos pelo interlocutor e pelo público”.

Como já salientamos ao longo de nossa análise, colocamos em evidência modos de expressão que produziram efeitos de *ethos* em dupla dimensão: o da parcialidade e o da imparcialidade. A fim de aplicar a terminologia usada por Charaudeau (*op.cit.*) para a fabricação do *ethos* correspondente à imagem de um enunciador parcial, foi necessário acionar modalidades de enunciação “elocutiva”. Os meios de enunciação elocutiva “revelam a implicação do orador e descrevem seu ponto de vista pessoal” (*op.cit.*: 174). Por sua vez, para a produção do *ethos* referente à figura imparcial do enunciador, fez-se imperativo colocar em cena modalidades de enunciação “delocutiva”. Os modos de expressão “delocutiva” “apagam todo traço dos interlocutores, para se apresentar sob a forma impessoal” (*op.cit.*: 179).

Examinando, no âmbito do discurso argumentativo de Villas-Bôas Corrêa, o instigante e recorrente fenômeno da re-enunciação proverbial, pudemos atestar que a enunciação “delocutiva” foi expressa, explicitamente, pela preservação das sintéticas fórmulas convencionais; pela citação a expressões metalingüísticas introdutórias; pela aproximação do campo semântico da tradição ao da atualidade da notícia comentada; pela atuação prescritiva; e pelo uso metonímico de substantivos polifônicos. Esses aspectos representam diferentes

⁵⁵ CHARAUDEAU. 2006a.

processos de estabilização dos quais emerge o discurso estratégico da objetividade e animam, sem dúvida, a formatação do discurso parafrástico.

Esses traços se prestaram, dessa forma, a apresentar o dito como se ele não fosse, de fato, da alçada do enunciador, dependente apenas da opinião de uma voz terceira, dada por uma verdade já estabelecida. Essa enunciação “delocutiva” permitiu-nos paramentar o enunciador como um analista “soberano”, portador da verdade absoluta e suscetível de construir a figura do sujeito imparcial.

Ocorre, entretanto, que, desse mesmo exame às re-enunciações produzidas por Villas-Bôas Corrêa, descortinamos inúmeros procedimentos lingüísticos por meio dos quais o enunciador mostrou-se encarar de modo diferente aquilo que considerou como as meias-verdades da tradição. Sendo assim, apesar da tendência à isenção e à impessoalidade, instaurada pelas marcas da enunciação delocutiva, verificamos que, de fato, a perspectiva do eu-enunciador emerge.

Nesse caso, então, no escopo da enunciação elocutiva, flagramos procedimentos para a sua expressão, tais como: apelo a distintas operações de retextualização para a subversão do dizer tradicional, deslocando-o de seu contexto original e distanciando-o da visão consensual; emprego das re-enunciações como categorias argumentativas, funcionando como recurso de argumentação indireta; obsessiva relação com o já-dito, espelhando sua saturação; problematização das representações para marcar o deslize entre uma categorização e outra e, em conseqüência, a imagem do produtor do texto. Esses mecanismos destacados constituem o quadro de instabilidade do qual emerge o discurso da subjetividade e animam, nesse caso, a formatação do discurso paródico.

Disso resulta que, por meio da re-orientação paródica do conceito consensual, o enunciado passa a constituir-se segundo a imagem de um sujeito parcial. Como resultado da aplicação desse processo, que, aliás, não se trata de um adorno, mas de princípio mesmo estruturante dos textos avaliados, constrói-se a figura de um enunciador que não é mais soberano do seu dizer. Escapa-lhe a pretensão de construir para si mesmo a imagem exclusiva do sujeito neutro e imparcial. Mesmo porque essa pretensão é a do indivíduo real, capturado independentemente de sua atividade oratória, e não a do sujeito enunciador, cujo “*ethos* está ligado ao exercício da palavra, ao papel a que corresponde seu discurso” (Maingueneau, 1993: 138).

Assim o que Villas-Bôas Corrêa é – jornalista imparcial – fica ocultado pelo que ele diz, como sujeito enunciador, ainda que involuntária e implicitamente. Variados meios lingüísticos foram examinados, em recorte macro e micro-estrutural, para concluirmos que

Villas-Bôas Corrêa apresenta o dito colocando-se em cena, apesar de sua própria recusa. O *ethos* daí constituído é o da parcialidade.

Definitivamente, o discurso estudado demonstra que defender a isenção do sujeito é, de fato, um equívoco. Charaudeau (2006b: 180) comenta esse fato a propósito mesmo dos discursos da mídia:

Não há comentário sem que o sujeito informador expresse um ponto de vista pessoal, e isso **apesar de suas próprias denegações**. O sujeito o faz, conscientemente ou não, expondo sua própria opinião (tomada de posição no debate das idéias), ou formulando uma apreciação subjetiva (projeção de sua afetividade)... **Diz-se que as mídias não têm de tomar posição, que devem mostrar neutralidade, mas sabe-se que essa neutralidade é ilusória.**

Se é mesmo certo que a neutralidade enunciativa é uma ilusão, admitimos, também, à luz das análises elaboradas ao longo da pesquisa, que o sujeito Villas-Bôas Corrêa só, estrategicamente, adota um ponto de vista distanciado. E isso ocorre uma vez que ele está submetido à imposição da credibilidade própria do contrato comunicativo midiático.

Realmente, o sujeito informante Villas-Bôas Corrêa está sobredeterminado por restrições relativas a um contrato idealizado de comunicação midiática e a uma representação social do que seja o discurso jornalístico. Sob esse ângulo, ele submete, naturalmente, seu projeto de explicação dos acontecimentos a um “fazer saber”, ou “visada de informação propriamente dita, que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão”. (Charaudeau, *op.cit.*: 86).

Dessa forma, submetido ao princípio da objetivação, Villas-Bôas Corrêa se vê obrigado a empregar estratégias em prol dos desafios que a credibilidade jornalística lhe impõe. Em razão da “visada da informação” do contrato midiático, pretende abster-se de revelar seu ponto de vista pessoal. Em conseqüência, fabrica para si uma imagem que encaminha o outro a julgá-lo como digno de crédito.

Os resultados alcançados nesta pesquisa revelam, no entanto, o tremendo paradoxo dessa pretensão, uma vez que “toda construção de sentido depende de um ponto de vista particular e todo procedimento de análise implica tomada de posição” (Charaudeau, *op.cit.*: 222).

Além disso, tal paradoxo se alinha à própria natureza contraditória do contrato de comunicação midiática. Em verdade, esse contrato comunicativo sustenta-se, paradoxalmente, sob outro pilar que não exclusivamente o de informação/credibilidade. Sob a finalidade da captação/dramatização, o enunciador submete agora seu projeto de explicação dos

acontecimentos a um “fazer sentir”, ou “visada de captação propriamente dita, que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência” (Charaudeau, *op.cit.*: 86). Para tanto tem de ser, não apenas crível, mas impactante.

Preso entre a informação/credibilidade e a captação/dramatização, o comentário jornalístico de Villas-Bôas Corrêa oscila entre um discurso de imparcialidade (distanciamento) e de parcialidade (engajamento). Ao preferir entregar-se a marcas lingüísticas que o remetem ao ponto de vista do consenso, por intermédio da paráfrase, instaura o discurso da credibilidade; ao impor-se à opinião do outro, por intervenção da paródia, estabelece o discurso da dramatização.

Sobre toda essa suprema controvérsia, Charaudeau (*op.cit.*) se manifesta dizendo que

o comentário midiático deveria ajudar na constituição da opinião pública: informar para auxiliar o cidadão a formar uma opinião equivale a não tomar partido; mas não tomar partido seria desenvolver a argumentação de um ponto de vista externo, onipresente (acima da multidão), **ao qual somente uma argumentação do tipo científico poderia pretender.**

Villas-Bôas Corrêa parece desejar apoiar-se nas estratégias lingüísticas que validam seu discurso dentro do projeto de modernidade esboçado para a ciência, qual seja o de que o conhecimento deve estar fora do sujeito cognoscente. Isso garantiria ao seu texto um caráter objetivo e, em decorrência, uma confiabilidade inquestionável.

Estudando justamente o atravessamento do discurso da ciência, Coracini (2003) atesta que o científico estaria idealmente construído sobre modelos racionais tidos como independentes de toda e qualquer subjetividade. Isso porque seria a ausência mesma do sujeito que garantiria a presença de uma análise eficiente, confiável, que desvende o objeto temático, promovendo uma aproximação do leitor com a verdadeira natureza do assunto estudado.

Discorrendo sobre os dois referidos discursos, o informativo e o científico, Charaudeau (2006b) mostra que ambos se afinam em torno do que ele designa por “problemática da prova”. Por outro lado, distanciam-se com relação aos distintos programas em que cada prova se inscreve e, em decorrência, relativamente ao público atingido. Segundo ele, o discurso científico, dependente de provas tecnicamente demonstrativas, pressupõe um

público-alvo já bastante especializado; já o informativo, constituído com base em provas dadas por designação e figuração⁵⁶, organiza-se para atingir um público leigo.

Nesse sentido, Villas-Bôas Corrêa, como enunciador de um discurso informativo, o qual implica um público amplo, não especializado, não pode querer enquadrar sua argumentação sob o contorno do discurso científico. Isso se justifica pelo fato de que tal discurso não provoca a sedução da referida instância de recepção. Ao longo das análises propostas, pudemos constatar que, na prática, a palavra suscitada por Villas-Bôas Corrêa foi também influenciada pelas condições de dramatização.

Abordando, ainda, a apropriação do discurso científico pelo professor em sala de aula, Coracini (2003:329) mostra que ele encontra razões para destituir as informações acadêmico-científicas de sua inerente parcialidade e incompletude. Na visão da autora, essa tendência à objetividade e à demonstração assumida pelo dizer do mestre seria justificada pelo caráter argumentativo desse discurso. Imputando-se o papel de **facilitador** da aprendizagem, o professor apresentaria o fato científico como um “saber inquestionável, uma certeza inabalável” e cômoda para o interlocutor.

A essa atividade de facilitação da aprendizagem, inerente ao discurso didático, Charadeau (2006b) denomina por “vulgarização”. Salienta que tanto o discurso didático quanto o informativo aproximam-se pelo fato de terem a função de dar, a um amplo público, conhecer uma evidência dentro de uma “explicação explicitante”. Distanciam-se, contudo, pelo fato de a rigidez própria à apresentação do discurso didático não se coadunar com os propósitos de captação/dramatização do discurso informativo.

Ainda sobre o discurso didático, Coracini defende que, embora o professor almeje levar o aluno a crer que aquilo que ele diz corresponde ao saber científico, essa aspiração não se pode concretizar na prática discursiva. Isso porque é ilusória a transparência da linguagem e a racionalidade que determinaria um sujeito também transparente. Segundo Coracini (2003: 333), o professor “esquece-se de que é ele que interpreta o que lê no livro didático, de que não há fatos nem fenômenos nem natureza fora do sujeito.” Portanto, arremata a autora que “a tendência de seu dizer à objetividade, é proveniente, sem dúvida alguma, do caráter científico do discurso pedagógico e do desejo, próprio da “imagem” que se construiu da profissão”. (*op.cit.*:334).

Traçando um paralelo ao nosso estudo, diríamos que, com vistas a construir para si uma “imagem de si” crível ou um *ethos* de credibilidade, calcado na imagem de isenção que

⁵⁶ Provas pela designação e figuração são da ordem do testemunho, da constatação, da reconstituição dos fatos etc.

se elaborou para o jornalista confiável, Villas-Bôas Corrêa idealiza o pólo da razão em detrimento do da subjetividade. Deste pólo, entretanto, não consegue escapar.

Segundo Charaudeau (2006b: 92), a instância midiática encontra-se, na verdade, “condenada a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida”. Sob essa condenação, o enunciador se vê mesmo compungido a proceder conforme sugere a encenação sutil do discurso da informação: engajar-se em seu dizer, ainda que também dele deva se distanciar.

Sendo necessário à instância midiática mostrar-se crível, ela deve assumir essa obrigação, entretanto, visando captar um grande público. Mas, para atingi-lo, sobretudo se não se trata de um conjunto de cidadãos previamente cativo, menos valia tem uma atitude objetiva, austera e racionalizante em comparação a uma atitude subjetiva, lúdica e afetiva, ainda que aquela seja a idealizada pelo contrato de comunicação.

No caso da presente pesquisa, ressaltamos que não é, propriamente, a menção à sabedoria popular, dada sob formas proverbiais, que toca, afetivamente, o público do artigo opinativo de Villas-Bôas Corrêa, como ocorre com a informação prevista para o consumidor cidadão em geral. Sobre esse último aspecto, Charaudeau (*op.cit.*:181) argumenta que um raciocínio motivador a implicar, direta ou indiretamente, o consumidor cidadão deve utilizar, dentre outros procedimentos, o sistema de crenças, o qual, sendo coletivamente compartilhado, torna-se mais suscetível de seduzi-lo.

No caso dos artigos opinativos estudados, os provérbios, em vez de se inclinarem para saberes de crença, aproximam-se dos saberes de conhecimento. No interior da configuração discursiva dos artigos assinados por Villas-Bôas Corrêa, são as re-enunciações proverbiais que se inclinam para saberes de crença cujos efeitos interpretativos apelam para a reação avaliativa do leitor.

Na verdade, ciente de que seu amplo público constitui-se, em termos de representação, por um grupo mais esclarecido e culto, o enunciador Villas-Bôas Corrêa, segundo os critérios de saliência e de pregnância, o atinge com mais eficiência pela subversão aos ditos cristalizados. Ele comove o interlocutor ao recobrir a fórmula fixa por apelo à sua emoção, que corresponde, nesse caso, a que Charaudeau chama por “potencial de imprevisibilidade”. Ao remodelar/recategorizar o que é consensualmente partilhado, e até banal, pondo em evidência o insólito e o inédito, o enunciador “perturba a tranquilidade dos sistemas de expectativa do sujeito consumidor da informação” (Charaudeau, *op.cit.*: 102). Ao fazê-lo, produz um inegável efeito de captação/dramatização sobre seu público-alvo.

Ao eleger a subversão proverbial como meio de sedução do público-leitor, o articulista se resguarda da possível perversidade advinda desse efeito de dramatização, qual seja a de singularizar e deformar o comentário. Pondo o novo dito em contraponto à voz consensual, o enunciador bloqueia, de certo modo, a análise crítica, mas não deixa de oferecer elementos, sobretudo pela própria variação de pontos de vista (o já-dito, o re-dito e o não-dito), para a construção de uma verdade mediana. Verdade essa instaurada por uma “atitude discursiva que aposta na responsabilidade do sujeito interpretante” (Charaudeau, 2006b:187) para desvendar as inegáveis intervenções do enunciador.

As análises efetuadas neste trabalho atestaram a ilusão de o enunciador acreditar-se mero canal, transparente e neutro, entre o saber e o interlocutor. Em consequência, mostraram certa tentativa de abafamento dos traços da subjetividade – por parte do enunciador – para a determinação de uma suposta postura de isenção. E essa tentativa de enfatizar o saber objetivo em detrimento de um saber subjetivo justifica-se pelo fato de o enunciador reconhecer que quanto mais a mídia tende para a dramatização, menos credível ela será⁵⁷.

Ao lançar mão dos ditos populares re-inventados como procedimento lingüístico típico de sua argumentação, Villas-Bôas Corrêa se imputa também o papel de facilitador (como faz o professor) do entendimento das árduas considerações que giram em torno da grande temática de seus artigos: a política. Ao simplificar esse assunto por citação aos lugares-comuns – “que facilitam a compreensão do público” (Charaudeau, *op.cit.*:182) – Villas-Bôas Corrêa quer entregar-se a “uma espécie de denominador comum dos saberes” (*op.cit.*), garantido ao conteúdo de seus textos a tal sabedoria inabalável e inquestionável, inclinada para saberes de conhecimento, (que exclui o que é parcial) e a si mesmo a imagem da isenção, portanto.

Este ato de simplificar as explicações sobre tópicos da política brasileira enseja, por outro lado, a instauração de um enunciador parcial, haja vista que conferir simplicidade às explicações não é a mesma coisa que explicar simplesmente, como bem ressalva Charaudeau (*op.cit.*:78). Estando esta facilitação atrelada aos provérbios parodiados, ou seja, havendo uma clara mediação interpretativa do sujeito a subverter a voz consensual para fins de esclarecer a análise política – conforme as análises desenvolvidas ao longo da tese demonstraram – então fica evidente que o projeto de imparcialidade do sujeito, que ele estabelece para a sua imagem, é uma ilusão.

⁵⁷ CHRAUDEAU.2006b.

Diante desse quadro entramos em concordância com a importante consideração elaborada por Charaudeau (*op.cit.*: 187) acerca do comentário jornalístico:

Pode-se dizer que a instância midiática que comenta assemelha-se a um jogador que deve ganhar uma série de apostas: analisar para esclarecer, mas esclarecer sem deformar; comentar para revelar, mas revelar sem acusar; **argumentar com imparcialidade, mas argumentar denunciando**; enfim supremo paradoxo, alimentar os boatos, mas também desmascará-los (ou talvez, alimentar o boato para melhor desmascará-lo).

Todas as constatações até aqui elaboradas acerca do comentário jornalístico de Villas-Bôas Corrêa só foram passíveis de evidência uma vez que relacionamos o dito atual do enunciador Villas-Bôas Corrêa (re-enunciação paródica), com o não-dito – o que da análise emerge (re-enunciação paródica) – e com o já-dito – a voz popular. Ao analisarmos essas relações dialógicas no interior do discurso estudado, isto é, ao examinarmos o “falar” de Villas-Bôas Corrêa como o falar de outra fala, nos moldes da perspectiva de Authier-Revuz (1982), buscamos compreender a posição desse sujeito, ora aliada ao discurso do outro, ora contrária à fala de outrem. Ao inovar o dito por meio de sua própria enunciação é que Villas-Bôas Corrêa pôde construir a sua identidade, já que esse falar consistiu em ser, simultaneamente, um testemunho de si e do outro.⁵⁸

A propósito, toda essa dinâmica descortinada a respeito do discurso pesquisado nos faz ver que, mesmo em artigos de análise assinados, o dialogismo pode ser efetivamente mostrado. Como vimos, a voz alheia foi empregada, sob o contorno do já-dito, tanto para dar certa objetividade às argumentações propostas, quanto para garantir, sob a égide do re-dito, a inserção ou o domínio do enunciador.

Sem dúvida, a maneira de representar o discurso do outro, por apelo, ou ao distanciamento ao consenso, ou à adesão à *vox populi*, exhibe a posição do enunciador e confere ao artigo de análise assinado ora um caráter subjetivo, ora objetivo. Os textos de Villas-Bôas Corrêa demonstram que mesmo o artigo de opinião assinado é lugar de um ecoar de vozes, contrariando a suposição de que tal gênero textual seria aparentemente monofônico se comparado ao gênero notícia, assumidamente polifônico.⁵⁹

No diálogo com um já-dito aludido, instaura-se o dialogismo; a partir daí, na constituição do re-dito emerge um sujeito que constrói novos sentidos. Da análise das

⁵⁸ CHARAUDEAU. 2006a, p.161.

⁵⁹ CUNHA. 2005, p.166.

intervenções do sujeito enunciador apreendemos sua imagem constitutiva, que tende ora para a imparcialidade, ora para a parcialidade.

Essa constatação confirma a colocação de Charaudeau (2006b: 236) acerca de alguns gêneros textuais da imprensa escrita. Para ele, “o *artigo de análise* está próximo da crônica a ponto de se confundir com a crônica política, mas com um menor grau de engajamento”.

Dessa tessitura teórica, aplicada às análises que fomos elaborando ao longo da pesquisa, vemos a possibilidade de compreender o sujeito em tela como transparente, homogêneo e neutro somente quando sob o contorno do ritual estratégico da credibilidade. Logo, isso nos leva, finalmente, a alcançá-lo como opaco, heterogêneo e parcial.

Diante dessa oscilação permanente apreendida para o *ethos* de Villas-Bôas Corrêa, fica demonstrado que ele está legitimando e respeitando (ainda que de modo não totalmente voluntário) as condições que o contrato de comunicação midiática lhe impõe. Marcado, em seu fundamento, pela contradição, o contrato de informação situa-se, conforme já mencionado, entre duas finalidades, a de “fazer saber” e a de “fazer sentir”.

No que concerne ao primeiro objetivo, vale dizer que, conscientemente, Villas-Bôas Corrêa produz, em seu texto, efeitos de credibilidade a fim de respeitar o princípio de seriedade, de “grau zero de espetacularização da informação” (Charaudeau, *op.cit.*:92), imposto ao texto jornalístico. Ao mesmo tempo, de maneira involuntária, Villas-Bôas Corrêa cria em seus artigos efeitos de dramatização com vistas a obedecer ao princípio da emoção, também exigido pelo contrato de informação midiática.

As duas referidas restrições, a da credibilidade e a da dramatização, impostas ao contrato estabelecido entre o comentador e o leitor, correspondem às duas posições, ou imagens – a de distanciamento e a de engajamento – que, de modo comprovado, o enunciador Villas-Bôas Corrêa adota para si.

Interessa notar que estando essa dupla finalidade inscrita no contrato de informação, Villas-Bôas Corrêa já estaria fadado mesmo a construir para si o duplo *ethos*: da isenção e da parcialidade, embora, evidentemente, sendo, esse último, menos ou não admitido pelo jornalista, em virtude da “pregnância do imaginário da credibilidade” (Charaudeau, *op.cit.*: 234). De qualquer forma, ele o deveria mesmo admitir porque, segundo Charaudeau (*op.cit.*), todos os parceiros do ato de informação midiática são obrigados a reconhecer a exigência da dramatização, mesmo implicitamente.

Os resultados alcançados nessa pesquisa revelaram que, não podendo mesmo ser a citada exigência tão explicitada como a da credibilidade, o enunciador tratou de insinuá-la a partir de alguns mecanismos relativos aos modos de escritura dos artigos, conforme já

salientamos com relação aos procedimentos “elocutivos” empregados na re-enunciação proverbial.

Reafirmamos, assim, à luz das considerações acerca do contrato da informação e, a partir do que depreendemos das análises realizadas, a constituição de um sujeito Villas-Bôas Corrêa nem totalmente autônomo nem completamente assujeitado em relação aos seus discursos e seus sentidos. Move-se, na verdade, entre a autonomia em relação ao convencionalmente partilhado, conforme as marcas da enunciação “elocutiva” nos deixam entrever, e o assujeitamento ao discurso do outro, de acordo com o que vislumbramos pelos indícios da enunciação “delocutiva”. Ambos os movimentos coadunam-se ao jogo proposto pelo contrato comunicativo das mídias: navegar entre o pólo da dramatização/captação e o da credibilidade.

Chegamos assim ao enunciador Villas-Bôas Corrêa como sendo o tal sujeito ativo e criativo, sugerido por Sírio Possenti (1996), dotado de competência discursiva, conforme postulação de Maingueneau (1997). Competência que o faz suscetível de construir para si a figura da “austeridade racionalizante” e, paralelamente, a da “imaginação dramatizante” (Charaudeau, 2006b: 93) com vistas tanto a parecer crível ao público, quanto a tocá-lo, num jogo entre o que o impressiona e o que o emociona. Enfim, poderíamos afirmar que, de fato, Villas-Bôas Corrêa desenvolve sua imagem identitária sob duas grandes categorias de *ethos*: o da credibilidade, fundado em um discurso da razão, e o da identificação, fundado em um discurso do afeto.

Seguindo esse fio de raciocínio, no escopo da perspectiva teórica que adotamos aqui, podemos dizer que, na retomada do estudo da argumentação em Villas-Bôas Corrêa, pelo efeito do duplo *ethos*, constatamos que seu discurso ancora-se num programa argumentativo que se estabelece sobre dois eixos complementares: o da razão e o da emoção.

Essa constatação parece tornar indiscutível a consideração vislumbrada na última hipótese do trabalho, a de que o processo argumentativo estudado nesta pesquisa constitui-se mesmo como um programa de argumentação com **retórica**. Tal programa sugere a exclusão de um dizer visto como uma operação puramente intelectual, descontextualizada e destituída de qualquer palavra para exprimir a **emoção** – o ideal do discurso argumentativo⁶⁰.

Sob esse ângulo, comprova que “a argumentação é sempre situada e vivida por sujeitos portadores de interesses, de paixões e de valores” (Charaudeau & Maingueneau, 2004: 57), elementos que constituem, em perspectiva freudiana, o cerne da subjetividade. Ou

⁶⁰CHARAUDEAU & MAINGUENEAU. 2004, p.57.

seja, a argumentação é mesmo encenada por um sujeito portador de opinião, a qual, de um ponto de vista linguageiro, remete a questões da subjetividade e da afetividade⁶¹. Em outros termos, a palavra opinativa do sujeito investigado, isto é, a palavra que expressa “valores” é fio condutor de emoção, da não isenção do enunciador, a qual permite ao locutor “situar sua proposta em relação a si mesmo, [...] revelando sua própria posição quanto ao que diz” (Charaudeau, 1992:575).

E a teia de emoção que recobre até certo ponto o discurso estudado se torna ainda mais evidente ao nos apropriarmos da ligação, proposta por Charaudeau e Maingueneau, entre emoção e crença. Eles inserem as emoções nos saberes de crença, saberes localizados em volta de valores instituídos socialmente. As crenças, segundo os autores,

resultam do olhar subjetivo que o homem lança sobre os acontecimentos do mundo; correspondem mais a uma tentativa de inteligibilidade do mundo do que a uma tentativa de ‘avaliação dos seus fundamentos e da apreciação do seu efeito sobre o homem e suas práticas’” (1997^a:46). Essas crenças decorrem, portanto, de julgamentos que contribuem para fabricar normas de referência mediante as quais serão avaliados os comportamentos dos indivíduos. (2004:124)

Ora, sendo os provérbios um caso ilustrativo de saberes constituídos com base em crenças, fica evidente serem eles elementos emocionais dentro do discurso argumentativo sério de Villas-Bôas Corrêa. Além disso, sendo tal universo de crenças re-enunciado, comprovadamente, por parodização, no interior do discurso estudado, e, sistematicamente, aplicado como mecanismo lingüístico estruturador da argumentação em foco, então, constatamos, à luz de Bakhtin (1992), a potência dupla da emoção para o funcionamento argumentativo desse material sob análise. Reacentuada, a palavra feita agrega à argumentação estudada não só o olhar subjetivo do consenso, mas principalmente o do enunciador, que configura e instaura o *ethos* de parcialidade no discurso de Villas-Bôas Corrêa.

Essa constatação é, em parte, pertinente, mas faz-se necessário ressaltar que, ao resguardar traços dos ditos populares no interior de seu discurso, o articulista o faz por estratégicos mecanismos parafrásticos, promovendo a emersão de uma emoção que não é, até certo ponto, a sua. Sendo o dito popular uma forma de enunciação dada por procedimentos “delocutivos”, vale pontuar que esse dizer, nas palavras de Charaudeau (2006a: 178), é apresentado como “se não fosse da responsabilidade de nenhum dos interlocutores presentes e dependesse apenas do ponto de vista de uma voz terceira, a voz da verdade”. Tais ditos são assim frases que se apresentam sob a aura da impessoalidade e instauram, de fato, para o

⁶¹ CHARAUDEAU. 1992, p.492.

enunciador, o estratégico *ethos* da imparcialidade e, para a sua argumentação, racionalidades. Por sua vez, quando re-enunciado por paródia, o provérbio angaria para o enunciador o tal “colocar-se em cena”, dotando-o de marcas de pessoalidade e garantindo, ao programa argumentativo, emotividades.

Em suma, a pesquisa aqui realizada confirma o princípio do qual parte a análise da argumentação no discurso de que há mesmo uma associação íntima entre a emoção e a racionalidade, considerando as emoções, conforme Parret (*apud* Charaudeau & Maingueneau, 2004: 189), como julgamentos, em uma concepção avaliadora e cognitiva.

Ao examinarmos as re-enunciações proverbiais, pela ótica do *ethos*, constatamos que o programa argumentativo executado nos artigos de Villas-Bôas Corrêa, evidencia-se, de fato, como uma argumentação com emoção. Sua eficácia, contrariamente ao que se pensa, não está na pretensão da objetividade do articulista nem de sua unidade como sujeito discursivo, mas se encontra justamente nessa íntima articulação entre argumentação e retórica. Tal abordagem sustenta-se na da análise da argumentação no discurso, ramo da análise do discurso “preocupada em retomar a experiência da retórica como arte eficaz da palavra” (Charaudeau & Maingueneau, *op.cit.*:216).

Em resumo, a funcionalidade argumentativa do discurso de Villas-Bôas Corrêa, depreendida da análise das re-enunciações proverbiais, ampara-se no jogo intercambiável entre emoção e razão dado pela dissipada ambigüidade estabelecida entre a parcial imagem de si e seu reverso. Nessa direção mostram Charaudeau e Maingueneau (*op.cit.*:94) que pode acontecer, realmente, de o “reinvestimento⁶²”, no que diz respeito às relações interdiscursivas, ser mesmo ambíguo, sendo interpretável simultaneamente como captação parafrástica e como subversão paródica. Nesse caso, o sujeito parodista assume, enfim, uma posição ambígua relativamente ao parodiado: “afasta-se dele, permanecendo próximo; é-lhe infiel, sendo fiel” (Machado, 1999:330).

Essa prática ambivalente que emerge das enunciações do sujeito discursivo revela que, apesar de as marcas da captação – instauradoras da imparcialidade – atingirem o discurso de Villas-Bôas Corrêa, esse mesmo discurso é atravessado, inevitavelmente, pela subversão, ou seja, por elementos emocionais. Essa constatação coaduna-se com a fala de Kerbrat-Orecchioni (1980) para quem todos os discursos são subjetivamente marcados – lugar de inscrição da parcialidade – porém de acordo com formas e graus extremamente variados.

⁶² De maneira interessante, Charaudeau e Maingueneau (2004) utilizam essa metáfora financeira a fim de enfatizarem que um texto ou um gênero, guardados na memória da coletividade, possuem um capital variável de autoridade, avaliado positiva ou negativamente.

Dentro desse quadro de um certo conflito particular, uma vez que o enunciador concilia-se com a voz consensual ao mesmo tempo em que dela se defende, instaura-se, definitivamente, a eficaz argumentação retórica de Villas-Bôas Corrêa.

Considerando, em particular, a face subjetiva dessa ambivalência, ressaltamos ainda que os efeitos de parcialidade produzidos pelos elementos emocionais do discurso argumentativo estudado, ou seja, manifestados a partir dos ditos populares parodiados não estão circunscritos ao limite da frase, pois já extrapolaram para o discurso. A obsessiva relação com o já-dito por parte do enunciador e a sua sistemática re-enunciação por subversão paródica demonstram que a emoção é construída textualmente.

Não sendo, pois, um adorno, tal processo é apreendido neste trabalho como meio discursivo sistemático de garantia da eficiência/funcionalidade argumentativa dos textos de Villas-Bôas Corrêa.

Todas as informações apresentadas até aqui parecem ser suficientes para constatar a legítima e eficaz oscilação que caracteriza, em particular, o *ethos* e o discurso argumentativo de Villas-Bôas Corrêa e, em âmbito geral, o comentário jornalístico, como comprova a citação extraída de Charaudeau (2006b: 187) e copiada a seguir:

Na realidade, o comentário jornalístico, tomado pela dupla restrição de credibilidade/ captação do contrato de comunicação midiática, retira sua legitimidade de uma oscilação permanente entre, de um lado, um discurso de engajamento moral, de outro, um discurso de distanciamento; de um lado, uma manifestação de entusiasmo, de outro, de frieza; de um lado, de argumentos baseados em crenças (no saber amplamente compartilhado), de outro, de argumentos baseados em conhecimentos (no saber reservado).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos que formam, de modo bem-sucedido, a comunicação humana raramente distinguem, em sua construção, a razão do afeto. Isso porque comunicar com eficácia é saber harmonizar-se ao universo alheio. Para tanto, há que se gerenciar a informação e a relação, estabelecendo uma interação que seja calcada nas idéias e nas emoções.

Essa situação de fato foi focalizada, nesta pesquisa, em face do ethos encenado pelo sujeito discursivo Villas-Bôas Corrêa. Filiada à “figura” da objetividade estratégica e, simultaneamente, à da subjetividade, constatamos essa “imagem de si” fundada em um discurso intercambiável entre razão e emoção.

Sendo esse o ethos constituído, qual seja o da imbricação contraditória entre a imparcialidade tática e a parcialidade, confirmamos, ainda, em consonância às normas do contrato de comunicação midiática, o duplo eixo de sustentação do programa argumentativo estudado. Timbrado pela racionalização e, por seu reverso, a dramatização, o enunciador institui para si não um processo argumentativo como um tipo de “estratégias de varejo”⁶³, mas, em ampla dimensão, como uma espécie de “programa de qualidade de vida”⁶⁴. Programação que, estando, por um lado, mediada, até certo ponto, pelas imposições cada vez mais fortes dos interesses comerciais sobre o jornalismo, por outro, parece estar atrelada ao princípio básico da atividade jornalística: oferecer ao leitor uma análise de qualidade, séria e entusiasmada⁶⁵.

Ainda que esta pesquisa com o ethos do sujeito-enunciador Villas-Bôas Corrêa não tenha esgotado todos os mecanismos existentes para a sua apreensão, centralizando a análise na re-enunciação proverbial, foi possível constatar que o eu-enunciador, dotado de mobilidade, projeta para si, contraditoriamente, o duplo ethos do neutro estratégico e do parcial. São duas faces do ethos que constituem dois elementos essenciais da argumentação: “convencer persuadindo/seduzindo”.

Ao produzir uma argumentação invocadora de vozes do consenso – dadas pela tática de referência às expressões proverbiais – e de uma re-enunciação inusitada desses ditos do passado, destacamos um impetuoso sujeito discursivo, na tensão entre apoiar-se e interferir na sobriedade do discurso institucionalizado para o comentário político. Ao fazê-lo, por um

⁶³ ABREU. 2006.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ CHARAUDEAU. 2006b, p.187.

lado, assume, endossa e confere, frente ao interpretante, credibilidades ao discurso, obstinado que é pela imparcialidade da crônica da verdade (“A velha e sábia sentença”). Por outro lado, rompe com a seriedade moral dos artigos de análise política, delimitando seu papel na enunciação em curso dentro do quadro do interdiscurso da parcialidade (“Aliança em que falta voto, todos berram e todos têm razão”). Comprometido que está com o objetivo de satisfazer o princípio de emoção, imposto pelo contrato midiático, assume tal postura, ao produzir efeitos de dramatização sobre o público-alvo.

Essa posição ambígua do sujeito enunciador permite-nos evidenciar que não há fronteiras rígidas entre o discurso austero e o expressivo. Embora haja, inicialmente, uma tentativa de identificação do sujeito real ao sujeito discursivo, atenuando, de modo antecipado, a ambigüidade entre o eu do enunciado e o da enunciação, o que depreendemos, a partir da focalização sobre o modo de enunciação do sujeito, torna ilusória a objetividade desejada e, afinal, a idéia de um sujeito uno.

Em um movimento de atração e de repulsa, o enunciador submete-se, pois, ao saber convencional, ao mesmo tempo em que o reinventa, exibindo sua saturação. Dando a entender que os provérbios dão o tom ao seu discurso, o enunciador os mobiliza sob as medidas da paráfrase. Cita-os enquanto fórmula convencional, a garantir sua fixação e, em consequência, perpetuação no seio da comunidade lingüística. Evoca-os como representação consensual, a assegurar concordâncias em torno de evidências incontestáveis. Destaca-os como saber inato, enraizado, a produzir uma verdade soberana, de valor prescritivo e imutável. Chama-os como acervo histórico, a angariar respeito, diante das manifestações da atualidade, pelo seu ar de verdade imemorial. O saber proverbial detém assim a credibilidade de um enunciado partilhado. Sua autoridade é oriunda da voz coletiva, impessoal, que a expressa.

No entanto, o enunciador, por meio do mecanismo da paródia proverbial, participa, discursiva e estruturalmente, da argumentação da qual é apreendido. O eu está, de fato, estruturando o texto, por meio de suas impressões. Não é recurso panfletário, ou forma de divertimento, a re-enunciação paródica no *corpus* analisado, uma vez que, além de ser pista para a depreensão do dizer do enunciador, em meio ao conjunto de outras vozes que a configuram, é fio condutor de uma argumentação correspondente ao *ethos* de parcialidade.

A paródia proverbial é recurso para desmascarar a pretensão de uma essência imutável e perene de um *ethos* de imparcialidade para a representação do articulista político. Pela subversão paródica, o enunciador Villas-Bôas Corrêa mostrou-se “descontaminado” relativamente às fórmulas da tradição, desencadeando a constituição de um efeito de parcialidade sobre a sua imagem. Ao deslocar os provérbios de seu contexto original e

distanciá-los da visão tradicional, por meio de forma particular adaptada à determinada situação, o sujeito discursivo produziu efeitos de sentido que o delinearam segundo a imagem da não isenção.

Além disso, a paródia proverbial, como veículo dessa parcialidade, foi usada como mecanismo estruturador da argumentação examinada. A re-enunciação proverbial provou ser passível de contrair para si diferentes efeitos argumentativos. No *corpus* focalizado, a paródia proverbial figurou como proposição, ponto de vista do enunciador em relação a uma asserção sobre o mundo; como argumento, meio de sustentação da proposição; e como conclusão, o resultado da exposição.

Essa incorporação da paródia proverbial à macroestrutura textual revela o ajuste da parcialidade ao tecido argumentativo, inserida, pois, que está na configuração argumentativa do comentário jornalístico de Villas-Bôas Corrêa. Daí a operacionalidade desse *ethos* de não isenção dentro da argumentação estudada.

Dimensionarmos a paródia proverbial não como um adorno, uma simples figura estilística, cujo intuito é provocar a emoção estética, mas como um aspecto constitutivo e operacional do discurso, isto é, como uma espécie de figura retórica, que tem um caráter funcional no interior da argumentação, só foi possível em função da perspectiva discursiva adotada neste trabalho. Inscrita em bases teóricas relativas à Análise do Discurso, esta pesquisa apreendeu a re-enunciação proverbial, usada como meio para a constituição do *ethos* pretendido, como um fenômeno linguageiro. Sob essa ótica, levamos em consideração, na análise de uma enunciação restrita e ampliada, a correlação entre sua realização intradiscursiva e sua situação de ocorrência (condições extradiscursivas).

Para a definição do *ethos* fabricado pelo sujeito discursivo, examinamos as operações de retextualização aplicadas às re-enunciações proverbiais como procedimentos relacionados às suas circunstâncias de uso. Nesse sentido, procedemos a um exame pautado na maneira como se constituiu cada re-enunciação, na intersubjetividade instaurada pelos provérbios re-enunciados, ou seja, nas intenções traçadas pelos sujeitos interlocutores, e nas suas condições de ocorrência. Acrescentemos ainda que o *ethos* alcançado, a partir da investigação desse sentido discursivo que correlaciona o intersubjetivo e o social, foi visto sob as imposições do contrato de comunicação da informação.

Lidos no escopo do contrato de comunicação midiático, a configuração e o uso das re-enunciações proverbiais nos conduziram à identificação do duplo *ethos* engendrado pelo sujeito discursivo Villas-Bôas Corrêa. Ressaltemos que esses *ethé* da objetividade tática e da subjetividade resultaram da conjugação das estratégias usadas pelo eu-enunciador com certa

demanda social, visto que a constituição do *ethos* passa necessariamente pelas expectativas do outro, possuidor de uma imagem ideal de referência do enunciador. Ora orientado para a instância de recepção, ora para a instância de produção o sujeito discursivo traçou para si uma imagem ambivalente, ao mesmo tempo fiadora de credibilidade e animadora de emoções.

Pautado também em reflexões advindas da teoria da referenciação, este estudo confirmou estar o sujeito discursivo Villas-Bôas Corrêa inscrito no texto. No produtivo ato de desfazer provérbios, existe toda uma instabilidade para a criação do objeto discursivo e para a conseqüente identificação da “voz parcial” do sujeito enunciador, “voz” identificada através de sua intenção de promover um novo processo argumentativo ao marcar o deslize entre uma categorização e outra. Estabelecidas sobre operações complexas em um nível lingüístico-discursivo, as instabilidades categoriais estão refletidas na versão que o eu-enunciador estabelece sobre o mundo. E se essas instabilidades nos interessam enquanto percurso de criação do referente e de mobilização das impressões e dos saberes do enunciador, foi preciso avaliar o texto em toda a sua macroestrutura e, principalmente, os provérbios reformulados como estratégias de condução do leitor para novos sentidos, a fim de apreendermos a imagem de não isenção do eu-enunciador.

Para explicitar seu engajamento, o sujeito discursivo mostrou-se sob o modo da convicção, ou seja, um eu dotado de um “saber subjetivo”. Diversos procedimentos “elocutivos”, conforme os que fomos descrevendo a propósito das operações de retextualização, foram usados na re-enunciação proverbial, demarcado-a como uma forma de intertextualidade com valor de subversão, instauradora do discurso paródico.

Paralelamente, comprovamos que há, no interior do discurso de Villas-Bôas Corrêa, a produção de estabilidades que promovem efeitos de sentido de objetividade. Sobre esses efeitos funda-se a voz estratégica da imparcialidade. A fim de o sujeito discursivo não explicitar seu engajamento, tratou de apresentar a informação como evidente, isto é, dependente de um sujeito de “saber onisciente”. Sendo assim, fez prevalecer a impessoalidade por meio de traços “delocutivos” de apagamento das marcas dos interlocutores, tais como: preservação de modelos hospedeiros correspondentes a fórmulas convencionais típicas aos provérbios; inserção de expressões metalingüísticas introdutórias; integração do saber proverbial à informação noticiada; apelo aos substantivos concretos para expressar qualificação. A aplicação desses diferentes recursos lingüístico-discursivos configurou a recriação proverbial em Villas-Bôas Corrêa como uma forma de intertextualidade com valor de captação, instauradora do discurso parafrástico.

Na teia do processo discursivo de Villas-Bôas Corrêa, todo esse efeito de estabilização mostrou-se decorrente, portanto, de traços voltados ao processo de estereotipia; em contrapartida, toda a instabilidade constitutiva de sua prática linguageira resultou de aspectos que promoveram a parodização dos estereótipos. Sendo assim, se capturamos uma verdade anônima universal, instituída e legitimada, a perpassar a fala do enunciador, verificamos, simultaneamente, em seu interior, a presença de re-elaborações decorrentes da singularidade desse sujeito a cada interação verbal, ainda que essa singularidade tenha sido, na verdade, dialogicamente constituída.

O funcionamento ambivalente da re-enunciação proverbial – ora direcionada ao estereótipo, por paráfrase, ora escapando-lhe, por paródia – encerra, portanto, a volubilidade do *ethos* de Villas-Bôas Corrêa, entre a imparcial imagem de si e seu contrário. E a confirmação de que essa re-enunciação proverbial permitiu mesmo a instauração da volúvel imagem identificada ao enunciador Villas-Bôas Corrêa nos conduziu ainda a outras reflexões conclusivas sobre a compreensão do (re)enunciado proverbial, do contrato de comunicação midiático e da funcionalidade argumentativa do discurso estudado.

No decorrer da pesquisa, ficou evidente que, sem dúvida, a volubilidade relativa à imagem projetada para Villas-Bôas Corrêa amparou-se na própria natureza do (re)enunciado proverbial e em sua forma de funcionamento. Ainda que o provérbio tenha sido recriado e, desse modo, inserido na singularidade de um dizer, não foi descartada sua aura de convencionalidade. Em outros termos, a re-enunciação do provérbio revestiu-o de um saber “individual”, embora o tenha conservado ainda como saber coletivo. No (re)enunciado provérbio, conservação e inovação operam simultaneamente revelando a natureza ambivalente e o maleável funcionamento discursivo dessa forma textual.

Além disso, parece-nos claro também que essa dualidade fabricada para o *ethos* estudado está alicerçada nas próprias determinações postuladas pelo contrato de comunicação midiático. Mesmo que o enunciador tenha se servido do saber proverbial como um mecanismo fundador do discurso da razão, rendeu-se à sua subversão, instaurando um discurso de emoção. Em outras palavras, a re-enunciação proverbial permitiu-o colocar-se em tensão entre os pólos da credibilidade e da dramatização, inscrevendo-o, pela obediência a essa dupla finalidade, no contrato da informação. À luz desse contrato, credibilidade e dramatização são impostas, portanto, ao mesmo tempo. E a esses desafios o sujeito informante teve, de fato, de submeter-se para conseguir informar e, simultaneamente, impactar.

Enfim, evidenciamos também que a ambígua imagem encenada por Villas-Bôas Corrêa funda-se nas proposições de um programa argumentativo com retórica. Apesar de o enunciador ter pretendido legitimar seu discurso dotando-o de racionalidades pela citação à voz proverbial, foi também atravessado, pela imaginação, ao recriar o convencional. Orquestrando razão e emoção, garantiu a funcionalidade de sua argumentação, uma vez que a eficácia argumentativa residiu justamente na indissociabilidade entre argumentação e retórica.

Este trabalho não pretende esgotar o estudo do *ethos* no colunismo político. As questões alinhavadas nesta pesquisa poderão dar margem a trabalhos orientados, por exemplo, para a questão dos gêneros da imprensa escrita e sua relação com a situação enunciativa. Pela análise do *ethos* fabricado por Villas-Bôas Corrêa, atestamos a correspondência entre o gênero artigo de análise e um modo de enunciação em que o enunciador se vê ainda intimidado a dar livre curso a seus sentimentos. Restaria então a indagação sobre o grau de engajamento evidenciado em outros artigos de análise, em editoriais e crônicas políticas, a fim de que estes gêneros pudessem ser determinados pela regularidade e convergência desse tipo de traço.

Sob o domínio do *ethos*, entramos no jogo enunciativo proposto por Villas-Bôas Corrêa com o intuito de decifrá-lo. Em campo, levantamos a ponta do véu e encontramos as máscaras da neutralidade tática e da parcialidade que o representaram. As saborosas recriações proverbiais nos permitiram surpreender, mesmo num escritor fortemente empenhado na análise isenta dos fatos, a oscilação entre a razão e a emoção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 10ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2006

AMOSSY, Ruth. *L'Argumentation dans le discours*. Discours politique, littérature d'idées, fiction. Paris: Nathan, 2000.

----- (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

ANSCOMBRE, Jean-Claude & DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Mardaga, 1983.

ANSCOMBRE, Jean-Claude. Proverbes et formes proverbiales: valeur évidentielle et argumentative. *Langue Française*, Paris, nº102, p. 95-107, 1994.

----- (org.). La parole proverbiale. *Langages*, Paris, nº 139, setembro, 2000.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité construtive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, Paris, nº 26, p.91-151, 1982.

----- . "Hétérogénéité(s) énonciative(s)". *Langages*, Paris, nº73, p.98-111, março, 1984.

----- . *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à Sintaxe do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

----- . *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

----- . *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARBARA, Leo. Um certo recurso malicioso da mídia no uso do substantivo. In: SANTOS, Leonor Werneck dos (org.). *Discurso, Coesão, Argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, p. 96-110, 1996.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. & FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

BENITES, Sônia Aparecida Lopes. A citação no discurso jornalístico. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas, nº 28, Jul/Dez, p.27-33, 1996.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, UNICAMP, 1988.

----- . O aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, UNICAMP, p. 81-90, 1989.

BERNÁRDEZ, E. *Introducción a la lingüística del texto*. Madrid: Espasa-Calpe, 1982.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

----- (org.). *Estudos Enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes: São Paulo: FAPESP, 2001.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. São Paulo: UNICAMP, 1997.

----- . Da língua ao discurso, do homogêneo ao heterogêneo. In: BRAIT, Beth. *Estudos Enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes: São Paulo: FAPESP, p.59-69, 2001.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: EDUC, 1999.

CARNEIRO, Agostinho Dias. Atualização discursiva dos nomes próprios. In: SANTOS, Leonor Werneck dos (org.). *Discurso, Coesão, Argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, p.80-94, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours: éléments de sémiolinguistique –théorie et pratique*. Paris: Hachette, 1983.

----- . *Grammaire du sens et de l`expression*. Paris: Hachette, 1992.

----- . *O que quer dizer comunicar?*. 1994 (mimeo).

----- . Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho (org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, p. 43-55, 1996.

----- . Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo et alii (orgs.). *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges – NAD/FALE/UFMG, p.27-43, 1999.

----- . Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia & MELLO, Renato de (orgs.). *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, p.23-37, 2001.

----- & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

- . *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006a.
- . *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006b.
- CORACINI, Maria José. *Um fazer persuasivo*. Campinas: Pontes/ São Paulo, 1991.
- (org.). *Identidade & discurso*. Campinas: Editora da Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.
- CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONISIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, p.166-179, 2005.
- CUNHA, José Carlos. *Pragmática lingüística e didática das línguas*. Belém: Editora Universitária UFPA, 1991.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- . Prefácio. In: VOGT, Carlos. *O Intervalo Semântico: contribuição para uma teoria semântica argumentativa*. São Paulo: Ática, 1977.
- . *Provar e dizer: linguagem e lógica*. São Paulo: Global, 1981.
- . *O dizer e o dito*. São Paulo: Cortez, 1989.
- EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, p. 29-44, 2005.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Paródia e Dialogismo. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de e FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: Edusp, p. 49-61, 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1990.
- . Categorias da enunciação e efeitos de sentido. In: BRAIT, Beth. *Estudos Enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes: São Paulo: FAPESP, p. 107-129, 2001.
- . *Ethos discursivo*. Palestra na UERJ, 2002.
- FLORES, Valdir. Dialogismo e enunciação: elementos para uma epistemologia da lingüística. *Linguagem & ensino*. Pelotas, vol.1, nº 1, p. 03-32, janeiro, 1998.
- & TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo, Contexto: 2005.

FRASSON, Regina Mafalda Denardim. *A intertextualidade como recurso de argumentação*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, Faculdade de Letras, UFSM, 1991. 277 fl.

GRÉSILLON, Almuth & MAINGUENEAU, Dominique. Polyphonie, proverbe et détournement. *Langages*, Paris, n° 73, março, p.112-125, 1984.

GRICE, H. Paul. Logique et conversation. *Communication* 30, Paris, Seuil, p.57-72, 1979.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1994.

INDURSKY, Freda. Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin à Análise do Discurso. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas, n° 4/5, p.69-88, 2000.

JENNY, Laurent. A estratégia da forma. *Poétique*. Coimbra: Livraria Almedina, n°27, p. 5-49, 1979.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.

KLEIBER, Georges. Les proverbs: des dénominations d'un type "très très special". *Langue française*, n° 123, setembro, p.52-69, 1999.

----- Sus le sens des proverbs. *Langages*. Paris: Larousse, n° 139, setembro, p.39-58, 2000.

KOCH, Ingedore G. Villaça. O texto e a (inevitável) presença do outro. *Letras*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, n° 14, p.107-124, 1998.

----- *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2003.

----- *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KRISTEVA, Julia. Le Mot, le dialogue, le roman. In: *Semiotike*. Recherche pour une sémanalyse. Paris: Seuil, 1969.

LAGE, Nilson. *Linguagem Jornalística*. São Paulo: Ática, 1985.

----- *Estrutura da Notícia*. São Paulo: Ática, 1985

LYSARDO-DIAS, Dylia. *Provérbios que são notícia: uma análise discursiva*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, Faculdade de Letras: UFMG, 2001. 276 fl.

MACHADO, Ida Lúcia. A paródia vista sob a luz da análise do discurso. In: MARI et alii (orgs.). *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges – NAD/FALE/UFMG, p.327-334, 1999.

----- & MELLO, Renato de (orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2004.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos*. Rio de Janeiro: Documentário, 1974.

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

----- . *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, UNICAMP, 1997.

----- . *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

----- . *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2004.

MARI, Hugo et alii (orgs.). *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges – NAD/FALE/UFMG, 1999.

----- . *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

MONDADA, Lorenza. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de La construction des objets du discours*. Lausanne: Université de Lausanne, 1994.

----- & DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães, RODRIGUES, Bernadete Biasi & CIULLA, Alena. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, p.17-52, 2003.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. Processos de intensificação no discurso publicitário e a construção do *ethos*. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid. *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, p.97-109, 2003.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo "em tempo real": o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOSCA, Lineide do L. Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999.

----- . *Metáfora e Visão do Mundo: a ruptura do estereótipo*. *Intercâmbio*. São Paulo, vol.VII, p.95-102, 1998.

MUÑOZ, Julia Sevilla. Les proverbes et phrases proverbiales français et leurs équivalences em espanhol. *Langages*. Paris, nº 139, setembro, p.98-109, 2000.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário de Sinônimos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NEVES, Patricia Ferreira. *Estratégias de persuasão e de sedução na mídia impressa: o modo argumentativo de organização do discurso de Villas-Bôas Corrêa*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2000. 232fl.

Novo Manual da Redação. São Paulo: Folha de São Paulo, 1992.

OBELKEVICH, James. Provérbios e história social. In: BURKE, P. e PORTER, R. (orgs.). *História social da linguagem*. São Paulo: UNESP, p.43-81, 1997.

OSAKABE, H. *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Kairós, 1979.

PALMA, Silvia. La négation dans les proverbs. *Langages*. Paris, nº 139, setembro, p.59-68, 2000.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Forma e função nos gêneros do discurso. *Alfa*, São Paulo, vol 41, número especial, p.78-98, 1997.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid. (orgs.). *Texto e Discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003a.

-----, GOUVÊA, Lúcia Helena Martins & RIBEIRO, Patricia Ferreira Neves. Estratégias argumentativas nos discursos sociais e suas aplicações didáticas In: HENRIQUES, Claudio Cezar. *Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística*. Rio de Janeiro: Editora Europa, p.88-100, 2003b.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PERELMAN, Chaim. & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINTO, Milton José. *As marcas lingüísticas da enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português*. Rio de Janeiro: Numen Editora, 1994.

PLANTIN, Christian. *L`argumentation*. Paris: Le Seuil, 1995.

POSSENTI, Siro. O sujeito fora de arquivo. In: MAGALHÃES, Maria Isabel Santos (org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Editora da UNB, p. 37-47, 1996.

SANT`ANNA, Afonso Romano. *Paródia, Paráfrase e Cia*. São Paulo: Ática, 1995.

SANTOS, João Bôsko Cabral dos. Manifestação de polifonia no discurso universitário institucional. In: FERNANDES, Cleudemar Alves et alii (orgs.). *Sujeito, Identidade e Memória*. Uberlândia: EDUFU, p. 249-269, 2004.

SEARLE, J.R. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SILVA, Deonísio da. *De onde vêm as palavras: frases e curiosidades da língua portuguesa*. São Paulo: Mandarim, 1997.

SCHAPIRA, Charlotte. *Le máximo et le discours d`autorité*. Paris: Sedes, 1997.

----- . Proverbe, proverbialisation et déproverbialisation. *Langages*. Paris, nº 139, setembro, p.81-97, 2000.

TAFFARELLO, Maria Cristina de Moraes. A subjetividade atuante no discurso. *Argumento*. Jundiaí, ano III, nº 7, abril, p. 45-53, 2002.

TAMBA, Irene. Formules et dire proverbial. *Langages*. Paris, nº 139, setembro, p.110-118, 2000.

TAGNIN, Stella Ortweiler. *Expressões idiomáticas e convencionais*. São Paulo: Ática, 1989.

VELLASCO, Ana Maria de Moraes Sarmento. *Um estudo dos padrões de uso de provérbios na sociedade brasileira*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Instituto de Letras da UnB, 1996. 380p.

VOGT, C.A. *Linguagem, pragmática, ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980.

ANEXOS

ANEXO 1: *CORPUS***[1] Aliado na contramão**

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05 de agosto de 1998.)

Tão certa como a mudança de estações, as cobranças na frente da esquerda, com a clássica troca de críticas entre aliados que se hostilizam com a virulência de inimigos íntimos, pipocaram mais cedo do que se esperava — como se a primavera, enlouquecida pelo El Nino, atropelasse o inverno, explodindo em flores nesse começo de agosto.

O primeiro pronunciamento público de condenação ao novo modelo de campanha do Lula foi vocalizado pelo gogô de Gilmar Mauro, representante qualificado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST), envolto nas cautelas de quem rompe o silêncio tático para firmar posição no acerto de contas, na hora própria.

Gilmar sabe o que diz e por que fala. Trata-se de dirigente tarimbado, com todas as manhas aprendidas nas tarefas de proselitismo. Dosa as palavras para pingar as gotas certas da advertência, no tom de quem avisa, amigo é. “Nós não brigamos com o PT. Brigamos com o PT light” — notifica o discordante, **separando o joio do petista moderado do trigo da turma radical.**

Mas, para que as coisas não fiquem confusas, dissipa o nevoeiro e chama alguns dos bovinos pelos apelidos: a cúpula da campanha de Lula não está sabendo “marcar as diferenças” que distinguem a esquerda da geléia neoliberal direitista que luta pela reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. “Os programas de governo — observa, com inquestionável argúcia — estão cada vez mais parecidos e, entre o verdadeiro e o falso, o eleitor vai escolher o verdadeiro.”

Está coberto de razão. Só que o seu cobertor é curto: tampa os fundilhos e deixa à mostra a cuca esperta, policiada pela responsabilidade de parceiro que não recusa a solidariedade.

Antes de mais nada, registre-se que a crítica do Gilmar só atravessou a linha da convergência porque as últimas pesquisas favorecem o candidato a dobrar o mandato, alcançando-o neste flagrante de véspera do horário eleitoral, à condição de favorito. Na oscilação da gangorra de eleição claramente bipolarizada, Lula escorrega no sabão dos índices até sua marca histórica de 20% a 25%. **Ora, campanha em que falta o voto ou a esperança é como na casa de panelas vazias: todos gritam e todos têm razão.**

A gritaria não começou: anuncia-se nas precauções do MST. Mas, o primeiro dissidente levou sua habilidade longe demais e distribuiu carapuças a um vago PT light, contornado e alvo direto de sua divergência.

Ora, a campanha do PT foi anunciada por imposição do candidato. Foi Lula quem bateu pé, exigindo para aceitar sua terceira candidatura, a flexível linha política das alianças. O recorte frentista impõe, necessariamente, o abrandamento do radicalismo, limar arestas da ortodoxia sem agredir a coerência nem renegar convicções. Ele absorveu a lição de duas derrotas, fez as contas, corrigiu equívocos e buscou ampliar o leque dos apoios. Até aqui, reconheça-se, com modestos resultados. As conversas com uma das bandas do saudoso PMDB giram em círculo e não chegaram a lugar nenhum.

Encruada, sem recursos para as despesas essenciais, a campanha de Lula está sendo castigada pela apatia do eleitorado, mais desinteressado do que nunca. Todos os dias, um índice novo confere o desligamento do eleitor: 51% juram que, se o voto fosse facultativo, passariam ao largo das urnas eletrônicas em 4 de outubro.

E não é porque Lula economize críticas ao governo e ao candidato favorito. Ao contrário, o petista eleva o tom à medida que o tempo encurta e espreme o desespero. O que Lula e o PT não encontraram foi o mote que defina o contraditório. A frase exata, incisiva, que vira *slogan*, cai no gosto popular e marque a diferença entre as duas propostas dos favoritos.

Se ficou parecido com Fernando Henrique, o príncipe também envergonhou a espinha na guinada para a esquerda. E os dois se encontram nas brumas da campanha de despistes, no bis sem graça, insosso, de uma chatice que antecipa o que vem por aí, a partir do dia 18, no horário eleitoral.

Se algum otimista espera novidade, trate de recolher a montaria, livrando-a do chuveiro da decepção.

Vamos testar a experiência de votar a frio, sem paixão. O voto-geladeira.

[2] Branco da discórdia

(*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1998.)

Não aconteceu nada. Pelo menos, que se saiba. Os prováveis retoques no quadro pelas pinceladas do horário eleitoral não são visíveis nem foram captados pela última pesquisa Ibope.

O instantâneo que ela colheu já aparece desfocado pela rapidez com que as cores do fundo se alteram com as mudanças no cenário. O que ora se expõe é o flagrante das tendências do voto no exato momento do início da propaganda no rádio e na TV. Registra a oposição dos candidatos na linha de partida ou depois da última curva da pista, na arrancada para a reta final. As consultas foram realizadas entre 14 e 18, cobrem a véspera, encerrando-se no dia em que os candidatos entraram no palco nacional das telas de televisão e empunharam os microfones para o desfile das promessas e potocas à imensa audiência popular das rádios de todo o país.

O que não quer dizer que não seja importante como efêmero dado de especulação e ponto de referência para a comparação com as próximas pesquisas, no chorrilho de índices que deve jorrar de várias fontes até a palavra final das urnas. Entre as suas utilidades não se deve desprezar os indicadores que assinalam o salto significativo do presidente-candidato de 40% para 44%, quatro pontos em oito dias na retomada do crescimento. E a queda de dois pontos, dos índices de Lula, escorregando de 23% para 21%, oscilando dentro dos limites de suas marcas históricas.

Nada que justifique antecipadas comemorações de um lado ou a suicida crise de desespero eu baixou como névoa ofuscante sobre a frente oposicionista. Pois o desafio continua posto nos mesmíssimos termos: Lula necessita inverter a tendência declinante que despejou da euforia dos 28% do empate técnico com Fernando Henrique na idílica lua-de-mel com eleitor de abril e maio e evitar que a parada seja decidida no primeiro turno, forçando o mano a mano para definição no segundo turno.

Convém esperar no mínimo três pesquisas que assinalem tendências consolidadas, para que se dissipe o nevoeiro e se possa enxergar à distância a fita de chegada.

Mas, para chegar lá, Lula deve tomar, providências radicais e imediatas para colocar ordem na casa, **acabando com a balbúrdia insensata que enquadrou sua campanha na velha e sábia sentença: aliança em que falta voto, todos berram e todos têm razão.**

É inconcebível o inexplicável o episódio da troca do vermelho de 20 anos de tradição petista – a cor da luta, do sangue das bandeiras revolucionárias –, pelo branco da pomba da paz de Picasso, da “bandeira branca, amor; eu quero paz”, dos lençóis, das fronhas e fraldas, das ambulâncias, do cisne, do uniforme dos médicos e das enfermeiras. **E pior a emenda do que o soneto de pé quebrado:** as reações da cúpula, dos candidatos e das lideranças denunciam absurda desordem na cozinha da campanha. Lula põe panos quentes, anunciando remendos

rubros na brancura dos anúncios do detergente petista, Insurge-se Brizola, reclamando, com toda a razão, que não foi ouvido nem cheirado sobre a caiação da chapa e que braça é a bandeira da rendição. O presidente do PT, deputado José Dirceu, armou escarcéu com a equipe da propaganda, inconformado com o derrame de leite no estandarte da sigla.

Como ninguém gostou, conclui-se que não foram previamente informados. E que, portanto, trata-se de truque publicitário da exclusiva iniciativa dos marqueteiros. O que é inverossímil. Se não é desculpa esfarrapada no rombo dos fundilhos, muito pior. Então, marqueteiros mudam a cor-símbolo da campanha por conta própria, sem a concordância expressa dos candidatos e dirigentes frentistas?

Essas coisas esburacam a confiança do eleitor, desanimam o militante, corroem a esperança.

Tanto quanto a restauração da cor tradicional, a oposição anda urgentemente precisada de reunir-se, discutir e entender-se na afirmação da linha coerente de campanha. Oposição é sempre crítica, veemente até a exaltação. Bem humorada, alegre, otimista. Passando confiança ao eleitor e não a triste imagem resmungona do desatino diante do fantasma da derrota carpida antes da hora, nos esperneios do desespero, das acusações a torto e a direita, atirando a esmo com a metralhadora descalibrada, a despejar balas que ricocheteiam e atingem os canhestros atiradores que desperdiçam munição antes da batalha.

[3] Disparate da contradição

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2002.)

No lado de lá do muro, endereço do divertido bloco que se apelida de esquerda, armou-se uma curiosa equação com a confusa trama de alianças: Lula tem medo de perder com a esquerda e a esquerda dispersa-se pelo receio de perder com Lula.

O desgaste do candidato natural de um coerente acordo da esquerda, depois de quatro derrotas consecutivas, com o apoio da turma que ora se desgarrar, serve como desculpa ou justificativa, conforme o caso, para a proliferação de candidaturas e as parcerias mais estapafúrdias. Não há como misturar no mesmo saco, a posição do ex-governador Ciro Gomes, que amanheceu na estrada, na afirmação de dissidência no balaio governista com o bote dos carreiristas. Ciro, com a sua obstinação e teimosia, se não exhibe índices expressivos nas pesquisas, com perda de alguns pontos, cravou o apoio do PDT, somando segundos à magra fatia no horário eleitoral da sua sigla.

Seu novo aliado, Leonel Brizola é típico exemplo do fracionamento da esquerda, com o seu progressivo afastamento de Lula e do PT e, na sombra, com a desconfiança de que o encanto de Lula, da imagem do líder sindicalista, jovem, de negros cabelos e bigodes e o impacto da novidade, é uma lembrança do passado. Ora, quatro insucessos em série abalam a crença até dos carolas. E, na longa caminhada, muitos tropeços nos cascalhos de crises estaduais, espalham inimizades e rancores que azedam o caldo.

O esfuziante acolhimento do governador Anthony Garotinho, recebido como candidato, dono e senhor de cadeira cativa pelo PSB do ex-governador Miguel Arraes enquadra-se no mais escrachado oportunismo. De parte a parte. Não há como reverenciar a biografia respeitável do veterano combatente socialista, quando se expõe ao desfrute de entregar a legenda socialista à leviandade do governador fluminense e à sua aflita correria para chegar ao topo saltando barreiras e queimando etapas.

Certamente que o candidato não tem nada a explicar nem necessita tentar driblar evidências. Mas, Miguel Arraes não se despediu da coerência de uma vida de luta, com prisões, exílio, cassação de mandato, por divergências ideológicas com Lula. Enjoou do balanço das ondas das derrotas e pulou do barco. Para ganhar ou perder, segue sozinho ou em qualquer companhia: Garotinho é o novo dono do PSB.

Com Lula, Ciro e Garotinho cavoucando votos na mesma faixa do eleitorado de oposição, com a sua mancha esquerdista de intelectuais, artistas, movimentos populares cada vez mais desinteressados

e distantes, a classificação no primeiro turno passa pela loteria do horário de propaganda eleitoral, que começa a 20 de agosto e se espicha até a véspera da rodada de urna, a 6 de outubro.

Mas, se Lula trocou de alfaiate para ajustar os ternos sob medida ao reaperto das idéias e ficar com um pedaço do bolo da festa do centro e, com o namoro descarado com o PL e com o eleitorado do rebanho dos evangélicos do bispo Edir Macedo, fanáticos de cega obediência no voto e no pagamento dos dízimos, por enquanto arrumou um fuzuê no Partido dos Trabalhadores, com risco de racha e o bombardeio crítico de cobranças de grandes figuras petistas, líderes, militantes e simpatizantes.

Só pode ser mandinga ou muito azar. Criticado por não ter cão ou pela mania de criar cachorros. Se fecha a tramela e se enfurna no gueto ideológico, perde a quinta e última chance de realizar o sonho do torneio mecânico que, em ascensão fulminante, fundou um partido e firmou-se como liderança nacional. Buscando uma saída pelos fundos, foi bater na única janela vaga. **Os que atiram pedras nas vidraças do barbudo, para atingir a imagem do realista, que barganha alguns anéis para salvar as munhecas, têm que entender que Lula não está escolhendo aliados, mas catando as sobras do tacho**

A ortodoxia petista, a arrogância com que despreza oportunidades de articular alianças para só aceitar, com ressalvas, adesões, empurrou Lula para o beco da Igreja Universal, empresa religiosa que fatura a contribuição compulsória dos fiéis, e a barafunda do PL, sempre pronto a acolher refugos.

Não é confortável a perspectiva para a esquerda. Lula, lapidado pelos irados petistas, empacou nas pesquisas e escorrega para tendência declinante. Pela primeira vez, divide a liderança com a governadora do Maranhão, Roseana Sarney. O candidato do governo, o tucano José Serra inicia os primeiros passos sem que se possa saber até onde poderá chegar.

Claro, nada está decidido. Nem entre os atuais favoritos e muito menos na caixa-preta das surpresas do horário eleitoral.

Mas, se a esquerda colher a flor murcha de nova derrota, não precisa queixar-se ao bispo. Ela plantou a semente e regou o vaso, atirando no lixo as vantagens da impopularidade do governo e da divisão do bloco governista, num didático caso de incompetência e cegueira.

[4] **Provocação da insanidade**

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 de março de 2002.)

A demencial invasão da fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique, em Buritis (MG), por um bando de cerca de 200 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) distingue-se como o ato mais estúpido, de grosseira e gratuita provocação desta precipitada pré-campanha eleitoral, que não tem se destacado pela sensatez e maturidade.

Mas, o MST, na tresloucada agressão decidida pela miopia de lideranças irresponsáveis, ultrapassou os limites toleráveis da radicalização gratuita, sem objetivos definidos, na impulsividade brutal do desrespeito ao presidente, às normas elementares da convivência civilizada, da compostura e do regime democrático. Não há justificativa, explicação razoável, motivos que expliquem a brutalidade arquitetada por dirigentes do MST.

A fazenda invadida pelo grupo do MST sob pressão de dirigentes alucinados não se enquadra na ocupação clássica de terras abandonadas, de latifúndios improdutivos para o assentamento de famílias de lavradores sem palmo de chão para o cultivo de subsistência. Trata-se de fazenda intensamente cultivada, com equipamento moderno e também dedicada à criação de gado de raça. A inspiração política denuncia-se nas explícitas declarações dos chefes do bote de surpresa. Anuncia o feitor da turma, Cledson Mendes, que o objetivo da ocupação é conseguir uma audiência com o presidente Fernando Henrique. Certas bobagens não se dizem. Exigir a rendição do presidente a uma imposição desmoralizante é expediente da tática de seqüestradores.

Mas, se não é uma ocupação para permanecer nem um estranho pedido de audiência ao presidente, o que exatamente deve estar na cachola desparafusada dos inspiradores da provocação? Em primeiro lugar, o MST anda esquecido, sem espaço nas articulações de partidos e candidatos. O radicalismo dos seus métodos de atuação, a linguagem desabrida das lideranças, o exagero das reivindicações foi expelindo o MST para o baldio dos indesejáveis. Nem o PT, aliado tradicional, deseja a aproximação que assusta o voto da classe média e amedronta a sociedade. Ainda neste transe, em nota oficial em cima da bucha, o presidente do PT, deputado José Dirceu, repele o envolvimento do PT na baderna, frisando que "a ocupação é de exclusiva responsabilidade do MST".

A longa lista dos prejudicados com o ato de terrorismo do MST abre com o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Todo o esforço conjugado das principais lideranças petistas, como o deputado José Genoíno, o governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, o governador do Acre, Jorge Viana, no fogo de barragem às acusações do ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, de que o MST agiu "como braço direito do PT", não alivia o constrangimento do partido e a irritação de Lula.

Certamente que o presidente Fernando Henrique não fatura com o episódio nem se livra do desgaste no

arranhão à sua autoridade e nas medidas repressivas para restabelecer a ordem e o respeito à propriedade. E a campanha que já pagava o preço de escândalos, de atritos e fuxicos, sofre mais um tranco na normalidade.

Mas, o mais atingido é o próprio PT, que cuspiu para cima e não se desviou dos respingos da saliva. Bateu na cangalha para chamar a atenção e não assustou ninguém. Nem o jegue. As fotos nas primeiras páginas dos jornais, as imagens no noticiário da televisão são um penoso documentário de erro imperdoável. Só a insensatez do destempero, da privação dos sentidos pode concordar e aplaudir os flagrantes de dezenas de invasores esparramados nas poltronas da sala da fazenda do Córrego da Ponte, alguns com a marmita na mão e mastigando o rango. A bisbilhotice sem cerimônia chegou ao quarto reservado para o presidente e sua mulher, dona Ruth, com mãos curiosas experimentando a maciez do colchão e a tessitura dos lençóis. A intimidade presidencial devassada por invasores é um inédito flagrante do desrespeito.

Mais chocante do que o desembaraço atrevido dos provocadores é a passividade abúlica da maioria, sentada à beira do sofá ou em pé, com os braços ao longo do corpo e o olhar de tímido receio da participação compulsória na manobra política que saiu pela culatra. A pobre massa dos joguetes das lideranças, alheia, distante, indiferente à provocação na qual foi envolvida pela cega obediência aos rigores da disciplina revolucionária.

Não são participantes. Parecem bonecos para a composição do cenário

Como era inevitável, o governo reagiu com energia, prendendo os principais líderes da invasão e anunciando que vai processar os responsáveis. E, também de acordo com o previsto, o episódio abriu crise no governo, com a troca de críticas sobre a atuação dos encarregados de garantir a ordem. Chuviscos na terra úmida.

[5] Lula identifica o inimigo

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de março de 2002.)

Quem tem um aliado como o MST não necessita de adversário. Lula deve agradecer a antecipação da pré-campanha o razoável prazo que dispõe para tentar colocar as coisas nos seus lugares e negociar com os dirigentes da cúpula, que se dispersam em lideranças espalhadas pelo país, um acordo com o bom senso, antes que os sem-terra cumpram a ameaça alucinada de Gilmar Mauro, um dos coordenadores nacionais, de "fazer uma revolução", desfraldando a bandeira de "distribuir a renda e acabar com a miséria".

As bravatas do gogó o vento dispersa na aragem do esquecimento. E é evidente que a campanha atravessa fase de turbulência, que levanta a poeira, confunde as tentativas de raciocinar com lógica e projetar as prováveis conseqüências das reviravoltas que se sucedem em ritmo alucinante.

Para o PT e a candidatura de Lula - nove fora a parlata de desmentidos óbvios, das notas que repetem o sabido e da troca de gentilezas entre os perplexos porta-vozes oficiais e oficiosos e os zonzos dirigentes petistas -, a bagunça armada pelo MST e o anúncio de novos e mais radicais confrontos, com a onda de invasões de propriedades, sejam produtivas ou não, por todo o país, têm o peso equivalente ao da crise que se abateu sobre a candidatura da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, com a batida da Polícia Federal no escritório da Lunus e a foto dos pacotes do R\$ 1,34 milhão encontrado nas gavetas e armários.

Desde a campanha de 89, que os dirigentes do PT atribuem uma considerável parcela das três derrotas de Lula aos desatinos do MST e o medo que arpeja os proprietários e à classe média da invasão de fazendas, sítios e pequenas chácaras. No Norte, as bandeiras vermelhas do MST agitadas nos comícios e exploradas pelo candidato Fernando Collor de Mello com o desembaraço da irresponsabilidade, fizeram o estrago que pode ser medido pelos mapas dos resultados eleitorais.

Em 94 e 98, nos insucessos contra o presidente Fernando Henrique, a popularidade do êxito arrasador do real e o receio da recaída no giro inflacionário descoraram o encarnado das bandeirolas do MST.

A recidiva atual é mais extremada e assustadora do que os ensaios do período de consolidação do MST. E, no fundo do cenário, é visível a olho nu, a inspiração das lideranças de recuperar a influência política e a participação na campanha. O MST andou perdendo espaço na mídia, imprensado pelas retaliações oficiais, endurecidas pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann. E claramente descartado pelo Partido dos Trabalhadores que reitera suas declarações de amor pela reforma agrária e os compromissos do candidato de realizá-la "de forma pacífica", mas dobra esquina para não se misturar com o MST.

Uma questão de sobrevivência. Só um idiota de carteirinha não enxerga o que está entrando pelos olhos. De saída, o PT não tem como cortar os laços que o enrolam ao MST. O partido e o movimento têm objetivos diferentes, táticas distintas, comandos autônomos. Mas,

na campanha, estão juntos pela aproximação inevitável. Nem o MST pode aderir à candidatura de José Serra nem o PT tem como recusar os votos dos sem-terra. E como o muro é estreito, ou se salta para o lado de cá ou para a banda de lá.

Ignorem o maxixe puladinho dos índices das pesquisas, que flagram o momento que já passou na velocidade das oscilações que mudam o quadro a cada hora e simplifiquem o raciocínio, concentrando a atenção nas evidências. É inadmissível que a esmagadora maioria da sociedade, com as exceções de praxe dos radicais, não desaprove o comportamento insano do MST.

Dos flagrantes e relatos chocantes da ocupação da fazenda dos filhos do presidente, com o saque às 200 garrafas de bebidas, do uísque à cachaça, ao vandalismo enlouquecido da destruição, à imundície espalhada por toda a parte, ao desrespeito à intimidade do presidente e da sua família. Ao deboche do forró e ao vexame do porre coletivo.

Além do cartão de visita, a repetição no desafio da ocupação da fazenda de Jovelino Mineiro, amigo e sócio dos filhos de FH. Na escalada, o MST ultrapassa todos os limites. A repressão cometeu excessos ao algemar os líderes do MST, obrigando-os a deitar no chão, quando a situação estava sob controle e a desocupação negociada.

Os próximos lances serão fundamentais para a fixação do cenário da pré-campanha até as convenções partidárias, entre 10 e 30 de junho. Com o PT e o PFL na berlinda. E, na ponta da linha, o destino do candidato oficial, José Serra, com o risco do incêndio chegar ao seu ninho. Pois, o candidato único do governo, de muitas maneiras, liga seu destino ao de Lula e de Roseana.

Em camarotes diferentes, viajam no mesmo navio para a travessia do mar alto.

[6] Consenso veta o debate

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2002.)

Então, estamos combinados: pelas veredas sombrias do consenso tácito ou tramado em sigilo, candidatos, assessores, marqueteiros, redes de televisão decidiram acabar com os debates no primeiro turno.

É tão fácil entender as razões de alguns, quanto difícil decifrar os objetivos dos que escorregam nas pesquisas e necessitam de oportunidade para tentar a reviravolta. Carapuça que enterra até as orelhas de Ciro Gomes.

Como ninguém botou a boca no mundo para protestar, deduz que raciocínios contraditórios concluíram para a concordância silenciosa com os cancelamentos dos debates programados e o desinteresse pela promoção de novos encontros na reta final e embolada do primeiro turno, a vinte e poucos dias da eleição, ainda pendurada no fio escorregado da dúvida sobre a decisão por maioria absoluta, em 6 de outubro ou a mis provável classificação dos finalistas para o mano a mano do segundo turno, a 27 do mesmo mês.

A falta de lógica transparente, no acerto entre candidatos e suas equipes em situações opostas, aguça a curiosidade e estimula a especulação.

Na verdade, até agora e, pelo visto, por todo o restante da norma campanha que se arrasta em passeatas, pequenos comícios, reuniões em recintos fechados, seguindo o receituário clássico para as campanhas municipais ou de candidatos a mandatos parlamentares em eleições proporcionais, tivemos apenas dois debates em redes de TV.

O pioneiro, com os senões da iniciativa inaugural, pela Rede Bandeirantes, contido pelas normas restritivas, que pareciam inspiradas nas práticas dos quase 21 anos do arbítrio militar e que resvalam para o absurdo de limitar a participação simbólica dos quatro jornalistas convidados a uma única pergunta em trinta segundos para o candidato desconhecido, posteriormente sorteado pelas bolinhas numeradas.

Segundo e último, o da rede Record, mediado pelo âncora Boris Casoy, mais solto e tolerante, com a troca de acusações e farpas entre os candidatos, especialmente entre Ciro Gomes e José Serra, que se engalfinham pela segunda vaga para o segundo turno.

E foi aí que o caldo entornou, derramou a sopa do assoalho liso da hesitação e do medo. No meio do atalho, em episódio confuso e que mereceu pouco destaque, o SBT desistiu de realizar o debate anunciado, alegando a impossibilidade de acordo para a adoção da mordaca que impunha a proibição da troca de desaforos, acusações, denúncias entre candidatos e críticas ao governo e ao presidente Fernando Henrique Cardoso. O debate com o debate vedado, morreu na praia, com meio palmo d'água refrescando o afogado.

Não se falou mais em debates, substituídos pelo rodízio de sabatinas individuais de candidatos, respondendo às perguntas de jornalistas e ilustres convidados. O que é outra coisa.

Assim, puxada pelo cabresto como animal manso, a campanha refluí para os dez programas do horário eleitoral, na poluição da mistura de candidatos presidenciais com o desfile constrangedor e vexatório dos aspirantes a mandatos parlamentares.

Francamente, não dá para entender. Dois debates valem mais do que vinte programas do horário eleitoral. Tanto é exato que provocaram um rebuliço nas pesquisas que rastreiam mudanças nos índices, alterando as tendências de votos de parcelas consideráveis de indecisos que não consolidaram suas escolhas.

Ciro Gomes purga os erros sabidos, na confissão dos seus remorsos. O tucano José Serra, tratado com desdém como azarão, empacado em percentuais ridículos, virou a manga pelo avesso, galgou a segunda colocação na última inundação de pesquisas. E o garotinho, que não se levava a sério nas suas peraltices, safou-se do atoleiro e encosta e Ciro, na pernóstica qualificação do empate técnico.

Não se ouviu o estrilo do favorito Luís Inácio Lula da Silva, **beneficiando com a lavagem de roupa suja entre adversários** e pelo êxito de sua tática de amaciar as arestas pra invadir o espaço da rejeição em que afundou nas três tentativas malogradas. O barbudo herdou votos de indecisos e dos que migram dos índices cadentes de Ciro.

Mas, se o debate deveria interessar candidatos e TVs, com a audiência qualificada da prestação de um serviço é esquisito o pacto da mudez, em unanimidade comovedora.

Talvez a chave do enigma esteja na força de assessores e marqueteiros. Com influência reduzida nos debates, reinam e rolam nos programas eleitorais, gravados em estúdios, com os truques sofisticados das novelas e as tramóias da embromação.

[7] Tanto faz Lula lá ou cá

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2002.)

Depois que estourou o escândalo da corrupção e o presidente Lula ampliou a agenda das viagens internacionais do seu especial deleite, ficou nítida a impressão que a sua presença no cenário doméstico é mais visível quando a ampla cobertura da mídia acompanha as suas andanças pelos caminhos do mundo.

Ou, na mais amena das hipóteses, tanto faz como tanto fez. Não é bem assim. O balanço do lucro do último giro de uma semana por quatro países do primeiro mundo - Portugal, Espanha, Itália e Rússia - contabiliza manchetes de primeira página nos jornais, matérias amazônicas nas revistas e espaço generoso nos noticiários das redes de TV.

Bastou pisar no chão de Brasília, estafado pela maratona e rumar para a tranqüilidade na Granja do Torto, para murchar o interesse jornalístico com o retorno à monótona e frouxa rotina burocrática.

Das muitas amolações que rolaram na sua ausência, empilhando problemas de urgência, como a seca que castiga a Amazônia, o surto de febre aftosa que irrompeu em Mato Grosso do Sul, contrabandeado do Paraguai; o nó cego do estouro da verba do Congresso para o pagamento dos subsídios dos parlamentares e os salários, aposentadorias e pensões dos 35 mil servidores, reajustados sem a correspondente verba orçamentária, Lula cuidou do rolo político que repica nos seus interesses pessoais, a começar pela reeleição em risco.

Sem disfarçar os sinais de exaustão, compareceu à reunião do gabinete da crise na Granja do Torto, ouviu mais do que falou, mas passou os recados táticos, que podem ser resumidos na frase registrada entre aspas: "Não interessa a ninguém e nem ao governo prolongar a crise". Claro, não interessa a ele. Para o governo - que governo? - não faz a menor diferença.

A temperatura esquentou com o bate-boca entre os petistas e os tucanos, enrolados pela confissão de Cláudio Mourão da Silveira - tesoureiro da campanha do presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo, ao governo de Minas, em 1998 - que apelou para a contabilidade paralela e usou o caixa dois para escamotear da prestação de contas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), R\$ 10,5 milhões, mais da metade dos R\$ 20 milhões do total do que foi efetivamente gasto.

O ex-tesoureiro do PSDB mineiro pulou o muro e acerta as suas quizílias pessoais tocando fogo no circo. **Roupa suja para ser lavada no discreto tanque no fundo do quintal.** O rebate político, na estridência da hipocrisia, excitou o bailado das retaliações da turma com os nervos à flor da pele esfolada.

Em galeio matreiro, misturam-se no mesmo saco coisas parecidas, mas não iguais. O caixa dois, agora reverenciado como "um problema meramente tributário" pelo presidente do PT Tarso Genro, é um sabido e veterano expediente de campanha para esconder as

doações por baixo do pano de empresários, de empreiteiros e milionários e que nunca foi objeto de apuração.

O toque de refinamento do PT, promoveu o caixa dois ao valerioduto e expandiu o saque às trapaças do famoso tesoureiro Delúbio Soares e aos préstimos do eficiente Marcos Valério. Do desvio de milhões de municípios às trampolinagens internacionais, a corrupção evoluiu para o mensalão no seu mais sofisticado estágio, para a compra e aluguel de parlamentares. Esta é a podridão que respinga no Congresso e que as CPIs dos Correios, dos Bingos e do mensalão, tenta apurar, zonda diante da pilha de documentos que entopem salas.

Até aqui, o bate-boca não saiu da rixa de esquina para a avaliação séria e responsável da crise ética que corrói a respeitabilidade do Legislativo como cupim em madeira abandonada ao tempo. O atarantado presidente da Câmara deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), busca parceiros e conselhos para "melhorar a imagem da Casa". As angústias especulativas ficam na rama, não chegam às raízes das mordomias, das vantagens, dos privilégios, da verba indenizatória, da verba dos gabinetes, das quatro passagens mensais, da semana útil de dois a três dias e demais astúcias que compõem o sujo pano de fundo da desmoralização do Poder Legislativo.

Quanto ao presidente Lula, o jeito é torcer para que termine o mandato e decida quanto quiser se será ou não candidato à reeleição. Mais um ano e menos de três meses, a gente agüenta com a complacência resignada da frustração.

Ninguém com um pingo de sensatez espera o milagre de uma ressurreição. Quanto mais o presidente viajar, melhor. A equipe da retaguarda toca o barco em água rasa, cuidando do trivial.

E no exterior, o novo líder do bloco dos ascendentes, íntimo do presidente Putin, continuará brilhando e espaiorecendo, para o embasbacado encanto do ministro Celso Amorim, que classificou a visita presidencial de horas à Rússia, com o passeio pela Praça Vermelha e a reverência ao túmulo de Lênin, como "uma das melhores bilaterais que já acompanhou".

É de ficar de queixo caído.

[8] Enterro das CPIs em cova rasa

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de março de 2004.)

O aniversário dos 40 anos da ditadura de 64 vem merecendo tratamento excepcional na imprensa, com cadernos especiais, artigos em penca, palestras, debates, depoimento e, em contraste, o decoroso silêncio dos quartéis. O contraste marca a diferença entre os que querem revirar os ossos nas tumbas para exorcizar o risco do repeteco e os que reforçam o cimento da laje das sepulturas.

Pelas linhas cruzadas do paradoxo a coroa de flores murchas do governo e do PT pendura-se na contradição do enterro da CPI na cova rasa em que se abandonam os defuntos pobres e os sem-sepultura renegados pela família.

Vamos ao velório. Não se negue ao governo do presidente Lula, ao PT e aos seus reverentes aliados os louros no campeonato da urgência. A falecida Redentora foi mais cuidadosa do que os seus aplicados alunos, ao mandar às favas os escrúpulos e mergulhar de cabeça no lodo da incoerência. A revolução de 1º de abril de 64 - ou de 31 de março, como preferem os que driblam a data dedicada ao culto da potoca -, conteve-se durante exatamente 1 ano, 6 meses e 12 dias, contados entre 15 de abril de 64, da posse do presidente Castello Branco ao fatídico 27 de outubro, da edição do AI-2 que extinguiu os partidos criados na restauração democrática de 46, e empurrou na marra o bipartidarismo, que gerou a Arena e o MDB.

O AI-5, que detém o honroso troféu do mais boçal instrumento jurídico do regime militar, esperou na fila 4 anos, 7 meses e 12 dias para o parto do monstrengo, em 13 de dezembro de 68.

Impaciente, em crise de interna e os nervos em pandarecos, o PT não agüentou mais de 1 ano, 2 meses e 12 dias para patrocinar o seu Ato Institucional que acaba com as CPIs.

Não enforcou apenas a CPI dos Bingos, mas a conquista democrática que consagra o direito da minoria convocá-las, com o apoio de um terço do Senado ou da Câmara, respeitadas as exigências do § 3º, Art. 58 da Constituição da indicação do fato determinado a ser apurado e por prazo certo, sendo as suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Nada mais claro, límpido e transparente. Nem de encomenda. Na manhã de quarta-feira, 17, fui distinguido com o privilégio de participar da sessão promovida pela diretoria do Centro Acadêmico Candido de Oliveira, o bravo e tradicional Caco, que virou nome de praça, da Faculdade Nacional de Direito, compondo a dupla de palestrantes com o professor, constitucionalista, ex-deputado e imbatível defensor de presos políticos Marcelo Cerqueira. Com o salão nobre quase lotado - os que lá não foram não sabem o que perderam - Marcelo Cerqueira, na linguagem pausada e serena do mestre dono da matéria, fechou a aula sobre as reformas políticas com a análise da cassação do direito da minoria.

Alinhou todos os argumentos invocados pela oposição e lembrou o que calou mais fundo nos jovens acadêmicos: a criação das CPIs é a única matéria que não é submetida à votação pelo Congresso. Nem se entenderia o contrassenso da maioria criar CPI contra atos do governo.

A CPI dos Bingos está criada. Para evitar que se instale e funcione a maioria apelou para a desculpa tão esfarrapada como fundilho de mendigo que deixa as nádegas à mostra, e escapou pela brecha de não indicar os seus representantes, negando quorum da exigência regimental para a sua instalação.

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Jefferson Peres (PDT-AM) bateram às portas do Supremo Tribunal Federal (STF), impetrando mandado de segurança para tentar a anulação do ato do senador José Sarney, presidente do Senado, recusando-se a indicar os senadores dos partidos majoritários, cujos líderes se negaram a cumprir com o seu dever.

Em matéria assinada por Luiz Orlando Carneiro, especialista na área, publicada no JB de 18/3, as dúvidas sobre a decisão do STF dividido são esmiuçadas com os argumentos pró e contra.

O jeito é esperar. Talvez não seja tempo desperdiçado lembrar a advertência do professor Marcelo Cerqueira: o AI-5 manchou o governo Costa e Silva com nódoa indelével. E, depois do AI-2, que também acabou com as eleições presidenciais diretas, o presidente Castello Branco mergulhou no ocaso e perdeu o controle da sua sucessão.

O PT pode sair ileso do escândalo do Waldomiro Diniz, o ex-assessor do arrependido ministro José Dirceu e tocar o bonde do governo Lula que saltou dos trilhos. Mas, embarafustou-se pelo beco sem saída com o seu AI-5 da CPI do Bingo. Se o STF decidir pela garantia do direito constitucional da minoria, carimba a manobra da oposição, arremetida pelo governo petista. Se deliberar que se trata de assunto da economia interna do Senado, **o soneto entorta de vez**. Gruda no PT como estigma para a eternidade.

[9] Lula conhece o Brasil de vista

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2005.)

A bordo do estafado Aerolula, o casal presidencial atravessou o Atlântico e pousou em Portugal para a 53ª viagem internacional nos dois anos e nove meses de mandato de Lula, quando visitou 74 países, alguns com repeteco. Em 34 meses, retemperou-se da fadiga maçante da rotina burocrática nos 130 dias, ou quatro meses e dez dias em que andou pelas ruas e praças do mundo e dormiu nos finos lençóis de hotéis de luxo ou como hóspede oficial do governo dos países visitados.

Um desempenho de causar inveja ao mais sofisticado turista endinheirado e com vagares para gozar a vida. Com a vantagem nada desprezível das mordomias milionárias, sem coçar o bolso para gastar uma moeda de centavos.

O caprichado programa montado com a competência e a esperteza do Ministério das Relações Exteriores, selecionou compromissos em quatro países - Portugal, Espanha, Itália e Rússia - para compor a agenda decorosa que justifique os seis dias, de 12 a 18, uma semana útil de ausência e com cuidado para evitar aborrecimentos e facilitar os encontros, as reuniões, as oportunidades que atraem o interesse da mídia e garantem espaço na imprensa. Claro, com público e microfone para os discursos de afirmação do líder emergente no plano internacional.

Viagens oficiais costumam entremear a aridez dos atos oficiais com horas compensadoras para os que gostam de conhecer e tentam entender este vasto mundo conturbado.

No caso especialíssimo do nosso presidente e, supõe-se também de dona Marisa, a viagem, qualquer viagem é bem-vinda, como uma fuga prazerosa e que acaricia a vaidade com o brilhareco no exterior.

O seu temperamento inquieto esvoaça, como o vôo do beija-flor, sobre paisagens, marcos históricos de civilizações milenares, temas e projetos que exijam a atenção, a leitura de documentos.

Estas são as marcas da sua tumultuada passagem pelo governo, que acumula dissabores, alguns amargos, como o escândalo da corrupção que gerou as CPIs dos Correios, do mensalão e dos Bingos, a implosão do PT e a provável cassação de mais de uma dezena de mandatos, para começo de conversa.

É da sua índole, completada pela deficiência da formação. E que molda o comportamento do governo, com as muitas dores de cabeça de problemas que irrompem de surpresa e pegam o governo desatento, a catar desculpas para tapar os rombos da imprevidência.

Não bastasse a trapalhada da roubalheira recordista para abastecer o caixa dois das campanhas eleitorais de ganância alucinada e o mensalão para compra ou aluguel de deputados, a denúncia do surto de febre aftosa, que parecia debelada em anos de vacinação, pegou o governo

de guarda aberta, exposto ao ridículo da sua incompetência, da falência da liderança omissa que merece a qualificação de criminosa.

A foto do ministro da Agricultura Roberto Rodrigues nos jornais e noticiários das TVs, flagrado na apressada visita ao foco do alarme em Mato Grosso do Sul, com a camisa de mangas arregaçadas e manchas do suor, os olhos espremidos no rosto tenso, boca fechada de quem não tem o que dizer além das esfarrapadas desculpas e as promessas de sempre é uma confissão de quem foi pilhado em situação inexplicável. Só há um culpado: o governo. E se a fila dos responsáveis passa pelo ministro negligente, termina no presidente.

Estamos perdidos e mal pagos no reino do absurdo, da mais absoluta irresponsabilidade. A exportação de carne bovina registra recordes crescentes em anos sucessivos. E sofre a retração calamitosa com a compreensível reação de mais de três dezenas de países, que proibiram a entrada do produto brasileiro em seu mercado.

Todo o enredo começa na mesquinha do Ministério da Fazenda e da política econômica de cortar despesas para ganhar na estatística, que liberou apenas R\$ 555,2 mil, ou seja, 1,6% da verba orçamentária de R\$ 35,3 milhões para a compra da vacina que garante a erradicação da febre aftosa.

Os cupinchas de plantão juram que Lula de nada sabia, ficou muito aborrecido, chamou às falas o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e determinou a imediata liberação dos recursos necessários para tampar o buraco cavado pela incúria oficial.

Com a consciência aliviada, pegou o avião e caiu fora. É o seu jeito, não há nada que se possa fazer. Não sabe e não gosta de governar. Delega poderes para não se aborrecer. Viaja para espairer. E jacta-se de que ninguém conhece melhor este país do que ele.

Lula conhece o Brasil de vista. E sabe das coisas por ouvir dizer. Como quem toca flauta de ouvido sem saber uma nota.

[10] Lula olha e não vê

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2005.)

Uma das mentiras clássicas ou potocas ingênuas do cotidiano da atividade política é a repetitiva declaração, na escala do juramento ao simples enunciado do candidato notório, de que não é candidato ao mais ambicionado dos mandatos no nicho do Poder Executivo: de presidente da República, governador ou prefeito.

Do costume nem tão louvável, mas compreensivo, não escapa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Candidatíssimo ao bis, em 2006, em plena campanha, tão intensa que ocupa a maior fatia do tempo disponível, sempre que provocado nos encaixes da oportunidade, embica pela variante de que "ainda não decidi se disputará a reeleição". Para fixar o selo da verossimilhança sem a garantia da cola da verdade, enfeita o despiste com a elaborada lógica torta de que sempre foi contra a reeleição desde os remotos tempos de líder sindical e continua convencido que a melhor das soluções é o mandato de cinco anos para presidente e também governador e prefeito sem o penduricalho da reeleição. Pausa para o fôlego e o arremate: a reeleição foi encaixada na Constituição a ferro, fogo e outros recursos sabidos.

Obviedade não se discute. O jeito é ir em frente: só lá para o fim do ano, primeiro trimestre do próximo, depois do carnaval e da Semana Santa, pesará os prós e ou contras para anunciar ao mundo se tentará a sorte nas urnas ou se dará por terminada a missão da sua vida. Alimenta a curiosidade com a razão das condições preliminares, como o apoio popular conferido pelas pesquisas e alianças que o ofereçam a garantia possível de maioria parlamentar.

Papo de clara desconversa. Índices de popularidade a léguas de distância da eleição são acenos que o candidato sempre interpreta a seu favor. E acertos entre partidos desconjuntados, com rachadura, dissidências e a fragilidade da bagunça na garupa dos interesses, apenas gritam a urgente necessidade da reforma política. Depois, presidente eleito e reeleito junta a maioria que quiser na montagem do governo, com a farta distribuição de prendas, de ministérios a gordas fatias do bolo solado da obesa máquina administrativa.

Se o preâmbulo não vai além da parolagem, abre caminho para o debate a sério da reeleição, testada e reprovada, a merecer a qualificação de praga, tão daninha como as suas irmãs gêmeas: a corrupção e as mordomias parlamentares.

Para recomeço de conversa, desde o plantio da reeleição na horta do então presidente Fernando Henrique Cardoso, não há exemplo de titular de primeiro mandato executivo que não sonhe com a reeleição, dormindo e especialmente com os olhos esbugalhados pela ambição. A picada da aposentada mosca enlouquece o candidato antes mesmo da eleição, assim que as possibilidades de vitória sejam pressentidas ou freqüentem as ilusões dos que perdem o senso e despencam na paranóia.

A reeleição destrói dois mandatos emendados pela corda do delírio de poder. Transforma-se em idéia fixa. O titular não pensa em outra coisa, condiciona todas as decisões ao longo do mandato aos cálculos e raciocínios táticos, dos mais estapafúrdios aos conchavos do valeduto, às vantagens e desvantagens das suas tranças de candidato.

É evidente que a reeleição está esgotada. Sobrevive graças a apatia de partidos em pandarecos e a abulia do Congresso.

Lula que costuma olhar as coisas de relance sem firmar a vista para ver o quadro na nitidez dos traços e cores.

Agora mesmo parece ser o último, quando deveria ser o primeiro, a se preocupar com a briga em campo aberto pelo segundo posto na hierarquia do poder entre a ministra Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil, e o ministro Antonio Palocci, manda-chuva na economia. O lugar que foi do deputado José Dirceu, naufrágo a lutar pela salvação.

Lula condena a reeleição. **Mas, que diabo, a carne é fraca e a ambição esperta e sabida**

[11] A emenda no soneto de Lula

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2006.)

O presidente-candidato, mais candidato do que presidente, cutucado pelas críticas ao desembaraço de ética discutível com que usa e abusa da máquina administrativas e dos privilégios do cargo na caça ao voto, em tempo integral, para o bis do mandato, resolveu baixar do pico da indiferença para uma explicação ao distinto eleitorado.

Entre os muitos palanques, microfones, câmeras e repórteres à disposição, decidiu pelo seu programa semanal de rádio. E mandou a brasa do recado curto e fino, no tom didático de quem ensina óbvio aos ignorantes de poucas letras: "O governante tem que visitar (as obras) para ver se está acontecendo aquilo que ele decidiu fazer. Muitas vezes, ele decide mas as coisas demoram mais do que o previsto."

Ora, o candidato-presidente não é o mais indicado para puxar as orelhas dos implicantes como seu jeito singular de governar. E menos ainda como fiscal das poucas obras dos três anos de omissões e discursos do seu mandato. Basta lembrar o constrangedor episódio, quando o governo e o presidente foram atropelados pelo desastre no lamaçal da rede rodoviária em petição de miséria, com longos trechos intransitáveis, pontes de suspeita segurança despencando e a grita indignada de motoristas e usuários de ônibus, caminhões, vans, carros e motos, submetidos ao martírio e ao prejuízo com os veículos enguiçados, pneus em pedaços.

Na justificativa improbalcance, Lula começou pelo auto-elogio dos seus recordes mundiais: "Ninguém neste país conhece melhor a situação precária das estradas do que eu. Percorri mais de 91 mil quilômetros na Caravana da Cidadania." Baixou a voz grave na fuga à responsabilidade: "As coisas nem sempre saem como a gente imagina".

Se a vereda da escusa não emplaca, a agenda da viagem de dois dias, ontem iniciada, expõe o abuso reiterado do truque para a utilização do governo na campanha de único candidato livre das restrições legais.

Mais sofisticado com a escora da nova assessoria, o planejamento da agenda obedece às prioridades conferidas pela análise dos dados da vez. A hora é de centrar o fogo na educação e no cacho de benefícios direcionados para as classes D e E, núcleos habitacionais de pobres e da classe média onde se concentram os seus mais fiéis eleitores. Como não há obras prontas a inaugurar, o candidato percorre acampamentos de operários em seis estados do Nordeste para dar uma olhada no andamento do programa de extensão das unidades universitárias. Onde não encontrar o que ver, o jeito é inaugurar novas promessas. E a cada parada, um improviso.

Lula passou da conta do tolerável ao colocar o governo a serviço da sua candidatura. Joga com o constrangimento da oposição - zozna na roda para decidir entre o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito da capital, José Serra, o candidato a entrar no ringue para

enfrentar o favorito das pesquisas - e com a desculpa de ética de blefe em rodada de pôquer, que não foi ele quem inventou a reeleição e que apenas copia, com a fidelidade de carbono, exatamente o que fez o seu antecessor, o ex-presidente Fernando Henrique, quando emplacou o segundo mandato, na campanha recortada no modelo de encomenda para maior glória do sociólogo. E que Lula e o PT criticaram aos berros, até a rouquidão.

A inversão deixa ambos pendurados no poleiro da incoerência. E do mais impudente jogo com as regras frouxas do descaramento. O Congresso leva o cascudo severo pela passividade com que testemunha a desmoralização crescente do processo eleitoral e não dedica algumas horas da madraçaria da semana de dois dias úteis para a urgente, a inadiável reforma política, sempre adiada, com remendos de última hora que não disfarçam o monstrego, com mais rugas do que roqueiro e menos fôlego e vitalidade do que o jovem sexagenário Mick Jagger.

Estamos na pré-campanha de um só candidato, que junta votos para arrancar na frente, com vários corpos de vantagem. Primazia de governo com um candidato natural e soberano, maior do que o PT e com uma cesta de ofertas para distribuir aos aliados de conveniência.

Se quem sai na frente nem sempre rompe a fita de chegada, é evidente que Lula recuperou boa parte dos votos que se dispersaram com o escândalo da corrupção, como sempre, o maior da história deste país.

Depois do Carnaval, o espetáculo recomeça, com o elenco voltando ao picadeiro com o rosto rebocado pelas tintas que disfarçam a mancha encarnada da vergonha.

[12] O pito do STF em Lula e no Congresso

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 01 de março de 2006.)

Para não bancar o desmancha-prazer e estragar o carnaval dos foliões parlamentares nem azedar o humor do presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva, adiei para esta semana de retomada da rotina a sumária crítica sobre um dos episódios mais importantes dessa feira de meses de frustrações, vexames e de vergonha: o puxão de orelhas do Supremo Tribunal Federal (STF), com sacudidela enérgica e torção do lóbulo até quase despregá-lo da cabeça nos ilustres senadores e deputados federais, no resto da turma dos escalões estaduais e, no mesmo embalo, no Executivo, nos muitos degraus do mais descarado nepotismo.

Por dá cá aquela palha, a mediocridade de fato corriqueiro que alcance fugaz repercussão é alçado à qualificação de histórico. Pois estamos realmente diante de um singular instante de afirmação da mais alta corte da Justiça, que resgata o desgaste de decepções recentes, como na desastrada articulação do seu presidente, ministro Nelson Jobim, de parceria com o então presidente da Câmara, o folclórico ex-deputado Severino Cavalcanti, patrono do baixo clero, para o reajuste, em dose dupla, dos vencimentos dos ministros do STF, saltando de R\$ 19 mil para R\$ 21.500, retroativo a 1º de janeiro de 2005 e previsão do salto para R\$ 24.500 este ano.

Águas que passam debaixo da ponte, na enxurrada do grande lance do dia 15 de fevereiro, quando o STF, por 9 votos a 1, considerou constitucional a resolução do Conselho Nacional de Justiça que proíbe a prática desmoralizante do nepotismo no Judiciário. É uma vassourada em regra que cala a boca dos useiros e vezeiros em premiar parentes com cargos de confiança, que dispensam a maçada democrática dos concursos, com salários e vencimentos e gratificações que transitam pelos mais variados valores, de gorjetas a invejáveis milhares de reais.

A praga é mais velha que a veneranda Sé de Braga. Por cá desembarcou como artigo de luxo na carga da frota de Pedro Álvares Cabral. Pegou como tiririca, prosperou sempre, não conheceu o dissabor de fases ruins, ao sereno é à chuva do esquecimento. E resistiu aos muitos esforços, em geral fingidos, para extirpá-la. Ressalve-se que na ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, o finado Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) instituiu o sistema do mérito, com a obrigatoriedade dos concursos à admissão a cargos públicos. Brecha estreita resguardava as exceções de atividades privilegiadas, como tesoureiros, para ficar no exemplo mais comum.

Nas democracias e nas ditaduras, o nepotismo deitou raízes profundas em todos os terrenos. E tal como ervade-passarinho, que pula de árvore em árvore, infiltrou-se pelo Executivo sem deixar um palmo livre do parasita insaciável. Contaminou o Judiciário, acomodou-se no Legislativo como galinha choca em ninho de pena.

É vício nacional da afortunada parentela dos ricos, dos poderosos, dos cupinchas. Candidatos nas arengas da

demagogia eleitoreira, sob pressão de críticas, prometem podar os excessos sem receio de criar problema doméstico ou com amigos e cabos-eleitorais: **todos sabem que promessa de campanha, a brisa leva.**

Foi preciso a crise enlameada pela corrupção recordista da roubalheira do caixa 2 e a desfaçatez do mensalão para que as barbas sapecadas fossem tangidas à reação. No Congresso, a traquitana do pudor não saiu do lugar. Discursos veementes, projetos moralizadores e nada de prático. O governo, acionado para a campanha da reeleição, não tem vagares nem tutano para enfrentar o desafio maior do que a sua garra e competência.

A semente germinou na roça da toga. E caminhou aos tropeções pelos atalhos bons de briga. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acertou o tiro na mosca com a aprovação da proposta que proíbe a nomeação de parentes de magistrados até o terceiro grau, inclusive tios e sobrinhos, cônjuge e parentes por afinidade, como cunhados e noras para cargos de confiança e funções comissionadas nos tribunais federais e estaduais. E, para completar, impôs a demissão dos nomeados dos seus nichos de privilégios.

A colméia em polvorosa agiu com precipitada incompetência que se embaraçou no espinheiro da falta de ética. A demissão de 1.682 parentes de ministros, desembargadores, juízes de uma tacada doeu e sangrou como punhalada no bolso. Liminares às centenas esmurraram as portas escancaradas dos tribunais estaduais de Justiça, comovendo os sensíveis corações tocados pela choradeira dos parentes. E 759 delas foram concedidas, suspendendo as demissões.

A impaciência do interesse é péssima conselheira.

Fogo de morro acima não se apaga com esguicho de mangueira furada. O STF acolheu a ação declaratória de constitucionalidade da Associação dos Magistrados do Brasil, declarou constitucional a decisão do Conselho Nacional de Justiça e acabou com o bailarico em família.

O moroso presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, anunciou prioridade para a votação da encalhada emenda constitucional que proíbe a contratação de parentes nos Três Poderes e no MP. Não vai escapar naufrago da tragédia do nepotismo. É ver para crer, com um olho atento da desconfiança. Afinal, a esmola é milionária.

[13] Fuzuê na tribo do cacique Lula

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 de março de 2006)

Candidato em campanha costuma passar da conta para agradar o voto, exagerando no que promete e nas concessões à compostura que preserva no trato social.

O presidente-candidato Lula não apenas segue a regra, como registra recordes na sua coleção de o maior em tudo em todos os tempos. Um dos impulsos que marcam a sua personalidade é a irresistível sedução pelos ornatos que enfeitam a cabeça e garantem a foto na mídia e segundos nos noticiários das TVs. Tudo que recebe de presente e que se ajuste ao formato da cuca, enfia na cuca, seja boné do MST, gorro de clubes, casquete de entidades, barrete de associações e até o esquecido e desbotado bibico do PT.

Não é a primeira vez que recebe os paparicos de comunidades indígenas e se deixa fotografar com penachos coloridos. Nunca em tão grata oportunidade como na assinatura do decreto que cria a Comissão Nacional de Política Indígena, ao receber do cacique Francisco Urbano Pokze, da etnia Rikbaktsa, de Mato Grosso o mimo do cocar que simboliza paz e amor. Sem desperdício de um segundo, equilibrou a bela peça alegórica no cocuruto e posou para fotógrafos e cinegrafistas.

A aculturação implacável que descaracteriza as tradições dos primeiros habitantes do nosso maltratado país não afetou a magia dos ritos seculares. O cocar com o bom gosto na combinação das cores e a mensagem que receita paz e amor vem mesmo a calhar, como o sábio conselho de uma meia-trava na escalada de violência e baixaria que assola o país e enlouquece a pré-campanha, desatinada na sua precipitação.

O presidente-cacique-candidato já desfrutou de tempos mais amenos. Durante meses, na interpretação ao pé da letra e de ética duvidosa do precedente do seu inimigo Fernando Henrique Cardoso, lançou-se à campanha em todas as folgas da sua agenda, o que significa praticamente em tempo integral. No luxo do AeroLula, tem viajado todas as semanas, para inaugurar obras inacabadas, lançar a pedra fundamental de promessas ou atender a convites que assegurem público, palanque e microfone para os improvisos, quando solta o verbo e diz as coisas mais estapafúrdias. Nas repetidas queixas às críticas e cobranças da oposição, bateu na tecla que em três anos de governo já fez mais pelos pobres do que os que o antecederam em 500 anos de ocupação do poder pelos conservadores.

Parece da mais urgente conveniência uma pausa para a arrumação da bagunça que se alastra pelos três poderes. O governo tem sarna para arranhar com as unhas por muito tempo. O caiporismo e a irresponsabilidade montaram o escândalo da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, e que embrulha no manto da suspeição os dirigentes da Caixa Econômica Federal, com o agravamento das suas denúncias à CPI

dos Bingos, que deixam o ex-todo-poderoso ministro Antônio Palocci na corda bamba.

Da desmoralização do Congresso, a Câmara cuida com o descaro do conluio entre o PT, aliados e o baixo clero para a orgia da absolvição dos acusados pela CPI dos Bingos de meter os ganhos no mensalão e no caixa 2. Com os dois inocentados na farrá de quarta-feira – Wanderval Santos, do PL, e João Magno, do PT –, são sete, conta de sem-vergonha, a escapar da cassação do mandato que desonraram.

A greve de um dia dos desembargadores mineiros de protesto contra a moralizadora decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) fixando o teto de R\$ 24.500 para os vencimentos dos servidores públicos, de indecorosa coerência com a reação contra o fim do nepotismo, respinga na toga, sem maiores conseqüências, Trata-se de esperneio estadual.

Com a decisão do STF, por 9 votos a 2, que mantém a verticalização para as alianças partidárias nas próximas eleições, a casa começou a ser arrumada. À margem do debate sobre as vantagens e inconvenientes da obrigatoriedade das alianças dos partidos para a eleição presidencial ser respeitada nos eventuais acordos estaduais, o que está em causa é a obediência à norma constitucional que determina que as alterações na legislação eleitoral só podem entrar em vigor um ano depois de aprovadas.

Limpa a área, as articulações entre partidos devem definir as chapas, encerrando as intermináveis especulações. O esboço da polarização entre o presidente Lula e o governador Geraldo Alckmin para a fase decisiva do primeiro turno, com a massificação do horário de propaganda em rede nacional de rádio e TV, de 15 de agosto a 29 setembro, não paralisa a campanha.

Mas, pode e deve convocar a minoria de bom senso ao mutirão para, **sem descuidar dos anéis, tratar de salvar os dedos, antes que a crise institucional acabe com a festa.**

[14] Solitário e trapalhão

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 01 de abril de 2006.)

A série de crises que atormenta o presidente-candidato Lula acentua alguns traços da sua personalidade, expondo qualidades e defeitos na vitrine iluminada da ampla cobertura da mídia.

Se uma dose de azar e de imprevisto atenua a sua responsabilidade direta no esvaziamento do governo, que murcha como balão apagado despencando do céu, o despreparo do estreante na gerência da máquina estatal e a fraqueza dos quadros petistas e dos aliados ajudam a entender as trapalhadas que pipocam a cada dia, em inesgotável tormento.

Além das perdas dos principais titulares da equipe, afogados nas enxurradas de escândalos, a mudança de ministros do monstrego que superlota a Esplanada dos ministérios impôs o afastamento dos que se desincompatibilizam para tentar melhor sorte nas urnas de 1º de outubro, pioraram o que já estava ruim.

O toque final ficou por conta das indecisões e dos equívocos do timoneiro caipora. Para o governo que foi obrigado a despedir o ex-todo poderoso José Dirceu da chefia da Cãs Civil, com o desfalque do mais destacado articulador político desde a campanha, virtual presidente em exercício; a privar-se de Antonio Palocci, o ministro da fazenda que era a referência do governo, paparicado pelos empresários, mimado pelo mercado, blindado pela coleção de pesquisas, com índices que ecoavam êxitos no combate à inflação, em choque com os medíocres resultados do PIB – foi um desafio tamponar os rombos, embora previstos com data certa.

Mas o dedo presidencial agravou o embaraço. De saída, a nomeação de Waldyr Pires para o Ministério da Defesa foi um erro em dose tripla. Na Controladoria Geral da união (CGU), Waldyr Pires vinha mantendo um bom desempenho e recolhendo elogios de parlamentares e da imprensa. Por que bulir com quem está quieto e inventar moda? Depois da mudança da CGU para o Ministério da Defesa, nas circunstâncias, soou como uma nova provocação aos militares. A segunda, depois do intervalo. Não pareceu prudente a escolha do deputado Aldo Rabelo, hoje na presidência da Câmara, para a pasta que reúne os antigos ministérios das três armas: Exército, marinha e Aeronáutica. Com habilidade e compreensão dos dois lados, o deputado do PCdoB no duro período de verbas insuficientes para a simples rotina das Forças Armadas passou em branco. A substituição pelo vice-presidente José de Alencar foi bem recebida, embora sem resultados.

Lula parece que estava saudoso da afirmação da sua autoridade e repetiu a dose. O azar fez o resto. O comandante do Exército, general Francisco de Albuquerque estava engasgado com o lamentável episódio, de larga e crítica repercussão, quando interrompeu a decolagem de avião, já na pista, para que ele e sua esposa embarcassem nos lugares cedidos por passageiros. E os sucessos do ex-ministro Palocci não chegaram aos quartéis, sem recursos, com a previsão de um segundo semestre tormentoso.

Mas o general Albuquerque escolheu a oportunidade errada para desforra. **E arruinou o soneto com a emenda da lamentável ordem do dia para comemorar o aniversário do golpe militar de 1º de abril de 1964, que nos custou quase 21 anos de ditadura fardada com o rodízio dos cinco generais-presidente.** Não se comemora o que suplica o perdão do esquecimento. E que já foi julgado pelo voto em uma eleição presidencial indireta a três diretas, sempre com a derrota do candidato governista e a vitória da oposição.

No cesto dos erros mistura-se o de Lula, na escolha do ministro inadequado, com o general Albuquerque ressuscitando o cadáver que tanto custamos a enterrar. Com a mudança dos ministros, as coisas tendem a piorar. Entre os que pediram as contas para disputar os ambiciosos mandatos parlamentares, um dos melhores empregos do mundo, poucos deixarão saudades.

O que vem por aí, entre interinos e titulares, é a aventura a todo o risco da experiência com uma turma de desconhecidos nos esportes, o Orlando Silva Júnior, que não é parente do maior cantor do Brasil; nos Transportes, para cuidar da buraqueira nas estradas, o Paulo Sérgio de Oliveira Passos; na Integração nacional, o Pedro Brito Nascimento, com o desafio de iniciar e tocar as obras do projeto de irrigação do Nordeste com as águas do São Francisco, a promessa de Lula que não saiu do papel.

Estes, os titulares. Entre os interinos, as promessas de revelação de Guilherme Cassel, para o Ministério de Desenvolvimento Agrário, com a carga pesada do Incrá e das invasões do MST, no delírio da depredação de fazendas, culturas e centros de pesquisa; Altemir Gregolin na Secretaria da Pesca e José Agenor Álvares da Silva no Ministério da Saúde.

Os cupinchas sussurram que o presidente-candidato sofre as agruras da solidão. Potoca que não pega. Lula não sabe ficar sozinho, está sempre cercado pela curióla. Pelo visto não acredita na sabedoria do ditado que adverte que antes só do que mal acompanhado.

[15] A apoteose da impunidade parlamentar

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05 de maio de 2006.)

Embalada pelo coro em falsete de que as instituições estão funcionando, como na apuração das roubalheiras na recordista crise de corrupção do caixa dois e do mensalão, a Câmara consagrou a impunidade parlamentar como mais um das imunidades que adornam o mandato: em lance duplo das pedras no tabuleiro da desfaçatez, o plenário, reverente ao tácito acerto superpartidário de que **uma mão suja ajuda a emporcalhar a outra**, absolveu o deputado Josias Gomes, flor petista do buquê baiano, acusado pela CPI dos Correios de sacar R\$ 100 mil do valerioduto. No mesmo dia, o Conselho de ética, virado pelo avesso, livrou o deputado Vadão Gomes (PP-SP), que mais ganancioso no bote à mesma fonte, embolsou R\$ 3,7 milhões.

O recado está dado com a rispidez de um murro na mesa: falta apenas mais um da lista dos denunciados para fechar a conta. E não deve tardar a hora de inocentar o último, deputado José Janene, ex-líder do PP que pediu ajuda ao Supremo Tribunal Federal para obrigar a Câmara a conceder a sua aposentadoria por invalidez.

O balanço das absolvições não poderia ser mais desonroso para o Legislativo no traço torto de que começou bem e perdeu o rumo nos primeiros passos da gandaia. Cassados apenas três — os deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ); José Dirceu (PT-SP) e Pedro Corrêa (PP-PE) — no primeiro ato do balé, antes do show da dançarina do mensalão, a deputada Ângela Guadagnin, graciosa estrela do elenco do PT (SP) e figura simbólica da decadência moral do Congresso no tresloucado bailarico do suicídio ético.

O rol da dezena dos inocentados é irrelevante dos inocentados é irrelevante, na mixórdia de notórios e de anônimos do baixo clero.

No transe da rebeldia da Câmara aos mais elementares princípios éticos, reconheça-se que ela não está sozinha na degradingolada do regime. A curiosa ênfase na afirmação de que as instituições funcionam as denúncias de desvio do dinheiro público e outras falcatruas, começa a desmoronar com a recaída na decepção de que o clamor das revelações que nos envergonham caem no vazio, seja da morosidade da Justiça caem no vazio, seja da morosidade da Justiça ou desafiadora insensibilidade da maioria do Congresso.

As vozes de protesto baixam o tom na confissão do desânimo, como no queixume do deputado Chico Alencar (PT-RJ): “O corporativismo perdeu de vez o pudor e o plenário confirma que o mensalão é ficção”.

Na realidade, a conclusão é mais grave. A Câmara legitimou não apenas a impunidade parlamentar com uma regalia que se acrescenta ao Art. 53 da Constituição, que dispõe que “os Deputados e Senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos”. Resta, para completar a obra, aprovar a emenda que inclua às imunidades parlamentares, o financiamento das campanhas com os recursos do mensalão e do caixa dois, quaisquer que sejam as suas origens.

Uma pitada a mais de audácia e de imprudência ajudaria o eleitor a escancarar a indignação que se vai diluindo no charco dos escândalos e na falência das intuições.

É mais esperto confiar na eficiência do voto, desde que bem usado, com consciência e raiva para limpar a podridão do que transferir a responsabilidade para o Poder Judiciário, manietado pelas algemas de códigos que multiplicam os recursos e alongam os prazos em anos e décadas.

O esguicho de alento com a denúncia exemplar do procurador-geral da república, Antonio Fernando de Souza, ao deslindar toda a trama do assalto ao cofre da Viúva pela “organização criminosa”, qualificada com precisão como quadrilha e dando os nomes de 40 dos mais destacados membros do bando durou menos do que a esplendorosa dama por uma noite. Pois, o STF, por precaução, advertiu que o volume de processos que atravanca gavetas e escaninhos, impõe a morosidade na sua tramitação. Na fila de espera, no mínimo dois anos, que equivalem, na prática, a impunidade, serão necessários para a defesa prévia dos acusados.

Depois, não há como exigir seriedade do Congresso das mordomias, vantagens indenizatórias ou da Justiça desaparelhada, desatualizada quando o exemplo de comportamento leviano e patranheiro vem do alto: enquanto o presidente-candidato se disputará a reeleição, o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, dos melhores e sérios quadros do governo, oferece ao deputado Michel Temer, presidente do PMDB, a vice-presidência na chapa de Lula.

[16] O beco

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2006.)

O nosso sofrido paciente e decepcionado povo, unificado na sua angústia diante da falência múltipla dos três poderes com a evidência de que o crime organizado ocupou São Paulo o tempo que quis, pode congelar as suas últimas reservas de esperança de uma reação do pudor oficial: não há solução à vista, estamos caminhando às cegas no beco sem saída.

Se de alguma coisa vale a experiência, creio que posso refrescar a memória dos sobreviventes da minha geração e acrescentar algumas informações aos mais jovens. Esta guerrilha vem sendo perdida há muitas décadas, embrulhada em desculpas e acusações cruzadas, sempre que um episódio mais chocante mexe com a sonolenta indignação popular.

Quando comecei a minha interminável correria atrás da informação, cumpri o roteiro de principiante na escola de jornalismo prático da velha “A Notícia” de Candido Campos e Silva Ramos, lá pelos idos de 1948, com freqüentes incursões na reportagem policial. E engrossei o coro das denúncias do descalabro da superlotação do xadrezes, depósitos de presos espremidos como animais nos matadouros.

Mas, com as ressalvas devidas: se o quadro era de horror, não chegava à dimensão de calamidade pública nem ameaçava a população com o risco de impensável ocupação das cidades. As fugas episódicas buscavam as rotas dos ermos, dos esconderijos distantes.

Na mesma toada das diferenças, a preocupação teórica com a recuperação do detento para a sua reintegração na sociedade era praticada em muitas penitenciárias, urbanas ou na área agrícola, com a aprendizagem de uma profissão nas oficinas tradicionais, como de carpintaria, mecânica, gráficas e de trabalhos manuais.

Os antros de horror, como o que Graciliano Ramos denuncia na obra-prima “Memórias do Cárcere”, com a veracidade da sua experiência pessoal como preso político na temida Ilha Grande, não eram raros ou exceções, nem a regra.

A intervalos regulares, o assunto retornava à pauta de jornais, revistas e, com a censura interna para não chocar os telespectadores, às séries de denúncia das televisões. Com a grande, a fundamental diferença de que a cutucada na ferida gangrenada justificava-se pela esperança de cura, como sempre prometiam os candidatos em todas as campanhas.

O nosso infortúnio distingue-se pela preliminar de que não há solução possível diante da arrepante constatação de que, de todos os ângulos que se force os olhos para pedir socorro, o que se avista é a crise moral, ética, de decência e dignidade que embrulha os três poderes com o mesmo papel pardo das responsabilidades partilhadas.

A começar pela indiferença da cúpula do Judiciário pela reforma dos códigos venerandos ou claramente desatualizados, que não atendem às urgências da cambalhota da maior migração interna do último século, com o inchaço da população urbana nas alturas de 82%, com 12% de remanescentes da área rural, e os agravantes das drogas e do crime organizado.

Do Executivo, não há o que esperar. O regime presidencialista catapultou o presidente ao alto da pirâmide do poder e tudo começa ou enguiça na cadência do seu comando e iniciativa. E o presidente-candidato Lula inaugura o modelo singular do presidente que olha e não vê, de nada sabe dos escândalos que passam à porta do seu gabinete na corrente de águas pútridas do mensalão, do caixa dois; das ambulâncias superfaturadas pelas trapanças parlamentares com a conivência de órgãos públicos, com a gatunagem na operação tapa-buracos, as filas de doentes e idosos no sistema público de saúde em pandarecos.

E, finalmente, do pior Congresso de todos os tempos o pouco que se pode esperar é que o instinto de sobrevivência e o pudor do eleitorado, na contramão das expectativas, com a raiva cívica do voto, em 1º de outubro, varra a podrigueira de mais de uma centena de deputados e poucos senadores que participaram do ignóbil acordo por baixo do pano para absolver os envolvidos nas trapas da corrupção.

Não pode haver dúvida. A manobra sustentada pelo consenso da maioria que enterrou na imundície todas as denúncias apuradas de bandalheiras repulsivas confirma que **os parlamentares entregam os dedos rapaces do pejo para garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público.**

E essa gente não vai criar caso com as quadrilhas organizadas de bandidos que superlotam as penitenciárias e cadeias. E que, se eram poucas, com a depredação de muitas falta vaga para os colegas engravatados e com a gazua da imunidade.

Estamos entregues à própria sorte. Salve-se quem puder!

[17] Um partido para qualquer serviço

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 de junho de 2006.)

Se fosse possível levar a sério o que o presidente-candidato diz nesta fase em que briga com a evidência nas repetidas desculpas de que ainda não decidiu se disputará a reeleição, o PT estaria em polvorosa com o pito, recheado da ameaça do “vou para casa com índices de aprovação confortáveis”, caso o partido em crise não se acerte com o PMDB, o novo aliado perfeito para o acasalamento não apenas na caça ao voto, mas no exercício do bis do mandato.

A história do encontro de Lula com lideranças petistas é contada, com riqueza de detalhes, pelo repórter Josias de Souza, no seu blog na “Folha de S.Paulo”. E a pouca importância que os compreendidos como meninos de escola deram ao puxão de orelha do chefe explica o silêncio que preservou o bate-papo por duas semanas.

Todo o enredo dos acertos entre Lula e o PMDB cabe no ensaio que salta por cima da troca de desaforos do passado recente impulsionado pela recíproca necessidade da barganha em dois tempos.

Lula está firme na liderança das pesquisas, favorito disparado e favorecido pela anemia do candidato opositorista, o ex-governador Geraldo Alckmin, que patina em percentuais medíocres. Mas voto nunca é demais para a gula insaciável de candidato. E, na mesa da barganha, os interesses se encaixam como peças de jogo de armar. O PT purga, com o lombo ferido, a desmoralização dos escândalos do mensalão e do caixa dois, que destroçaram a antiga direção, jogando no limbo os quadros de comando como José Dirceu, o ex-presidente José Genoino, o hoje famoso, isto é, mal-afamado tesoureiro Delúbio Soares e toda uma equipe caída em desgraça, e tenta sair do sufoco sacudindo a lama que também respingou no governo.

Como ilustra a breve crônica do partido, Lula sempre carregou a legenda nas costas, com votação que arrastava o PT e distribuía mandatos parlamentares. Agora, a avaliação das probabilidades eleitorais é pessimista: não mais de três governadores – do Piauí, Sergipe e Acre – e considerável corte nas bancadas do Senado e da Câmara.

Portanto, o partido que deixe de pieguice, bote a cabeça no lugar e abra espaço, como Lula pediu, para o apoio aos candidatos a governador do PMDB.

Do mais ele está cuidando com o habitual desembaraço. No encontro com o ex-governador e desafeto Orestes Quércia, trocaram afagos que sepultam ofensas do passado. A vice-presidência foi oferecida na bandeja ao adversário com quem, em tempos idos e vividos, travou o edificante duelo de agravos, iniciado por Quércia ao cutucar na moleira da inexperiência administrativa do torneiro mecânico: “Ele nunca dirigiu nada, nem carrinho de pipoca”. A resposta subiu à ofensa: “Pelo menos eu não roubava a pipoca”.

Mas ofensas trocadas deslizam na pele dura de profissionais da política como a sujeira da corrupção sumiu nos esgotos do Palácio do Planalto sem que o presidente tivesse a curiosidade de saber a origem da

catinga e das fortunas que financiaram a mais rica campanha da história do país.

Ninharias de fofocas de intrigantes. O apoio do PMDB à candidatura de Lula, depois da edificante reconciliação entre o candidato e Quércia, na verdade pouco altera a bagunça eleitoral. O PMDB aposta no futuro e coleciona promessas. Mas sempre clareia a escuridão dos conchavos debaixo do pano. Em cada estado, o interesse dos candidatos a governador, puxadores naturais de voto da legenda, passará ao largo dos alinhavos de cúpula.

A candidatura própria do PMDB é capítulo encerrado ao compasso de forró de gafeira.

O presidente-candidato não perde tempo. No derradeiro mês em que o rombo na legislação eleitoral – escancarados pelo mais odiado inimigo, o antecessor FHC – facilita o uso da máquina governamental no disfarce da campanha ostensiva e em tempo integral, Lula cuida de ajeitar a herança maldita para o abençoado uso em proveito próprio.

Com a escassa experiência da praga da reeleição e mesmo com os descontos da fase vexaminosa que estamos suportando, causa espanto o desembaraço com que o governo abre o cofre e compromete as reservas dos êxitos econômicos para a afobada distribuição de favores e o atendimento de promessas de campanha esquecidas durante três anos e meio, com a generosidade de perdulário e a mais leviana impudência.

Os barnabés abandonados às traças durante os dois últimos governos implacáveis, depois de engabelados por migalhas, assistem à distribuição de fatias do bolo às categorias favorecidas pelos critérios da improvisação. Os militares recebem o agrado de 10%. Cerca de 100 mil professores universitários e de colégios federais receberão mais alguns reais.

Até o fim do mês, o balcão funcionará a pleno vapor. Quem quiser e puder que entre na fila.

O tempo é curto. **Depois da bonança, mais quatro anos de castigo.**

[18] Há erros que vêm para bem

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2006.)

No impulso do improviso, ao lançar a proposta de convocação de uma Assembléia Constituinte para a específica reforma política, o candidato-presidente Lula realizou a proeza singular e afortunada do atirador que dá um tiro para o ar com cartucho de festim e acerta no alvo, quase na mosca.

Os ouvintes da sugestão presidencial na reunião com 10 juristas, convidados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não demonstram surpresa e entraram no jogo para discutir a inesperada inspiração do pretendente à reeleição.

A julgar pelas críticas, reações e dúvidas de especialistas e de líderes partidários salta a evidência de que a proposta do presidente é inviável. Não apenas pela desconfiança que alvoroçou a oposição, com as antenas ligadas nas manobras do adversário. Mas porque não teria cabimento uma mini constituinte integrada por notáveis elaborar um projeto de reforma política que seria encaminhado ao Congresso para ser discutido, emendado e aprovado depois de intermináveis delongas.

Depois o Congresso, que agoniza, desmoralizado, doente terminal de falência múltipla da decência e da ética, está às vésperas de passar pela operação plástica nas urnas de 1º de outubro.

Há erros abençoados que mudam a rota e se transformam em soluções inspiradas: **o presidente atirou na sombra e acertou no que não viu**: pautou a campanha, encaixando na agenda fétida, dos escândalos da corrupção, do caixa 2, do mensalão, da super-rapinagem da operação dos sanguessugas, o tema prioritário, urgente inadiável da reforma política. E que abriu passagem para o topo da lista, precisamente quando começa a série de debates entre os candidatos promovidos pelas redes de TV.

A oposição não abrirá mão das denúncias e cobranças sobre as patifarias apuradas pelas CPIs, o Judiciário e a Polícia Federal. Mas, justiça seja feita, em graus diversos de esquivam ela nunca revelou empenho de mudar o foco do monturo para a análise dos corretivos possíveis.

Nenhum argumento sério justifica o adiamento da aflitiva imposição de buscar saídas para o colapso, infestado pela quadrilha de parlamentares com prontuários de chefes de gangues recolhidos às penitenciárias. E, ao mesmo tempo, de discutir e aprovar as reformar políticas para a correção de todos os erros de reconhecimento consensual.

Tudo isto cabe no pacote da campanha eleitoral. É questão de querer de brio. O elenco de propostas políticas, submetido a uma dieta pode ser reduzido a uma dezena de medidas urgentes. Vamos lá: extirpar a praga da reeleição em todos os níveis, que deixa um rastro de ruínas, é tarefa que pode ser concluída neste final de lamentável legislatura. A aprovação da emenda profilática pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado sela o fim da República, governador e prefeitos a partir de 2010. Portanto, meio caminho andado.

A faxina ética dispensa emendas constitucionais. Basta o acordo político, cutucado pelo senso de sobrevivência, para a varredura do estrume acumulado em anos de esperteza. O mais é só querer. O rol das mordomias e demais miçangas dos saques ao dinheiro público é variado. Nada que resista ao pente-fino da compostura. Da indecorosa verba indenizatória de R\$ 15 mil mensais para ressarcimento das despesas dos parlamentares à verba de gabinete de R\$ 50.815,62 mensais para contratação de assessores.

A recuperação do conceito do Congresso exige a revisão de mais costumes dos tempos da mudança da capital para Brasília, em 1960. Daí permanecem distorções inaceitáveis, como a semana de dois a três dias úteis, facilitada pelas quatro passagens aéreas semanais – que garantem um dos melhores empregos do mundo.

Se o parlamentar quiser salvar o pescoço e ser levado a sério, trate de morar no local de trabalho, como todo mundo. E sue a camisa de segunda a sexta. Como a grande maioria dos eleitores que pagam a conta da sua boa vida de milionário.

[19] Lula cidadão do mundo

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2006.)

Quanto mais perto da urna, mais os desatinos e excessos dos dois lados diferenciam a arrogância dos que enfiam na cuca o bonê de vitoriosos da véspera daqueles que perdem o controle dos nervos e se expõem no desequilíbrio das tensões da derrota à vista, com os horrores de quatro anos no desterro da oposição.

O que passa da conta são os excessos dos que relaxam a vigilância e se arriscam no limite do ridículo da jactância ou nas proximidades do poço fundo do desvario. Pois a temporada tem sido pródiga de exemplos dos dois extremos.

No palco da euforia dos que consideram a fatura líquida e solta foguete a cada pesquisa que confirma o sólido, o inabalável favoritismo do candidato-presidente Lula – no bailarico com os pares equilibrados nos sapatos de saltos na lua, o foguetório parece, mal comparando, com o pipocar das bocas de fumo anunciando à freguesia a chegada de nova remessa da mercadoria.

Até os que dissimulam não conseguem esconder o alvoroço do fundo da alma com a previsão de mais quatro anos no aconchego do poder. Num caso típico de açodamento, o ministro da fazenda, Guido Mantega, mandou a discrição às favas e apressou a mudança, com armas e bagagem, para a mansão oficial à beira do lago, no duplo sinal da cega certeza na reeleição de Lula e, num escorregão no ato falho, da evidência de que já recebeu do alto a sua confirmação na pasta poderosa. E que foi o calvário do seu antecessor, o ex-ministro Antonio Palocci, “o melhor ministro da Fazenda da história deste país”, às voltas com a Justiça Federal e com a Polícia Federal.

O implacável relatório da PF acusa o ex-ministro da prática de quatro crimes: quebra de sigilo funcional, quebra de sigilo bancário, prevaricação e denúncia criminosa ao montar uma operação “oblíqua e transversa” para acessar a conta bancária do caseiro Francenildo Costa, que acusou na CPI dos Bingos de freqüentar a casa de encontros e negociações que a turma de Ribeirão Preto (SP) mantinha na capital.

Não é o único a passar a linha da conveniência. Mais comedido, o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, pede a palavra para celebrar a vitória no primeiro turno, escorando-se na ressalva: “se entrarmos na semana que vem com esse quadro estabilizado como está, não é imprudente dizer que vamos ganhar a eleição no primeiro turno”.

O coro do oba-oba – tal como o célebre cordão dos puxa-sacos – cada vez aumenta mais. Pudera, se o exemplo vem do alto, lá do topo da pirâmide, do cume da montanha. No programa gravado para o horário de propaganda eleitoral, o candidato-presidente declamou, impostando a voz e com gesto energético, a frase-símbolo da arrogância. Com todas as letras: “Agora, eu conheço o mundo e o mundo me conhece”.

A autopromoção a cidadão do mundo, untada em presunção e vaidade é a resposta irritada, a desforra da frustração que o persegue, e que explica a inveja que

pinga das suas freqüentes referências à sua infância de extrema pobreza e do aprendizado na escola da vida, que supre com vantagem a cultura livresca de adversário, em cutucada direta ao seu odiado antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

Marolas na arrebenção de véspera de decisão. E que recomenda as cautelas da prudência para conter exageros da estação.

Do lado sombrio da oposição, a enxergar fantasmas nos porões da derrota, a recorrente ameaça a abertura do processo de impeachment do presidente Lula, agora, se possível, ou depois da eleição e antes da posse no caso de presumida reeleição.

Pouco significa a especulação sobre a consciência da denúncia, refrescada com a recomendação dos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) da abertura de processo para apurar o uso de cinco milhões de cartilhas contratadas pela Secom, pagas pela Petrobrás, para divulgar os êxitos oficiais, e das quais dois milhões foram desviadas para o PT para utilizar na propaganda eleitoral.

Francamente, depois da ressaca de escândalos de corrupção, como o mensalão, o caixa 2, a compra superfaturada de ambulâncias da Operação dos Sanguessugas, não do esperneio da tolice a manobra eleitoreira de apelar para o anão da trupe da roubalheira.

Uma questão de bom senso. Os milhões de votos que decidem a eleição ou reeleição de presidente, de governador, de prefeito, refletem a vontade da maioria, o respaldo da opinião pública. E que não desafia impunemente com o revide, que soa como desacato ao eleitor. Com as agravantes do bis de um candidato que liderou todas as pesquisas, em marcha ascendente, na prova dos nove da força da sua liderança popular.

Quem brinca com o fogo, queima os dedos.

[20] A festa continua

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2006.)

Como é absolutamente natural e no formato do louvável costume, a festa contínua para os vitoriosos estica a justa euforia no estouro dos foguetes que sobram e até na encenação de arrumar móveis para a futura temporada.

A experiência, temperada pela ansiedade, ensina que recordes de votação são excelente material para compor os gráficos que enchem as páginas disponíveis dos jornais e revistas e acariciam os egos dos campeões nacionais e estaduais nos cumprimentos dos amigos, que inflam com o fermento da euforia.

Mas, a ebulição dura pouco, logo a chaleira se esvazia com a evaporação do líquido. Chega esbaforida até a posse e mingua a partir do dia seguinte, quando o governo começa a montar a estátua que desafia o tempo: amassa o barro, esculpe no mármore e no metal o monumento para a posteridade.

O presidente-reeleito tenta organizar o calendário para os dois meses de transição para conter o estouro dos afoitos. Mas, ele próprio, o grande vencedor não consegue dominar-se e já escorregou em venais pecados do açodamento, como na resposta dura à provocação do seu antecessor, o ex-presidente FHC, que não fez mais do que usar e abusar do direito de espernear. **Ora, em boca fechada não entra mosca e nem sai o sopro que aviva a brasa da frivolidade alheia.** Nada é mais mortal para a vaidade do sociólogo do que o silêncio que abafe os seus estrilos.

No rebuliço da festança, os milionários de votos dissipam o cacifê dos primeiros colocados nas listas dos mais votados. E não adianta tentar economizar na hipocrisia da modéstia, mais falsa do que perfume de camelô de beira da calçada.

O conceito do governo é montado dia a dia durante os quatro anos de mandato. E, soprado os confetes dourados da fantástica reeleição – com mais de 58 milhões de votos, acima de 60% – o diploma vira quadro na parede e o índice que passa a valer é o da aprovação do desempenho, conferido pelos êxitos objetivos da rotina administrativa.

Três merecidos dias de descanso devem ajudar o presidente a amadurecer decisões importantes para a costura dos acordos e dos acertos para a arrancada em 1º de janeiro, no bis da posse. Algumas advertências alertam para os cuidados com a louça. Na campanha, o candidato esbanjou promessas sob o estímulo da disparada dos seus percentuais. E, no alvoroço do oba-oba, destaque para o maneiro ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, que proclamou “o fim da era Palocci” com “a preocupação neurótica com a inflação”. Há sempre um mico solto na loja de louça.

No mea-culpa dos enganos no aprendizado do primeiro mandato, Lula anunciou o convite a todos os 27 governadores eleitos ou reeleitos para a rodada inaugural do modelo recauchutado. Na pauta, a conversa de sondagem sobre a ambiciosa pauta das reformas – que empacaram no Congresso ou engasgaram no governo nos três anos e 10 meses do mandato expirante.

Abrem a lista às reformas tributária, fiscal e a complicadíssima reforma política, reduzida depois de severo regime de emagrecimento, à cláusula da fidelidade para evitar o vexaminoso troca-troca de partidos; às barreiras para reduzir o inchaço do quadro partidário e mais alguns remendos.

E a crise ética e moral que corrói a autoridade do mais impopular Congresso “de toda a história deste país?” Nem uma palavra. É vespeiro em árvore que se evita passar por baixo; caixa de marimbondos que se dá volta para fugir das ferroadas.

Discreto, o derrotado Geraldo Alckmin some do palco. Só a vitória tem festa: o insucesso não se comemora.

[21] O ziguezague das reformas

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2006.)

Por enquanto, a única mudança confirmada depois da estrondosa vitória de Lula é a do horário de verão, no próximo domingo, com o adiamento de uma hora roubada ao sono.

No governo rola racha entre os que ainda não entenderam onde o presidente-reeleito pretende chegar com os sinais contraditórios e os que temem perder posições. A dúvida alimenta o banzé no PT, ou no naco separado do bloco que esperneia e exige ser mimado e a bagunça no núcleo que espera continuar, mas não sabe quem fica e quem cederá a cadeira aos novos aliados.

A quizília contra a imprensa veio mesmo a calhar para distrair os desavindos. Petistas ortodoxos e dissidentes divertem-se no bate-boca que se esvai na sangria das veias abertas. Para não perder tempo em circunlóquios, a ofensiva petista contra a imprensa, com o ranço ditatorial da tentativa de restabelecer um jeito novo de censura que acaba no DIP do Estado Novo, não interessa ao presidente-reeleito – sensatamente na contramão de um novo relacionamento com os meios de comunicação, como anunciou em reiteradas declarações e na improvisada entrevista coletiva tão logo foi oficialmente anunciada a sua vitória com mais de 58 milhões de votos.

Se vai dar certo ou se é o fogo que queima a palha, só o tempo dará a resposta. Confesso que tenho as minhas dúvidas. O temperamento presidencial que cunhou o modelo do primeiro mandato, com desempenho sofrível e final retumbante, traçou o ziguezague das hesitações e o pavio curto a explodir a cada trombada nas denúncias dos escândalos de corrupção que arranharam a porta do seu gabinete.

Não se muda da noite para o dia o jeito de ser de toda uma vida. O que também se aplica às suas reiteradas intenções para os quatro próximos anos de presidente dedicado a comandar a administração e as articulações políticas com os partidos e o Congresso. É programa para a estréia, até a recomposição ministerial e as rodadas de conversas com as lideranças partidárias para a montagem de confiável base de apoio parlamentar.

Estabelecida a rotina, tudo como dantes no Planalto.

O presidente retomará as viagens internacionais e a ministra Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil, tocará o bonde da burocracia. A anunciada troca de ministros para acomodar os aliados da reeleição não deve rolar além do Natal: Lula já emitiu sinais de que tem o esquema na cabeça; faltam os retoques e os rapapés protocolares das reuniões com os partidos. Esta lição Lula aprendeu: o presidente escolhe, convida os ministros; os partidos sugerem nomes.

O PT não preocupa o presidente. Só os grupelhos radicais e os medalhões pendurados no arame estrilam e levantam a poeira. Lula não está nem aí. Sempre soube que é maior do que o partido. E se não entra nas suas cogitações dispensar os serviços da legenda que fundou e carregou nas costas, não hesitará em cortar pelancas e carne para abrir vagas para os novos aliados do PMDB em tórrida

lua-de-mel e demais legendas do buquê de camélias e madressilvas colhidas no campo.

De novo mesmo é a sua enérgica decisão determinando à equipe da área econômica – além da ministra Dilma Rousseff, os ministros Guido Mantega (Fazenda), Paulo Bernardo (Planejamento), Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento) e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles – que, no prazo de 15 a 20 dias, apresente o documento consensual com a fórmula mágica que viabilize o acelerado crescimento com a estabilidade econômica.

Neste primeiro mandato, Lula privilegiou a improvisação do estilo oral. O novíssimo Lula descobriu que acordos e alianças só são levadas a sério quando firmados em contrato escrito, o preto no branco. Uma novidade e tanto.

[22] Uma proposta de trégua da imprensa (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 2006.)

Na viagem à Venezuela para participar da campanha eleitoral do companheiro Hugo Chávez, candidato à reeleição, o presidente Lula aproveitou o improviso na inauguração da ponte sobre o rio Orinoco, na fronteira entre os dois países, para acertar as contas dos seus ressentimentos com a imprensa.

Bateu firme, Na parte que nos toca, deu o dito pelo não dito das reiteradas promessas de um novo relacionamento com a mídia.

Dirigindo-se diretamente ao fraterno amigo Chávez, despejou as mágoas que dissimulava por óbvias conveniências. Foi às do cabo: "Fui a Caracas, vi a televisão, e voltei ao Brasil dizendo a mim mesmo que jamais tinha visto um tipo de comportamento de um tipo de meio de comunicação, agredindo um presidente da República como tu fostes agredido". E, no recado direto: "Eu jamais imaginei que isso pudesse acontecer no Brasil, e aconteceu o mesmo, querido companheiro". Não é o caso de enterrar a carapuça, pois o presidente foi explícito e direto. **Nem se justificaria invocar o conselho ético que recomenda a lavagem de roupa suja no tanque doméstico.** Ou a perplexidade ante a súbita cambalhota da euforia dos 58 milhões de votos, carimbado pela promessa de uma entrevista coletiva, antes da passagem da faixa de uma das mãos para a outra. Confessemos que a paulada no exterior e em má companhia, doeu no couro da mídia. E, como decano dos repórteres políticos, arrisco o palpite de uma proposta de acordo entre eternos desavindos. Afinal, tudo não vai além de uma questão de ponto de vista, de boa vontade para aceitar as explicações oficiais.

Para começar colhendo exemplos colhidos na horta do governo, vem mesmo a calhar a decisão moralizadora do presidente da Câmara e ex-presidente da República por um dia, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) determinando o cancelamento da compra se 660 pastas, tipo 007, ao custo de R\$ 407 mil, que seriam distribuídas aos 513 deputados eleitos e reeleitos.

Na toada disciplinadora, o presidente Aldo Rebelo cuida de aliviar as aperturas dos deputados com o reajuste dos subsídios, que saltarão de R\$ 12,8 mil para a equiparação com os vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que pairam nas alturas de R\$ 24,5 mil. O efeito cascata inundará o Senado, assembleias legislativas e câmaras municipais. No repeteco na ferradura, anuncia-se o fim das verbas indenizatórias de R\$ 15 mil mensais. O Legislativo incorpora a vantagem indecorosa ao subsídio e mantém o cacho de mordomias de um dos melhores empregos do mundo.

Em rápido giro pelo Palácio do Planalto, é de cortar o coração a carta de despedida de Luiz Gushiken da chefia do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE), onde se amoitava desde as denúncias de envolvimento com a operação do mensalão. Amigo íntimo do presidente, Gushiken imola-se para não contaminar o segundo mandato do chefe que idolatra. A situação piora com o pedido de demissão do chefe de

Gabinete da Presidência, Gilberto de Carvalho - um dos últimos do núcleo duro, que nos dourados tempos acolhia o todo-poderoso chefe da Casa Civil, José Dirceu, e o então badalado ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Do quinteto, resta apenas o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci.

Engolir sapos é o preço para a reconciliação da mídia com o reeleito. Talvez valha a pena pagá-lo. Afinal, o segundo mandato começa em 1º de janeiro e o novo exhibe as rugas dos aborrecimentos e verga ao peso da carga da herança maldita dos quatro anos inaugurais do governo "como nunca se viu na história deste país".

[23] O ano terminou antes de acabar

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2006.)

A sentença embalada na ambigüidade do jeito lulista de alterar as marteladas na ferradura com as pancadas rítmicas no ferro não é apenas o palpito de uma alteração no calendário gregoriano, mas, e principalmente, o reconhecimento da herança de erros e fracassos do primeiro mandato, com o atestado de óbito antes do último suspiro do moribundo.

Muitas vezes citada, merece mais uma reprodução na forma precisa com que foi cunhada, como os recados da esperteza para tampar o rombo que se amplia na reta do último mês das aflições antes do bis: “O dado concreto é que não estou pensando em 2006. Estou pensando em 2007, 2008, 2009 e 2010”.

O presidente-reeleito empurra a pedra para soterrar o pífio crescimento de 0,5% da economia no terceiro trimestre deste ano. E quem na projeção dos economistas, deve rebaixar o índice do Produto Interno Bruto para baixo de 3%, ao redor de 2,8%.

A evidência do ano, perdido, com o rolo compressor passando por cima da esmagadora consagração eleitoral carimbada por mais de 58 milhões de votos, inspirou a curiosa alteração da folhinha. Mas, pelo visto, sem grande sucesso. **A tapeação, com o toque de ingenuidade, só piorou o soneto, que já ia mal nos rabiscos dos primeiros versos com a equivocada condução das alianças partidárias, espichada como novela, em capítulos que não se encadeiam na lógica do enredo.**

Para empurrar a roda do tempo, Lula apelou para a sua experiência como o maior líder sindical do país na articulação de greves: alongar a negociação para superar em etapas as resistências patronais. Acontece que são coisas absolutamente diferentes. Ao delongar os intermináveis entendimentos com cada partido que considera conquistável, o presidente desgasta a autoridade que se afirma exatamente na decisão pronta e firme, excita as ambições e aguça o apetite dos que aguardam na fila a hora e a vez de apresentar as suas reivindicações. E a goela dos políticos é um poço sem fundo, nada satisfaz a sua voracidade. Tanta conversa para atrair o PMDB, francamente...

Presidente-reeleito não é obrigado a reformar o ministério. Pode conservar todos os 34 ministros secretários, trocar alguns e manter outros. Para não paralisar o governo, como acontece, o bom senso recomenda a providência elementar de reduzir o nevoeiro das dúvidas e baixar as expectativas com a confirmação dos que serão mantidos.

Misturar todos no mesmo balaio de fim de feira dá no que estamos assistindo: o governo de mãos atadas, tocando a rotina essencial pela virtual presidente-em-exercício, a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, com a ajuda de dois ou três ministros da cota presidencial.

E, no reino da molenga bagunça para passar o tempo, o presidente conversa, discursa, viaja, distribui declarações, posa para fotografias e câmaras de TV e anuncia o êxito de acordos com partidos que se coçam para saltar a cerca

arrombada e cair no terreiro palaciano para disputar as fatias na divisão, do bolo. E só quando cada um estiver com o prato cheio, poderá comemorar a conquista de mais alguns votos na inconstância de um Congresso que chafurda no lameiro da desmoralização e não é confiável.

O preço do erro tático do reeleito empilha faturas alarmantes. O governo perdeu o comando político do país em todas as áreas vitais. A ressaca da desobediência inunda o Judiciário, exposto no triste espetáculo chinfrim das picuinhas internas pelo aumento dos vencimentos de ministros, desembargadores, juizes, promotores na corrida para furar o teto constitucional com as chicanas da rabulice.

Só falta, como fecho de ouro, a demissão da ministra Marina Silva por imposição dos defensores do desenvolvimento ao preço da destruição das nossas reservas ambientais, já bastante reduzidas com a convivência oficial.

[24] Congresso refém da insanidade

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2006.)

Pela primeira vez em 58 anos de militância como repórter político, tenho vergonha do Congresso. Mais do que vergonha: asco, repugnância, nojo. Não por um escândalo a mais ou a menos no Legislativo que se esqueceu que é um dos três poderes da República e parece empenhado na disputa consigo mesmo do torneio suicida de piorar a cada legislatura. Mas pela vexaminosa originalidade que ornamenta um assalto aos cofres públicos pela iniciativa e responsabilidade das Mesas Diretoras do Senado e da Câmara, do colégio dos líderes que representam as bancadas dos seus partidos e o regozijo debochado da quase unanimidade do plenário.

As exceções de sempre se conta pelos dedos: senador Jefferson Peres, deputados Chico Alencar, Fernando Gabeira, Raul Jungmann, Roberto Freire, Carlos Sampaio, com vagas abertas para possíveis adesões.

Por enquanto não é possível prever o desfecho das várias ações encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubar o reajuste de escabrosos 90,7% dos subsídios dos 81 senadores e 513 deputados federais. Nem é o caso de lembrar a lista das bandalheiras da abjeta legislatura que agoniza nos arranques finais da sua desmoralização no lamaçal do dossiê, do caixa 2, do mensalão, dos sanguessugas da compra de ambulâncias superfaturadas e as fraternas ligações com a cúpula do governo.

Uma evidência entra pelos olhos dos que arregalam as botucas para enxergar o que está a um palmo do nariz: estamos longe do ponto final da novela pornográfica. E o enredo não promete acabar bem.

O mais provável é que os parlamentares, com os fundilhos queimando na fogueira da indignação popular acabarão arriando a trouxa. Os sinais à vista são insatisfatórios, como quem apalpa o terreno antes de desfechar o bote. O presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), emparedado pelo comprometimento com a entusiástica decisão da cúpula dirigente do Congresso, joga a carcaça podre de reses mortas para distrair as piranhas e atravessar o rio com a boiada. E expôs o fundo do quintal de mordomias pouco visíveis, como os carros de luxo para 11 privilegiados; os subsídios extras pagos no início e no final do ano, a extinção de 1.143 cargos de natureza especial e a criação de uma comissão para fixar o teto para os vencimentos do funcionalismo público.

Balde de água suspeita para apagar o incêndio de proporções amazônicas.

Desta vez, a última palavra caberá à reação popular. E que começou com ímpeto e promete inflar a cada manobra para manter o indefensável. Esposas de militares à porta do Congresso empunhando faixas de protesto, sindicalistas anunciando passeatas, ações populares abertas às adesões antecipam o que rola pelas esburacadas rodovias da indignação.

Pelo menos uma etapa é de previsão elementar: enquanto o Congresso não desatar o nó em que se enroscou, será refém da sua insanidade: cada passeata que ocupar os

seus corredores e tribunas ou acampar na Praça dos Três Poderes exigindo reajustes salariais não se conformará com a negativa do Legislativo sem autoridade moral para negar aos outros o que se autoconcedeu.

E o Palácio do Legislativo é de vidro.

Para manter a febre da raiva, fiz algumas contas que repasso aos leitores, do que deverão embolsar os parlamentares, com os reajustes, nos dois períodos de atividade: de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de outubro a 15 de dezembro, sem os descontos de feriados e dias santificados. As parcelas: 15 subsídios de R\$ 24,6 mil: R\$ 369 mil; verbas indenizatórias (12) de R\$ 15 mil: R\$ 225 mil; verba de gabinete, R\$ 50.815 x 15: R\$ 752.250; passagens aéreas, em média: R\$ 237.600; auxílio moradia, 12 de R\$ 3 mil: R\$ 36 mil; caixa postal e telefônica, média de R\$ 4.268: R\$ 51.216. Total: R\$ 274.997.216.

Como todo mundo sabe, a semana útil dos parlamentares começa às tardes das terças e termina às quintas-feiras, a tempo de pegar o avião para o fim de semana nos lençóis domésticos. Este ano, contados na folhinha, sem descontos, os dias úteis encolheram para 48 no primeiro período e 49 dias no segundo que expira entre suspiros de vexame.

Segurem-se para evitar a queda: os R\$ 274.997.216 divididos pelos 97 dias úteis informam para a edificação nacional que os parlamentares, no próximo ano, com o reajuste dos subsídios deverão ganhar R\$ 12.546 por cada tarde de presença na Câmara e no Senado.

[25] O novo governo com cara de velho

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2007.)

Nos galeios na corda frouxa da indecisão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tanto empurra com as manhas de discutível habilidade o começo do encruado governo da reeleição que o coitado antes de nascer, nos esboços de caricatura prometidos para depois do carnaval, aparenta a velhice precoce no rosto vincado pelas rugas e o ar estafado pela interminável montagem do bis sempre adiado.

A estranheza é justificada. Afinal, governo de presidente reeleito não começa: continua com os retoques para os reajustes políticos e as trocas inevitáveis de ministros e diretores dos bons-bocados da burocracia. E quanto mais depressa, melhor, para evitar o desperdício do tempo que não volta mais.

Para mal dos pecados sem perdão, além do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que é um plano de retomar obras atrasadas e paralisadas ou apenas iniciadas, nenhuma idéia inovadora ou ambicioso projeto de largo alcance passa sequer de raspão pelas caducas e enjoativas conversas para a distribuição de fatias do bolo ministerial e demais iguarias disputadas pela insaciável gula dos desavindos aliados da tal base parlamentar.

Nos primeiros ensaios de acertos para dividir os mais de 30 ministérios e secretarias - o maior de todos os tempos - o esforço para manter a máscara da severidade no rateio costuma descambar para o terreno da galhofa. O PMDB reconduzido, exibido como troféu de caça, foi o primeiro a ser chamado para uma conversa preliminar com o presidente. O deputado Michel Temer, presidente do clube, e os líderes nas duas Casas do Legislativo, senador Valdir Raupp e deputado Henrique Eduardo Alves, recebidos para duas horas de tertúlia, resumiram objetivamente o que interessa: o partido vai duplicar o seu espaço no governo com a manutenção das pastas de Minas e Energia e Comunicações e mais duas, provavelmente Saúde e Integração Nacional.

A opereta ganha animação e comicidade na voz de integrantes do coro. O gongórico ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, que jamais escorrega na vulgaridade de uma frase em ordem direta, ressalta que a obediência à conexão política na rifa ministerial terá que respeitar, "em determinados casos, uma qualidade técnica muito específica". Aqui, embatucamos logo na arrancada: cotado para o Ministério da Integração Nacional, a única qualidade técnica muito específica que a biografia do deputado baiano Geddel Vieira Lima registra é o seu envolvimento no estardalhaço da compra de fazendas pela família, por mera coincidência, durante o seu exercício do afortunado mandato.

No mesmo padrão ético enquadra-se o acordo entre o PMDB, em lua-de-mel com o PT, para a entrega ao partido da desbotada bandeira vermelha da presidência do Conselho de Ética da Câmara. O acordo de cavalheiros encontra resistência na determinação do presidente, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), de disputar a recondução. A legenda do mensalão, do caixa 2 e

enrolada em todos os escândalos do Congresso recordista em trapaças, na presidência do Conselho de Ética, tem o sabor de um gracejo. Os gajos têm chiste.

Além das xepas de fim de feira e para comprovar **que a mão que afaga é a mesma que atira pedras no telhado de vidro de aliados e adversários**, o governo anunciou o puxão de orelha com endereço do Congresso, no corte no Orçamento deste ano entre R\$ 18,5 bilhões e R\$ 19,5 bilhões. E informa que dividirá o prejuízo cortando na própria pelanca das despesas de custeio e no cancelamento das emenda parlamentares que liberam verbas para obras. É o maior corte desde 2003: o governo bate o seu recorde.

Como o Congresso não perde uma oportunidade de entrar no pagode, armou a sua jogada na moita: está nos seus conchavos finais a realização de concurso para milhares de cargos na Câmara e Senado, regiamente remunerados, a pretexto do preenchimento de vagas e atender às inovações na área de comunicação.

De mais servidores o Congresso não precisa. Seria altamente recomendável que se aplicasse na recuperação do seu conceito com a limpeza das mordomias, vantagens e benefícios. Que tal começar pelo cancelamento da verba indenizatória de R\$ 15 mil mensais para o ressarcimento das despesas de fim de semana de suas excelências nas bases eleitorais?

[26] O ano que não se pode perder

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2007.)

Melhor com Lula, pior sem ele e muito pior contra o presidente: salta a evidência que se o ano começou mal dos dois meses e quebrados desperdiçados com o governo empacado, este ano decisivo de 2007 não pode ser perdido.

Um ano de encruzilhada, quando o destino do mundo começa a ser jogado nos sucessivos brados de alarme, com a chancela de cientistas, técnicos e ambientalistas que alertam a urgência do mutirão dos líderes das grandes potências na mobilização da consciência do planeta para deter ou reduzir a marcha batida para uma calamidade de proporções jamais imaginadas - e que surpreende o Brasil no paradeiro das indecisões, à espera não se sabe do quê.

O oba-oba plenamente justificado do governo e do bloco dos vitoriosos com a consagradora reeleição do presidente Lula já deu tudo o que podia em badalação e promessas de um desempenho de embasbacar a platéia internacional. Mas a reconhecida dificuldade presidencial em decidir e bater o martelo, inversamente proporcional à facúndia dos seus improvisos, em doses duplas e triplas a cada dia, corroeu a euforia, azedou a calda das esperanças e abriu um vazio da perplexidade, prima da frustração.

A tática de empurrar as definições com a barriga para ganhar tempo corta como faca de dois gumes. Não serve para descascar legumes para qualquer salada. Ora, o bom senso e as lições da experiência e da malandragem da escola de outros tempos estavam a indicar o roteiro do óbvio: com o prestígio, a autoridade, o apoio popular dos 60 milhões de votos, Lula deveria remontar o monstrego ministerial, a começar por separar a cota pessoal dos que serão mantidos e, na seqüência, acertar com os partidos da miscelânea do bolo de aliados a fatia de cada um. Conversa curta e grossa: o presidente define as pastas, aceita a indicação de nomes, mas é dele a intransferível responsabilidade de escolher e convidar os ministros, secretários e demais dirigentes do primeiro escalão.

Pois o reeleito escolheu caminhar a passos lentos pela contramão. Adiou as conversas e reuniões para depois das férias, depois inventou o pretexto de aguardar a instalação da sessão legislativa e a eleição das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado. Na emergência das aflições do PMDB com mais rachaduras do que vidro de carro estilhaçado em batida de frente, abriu a exceção para os cafunés no deputado Michel Temer, presidente do partido e líderes das bancadas, aos quais anunciou o prazo de 20 dias para o desenho do futuro governo. Estendeu a gentileza aos aliados do segundo time e distribuiu acenos e esperanças.

Passada a folga da folia não há mais tempo a perder. Nos dois meses malbaratados nos afagos e manhas, muita coisa aconteceu para estragar a pintura dos próximos quatro anos paradisíacos, prolongamento e fecho do quadriênio histórico, sem paralelo com quaisquer outros dos nossos 500 anos de existência.

Contas conferidas, análises refeitas, índices respeitáveis de entidades nacionais e internacionais despejaram baldes de água gelada na nossa euforia. Afinal, não avançamos tanto na cadência lulista ou no trote do PT. Na economia, a queda lenta, mas constante do juros, que não poupou a pele do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, o Judas da aleluia petista; índices mofinos de crescimento e uma saraivada de percentuais humilhantes na queda da qualidade do ensino e da criação de empregos.

Na calamidade da insegurança das cidades virou praga nacional a violência, a criminalidade, o tráfico de drogas, a audácia das gangues, donas das favelas e das ruas que expõe a leniência do governo com a marginalidade, das invasões do MST e seus filhotes a fazendas e terras cultivadas e às ocupações de prédios públicos.

Não dá para agüentar mais um ano, mais este ano, assistindo à devastação da Amazônia, embalados pelas golfadas da grandiloqüência dos improvisos do presidente de todas as promessas apregoadas no leilão das ilusões

[27] Encrenças da herança bendita

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de março de 2007.)

No deslumbramento com os 61 milhões de votos da reeleição, o presidente Lula anunciou que não mais apelaria para as comparações do desempenho do seu governo com os oito anos da herança maldita do seu antecessor, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. De agora por diante, buscaria superar a coleção de recordes do quadriênio inaugural.

Lula não imaginou o tamanho da enrascada em que se meteu ao entrar no túnel sem fim das mais azaradas confusões.

A jactância não é boa conselheira. Entende-se que o líder sindical ao alcançar a Presidência da República na quarta tentativa não consiga fingir a modéstia que nunca foi das suas virtudes e **escorregue na casca de banana da fatuidade.**

Mas nos quase três meses do encruado segundo mandato, que não consegue deslanchar, ultrapassou os limites dos erros grosseiros e da incompetência.

As tais reformas de mentirinha, da ministerial à política, descambaram para a comédia de pastelão de circo mambembe. Saindo do trilho da lógica política e brigando com a evidência de que o governo reeleito não tem que fazer reforma nenhuma, mas tocar o bonde, parando nos pontos para o embarque e desembarque de passageiros, o estadista do PT embarafustou pelo atalho escapista de ganhar tempo para amolecer resistências e barganhar ministérios e secretarias com os novos aliados para a venturosa travessia.

Impossível recompor, em espaço limitado, o rol de lambanças. Bastam alguns exemplos. O mais gaiato, que não pode ser levado a sério, o da escolha do ministro da Agricultura para carimbar o negócio com o PMDB, o parceiro perfeito. Da lista inicial de cinco nomes do partido - que se revelou um celeiro de especialistas no ramo - o dedo sábio do presidente apontou para o desconhecido deputado Odílio Balbinotti, a segunda maior fortuna do Congresso, construída com a exploração de sementes de soja. Nada mais coerente com a defesa do meio ambiente e a devastação da Amazônia.

Antes do convite oficial, caiu a ficha do ilustre ex-quase-ministro, às voltas com a Justiça por usar à revelia os nomes de empregados como laranjas para alongar empréstimos bancários; falsificação de documentos e falsidade ideológica. Um craque.

Salvo pelo gongo, o escolhido renunciou antes do convite oficial e deixou no governo a mancha da leviandade. Será que Lula não aprende a lidar com a sua turma? Não aprendeu nada com as CPIs do mensalão, do caixa 2, com a roubalheira das ambulâncias superfaturadas, com a denúncia da formação de quadrilha envolvendo assessores do primeiro escalão do seu gabinete? Não sabe que a mais elementar cautela recomenda levantar a ficha

policial dos indicados pelos políticos antes de bater o martelo?

A fervura em banho-maria do convite à ex-prefeita Marta Suplicy (PT-SP) para um ministério ou secretaria qualquer parece brincadeira de criança ou teatrinho de fantoche. A estrela petista foi exposta ao ridículo até a acomodação de undécima hora no Ministério do Turismo, do seu até então ignorado interesse.

Para receber o convite presidencial, pagou o mico de horas de espera no caos dos aeroportos. E deu o troco, ao sair do gabinete do Planalto, reclamando do "problema sério que desgasta a imagem do Brasil".

Agora, Lula também acha. Mas não achava quando convidou para ministro da Defesa e responsável pela área o ilustre parlamentar Waldir Pires, cuja biografia registra a renúncia à metade do mandato de governador eleito da Bahia para candidatar-se à vice-presidente da República na chapa do saudoso doutor Ulysses Guimarães.

Viciado na improvisação de conceitos estapafúrdios, Lula advertiu que "não se brinca com a Saúde e a Educação". Atento ao sábio ensinamento, o novo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, arredondou a frase exata: "Não existe qualquer motivo que explique por que a qualidade da saúde no Rio é tão ruim".

Só do Rio, ministro? Ou será a praga da herança bendita?

E, se perguntar não ofende: tanto tempo, presidente, para compor ministério tão medíocre?

[28] Uma no cravo e duas na ferradura

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de março de 2007.)

Como no chavão explicativo das margens de erro das pesquisas, o presidente Lula desta nebulosa fase de hesitações, perdido na remontagem do governo, **às vezes surpreende para mais ou para menos com um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida na ferradura.**

Ainda agora, a equipe econômica tentou travar, na moita, a gincana de gastos e desperdícios no Congresso, com a recaída na orgia das mordomias e saques nos cofres públicos e, no Judiciário, ainda contaminado pelas mágicas do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, inventor do engenhoso reajuste tríplice, com datas e índices pré-fixados.

Poupou-se o presidente do desconforto de anunciar a pancada nas verbas orçamentárias dos dois poderes: o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, com o amortecedor das justificativas, comunicou o corte de R\$ 1,246 bilhão nas despesas do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público para garantir o cumprimento da meta de superávit primário, tal como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Mas a resposta debochada do Congresso, em cima do laço, parece jogo de cartas marcadas. O presidente Lula distribuiu diplomas de heróis a ministros, que ganham míseros vencimentos e aos usineiros de cana, que se sacrificam pela pátria. Ressaltou que os pouco mais de R\$ 8 mil que ganha, nove fora as mordomias, não justificam queixas, pois nenhum torneiro mecânico alcança tal nível salarial.

Nos esconsos da Câmara, sob a batuta do presidente Arlindo Chinaglia, afinal assumindo o posto vago de substituto do ex-presidente Severino Cavalcanti, na vigorosa investida do baixo clero que empolgou o plenário, brotou a flor do lodo da solução suspeitíssima, da mais abjeta insensibilidade ética no festim que contempla, em dose dupla, os parlamentares, os ministros e, claro, o presidente reeleito. Com a rapidez do raio, a austera Comissão de Finanças e Tributação da Câmara aprovou o reajuste de 26,49% para os vencimentos do presidente Lula, do vice-presidente José de Alencar, de ministros, deputados e senadores. Como passageiros do trem da alegria, os vencimentos do presidente saltam de R\$ 8.885,48 para R\$ 11.239,24. O vice-presidente passa a ganhar R\$ 10.578,11. E os ministros, R\$ 10.578,11.

O glacê adoça os subsídios parlamentares que saltitam dos atuais R\$ 12.847,20 para R\$ 16.250,42. Mas o comboio vai deixando pacotes pela estrada. A verba indenizatória será revista para que parte do jabá seja liberado da farsa da prestação de contas. E a verba dos gabinetes individuais com o milagre da multiplicação dará para abrigar parentes, cupinchas, cabos eleitorais e os amigos do peito. Uma vergonha que ofende e agride o povo e desacata os eleitores com a desmoralização do voto.

Não é só. Decreto publicado no Diário Oficial, com a regulamentação da Lei de Gestão das Florestas Públicas, aprovada pelo Congresso, autoriza a utilização das reservas ambientais para unidades de conservação, áreas de manejo para as comunidades locais e a exploração pelo setor privado em, no máximo, 3% das florestas, até 2010. Da trinca, a última não passa pelo gogó dos ambientalistas.

No roteiro da contradição com o passado e os compromissos do PT e de quatro campanhas do antigo líder sindical, o governo jogou pesado para aprovar na Câmara, por 308 votos contra 141, o recurso do mesmo Partido dos Trabalhadores contra a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo. Vitória pendurada na corda podre da incoerência e no risco de ser derrubada pelo STF, ao julgar o recurso da oposição.

O vírus do apagão, pelo visto, é contagioso. O ministro Walfrido do Mares Guia, de mala pronta para a permuta do Ministério do Turismo pela coordenação política do governo, na pré-estréia, comunicou à distinta platéia que "não temos apagão no setor aéreo". O caos que inferniza milhares de pessoas em horas de dias e noites de espera nos aeroportos de todo o país não vai além de "falhas que foram detectadas e as providências tomadas".

Os arranhões do governo e seus tormentos políticos foram em parte aliviados com a mágica do crescimento de 10,9% da economia brasileira e de R\$ 2,147 trilhões dos nossos reais, em 2005, graças à reformulação das contas nacionais que, há cinco anos, em surdina, vinham sendo remontadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O governo, portanto pode franquear o acesso ao cofre à fila de espera. Para o povão, tudo continua na mesma.

[29] Um jeito de fim de governo

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 de junho de 2007.)

A impressão que o governo da reeleição do **presidente Luiz Inácio Lula da Silva** custou a começar deu uma cambalhota, virou pelo avesso: hoje e cada vez mais, toma o jeito de que curte a vida e arruma as malas para passar a faixa para o sucessor que aspira eleger.

O governo mira-se no espelho dos inegáveis êxitos emplacados nos quatro anos iniciais e que ainda saboreia, como quem custa a deixar a mesa antes de provar de todas as sobremesas. Estatísticas é o que não faltam para o oba-oba de fim de festa: índices de inflação domada, o risco do país despenca em queda livre, o superávit comercial nas nuvens, a dívida externa é menor do que as reservas e o balanço de pagamentos está no azul.

Mas, pisar no freio e parar diante do painel dos sucessos não é atitude adequada para o ambicioso líder sindical que galgou cada degrau da escada e tentou três vezes, para na quarta emplacar a vitória, enfeitada pelo bis.

De lá para cá, a traquitana anda com a morosidade de um jegue das suas memórias do filho da Dona Lindu, nascido em Garanhuns, cidade do sertão pernambucano maltratada pela seca, em 27 de outubro de 1945. E não há uma boa explicação para o seu desligamento diante do modesto, contraditório governo, deformado pela extravagância das improvisações.

Não há como dissimular a evidência de que a rotina administrativa escorregou para as mãos da ministra Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil e virtual presidente em exercício, seja nas ausências do recordista de viagens internacionais e domésticas ou mesmo nos dias em que o titular passa em Brasília. Pelo visto, a semana da madraçaria parlamentar de dois a três dias úteis pegou como tiririca.

Agora, exatamente neste momento, a ausência presidencial agrava e prolonga as encrencas em que o governo e o Congresso se enroscam. E as suas viagens pelos quatro cantos do mundo baixaram para o nível da rotina. Rendem poucos e sumários registros na mídia e passam batidas pela desatenção popular.

Mais de uma semana nas asas do exausto Aerolula, para encontros de escassa significação na Inglaterra – que a pifia atuação da indefinida Seleção Brasileira das experiências de Dunga, na inauguração do novo estádio de Wembley, não aliviou as angústias do antigo peladeiro e torcedor fanático – o cancelado encontro em Marrocos, as cerimônias na Índia e os três dias em Berlim para participar de encontro da cúpula do G-8 compõem uma agenda de quem tem pouco o que fazer.

Por cá, as coisas se complicam. A Polícia Federal decidiu ir à luta e impor a sua autonomia com a iniciativa de operações em série para desbaratar as quadrilhas que roubam o dinheiro público na espantosa estimativa oficial de R\$ 40 bilhões anuais.

No último bote, a PF caiu em cima da gangue envolvida com a máfia dos caça-níqueis e prendeu 77 integrantes da turma em seis estados e em Brasília. Claro, que Lula não tem que se envolver na atuação da Polícia Federal. Só que desta vez, um dos 50 mandados de busca e apreensão, em São Bernardo do Campo (SP) varejou a casa de Genival Inácio da Silva, o Vavá, irmão do presidente e que fora acusado de fazer lobby, no Palácio do Planalto, para empresas do ABC paulista.

Vavá foi preso. Ainda na capital da Índia, o presidente Lula, falando aos jornalistas, emplacou uma declaração perfeita. Não negou a solidariedade ao irmão, que conhece “há 61 anos” e duvida que tenha feito “alguma coisa errada”. Renovou rasgados elogios à Polícia Federal e fechou o raciocínio com lógica direta: quem provar a inocência será solto; quem tiver culpas no cartório pagará por elas. O que vale para todos, seja ou não parente do presidente da República.

No Congresso experiente em lidar com tais enredos, a poeira assenta nos acertos em surdina. O senador Renan Calheiros conta as horas para a sumária absolvição pelo severo Conselho de Ética do Senado.

No mais, as reformas continuam empacadas. Na forma do louvável costume.

[30] Vaiar e coçar é só começar

(*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2007.)

Ninguém é capaz de organizar uma vaia no Maracanã lotado com mais de 75 mil pagantes, no clima de festa da inauguração do Jogos Pan-Americanos, contra a vontade da maioria. Este deve ser o ponto de partida para a tentativa de recolocar a singela avaliação do comportamento da multidão e das quatro vaias, em seqüência, todas as vezes que foi citado o nome do presidente Lula da Silva.

Não se está avançando o sinal para tentar inocentar o prefeito Cesar Maia da suspeita da montagem de um esquema de ocupação de espaços estratégicos para puxar o coro dos apupos que surpreendeu o presidente, derrubou a sua auto-estima e desencadeou o arrastão de erros nas reações do famoso cordão que se não puxa assuadas, cuida dos seus interesses.

Ora, uma pateada semi-oficial, com o prefeito do Rio regendo a orquestra dos assobios, na contramão da maioria dos adoradores do mais popular presidente de todos os tempos, seria facilmente abafada pelos aplausos, os protestos, a zoada dos lulistas e seus aliados.

Elementar, não? E se o presidente e seu indignado séquito realmente acreditam que a vaia foi montada como um espetáculo de circo, será fácil tirar a prova dos nove com o seu comparecimento na solenidade de encerramento, certamente que abrilhantada pelas muitas medalhas de ouro, prata e bronze que os atletas brasileiros devem conquistar.

E, de uma só cajadada, estaria matando dois coelhos ariscos: repararia os lanhos na imagem do grande líder popular, com índices pessoais de aprovação acima dos 60% (apesar de ligeira queda nas últimas pesquisas) e remendaria a gafe no confuso quiproquó da noite azarada, quando não cumpriu o protocolo de inaugurar o Pan. E que não ficou barata: o presidente da Organização Desportiva Pan-Americana (Odepa), Mario Vázquez Raña, qualificou de insólita a atitude do presidente, ao quebrar a tradição de 32 anos, pois é a primeira vez que o dirigente do país-sede não declara abertos os jogos, com a simples leitura de uma frase.

Daqui até o fim do Pan, Lula terá muito tempo para driblar a roda dos basbaques e buscar o conselho dos que juntam a experiência com o bom senso. Até lá, as medalhas devem enfeitar vitórias dos nossos atletas, aquecendo o entusiasmo e o interesse da população e melhorando o ânimo da turma. E o teste encerraria a controvérsia, jogando areia no montículo de ridículos dos que se indignaram mais do que o principal personagem do incidente.

Pois, se há uma previsão que pode ser feita, sem ajuda de cartomante ou de consulta aos búzios, é a de que o presidente está diante de um desafio à sua sagacidade e que pode decidir a sorte do segundo mandato e, talvez, um pouco além, da sua sucessão: ou enfrenta o risco, comparece à toca de leões do Maracanã no encerramento

dos Jogos Pan-Americanos ou nada deterá a sinfonia das zombarias onde quer que apareça em público.

Um presidente confinado nos três palácios de Brasília - condenado a restringir os seus improvisos às solenidades oficiais, de notória sensaboria e, nas asas do Aerolula, comparecer aos eventos nos auditórios de confiança, como os dos sem-terra, da CUT, de governadores de fé, organizados por encomenda e sob a supervisão dos seus assessores - seria a negação da sua biografia, um melancólico arremate para a carreira do líder sindical, eleito e reeleito para presidir o país.

Mas, como há males que vem para bem, podemos apostar as derradeiras fichas do cacife da esperança que do imbróglio resultará a extirpação, com as raízes, da praga da reeleição.

Como a reforma política para valer empacou no Congresso, algemado pelos interesses da esmagadora maioria fanatizada pelas mordomias, vantagens e benefícios os mais escabrosos, uma boa crise em fim de governo, na travessia da pinguela da transição talvez sepulte a múmia da reeleição.

ANEXO 2: Grade Descritiva dos Provérbios Evocados

Título do Artigo	Re-enunciação Proverbial	Provérbio original
"Aliado na contramão"	Separando o joio do petismo moderado do trigo da turma radical.	Separando o joio do trigo.
	Ora, campanha em que falta voto ou a esperança é como na casa de panelas vazias: todos gritam e todos têm razão.	Em casa onde não há pão, todo mundo grita sem razão.
"Branco da discórdia"	Lula deve tomar providências... acabando com a balbúrdia que enquadrou sua campanha na velha e sábia sentença: aliança em que falta voto, todos berram e todos têm razão.	Em casa onde não há pão, todo mundo grita sem razão.
	E pior a emenda do que o soneto de pé quebrado.	Pior a emenda do que o soneto.
"Disparate da contradição"	Os que atiram pedras nas vidraças do barbudo, para atingir a imagem do realista, que barganha alguns anéis para salvar as munhecas, têm que entender que Lula não está escolhendo aliados, mas catando as sobras do tacho.	Quem tem telhado de vidro, não deve atirar pedra no do vizinho. Vão-se os anéis, mas fiquem os dedos.
	Mas o mais atingido é o próprio PT, que cuspiu para cima e não se desviou dos respingos da saliva.	Quem cospe para cima na cara lhe cai.
"Lula identifica o inimigo"	Quem tem um aliado como o MST não necessita de adversário.	Quem tem um amigo como esse, não precisa de inimigo.
"Consenso veta o debate"	A lavagem da roupa suja entre os adversários..	Roupa suja lava-se em casa.
"Tanto faz Lula lá ou cá"	Roupa suja para ser lavada no discreto tanque no fundo do quintal.	Roupa suja lava-se em casa.
"Enterro das CPIs em cova rasa"	O soneto entorta de vez	Pior a emenda do que o soneto.
"Lula conhece o Brasil de vista"	Estamos perdidos e mal pagos no reino do absurdo, da mais absoluta irresponsabilidade.	Há algo de podre no reino da Dinamarca.
"Lula olha e não vê"	A carne é fraca e a ambição esperta e sabida.	A carne é fraca.
"A emenda no soneto de Lula"	A emenda no soneto de Lula	Pior a emenda do que o soneto.
"O pito do STF em Lula e no Congresso"	A impaciência do interesse é péssima conselheira.	A noite é boa conselheira.
	Todos sabem que promessa de campanha, a brisa leva.	Palavras o vento as leva.
"Fuzuê na tribo do cacique Lula"	Sem descuidar dos anéis, trata de salvar os dedos.	Vão-se os anéis, ficam os dedos.
"Solitário e trapalhão"	E arruinou o soneto.	Pior a emenda do que o soneto.
"A apoteose da impunidade parlamentar"	Uma mão suja ajuda a emporcalhar a outra.	Uma mão lava a outra.

"O beco"	Os parlamentares entregam os dedos rapaces do pejo para garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público.	Vão-se os anéis, ficam os dedos.
"Um partido para qualquer serviço"	Depois da bonança, mais quatro anos de castigo.	Depois da tempestade, vem a bonança.
"Há erros que vêm para bem"	Há erros que vêm para bem.	Há males que vêm para bem.
	O presidente atirou na sombra e acertou no que não viu.	Atirar no que viu e acertar o que não viu
"Lula cidadão do mundo"	O coro do oba-oba – tal como o célebre cordão dos puxa-sacos – cada vez aumenta mais.	O cordão dos puxa-sacos cada vez aumenta mais.
	Quem brinca com o fogo, queima os dedos.	Quem brinca com fogo se queima.
"A festa continua"	Ora, em boca fechada não entra mosca e nem sai o sopro que aviva a brasa da frivolidade alheia..	Em boca fechada não entra mosca.
"O ziguezague das reformas"	Estabelecida a rotina, tudo como dantes no Planalto..	Tudo como dantes no Quartel D’Abrantes.
"Uma proposta de trégua da imprensa"	Nem se justificaria invocar o conselho ético que recomenda a lavagem da roupa suja no tanque doméstico.	Roupa suja lava-se em casa.
"O ano terminou antes de acabar"	A tapeação, com o toque de ingenuidade, só piorou o soneto que já ia mal nos rabiscos dos primeiros versos com a equivocada condução das alianças partidárias.	Pior a emenda do que o soneto.
"Congresso refém da insanidade"	E o Palácio do Legislativo é de vidro.	Quem tem telhado de vidro não atira pedra no do vizinho.
“O novo governo com cara de velho”	A mão que afaga é a mesma que atira pedras no telhado de vidro de aliados e adversários.	A mão que afaga é a mesma que apedreja. Quem tem telhado de vidro não atira pedra no do vizinho.
“O ano que não se pode perder”	Melhor com Lula, pior sem ele e muito pior contra o presidente.	Ruim com ele, pior sem ele.
“Encrencas da herança maldita”	A jactância não é boa conselheira.	A noite é boa conselheira.
	E escorregue na casca de banana da fatuidade.	Colocar cascas de banana.
“Uma no cravo e duas na ferradura”	Uma no cravo e duas na ferradura.	Uma no cravo e outra na ferradura.
	Com um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura.	Uma no cravo e outra na ferradura.
“Vaiar e coçar é só começar”	Vaiar e coçar é só começar.	Comer e coçar é só começar.

ANEXO 3: Descrição da Configuração Argumentativa do Provérbio Re-enunciado

Título do Artigo	Re-enunciação Proverbial	Tese	Argumento	Conclusão
"Aliado na contramão"	Separando o joio do petismo moderado do trigo da turma radical.		x	
	Ora, campanha em que falta voto ou a esperança é como na casa de panelas vazias: todos gritam e todos têm razão.	x		
"Branco da discórdia"	Lula deve tomar providências... acabando com a balbúrdia que enquadró sua campanha na velha e sábia sentença: aliança em que falta voto, todos berram e todos têm razão.	x		
	E pior a emenda do que o soneto de pé quebrado.		x	
"Disparate da contradição"	Os que atiram pedras nas vidraças do barbudo, para atingir a imagem do realista, que barganha alguns anéis para salvar as munhecas, têm que entender que Lula não está escolhendo aliados, mas catando as sobras do tacho.		x	
"Provocação da insanidade"	Mas o mais atingido é o próprio PT, que cuspiu para cima e não se desviou dos respingos da saliva.		x	
"Lula identifica o inimigo"	Quem tem um aliado como o MST não necessita de adversário.	x		
"Consenso veta o debate"	A lavagem da roupa suja entre os adversários.		x	
"Tanto faz Lula lá ou cá"	Roupa suja para ser lavada no discreto tanque no fundo do quintal.		x	
"Enterro das CPIs em cova rasa"	O soneto entorta de vez		x	
"Lula conhece o Brasil de vista"	Estamos perdidos e mal pagos no reino do absurdo, da mais absoluta irresponsabilidade.	x		
"Lula olha e não vê"	A carne é fraca e a ambição esperta e sabida.	x		
"A emenda no soneto de Lula"	A emenda no soneto de Lula	x		
"O pito do STF em Lula e no Congresso"	A impaciência do interesse é péssima conselheira.			x
	Todos sabem que promessa de campanha, a brisa leva.		x	
"Fuzuê na tribo do cacique Lula"	Sem descuidar dos anéis, trata de salvar os dedos.			x
"Solitário e trapalhão"	E arruinou o soneto.		x	
"A apoteose da impunidade parlamentar"	Uma mão suja ajuda a emporcalhar a outra.		x	

"O beco"	Os parlamentares entregam os dedos rapaces do pejo para garantir os anéis das vantagens, mordomias e das sucursais da variada roubalheira do dinheiro público.		x	
"Um partido para qualquer serviço"	Depois da bonança, mais quatro anos de castigo.			x
"Há erros que vêm para bem"	Há erros que vêm para bem.	x		
	O presidente atirou na sombra e acertou no que não viu.	x		
"Lula cidadão do mundo"	O coro do oba-oba – tal como o célebre cordão dos puxa-sacos – cada vez aumenta mais.			x
	Quem brinca com o fogo, queima os dedos.		x	
"A festa continua"	Ora, em boca fechada não entra mosca e nem sai o sopro que aviva a brasa da frivolidade alheia.		x	
"O ziguezague das reformas"	Estabelecida a rotina, tudo como dantes no Planalto.	x		
"Uma proposta de trégua da imprensa"	Nem se justificaria invocar o conselho ético que recomenda a lavagem da roupa suja no tanque doméstico.		x	
"O ano terminou antes de acabar"	A tapeação, com o toque de ingenuidade, só piorou o soneto que já ia mal nos rabiscos dos primeiros versos com a equivocada condução das alianças partidárias.		x	
"Congresso refém da insanidade"	E o Palácio do Legislativo é de vidro.		x	
"O novo governo com cara de velho"	A mão que afaga é a mesma que atira pedras no telhado de vidro de aliados e adversários.		x	
"O ano que não se pode perder"	Melhor com Lula, pior sem ele e muito pior contra o presidente.	x		
"Encrencas da herança maldita"	A jactância não é boa conselheira.	x		
	E escorregue na casca de banana da fatuidade.		x	
"Uma no cravo e duas na ferradura"	Uma no cravo e duas na ferradura.	x		
	Com um acerto no cravo e duas falhas no repique da batida da ferradura.	x		
"Vaiar e coçar é só começar"	Vaiar e coçar é só começar.	x		

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)